



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
Mestrado em Geografia
Linha de pesquisa: Natureza, Campo e Cidade no Semi-árido

DISSERTAÇÃO

Alexandre Sabino do Nascimento

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO MACIÇO DE BATURITÉ:
ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO
URBANO-REGIONAL

FORTALEZA
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ALEXANDRE SABINO DO NASCIMENTO

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO MACIÇO DE BATURITÉ:
ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO-REGIONAL

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Natureza, Campo e Cidade no Semi-árido.

Orientador: Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva

FORTALEZA
2008

N193r Nascimento, Alexandre Sabino do

A (re)produção do espaço do Maciço de Baturité: análise das políticas de desenvolvimento urbano-regional / Alexandre Sabino do Nascimento, 2008.

240f. ; il. color. enc.

Orientador: Prof. Dr. José Borzacchiolo da Silva

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências. Depto. de Geografia, Fortaleza, 2008.

ALEXANDRE SABINO DO NASCIMENTO

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO MACIÇO DE BATURITÉ:
ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO-REGIONAL

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia na Linha de pesquisa: Natureza, Campo e Cidade no Semi-árido.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Luiz Cruz Lima
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade Meireles
Universidade Federal do Ceará - UFC

As minhas tias Maria Teresa e Maria José

Aprendi com vocês a ter a força necessária
para realizar aquilo que desejava...

Aprendi com vocês a ter esta força que me
capacita e impulsiona a realizar todos os meus
projetos de vida.

Obrigado pelo amor e o exemplo, amo vocês!

Aos meus amigos que de alguma forma me
incentivaram a correr atrás do que acreditava.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu a vida, a inteligência, e me supri de energia e ímpeto para correr atrás dos meus sonhos. Porque, parafraseando Neruda, morre lentamente quem não vira a mesa quando está infeliz com o seu trabalho, quem não arrisca o certo pelo incerto para ir atrás de um sonho, quem não se permite pelo menos uma vez na vida a fugir dos conselhos sensatos. Morre lentamente quem passa os dias queixando-se da sua má sorte ou da chuva incessante... Morre lentamente, quem abandona um projeto antes de iniciá-lo. Portanto, apesar de viver em uma sociedade contraditória que se perpetua cada vez mais, acredito que através de atitudes contestatórias à mesma, como também da exposição de suas contradições possamos mudá-la e criar um novo mundo de justiça e igualdade. O que não podemos é ser indiferentes e pensarmos somente e si, pois como disse Gramsci “viver significa tomar partido”. Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida.

Agradeço ao Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva, que além de me orientar no trajeto de consecução de minha dissertação, ainda me serviu de exemplo a seguir de sapiência, generosidade, atitude perante as coisas, busca de crescimento intelectual. O mesmo soube respeitar meus pensamentos, opiniões, limitações e objetivos com uma serenidade louvável de um verdadeiro mestre. Agradeço ao mesmo pela paciência que o mesmo teve para com a minha pessoa devido às intransigências na defesa de minhas opiniões próprias de minha personalidade, como também pela paciência para com a minha dificuldade em lidar com prazos tão curtos, como este que nos é dado para conclusão de nosso projeto de dissertação.

As minhas tias Maria Teresa e Maria José por todo o amor, carinho e compreensão que tiveram comigo durante toda a minha vida, pelo incentivo aos meus estudos e sonhos, pois as mesmas sempre acreditaram em mim, e me ajudaram a superar todas as dificuldades, que não foram poucas, em seguir meu caminho, que acredito que seja inexorável, rumo à educação e a academia seguindo minhas metas e desejos.

Às grandes amigas como Marília, Andrea, Daniele, Conceição e Roseane, que me ajudaram de diferentes formas, desde me incentivando a estudar para ingressar no mestrado emprestando material para estudo, como me incentivando a correr atrás do que acreditava e até me dando conselhos sinceros como gestos de pura amizade.

Às minhas grandes companheiras nesta empreitada que foi o curso de mestrado Mariana e Iláina, que foram parceiras de lutas, alegrias, angústias, estudos, momentos de desopilação dos estudos, super importantes para realização deste trabalho como também para minha vida em geral.

Aos meus grandes amigos Minarete, Rodrigo, Eder, Gil e demais, pois senão teria que fazer outra dissertação só para citar a todos, agradeço pelos bons momentos de alegria que me ajudaram a sempre manter um equilíbrio saudável entre responsabilidade e diversão, que acredito ser a melhor forma de se seguir qualquer caminho ou sonho que se deseje.

Aos meus amigos Mossoró, Jucier, Sergiano, pela amizade e pelos momentos de calorosas discussões, debates e por poderem compartilhar comigo suas experiências e conhecimentos.

As professoras doutoras Zenilde Baima e Ana Matos, por suas excelentes contribuições no exame de qualificação para reconstrução e melhoria deste trabalho.

Aos professores doutores Luiz Cruz Lima e Antônio Jeovah Meireles por aceitarem de maneira tão cordial ao convite para fazerem parte da banca examinadora de minha defesa de dissertação. Em especial ao professor Luiz Cruz por fazer parte minha história acadêmica, ao me acolher no NETTUR como bolsista propiciando minha primeira experiência em pesquisa acadêmica.

À FUNCAP, que me deu subsídios para que a concretização do projeto de pesquisa.

A todas as pessoas que me receberam em suas instituições e órgãos cedendo seu tempo para me ajudar na elaboração do presente trabalho, em especial aos funcionários e representantes de prefeituras e da AMAB.

A todos e todas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

À academia que como disse o célebre Drummond em um aforismo: As academias coroam com igual zelo o talento e a ausência dele.

“Em nome do pragmatismo – palavra obscena – os cientistas esqueceram seu dever para com a sociedade. “Para muitos economistas”, diz Boulding, “o próprio termo ‘ciência moral’ parecerá uma contradição”. O mesmo válido para muitos geógrafos. Quando Boulding fala da urgente necessidade de uma “economia heróica”, baseada numa “ética heróica”, poder-se-ia acrescentar que se torna igualmente urgente encontrar homens de boa fé para uma “geografia heróica”, baseada numa “ética heróica”. Essa ética nos permitirá conhecer o espaço como reino de todos os homens e não como o campo de exercício do capitalismo. Isto significa que se deve estar preocupado, com o espaço social, o espaço de todos, e não como espaço de empresas, o espaço de alguns, erroneamente chamado de “espaço econômico.”

SANTOS (2007)

RESUMO

As atuais modificações observadas no modelo de atuação do Estado no Ceará nas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano-regional, a partir de meados dos anos 80, em especial na região do Maciço de Baturité – CE motivam a presente pesquisa. Destaca-se também o processo de (re)produção espacial da região, advindo da sua busca de integração competitiva no mercado de cidades em busca da mais-valia global e de “rendas monopolistas” da atividade turística, principalmente na sub-região serrana do Maciço área em destaque. Entende-se que estudando o processo de produção do espaço urbano-regional, da área de estudo, pode-se compreender as práticas espaciais no presente e em particular as estimuladas pelo Estado. Percebe-se esse processo como uma necessidade do capitalismo para o seu desenvolvimento e manutenção com a produção contínua do espaço transformado em mercadoria. Para esta análise foram tomados como referência alguns programas e planos de desenvolvimento regional desenvolvidos pelo Estado em diferentes escalas de gestão. Para chegarmos aos objetivos da pesquisa usou-se esse retorno ao passado proposto no método, mas evidenciando-se que o estudo visa o presente, sendo o estudo histórico necessário para compreensão do processo, para não cairmos na armadilha de uma simples análise histórica. A pesquisa parte da análise de dados qualitativos e quantitativos, fazendo pouco uso de técnicas estatísticas, analisou-se os fenômenos descritos no acervo documental, contemplado pela pesquisa bibliográfica e os confrontou com a observação direta do ambiente, palco da pesquisa - municípios da região sub-serrana do Maciço do Baturité. Com tudo que foi apontado fica difícil com os problemas citados localizarmos uma atuação positiva ou consistente com resultados concretos do planejamento, pois todas as áreas citadas como prioritárias nos programas e projetos de desenvolvimento para a região passam por problemas estruturais. Destaca-se, assim, a falta de uma maior atuação em políticas públicas como as que trabalham com o oferecimento de serviços e equipamentos de consumo coletivos, que em uma região turística antes de servirem a turistas são imprescindíveis para a população local.

Palavras-chave: desenvolvimento urbano-regional; políticas públicas; planejamento urbano e reestruturação espacial.

ABSTRACT

The current modifications observed in Performance's Model of the State of Ceará at Public Politics for the regional- urban development, since from middles of the eighties, especially in Solid of Baturité-CE, causes the present researche. It also points the process of (re)production in area, , coming of competitive integration in the cities ' market in search os global surplus value and of "incomes monopolists" of the Tourist activity, mainly in the highland sub-area of the Solid area. It understands itself that studying the process of production at Urban Space-regional, of study's area, it can be understood the spaces practices on present and in matter stimulated them by the State. It realizes this process as a need of the Capitalism for its development and maintenance with the continuous production of the space transformed in merchandise. For the performance's analysis , were taken it reference some programs and regional development plans done by the State in different administration scales. For us to arrive to the objectives of the research , we will use this return to the pas, proposed in the method , but being evidenced that the study seeks the present, being the necessary historical study for understanding of the process, for us we won't fall in the trap of a simple historical analysis. The research starts about the qualitative and quantitative data analysis, doing a little use of statistical techniques , it was analyzes the phenomena described in the documental collection, by the bibliographical research , and confronted them with the direct observation of the atmosphere, stage of the research – municipal districts of the sub-highland area of the Solid of Baturité. So, get difficult with the mentioned problems, we locate a positive performance or solid with concretes results of the planning, because all of the areas mentioned as priority at programs and development projects for the area, pass for structural problems. It stands out, like this, the lack of a larger performance in public politics as the ones that works with the offer services and equipments of buses consumption buses, that in a touristic region, before they serve tourists , are indispensable for the local population.

Word-key: regional development; public politics; urban planning and space restructuring.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Placa informativa da APA de Baturité Guaramiranga.....	28
Figura 2 – Macrorregião de Baturité	29
Figura 3 – Foto da vertente oriental do Maciço.....	31
Figura 4 – Foto da vertente ocidental do Maciço de Baturité.....	31
Figura 5 – Divisão do Maciço em sub-regiões.....	34
Gráfico1 – População do Maciço de Baturité e sua distribuição.....	38
Figura 6 – Regiões Prioritárias de Planejamento.....	54
Figura 7– Fotos do escritório e publicidade da Imobiliária Magno Muniz – Guaramiranga.....	63/64
Figura 8 – Fotos de pousadas e residências de veraneio na sub-região serrana.....	65
Figura 9 – Ilha Digital/Guaramiranga.....	68
Figura 10 – Diretrizes Políticas do Governo do Estado do Ceará.....	108
Figura 11- Definição dos pólos da nova regionalização do Ceará.....	117
Figura 12 – Mapa de Guaramiranga.....	150
Figura 13 – Foto de Placa da SEMACE/Guaramiranga.....	152
Figura 14 – Folder promocional da Prefeitura de Guaramiranga.....	157/158
Figura 15 – Fotos Guaramiranga.....	163
Figura 16 – Foto de uma placa de publicidade de obra de requalificação urbana do Governo do Estado.....	165
Figura 17 – Croqui Turístico de Guaramiranga.....	166
Figura 18 – Fotos de construções e imóveis em Guaramiranga.....	168/169
Figura 19 – Mapa das Macrorregiões turísticas do Ceará.....	183
Figura 20 – Mapa das regiões turísticas prioritárias.....	185

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Empresas de serviços por atividade econômica – 2006.....	62
Tabela 2 – Serviços e infra-estrutura de comunicação/2007.....	67
Tabela 3 - Consumidores de energia elétrica em mwh, por classes de consumo, segundo os municípios – 1997/2005.....	69
Quadro 1 - Áreas de Desenvolvimento Regional x Regiões Administrativas.....	100
Quadro 2 - A Regionalização do Ceará Promovida pelo Governo do Estado.....	114
Quadro 3 - A nova regionalização do Ceará.....	118

ANEXOS

Anexo A – Documento da AMAB para pedido de empréstimo junto a FUNASA que mostra a ação consorciada dos municípios.....	203
Anexo B – Reportagem Jornal O Povo: Favelização, violência e exclusão.....	209
Anexo C – III Conferência Estadual do Meio Ambiente.....	212
Anexo D – Oficina do Plano Plurianual Participativo 2008-2011 da Macro Região do Maciço de Baturité.....	218
Anexo E – Reportagens que tratam sobre a venda de imóveis e a degradação ambiental no Maciço de Baturité.....	227

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. NATUREZA E SOCIEDADE NO MACIÇO DE BATURITÉ	27
2.1. Contextualização Geoambiental e suas ligações com a forma de uso e ocupação do Maciço	27
2.2. Estruturação Urbano-regional do Maciço de Baturité.....	35
2.3. Distribuição da população e sua dinâmica no espaço e tempo.....	37
2.4. Sobre o urbano e o rural no Maciço de Baturité.....	42
2.4.1. O espaço rural do Maciço e de sua sub-região serrana.....	43
2.4.2. Estruturação do espaço urbano-regional do Maciço de Baturité.....	49
2.5. Caracterização das cidades da sub-região serrana e suas tramas de relações.....	55
3. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO URBANO-REGIONAL NO MACIÇO DE BATURITÉ.....	74
3.1. A Reestruturação do Espaço Regional como Política de Desenvolvimento e Integração Regionais.....	74
3.1.1. Regionalizações para fins de planejamento do estado do Ceará alguns apontamentos..	90
3.1.2. Plano de Desenvolvimento Sustentável e Nova Regionalização do Ceará.....	101
3.2. O desafio do desenvolvimento e da competitividade para os centros urbanos e para os destinos turísticos do Maciço de Baturité.....	120
3.2.1. Desenvolvimento e território no Maciço de Baturité.....	120
3.2.2. Governos Supra-Locais ou Governança Intermunicipal e a gestão regional.....	124
3.2.3. As redes de cidades e o objetivo comum.....	130
3.2.4. Instituições de Governança para o Desenvolvimento Urbano-Regional:.....	133

a) Associação dos Municípios do Maciço de Baturité (AMAB).....	133
b) Agência de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité/ADR Maciço de Baturité	136
c) Conselho de Desenvolvimento Regional.....	141
3.3. Planos de desenvolvimento regional (PDRs) uma proposta de desenvolvimento.....	141
3.4. Empreendedorismo urbano e sustentabilidade no processo de produção do espaço: o caso de Guaramiranga.....	148
3.4.1. Planejamento urbano e urbanização turística.....	153
3.4.2. Guaramiranga e sua produção do espaço: entre o turismo de massa e o veraneio.....	161
4. “ <i>TUDO AO MESMO TEMPO AGORA</i> ”: MACIÇO DE BATURITÉ ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES.....	172
4.1. Planejamento, produção do espaço e segregação socioespacial: Maciço de Baturité desmanchando consensos.....	172
4.2. Maciço de Baturité e seu lugar na “Guerra dos lugares” no estado do Ceará.....	179
4.3. Planejamento e desenvolvimento e a busca da sustentabilidade.....	190
5. PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL NO MACIÇO DE BATURITÉ ALGUNS RESULTADOS: VITÓRIAS OU PERDAS?.....	194
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU PARA NÃO CONCLUIR.....	200
Referências Bibliográficas.....	204
Anexos.....	212

1. INTRODUÇÃO

No segundo semestre do ano de 2006, ingressei no Mestrado Acadêmico de Geografia da Universidade Federal do Ceará, vindo do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará onde fui Bolsista de Iniciação Científica pela FUNCAP com a pesquisa: Turismo Participativo “A experiência da Praia de Redonda Icapuí - CE” desenvolvida no Núcleo de Estudos do Território e Turismo – NETUR/MAG-UECE no período de 2002-2003, sob a orientação da Profa. Dra. Luzianeide Coriolano e do Prof. Dr. Luiz Cruz Lima, onde abordava as estratégias adotadas por uma comunidade na busca de um desenvolvimento com base local e seu processo de produção do espaço. No final do ano de 2003, me aproximei do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais – LEURC coordenado pela Profa. Dra. Zenilde Baima Amora, onde voltei minha atenção para os temas da geografia urbana, e com isso desenvolvi o projeto com o qual concorri na seleção do Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC. O projeto visava pesquisar o processo de agravamento das contradições sócio-espaciais da cidade de Fortaleza. Analisando os projetos que visam uma (re)estruturação espacial do litoral da cidade (Projetos Costa Oeste e Orla) como resultados de políticas públicas, que representam projetos políticos antagônicos das diferentes escalas de poder e de Governo. Todavia, seis meses após ingressar no mestrado, fui convidado pelo Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva, por intermédio do Prof. Dr. Eustógio Wanderley Dantas, a reformular meu projeto para fazer parte de um projeto maior intitulado: Projeto Piloto de Sustentabilidade do Maciço de Baturité – CE, participando do subprojeto: As Cidades do Maciço de Baturité: Natureza, paisagem, turismo e imagem, parte que o Prof. Borzacchiello coordenava. Subitamente fui motivado pela necessidade de conhecer com acuidade alguns aspectos da realidade dessa porção do Estado na qual passaria a pesquisar. A problemática concernente à questão de um desenvolvimento urbano-regional com sustentabilidade ambiental despertou-me a atenção pelo seu conteúdo polêmico, o mesmo já gerava, na região, uma oposição acirrada entre representantes da sociedade civil organizada local, Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, prefeituras da região, de diversos grupos ambientalistas (CEPEMA, TERRAZUL etc.) e do Poder Judiciário através do Ministério Público, como também de alguns parlamentares. Com isso produzi meu projeto de pesquisa para concorrer a uma bolsa de estudo da Fundação Cearense de Amparo a Pesquisa – FUNCAP, sendo que ficou com o título: Produção do Espaço e Empreendedorismo Urbano para o Turismo no Maciço de Baturité - CE: Novas Estratégias e Velhos Limites, sendo

modado posteriormente algumas vezes no decorrer do processo dinâmico de produção científica.

Nesta pesquisa foi analisado o processo de *(re)produção socioespacial*¹ da região do Maciço de Baturité - CE, advindo da sua busca de integração competitiva no mercado de cidades em busca da *mais-valia global* e de “*rendas monopolistas*”² da atividade turística. Para analisar a ação do Estado foram tomados como referência o Plano de Desenvolvimento Regional Maciço de Baturité, Planejamento Biorregional do Maciço de Baturité, os Programas Cidades do Ceará e PROURB/Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos do Ceará, como também os Planos Plurianuais Regionais do Governo do Estado. A atuação destes planos e programas na região será discutida em virtude de suas intenções iniciais e os resultados atingidos, em particular em termos do desenvolvimento regional e da tentativa de minimizar os impactos ambientais, analisando-se sua eficácia como também seus princípios e diretrizes.

Nesse contexto, o estado do Ceará e Fortaleza, sua capital, assumem novo papel na divisão social e territorial do trabalho no Brasil e devem ser considerados como frações do espaço total do planeta, cada vez mais abertos às influências exógenas e aos novos signos contemporâneos. Ceará e Fortaleza, nos últimos vinte anos, são territórios marcados visivelmente por uma reestruturação econômica e espacial com objetivos claros de inserir-se no circuito da produção e do consumo globalizados.

A presente pesquisa visa compreender o movimento histórico das ações de planejamento realizadas pelo Estado – destacam-se as políticas de descentralização da gestão - para o desenvolvimento da região em destaque, através da dimensão espacial, onde dinâmica espacial e materialidade significam trabalhar o abstrato e o concreto.

Com o intuito de poder conseguir geografizar o tempo, usam-se as formas espaciais resultantes na paisagem, mas que não são as únicas formas de interesse da geografia, pois se materializam mediante um conjunto de normas e formas jurídicas e sociais, ou seja, não espaciais. O conteúdo das formas morfológicas é dado pelas não espaciais. Não se

¹ Neste trabalho usaremos a concepção de produção do espaço baseados em Carlos (2004) e Lefebvre (1999) que afirma que o processo de produção/reprodução do espaço se realiza de modo ininterrupto, apresentando, em cada momento da história, características específicas - um processo que envolve vários níveis; o político que produz o espaço de dominação (posto que o poder político se realiza no espaço); o econômico que produz o espaço como condição e meio da realização da acumulação e, finalmente, o social, isto é, a realização da vida cotidiana enquanto prática sócio-espacial. Esses três planos articulados e justapostos revelam a dinâmica espacial iluminando os conflitos e contradições em torno desta produção.

² HARVEY (2005)

entende uma sem a outra. Sendo assim todas as atividades realizadas na área da pesquisa são transversalizadas por ações dos diversos agentes produtores do espaço no bojo da reprodução das relações de produção.

Entende-se que estudando o processo de produção do espaço urbano- regional, da área de estudo, pode-se compreender as práticas espaciais no presente e em particular as estimuladas pelo Estado, através de suas ações, buscando assim compreender o processo de mercantilização de alguns espaços socialmente produzidos como valor de uso e base de reprodução material da população local. Percebe-se esse processo como uma necessidade do capitalismo para o seu desenvolvimento e manutenção com a produção contínua do espaço transformado em mercadoria. É importante também frisar o papel da divisão social e territorial do trabalho que se impõem sobre esse subespaço como condição para sua integração no mercado³.

O campo da pesquisa está situado na temática do desenvolvimento e suas relações com a produção do espaço planejada pelo o Estado. Cabe ao Estado moderno a execução de funções básicas para garantir o desenvolvimento e a satisfação das necessidades e anseios da população. Este enfrenta o desafio atual da globalização econômica e cultural e as políticas de cunho neoliberal, que na dinâmica dos negócios parecem tomar-lhe a dianteira, derrubando limites geográficos, valores institucionais e metas estabelecidas. Mesmo assim continua sendo a principal entidade “legítima” da sociedade estruturada.

Entende-se por desenvolvimento, que o mesmo parece um conceito despido de contradições e de senso comum, mas este é carregado de contradições e não é tão óbvio ou isento de disputa e controvérsias quanto se possa imaginar⁴.

No estado do Ceará evidenciou-se uma ação político-econômica intensa na qual a intervenção do Governo estadual aconteceu através de uma parceria com o capital privado, tendo uma política, a partir do final dos anos 80, chamada de novo “desenvolvimentismo”, que possuía entre os aspectos mais importantes, como destaque, a atuação marcante do Estado

3 Sobre isso Carlos (2001) comenta “Há dois aspectos interdependentes do crescimento capitalista que estão na base da análise da aglomeração espacial: a necessidade da reprodução ampliada do capital e a crescente especialização decorrente do aprofundamento da divisão social, técnica e espacial do trabalho, que exige novas condições espaciais para sua realização “(CARLOS, 2001, p.15).

4 Sobre a idéia de desenvolvimento afirma Rigotto (2004) “(...) Ela [idéia de desenvolvimento] faz crer na universalização possível do modo de produção ocidental e difunde a ilusão de uma prosperidade material generalizada e prometida a todos. A utopia desenvolvimentista prometeu que o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão da esfera econômica libertariam a humanidade da escassez, da injustiça e do mal estar. Dominando a natureza, a humanidade teria poderes soberanos sobre si própria” (RIGOTTO, 2004; p.07).

na tentativa de conduzir o ordenamento econômico local à lógica do mercado, orientando também o crescimento industrial e o mercado consumidor. O papel do Estado, nesse sentido, era o de fomentar a abertura de espaços para assegurar a chegada e consolidação do capital no Ceará, entendendo que isto resultaria no crescimento econômico do mesmo e isso levaria ao desenvolvimento⁵. Desta forma temos a visão apologista do desenvolvimento atrelado a crescimento econômico, com a tão decantada política anunciada pelo governo estadual de redução da pobreza⁶.

Atenta-se, também, nesta pesquisa para a direção em que o governo do estado aponta como também os municípios, para a consecução de um modelo de desenvolvimento baseado no paradigma da *sustentabilidade*. Na região em estudo esse modelo se consolida, com ações como a criação da Área de Proteção Ambiental – APA da serra de Baturité⁷.

Encontra-se, de certa forma, na região estudada uma insinuação, por parte dos governos locais e das instituições de planejamento e desenvolvimento econômico (SDLR; ADR; AMAB) como também de grupos de empreendedores interessados nesta, de um discurso sobre o empecilho que algumas estruturas espaciais (sítios, chácaras, unidades de conservação) representam para a produção de um espaço voltado para a atividade turística e sua possível massificação, tendo esta como prioritária em seus planos tanto a nível regional com de cidade⁸.

⁵ Ver publicação do governo intitulada “Reduzindo a pobreza através do desenvolvimento econômico do interior do Ceará” de Bar-El, Rapahael (2002.) consultor do Estado no que tange a políticas de desenvolvimento.

⁶ Marcelo Lopes de Souza (2000) discutindo o tema desenvolvimento afirma: (...) Desenvolvimento não deve ser entendido, sublinhe-se, como sinônimo de desenvolvimento econômico, embora muitos, e não só economistas, continuam a reduzir aquele a este. O chamado ‘desenvolvimento econômico’ é, basicamente, o binômio formado pelo crescimento econômico [mensurável por meio do crescimento do PNB ou do PIB] e pela modernização tecnológica, em que ambos se estimulam reciprocamente (...). Com efeito, para quem de fato quiser levar a sério a convicção de que o termo ‘desenvolvimento’, no essencial, e devidamente despido de sua carga ideológica conservadora [etnocêntrica e capitalistófila], deve designar um processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para os seus membros, mais justa e legítima, o reducionista embutido na idéia de ‘desenvolvimento econômico’ precisa ser energicamente recusado (SOUZA, 2000, p. 19).

⁷ A respeito disto Cavalcante & Girão (2006) afirmam “A história tem mostrado que a maior parte do desenvolvimento recente das paisagens e do declínio na biodiversidade está diretamente conectada com a forma de uso e ocupação da terra pelo Homem. (...) Então, pergunta-se: como usar e ocupar a terra sem provocar danos expressivos nesses elementos? A resposta aloja-se no chamado Desenvolvimento Sustentável, programa estruturado essencialmente na interação e simultaneidade de três linhas de ação, i.e., na geração de riqueza (economicamente viável), na divisão dessa riqueza com a população envolvida (socialmente justa) e na ausência de danos à natureza (ecologicamente correta) e, certamente, o homem dispõe de instrumentos que se enquadram em tal programa. Um desses instrumentos é a Área de Proteção Ambiental – APA, categoria de unidade de conservação da natureza de uso sustentável, conforme a Lei Federal 9.985 de julho de 2000.” (CAVALCANTE & GIRÃO, 2006, p. 367).

⁸ Temos então o que Carlos afirma como nova contradição do capital onde o espaço torna-se apesar de sua abundância uma mercadoria escassa devido sua apropriação privada. Sobre isso a mesma escreve “Vivemos, hoje, um momento do processo de reprodução em que a propriedade privada do solo urbano – condição da reprodução da cidade sob a égide do capitalismo – passa a ser um limite à expansão econômica capitalista. Isto é, diante das necessidades impostas pela

A partir de meados da década de noventa, de acordo com o PDR do Maciço de Baturité, foi proposta uma nova política urbana para o Estado, influenciada por três fatores: a perspectiva de um crescente processo de urbanização no Ceará, a exaustão do modelo urbano brasileiro que privilegiou as grandes cidades especialmente as capitais ou áreas metropolitanas, fator gerador do processo de macrocefalia que encontramos no Ceará, hoje, e a necessidade de interiorizar o desenvolvimento urbano, consolidando cidades, pólos e regiões estratégicas, levando assim o projeto de modernização para o interior, que antes já havia sido o ideário de civilização (CEARÁ, 2004). As recentes políticas públicas e práticas administrativas, tanto na escala regional como na da cidade per si, aqui estudadas, estão, respectivamente, próximas dos paradigmas contemporâneos do Desenvolvimento Regional e o do Planejamento Estratégico.

Repensadas e relidas pela lógica da forma-mercadoria, regiões e cidades têm sido pensadas e produzidas com vistas à ampliação de sua inserção no circuito mundial de valorização, notadamente através da adequação de suas formas de gestão e produção de seus espaços. *Competitividade*, “*empresariamento*”, *planejamento estratégico* (por projetos), intervenções pontuais, são algumas das formas de atuação que passam a compor o rol das iniciativas a serem adotadas pelos administradores urbanos⁹. Nesse contexto, podem-se verificar algumas novas relações desta região com as políticas de desenvolvimento do Estado do Ceará, como o PROURB/Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos do Ceará¹⁰, que beneficiou alguns municípios, com a implantação de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, seguindo os moldes e recomendações do Estatuto da Cidade, como a “participação” da sociedade, como também temos algumas ações locais das esferas regionais, municipais e sociedade civil organizada (AMAB/Associação dos Municípios do Maciço de Baturité, Conselho de Desenvolvimento Regional do Maciço de

reprodução do capital, o espaço produzido socialmente – e tornado mercadoria no processo histórico – é apropriado privativamente, criando limites a sua própria reprodução (em função da produção de sua própria escassez)” (CARLOS, 2001, p.22)

⁹ Sobre as diferentes concepções de planejamento e suas matizes teóricas e políticas cabe citar a opinião de Geiger (1997) sobre isso “Em primeiro lugar, setores da esquerda vêm optando por ações ditas alternativas, onde a atuação é exercida através de setores organizados da sociedade civil, promovendo correntes de solidariedade, numa espécie de resistência à globalização. Veja-se propostas de Coraggio. Para outros, trata-se de aproveitar o que for possível da globalização, no interesse das regiões, dos locais, das populações, como na proposta de Lipietz. De qualquer modo, com a idéia da força dos contingenciamentos, o planejamento nas instituições tende a deixar de ser sistemático e sistêmico para se tornar progressivo” (GEIGER, 1997, P.22). Caráter esse que iremos discutir no presente trabalho.

¹⁰ Programa do Governo Estadual (1995 a 2003) que visava ser instrumento viabilizador da estruturação urbana de um conjunto de 50 cidades cearenses visando a dar suporte ao desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentado, melhorando a qualidade de vida da população e tornando as cidades competitivas para atrair indústrias, impulsionar a agricultura irrigada e incrementar o turismo.

Baturité/CDR, Agência de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité (ADR Maciço), ONGs, SENAC, SEBRAE, Universidades etc.).

A categoria *formação sócio-espacial*¹¹ foi de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho residindo no fato desta explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Sociedade e espaço não são coisas separadas que nós reuniríamos a posteriori, mas sim uma formação sócio-espacial.

Desta forma, o espaço como a dimensão material da realidade social é produto e condição da reprodução da sociedade e da reprodução do capital. E a produção hegemônica das cidades procura viabilizar, antes de tudo, de modo eficiente a produção econômica pelo espaço e pelo tempo. E paralelamente sua produção simbólica como construto que respalda a anterior¹².

Cabe perguntar em que medida as políticas de planejamento urbano-regional e empreendedorismo urbano têm resolvido os problemas sociais da população da sub-região serrana do maciço de Baturité – região alvo de políticas públicas para a implantação da atividade turística, e até que ponto elas não são responsáveis pelo agravamento das desigualdades intra e inter-regionais historicamente criadas na região?

Analisa-se, aqui, o conjunto de relações e articulações existentes em uma determinada área da realidade, o espaço, e de como a adoção de determinados planos de desenvolvimento regional no decorrer do processo histórico, do Ceará, o afeta, exigindo modificações na organização espacial existente do nosso objeto de pesquisa, pois como afirma Moraes (2002, p.121) “modernizar é entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava [e implica] no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço”. Sendo assim, partiu-se do pressuposto de que as

¹¹ No presente estudo utilizamos a obra “Da totalidade ao lugar” (SANTOS, 2005), onde Milton Santos trabalha muito bem esta categoria.

¹² Sobre essa produção simbólica lembrar o que nos fala Bourdieu em seu “Poder Simbólico” quando nos diz “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo [e, em particular, do mundo social] supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, <<uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre inteligências>> (...) Os símbolos são os instrumentos por excelência da <integração social>: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação (...) eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social”. Sendo no nosso caso a idéia de “desenvolvimento” o principal símbolo de criação de consenso entre as diferentes classes e frações de classe na região estudada.

transformações preconizadas para que a região do Maciço de Baturité tome importância – econômica – no contexto do Estado, se traduzem em reestruturação de sua base produtiva, do uso de seu solo e de suas infra-estruturas, destacando os pontos fortes que deveriam ser realçados, alinhando os “obstáculos” e “problemas” para responder o desafio de como resolvê-los para chegar a uma região “sustentável” do ponto de vista sócio-econômico, cultural e ambiental, resgatando a expressividade econômica já atingida pelo Maciço em meados do século XIX¹³. Analisa-se o fato de que tais transformações representam também uma revalorização fundiária, que incorpora objetivamente valor ao espaço a partir de condicionantes subjetivos como o significado histórico e a beleza cênica de parte da região. Assim, o processo assume as características de produção de um espaço considerado como mercadoria, produzido como espetáculo, transformado para não parecer como tal. Procurando nesta forma produzir sua singularidade perante as demais regiões e lugares, com o intuito de auferir a, segundo Harvey (2005), “*renda monopolista*” um dos dilemas das regiões e cidades do mundo, atualmente, que resulta para o autor do nexos entre globalização capitalista, desenvolvimentos político-econômicos locais e evolução dos sentidos culturais e dos valores estéticos.

Deve-se lembrar que, hoje, o menor lugar, na mais distante fração do território tem relações diretas e indiretas com outros lugares de onde lhes vêm matéria-prima, capital, ordens, mão-de-obra, recursos diversos e, neste caso, turistas e empreendedores. Desta forma, é necessário lembrar o quanto todos esses movimentos podem conduzir os capitais fixos a ganharem uma importância bem maior do que antes, de forma que se dê um aumento paralelo de ‘fixos’ e de ‘fluxos’.

Problematiza-se a relação entre planejamento e desenvolvimento e suas conseqüências sócio-espaciais (que são nossa variável dependente ou efeito), e suas ligações com os processos e fenômenos encontrados na região como: desenvolvimento geograficamente desigual dos seus centros urbanos; segregação sócio-espacial; especulação imobiliária; falta de participação política dos cidadãos; ampliação da atividade turística e de veraneio sazonal e respectivo crescimento desordenado (variáveis independentes ou causas), sendo que a relação entre esses dois tipos de variáveis se dá dentro do processo dialético, não havendo sobreposição de umas pelas outras nem uma linearidade, todas vão depender das

13 Em 1824, o café chega a Baturité, inicialmente com pequenas plantações, mas na metade do século XIX, o município irá se tornar o maior centro produtor do Ceará.

condições sócio-históricas específicas e serão estudadas na concretude de um espaço-tempo. Pois, como afirma Santos (1985) cada elemento/variável do espaço tem valor diferente segundo o lugar em que se encontra, assim procurou-se destacar as diferentes nuances desses fenômenos e processos citados na área estudada. Destaca-se assim a especificidade do lugar que se acentua com a evolução própria das variáveis localizadas, permitindo assim falar-se em um espaço concreto, lembrando-se que a área estudada possui características geoambientais singulares que influenciaram e influenciam, em muito, sua forma de uso e ocupação diferenciada (Santos 1985). Por fim, tecem-se algumas considerações sobre a política urbano-regional realizada na região.

Os objetivos específicos são: a) a análise da relação desenvolvimento e sustentabilidade na região, pelo fato de a mesma se encontrar dentro de uma unidade de conservação; b) procurar identificar aspectos e características ligados ao novo paradigma de gestão urbana aqui representado pelo empreendedorismo urbano, utilizando a cidade de Guaramiranga como unidade de análise, que a nosso ver utiliza alguns princípios desse paradigma.

Anteriormente apresentamos a delimitação e localização do problema e do campo de pesquisa, indicando os limites teóricos do problema mediante o emprego de alguns conceitos que irão ser mais trabalhados no desenvolvimento da pesquisa. Lembrando que tudo isso, de certa forma, dependeu das condições concretas em que a pesquisa se realizou. Destacamos a complexidade dos fenômenos estudados, a busca por teorias pertinentes, os objetivos que a pesquisa almeja atingir e as exigências específicas do momento histórico, no caso uma emergência para compreensão da área que passa por um processo permanente de degradação, tanto social como ambiental.

No exame de qualificação, o autor foi avisado sobre o teor ideológico de sua análise, e passou a se preocupar com a possibilidade de comprometimento da pesquisa, mas também lembrando o caráter de impossibilidade de imparcialidade do autor como sujeito histórico que é¹⁴.

14 A propósito desta questão, citamos Soriano (2004) que diz “O estudioso da realidade social recebe da sociedade em que vive e da instituição ou do grupo em que trabalha certos condicionamentos político-ideológicos que determinam as características de sua prática profissional. Esses condicionamentos se refletem na escolha dos problemas a pesquisar, na elaboração de seu marco teórico e na determinação dos métodos e técnicas utilizados, bem como na análise e na interpretação dos resultados e no tipo de soluções que se apresentam. Como já dizia Lênin, ‘em uma sociedade erigida sob a luta de classes, não pode haver ciência social imparcial’, por isso o pesquisador deve tomar partido e o faz a partir

Quanto à questão do método, partimos de um caminho baseado no materialismo histórico-dialético¹⁵ para a análise, considerando a região a partir de seu presente, onde sua condição de “região em desenvolvimento” no contexto estadual lhe confere destaque, sendo sede de programas e projetos pilotos (Programa Cidades do Ceará II; Plano de Desenvolvimento Regional - PDR etc.). Depois, se buscou no passado intervenções mais significativas que perduram no presente, as relações sociais de produção que explicam a permanência de determinadas estruturas – produtivas; administrativas - e o surgimento de outras. Por fim, vislumbram-se por intermédio dos usos e das funções, de hoje, do espaço construído as possibilidades colocadas para o futuro. Leva-se em conta na análise a atuação de diversos atores sociais, tanto públicos como privados, a exemplo da AMAB/Associação dos Municípios do Maciço de Baturité, Conselho de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité/CDR, Agência de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité (ADR Maciço), Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional /SDLR¹⁶, Banco Mundial/BIRD etc.

Para chegarmos aos objetivos da pesquisa usaremos esse retorno ao passado proposto no método, mas evidenciando-se que o estudo visa o presente, sendo o estudo histórico necessário para compreensão do processo, para não cairmos na armadilha de uma simples análise histórica¹⁷.

do momento em que assume uma atitude, quer ela seja conformista, aceitando o estado das coisas existentes, quer seja uma postura crítica e comprometida com as classes exploradas.” (SORIANO, 2004, p.20-21).

15 Destacam-se aqui as teses centrais desse método, apontadas por Soriano: 1) Todos os fenômenos da realidade social estão em relação e dependências mútuas. A realidade é um todo inter-relacionado e não um conjunto de coisas e processos isolados; 2) A realidade está em permanente movimento e transformação. Para se alcançar uma compreensão profunda das causas dos fenômenos deve-se partir da tese de que eles não são estáticos, mas sujeitos a contínuas mudanças em diversas direções; 3) As transformações observadas na realidade são mudanças objetivas cuja fonte é a contradição interna que se apresenta nos processos sociais e que não resultam de forças supra-sensíveis ou disposições subjetivas [no nosso caso contradições do processo de desenvolvimento regional]. Isto é, o motor do desenvolvimento é a existência de pólos antagônicos que se encontram em unidade relativa e em luta permanente [luta de classes no Maciço como motor do processo social de desenvolvimento]; 4) A realidade apresenta-se em diferentes níveis. Nossa experiência sensível capta apenas os aspectos externos dos objetos e processos. Já os elementos e relações internas – isto é, a essência – com que se estabelecem as leis e teorias que visam explicar os fenômenos da realidade social só podem ser conhecidos por meio do pensamento abstrato; 6) A prática social concreta [entendida aqui como a produção do espaço pela sociedade como um práxis] é: a) a base do conhecimento; b) o critério de verdade de nossas representações teóricas; c) a única forma de transformar o mundo.

16 No governo atual quem assume o Programa Cidades do Ceará, como os demais programas e projetos que atuam no espaço urbano-regional é a Secretaria de Cidades.

17 A respeito desta forma de trabalhar Santos comenta “(...) o objeto de análise é o presente, toda a análise histórica sendo apenas o indispensável suporte à compreensão de sua produção. Nesse caso, é importante levar em conta de que não se trata de efetuar uma prospecção arqueológica que seja, em si mesma, uma finalidade. Trata-se de um meio. Isso não nos desobriga de buscar uma compreensão global e em profundidade, mas o tema de referência não é uma volta ao passado como dado autônomo na pesquisa, mas como maneira de entender e definir o presente em vias de se fazer (o presente já completado pertence ao domínio do passado) permitindo surpreender o processo e, por seu intermédio, a apreensão das tendências, que podem permitir vislumbrar o futuro possível e as suas linhas de força.” (SANTOS, 1992, p.19).

Primeiramente, cabe-se fazer uma delimitação do tipo de pesquisa que se coloca aqui que para Soriano (2004) podem ser de dois tipos: direta e/ou documental. Na primeira, a informação é obtida diretamente da realidade social mediante técnicas como observação, entrevista semi-estruturada, enquete, história de vida e outras. Na segunda do tipo documental, tipo de pesquisa usado neste trabalho, mas não exclusivamente, recorre-se a fontes históricas, monografias, informações estatísticas (censos, estatísticas vitais) e a toda documentação existente sobre o tema para subsidiar a análise do problema¹⁸.

A pesquisa parte da análise de dados qualitativos e quantitativos, fazendo pouco uso de técnicas estatísticas, analisou-se os fenômenos descritos no acervo documental, contemplado pela pesquisa bibliográfica e os confrontou com a observação direta do ambiente, palco da pesquisa - municípios da região sub-serrana do Maciço do Baturité. A revisão e análise do material documental existente a respeito dessa problemática serviram para orientar a escolha do método e das técnicas utilizadas.

A pesquisa, de acordo com Soriano (2004) não apresenta um caráter linear de utilização de passos de pesquisa fixos, sendo mais processual, variando com as possibilidades concretas que se colocaram ao pesquisador. Assim, a pesquisa apresentou um processo de idas e vindas, à medida que novas informações eram coletadas e novas situações se colocavam, dando uma nova luz aos seus objetivos e a realidade a qual estudava. Isto pode ser justificado pelo caráter dinâmico da produção científica.

Trabalhou-se com limites temporais não completamente fixos. Por exemplo, quando se objetivava analisar o problema durante um determinado período usou-se um estudo transversal, sem, contudo deixar de conhecer suas variações ao longo do tempo, fazendo assim um estudo longitudinal. Mas, tendo como marco temporal as políticas públicas realizadas a partir de meados da década de 90, isso quando se tratava do estado do Ceará, e usando um período inferior quando se tratava de políticas para a região estudada, por conta de sua mais recente formulação.

Na primeira etapa do trabalho, utilizou-se a documentação indireta, através do acesso à leitura, compilação e consolidação de pesquisa bibliográfica e análise documental em material previamente selecionado.

18 Sobre a pesquisa do tipo documental Soriano (2004) nos diz “O trabalho pode utilizar fontes documentais e apoiar-se em informações de campo, tanto para colocar o problema como para formular as hipóteses e procurar comprová-las. (SORIANO, 2004, p.27)

Posteriormente, a técnica utilizada passou a ser a documentação direta do tipo intensiva, através de conversas informais e entrevistas semi-estruturadas realizadas com fontes-chave como: a presidente da ADR, sua secretária e alguns técnicos e secretários de Estado dos municípios, membros da AMAB seguindo os procedimentos: análise documental de relatórios de pesquisa, formulários e outras documentações da AMAB e ADR, identificando suas necessidades, práticas e intenções.

A população da pesquisa consiste em pessoas envolvidas com o poder público, com instituições públicas e privadas e lideranças políticas, econômicas e intelectuais dos municípios pertencentes à AMAB, envolvidos de alguma forma com a problemática. Fazendo-se assim uma amostra seletiva das fontes-chave, com o uso da técnica de entrevistas semi-estruturadas e tendo como instrumento de coleta os guias de entrevista (caderneta ou gravador).

Para seleção da amostra, a técnica mais indicada para definir a amostra da pesquisa é a não-probabilística do tipo intencional, a qual consiste em selecionar fontes-chave na população que, com base nas informações disponíveis, possam ser consideradas representativas de toda população.

Dada a natureza complexa da pesquisa foi necessário reunir todo um embasamento teórico variado para sua compreensão. Partindo deste pressuposto fez-se necessário a abordagem de temas das ciências geográficas, antropológica, histórica, econômica, sociais e outros. Porque, somente através de um estudo interdisciplinar será possível a análise mais aprofundada e próxima da realidade desse fenômeno.

Foi necessário um método que abarcasse todas essas dimensões, e que com suas categorias pudesse dar respostas a essas inquietações dos geógrafos e demais estudiosos do urbano. Esse método deve ser, ao nosso ver, o *materialismo histórico e dialético*, onde a fusão da teoria abstrata e da prática concreta permite a criação de uma prática teórica. Neste método existe a busca da chamada *totalidade*¹⁹ dos fenômenos.

¹⁹ Sobre a totalidade Harvey (1980) explica como sendo a busca de moldar as partes de modo que cada parte funciona para preservar a existência e estrutura geral do todo (...). Uma consequência que se segue é que cada elemento reflete dentro de si todas as características da totalidade porque ele é o lugar de uma série de relações dentro da totalidade (HARVEY 1980, p.250).

A introdução da *dialética espaço-tempo*²⁰ nos estudos da geografia é fundamental para compreendermos as leis de movimento das formações espaciais e seu conteúdo histórico. Geralmente transformamos o espaço em tempo, historicizando o que é para Massey (2006, p.11) “uma transformação (uma reorganização) da geografia (uma simultaneidade espacial de diferenças) em uma só história”.

A delimitação do campo de pesquisa como sendo o do desenvolvimento e sua relação com a produção do espaço é de fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa, na medida em que contribuirá para delimitar melhor o objeto e área de estudo. Analisando seu quadro natural, sua estruturação urbana atual, os setores da economia e sua participação específica na economia da região, como também esboçar uma análise sobre seus equipamentos de consumo coletivos e o grau de acessibilidade da população para com eles.

A seguir, partimos para o estudo das regionalizações e seu papel político e econômico no intuito de desvendar a produção social pretérita do espaço do Maciço de Baturité e sua relação com a atual, tratar-se-á assim dos aspectos geográficos da formação sócio-espacial da região do Maciço de Baturité como também do próprio Estado do Ceará. Essa caracterização tem como meta chamar a atenção, tanto para o papel do planejamento estatal na configuração atual do Maciço, como também da prevalência ou não de algumas relações sócio-espaciais relacionadas ao mesmo.

Parte-se, em seguida, para o estudo do papel dos novos paradigmas na área da gestão de regiões e cidades – desenvolvimento regional endógeno, planejamento territorial e empreendedorismo urbano, na gestão das cidades do Maciço de Baturité. Mostra-se que alguns dos princípios administrativos desses paradigmas já podem ser encontrados na gestão regional e de algumas cidades da região.

Por fim, a última parte vem discutir embasada em alguns dados sociais e econômicos os reais resultados dessas novas formas de gerir, que tem como base premissas como competitividade, equidade social e sustentabilidade ambiental, mas vem trazendo resultados que destoam com o discurso de seus apologistas.

²⁰ HARVEY (2000; 2005); SOJA (1993)

2. NATUREZA E SOCIEDADE NO MACIÇO DE BATURITÉ

2.1. Contextualização Geoambiental e suas ligações com a forma de uso e ocupação do Maciço de Baturité

A maior porção da sub-região serrana do maciço encontra-se dentro da unidade de conservação APA da serra de Baturité, que contém a maior área de Mata Atlântica “preservada” do Estado²¹ (Figura 1), como destaca Cavalcante & Girão (2006)

No estado do Ceará, a Mata Atlântica é encontrada nas vertentes à barlavento da Chapada do Araripe e Planalto da Ibiapaba e sobre as serras de Maranguape, Aratanha, das Matas, do Machado, Meruoca, Uruburetama e Baturité. Dentre esses lugares a serra de Baturité é, notoriamente, a mais atrativa e majestosa e isso fica bem respaldado no topônimo Baturité, originário do termo indígena *batuité* (batu – serra; ité – melhor que as outras) que literalmente significa, serra melhor que as outras (CAVALCANTE & GIRÃO, 2006, p.367-368).

Desta forma, existe toda uma preocupação por parte do Estado e da sociedade com a sua preservação, mas que nem sempre se reflete nas suas ações, daí já existirem uma série de problemas ambientais que podem ser enquadrados dentro do que se convencionou chamar de questão ambiental que para Rodrigues (1998, p.13) significa “A questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza. Diz respeito não apenas a problemas relacionados à natureza, mas às problemáticas decorrentes da ação social”. Sendo assim se colocam em destaque contradições da produção social do espaço e das formas de apropriação da natureza.

²¹ A Mata Atlântica no seu significado mais fiel é entendida como uma vegetação ombrófila, que não perde suas folhas na estação seca e detentora de elevada riqueza de espécies arbóreas que, por sua vez, oferecem suporte a inúmeras outras formas de vida como as epífitas, cipós e a fauna (CAVALCANTE & GIRÃO, 2006)



Figura 1 – Placa informativa da APA - Guaramiranga
 FONTE - Alexandre Sabino, 2008

O conceito de Formação sócio-espacial foi fundamental para podermos analisar como a área em estudo se constituiu, mediante o conceito de formação espacial os estudos geográficos incorporaram a dialética sócio-espacial, o que significa, para Santos, superar os enfoques dualistas que opõem Homem-Natureza. Sobre isto, Santos (2005) afirma

Modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social (SANTOS, 2005, p.)

A serra por suas características climáticas e paisagísticas diferenciadas, que também foram mais favoráveis à atividade agropecuária comparada com o ambiente da caatinga logo abaixo, despertando ao longo de sua história o interesse, principalmente, dos fazendeiros ligados ao binômio pecuária-algodão que subiam a serra em períodos de maior estiagem, e passaram a consumir aquele espaço de forma predatória. Tudo isso baseado na compreensão tradicional das relações sociedade e natureza, que considera o homem e a natureza como pólos excludentes, tendo subjacente a concepção de uma natureza objeto, fonte ilimitada de recursos. Desta forma, partiremos para uma análise das condições geoambientais do Maciço para melhor compreender os limites e potencialidades de uso por parte do homem

desse espaço, e depois somaremos a isso uma análise da estrutura urbano-regional e das atividades realizadas neste espaço.

O Maciço de Baturité é composto de 13 municípios (Acarape, Aracoíaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção), a aproximadamente 100 km da Capital. Corresponde a uma área de 3.750km², equivalente a 2,6% do território estadual, ocupando a 9ª posição em extensão no ranking das 20 regiões administrativas cearenses existentes em 2006(figura 2). Sendo que, o seu conjunto de cidades só se consolidou como região no século XIX. Vale salientar que os municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti estão inseridos dentro de uma das últimas reservas de Mata Atlântica do Estado do Ceará, Área de Proteção Ambiental, APA do Maciço de Baturité (1990), que foi criada por Lei Estadual.

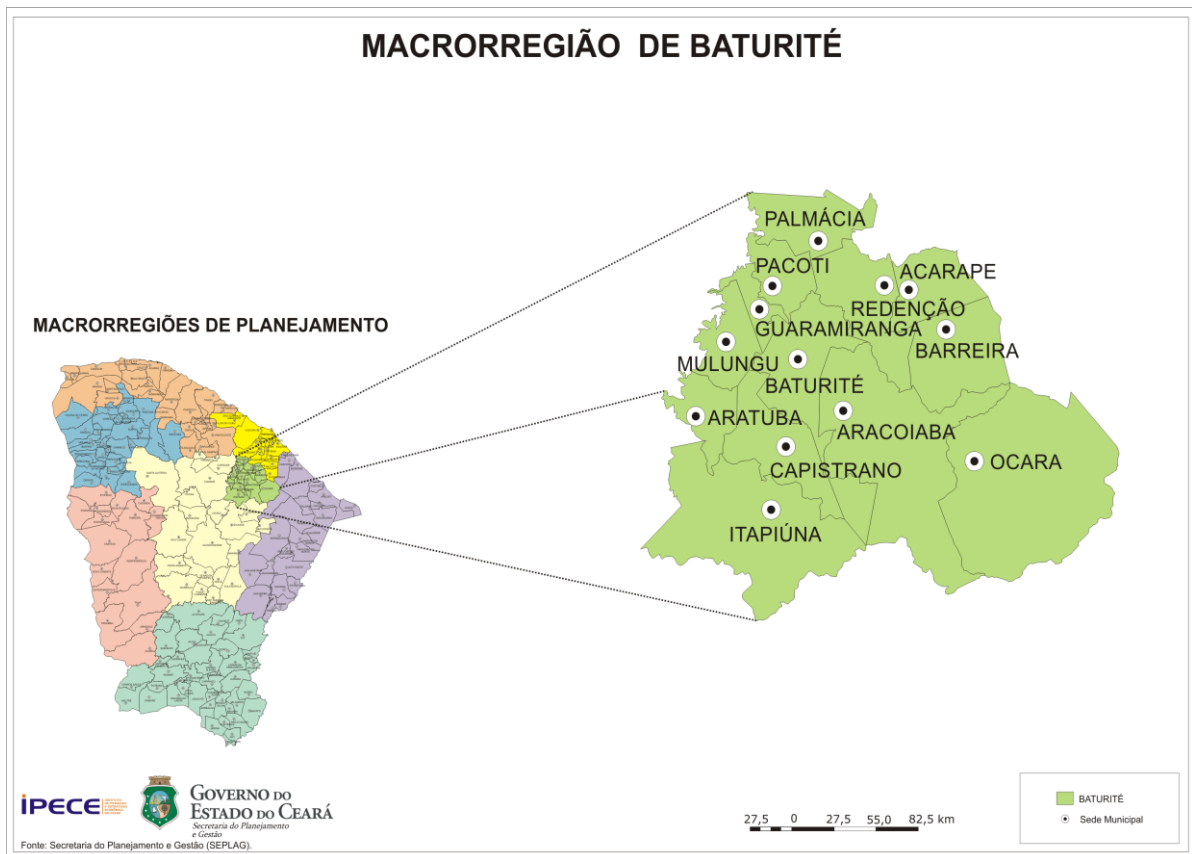


Figura 2- Macrorregião de Baturité
FONTE: IPECE/2007

A área do Maciço de Baturité e dos Sertões do entorno constitui, em parte, um enclave úmido em relação ao domínio morfoclimático das depressões intermontanas semi-áridas revestidas por diferentes tipos de caatinga. Cabe destacar aqui a importância do

conhecimento das bases naturais da região para a compreensão de suas formas de uso e ocupação ao longo da história, como também para o planejamento do seu futuro²². Sobre isso Souza M. N.(2000) afirma

(...) O conhecimento e a análise dos sistemas naturais compõem a base da planificação do desenvolvimento que visa a criar melhores condições e bem-estar para os homens. A compatibilização das políticas de desenvolvimento econômico e as defesas e controle do ambiente constituem o caminho adequado para a promoção do desenvolvimento integrado e sustentado a longo prazo. Nessa perspectiva, a utilização racional do meio natural maximiza os impactos positivos oriundos de um meio organizado e minimiza a ação dos impactos negativos sobre os geossistemas (SOUZA M. N., 2000, p. 07).

Cada unidade geoambiental é possuidora de características tanto de potencialidades como de limitações de usos específicos de recursos. Como o nosso estado está submetido na sua quase totalidade ao clima semi-árido, a região do Maciço de Baturité foi logo cedo objeto de diferenciação e procura por parte da sociedade residente no seu entorno, por se constituir em uma área representativa de um geossistema de exceção que configura um enclave úmido e subúmido. A região se encontra dentro do domínio estrutural dos Escudos e dos Maciços, que possui como características a presença de litologias datadas do pré-cambriano, sendo que as formas de relevo que o integram exibem os reflexos de eventos tectônico-estruturais remotos, possuindo como relevo dominante as depressões periféricas derivadas de processo denudacionais (SOUZA M. N., 2000).

O Maciço de Baturité é constituído, desta forma, por formações do tipo maciços antigos metamorfizados e submetidos remotamente às influências do tectonismo plástico e ruptural, contribui assim para um diversificação fisiográfica e ecológica do semi-árido cearense. Sua litologia metamórfica possui uma orientação NNE-SSW e altitudes que variam de 500 a 800m, que se somando a disposição do relevo em face do deslocamento dos ventos condiciona a formação de chuvas orográficas na vertente oriental e nas cimeiras (Figura 3).

²² “O projeto ÁRIDAS (1994), desenvolvido pelo Ministério do Planejamento e pelos governos estaduais do Nordeste, esboçou uma estratégia de desenvolvimento sustentável, em que foram concebidas as áreas seguintes: conservação da natureza e proteção ambiental; ordenamento do espaço regional; transformação produtiva; capacitação de recursos humanos e equidade; avanço científico-tecnológico e inovação; ação política, gestão e controle social” (SOUZA, 2000, p.08)



Figura 3 – Foto da vertente oriental do Maciço
FONTE – Alexandre Sabino, 2008

A vertente ocidental, com chuvas mais escassas, apresenta configuração mais semelhante ao semi-árido em si (Figura 4). Destaca-se também o padrão de drenagem na região que é dendrítico fechado, contribuindo para intensificar a dissecação do relevo em feições de cristas e de colinas (SOUZA M. N., 2000).



Figura 4 – Foto da vertente ocidental do Maciço de Baturité
FONTE – Alexandre Sabino, 2008

Por conta dos fatores citados, existe também na área a ocorrência de certa regularização e acentuação das precipitações, que atenuam a temperatura local. Deve-se lembrar também que as condições edáficas são satisfatórias em face do predomínio de solos podzolizados, que possibilitam práticas agrícolas diversificadas²³.

Embora a precipitação média da região seja alta, o que faz do Maciço de Baturité uma “ilha úmida” dentro do quadro climático nordestino, existe pronunciadas diferenças de precipitação, conforme a orientação geográfica das suas vertentes, como afirmamos anteriormente, em relação aos ventos alísios, que trazem para o continente a umidade da Convergência Intertropical. Assim, o relevo controla a temperatura e a precipitação. O efeito orográfico sobre a distribuição das precipitações provoca diferenças no desenvolvimento dos solos e da vegetação. A Vertente Oriental é úmida, enquanto a Vertente Ocidental é semi-árida. Tanto no maciço quanto na depressão, a repartição das chuvas apresenta irregularidades intra-anuais e interanuais, o que, historicamente, tem causado frustração de safras e severo rareamento dos recursos hídricos. Vale ressaltar também sua importância como provedor de água para a população local e de parte da população da cidade de Fortaleza, pois faz parte da bacia hidrográfica metropolitana, tendo assim uma ligação forte com a capital por esse motivo.

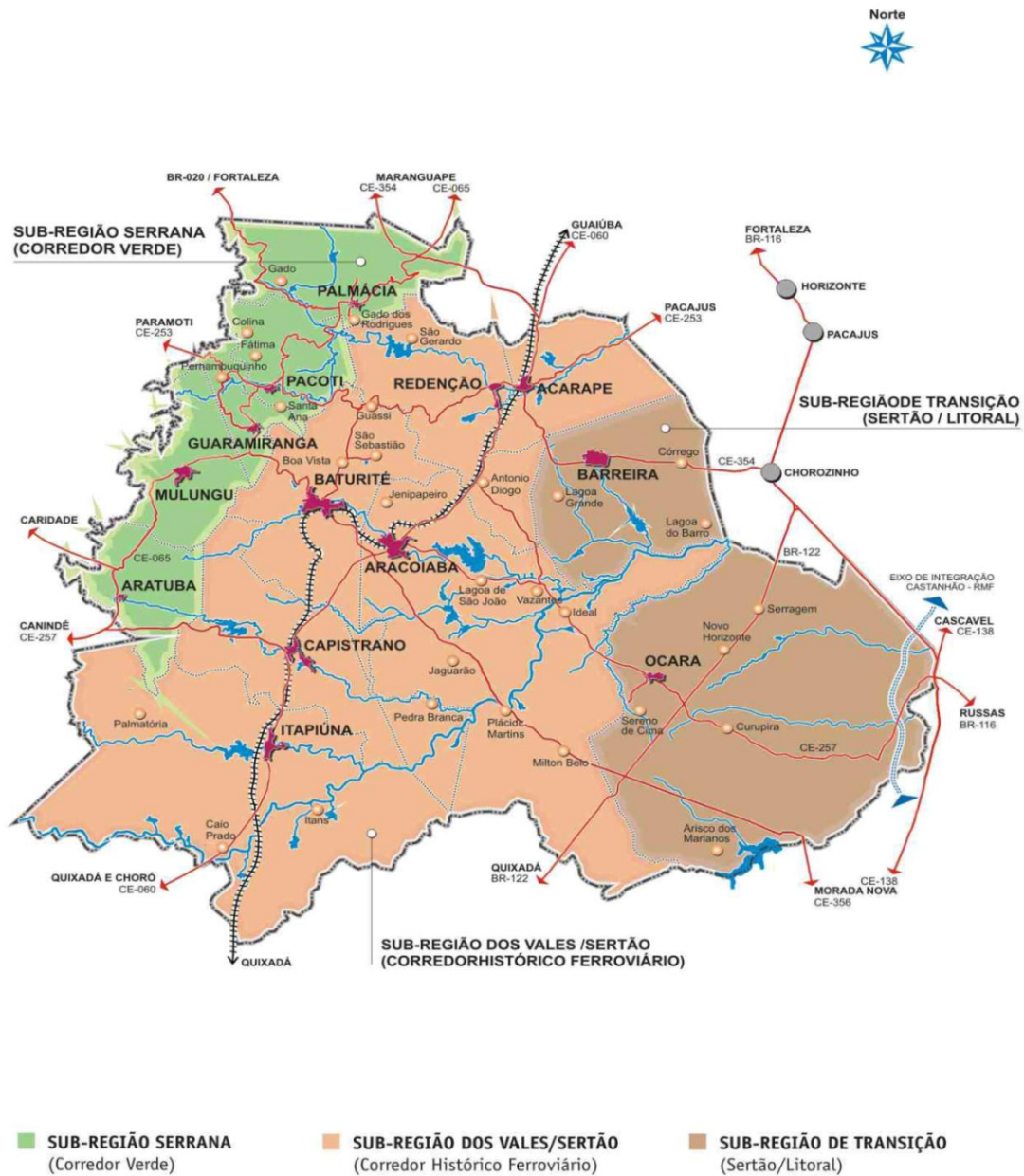
Quanto à cobertura vegetal, o Maciço é representado pelas matas pluvionebulares, que ocorrem nas serras do tipo úmidas cristalinas. A área embora bastante descaracterizada comporta grandes variações de padrões fisionômicos e florísticos. Incluem-se desde formações florestais, formações arbustivas semicaducifólias, até campos de altitude, vegetação de rochedos e caatinga com variados padrões taxonômicos e fisionômicos (IBAMA, 2002). Sendo este um fator de diferenciação geográfica importante para a atividade do turismo na região, como também para a produção de flores, que, hoje, já se encontra sobre a forma de um Arranjo Produtivo Local. Podendo-se ainda relacionar ao clima agradável, pois na serra de Baturité, as temperaturas, de modo geral, são atenuadas pelos desníveis altimétricos elevados e variam entre 19° a 22°C.

²³ Na região podemos destacar dentro dessa diversidade as produções de: café, banana, cana-de-açúcar, milho, feijão e hortaliças.

Com relação aos solos, de acordo com Souza M. N. (2000, p. 41), as condições ambientais da porção úmida incluem a maior ocorrência de solos “profundos ou medianamente profundos, moderadamente drenados; textura areno-argilosa e fertilidade natural de média a baixa, já a vertente ocidental semi-árida possui solos pouco profundos; moderadamente ou mal drenados; textura média argilosa e fertilidade natural média a alta”. No seu conjunto podem apresentar, respectivamente, desde deficiência de fertilidade e suscetibilidade à erosão; impedimentos a mecanização, como também deficiência de água ou excesso da mesma na estação chuvosa.

Observou-se uma subdivisão desta região em três sub-regiões: serrana, vales/sertão e transição sertão/litoral (Figura 5). Sendo de destaque para esse estudo a sub-região serrana, também denominada de corredor verde, pelas suas características climáticas e paisagísticas que servem de potencialidade para o desenvolvimento da atividade turística na região, que é composta pelos municípios de Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Palmácia, em sua maioria pertencentes à APA da serra de Baturité, sendo que apesar disto a utilização da terra nesses municípios assume proporções e condições preocupantes. Isso se reflete no uso agrícola da terra como também na sua ocupação para habitação na história.

Na segunda metade do século XIX, considerado o período áureo do Maciço momento onde foram criados municípios importantes como Redenção e Pacoti, época, também, da introdução do café, em altitudes variando entre 500-600 metros, o mesmo sendo plantado no lugar da mata sem sombreamento e acompanhado de irrigação. Houve, contudo o ressecamento do solo que rompeu com o equilíbrio fitopedológico. Obrigando os lavradores após 50 anos de cultivo, passarem a fazer o sombreamento do café na primeira metade do século XX, com o abandono da irrigação, possibilitou novas esperanças aos sítiantes da serra que se adensaram mais ainda, e mesmo com a crise de 1929-1930 não se abateram, pois o café cearense tinha um amplo mercado regional interior que alcançava da Amazônia à Bahia. Isso sem falar do corte de madeira e das culturas de hortaliças que recobrem grande parte do Maciço.



Escala: 1: 400.000

Figura 5 – Divisão do Maciço em sub-regiões

FONTE – Plano de Desenvolvimento Regional/Maciço de Baturité

2.2. Estruturação Urbano-regional do Maciço de Baturité

“(…) não existe cidade sem região, nem região sem cidade.”
(Georges Chabot)

Para Santos (2005), uma rede urbana é um conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto com uma rede de infra-estrutura de suporte e com os fluxos que, através desses instrumentos de intercâmbio, circulam entre as aglomerações. No atual processo de urbanização brasileira, verifica-se uma reestruturação socioespacial caracterizada pela descentralização das tradicionais formas de concentração urbana, e a criação de novas formas espaciais, que comportam novas territorialidades de grupos sociais. Sendo que na escala interurbana e regional, são produzidos novos processos de desconcentração e reconcentração espacial da população, das atividades econômicas e da informação sobre o território.

Portanto é nesse contexto contemporâneo que pretendemos apresentar a estruturação urbana do maciço de Baturité e sua ligação com o sistema urbano estadual, que tentam se situar em um contexto onde as oportunidades estratégicas que cidades e regiões oferecem ao capital são evidenciadas em lugares onde as tendências de urbanização se manifestam em diversas escalas e formas espaciais.

Agregando treze municípios, o Maciço de Baturité é considerado, segundo a divisão do Brasil feita pelo IBGE das cidades do Ceará segundo regiões de influências das cidades²⁴ como um centro de zona, existindo no estado mais 29 centros de mesmo nível, que se caracterizam por serem aglomerações urbanas que possuem uma cidade como polarizadora – Baturité - que fornece serviços a um número reduzido de pequenas localidades próximas. Desta forma teria extrema ligação com Fortaleza que seria a metrópole regional. Dentro da nova divisão regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1990)²⁵, as cidades do Maciço se encontrariam dentro da microrregião geográfica de número 13, sendo

²⁴ Divisão para fins de ação administrativa feita por estudo do IBGE (1987), que se pautava dentro do seu norteamento teórico em indicadores que exprimissem os relacionamentos urbanos, através da rede viária e fluxos de passageiros e das relações entre cidades com o levantamento de distribuição de bens e serviços à economia e à população - critérios da divisão em regiões funcionais urbanas, 1972 – como também na análise: arranjo espacial da rede de centros; a caráter temporário de seu funcionamento; dimensão da área de influência e volume da população servida por centro do mesmo nível hierárquico e existência de dois circuitos de rede (LIMA, 2000).

²⁵ Divisão que Lima explica como “A decisão em renovar a regionalização do País se devia, conforme o IBGE (1990:7), à dinâmica do processo de desenvolvimento capitalista, traduzida pela inevitável desigualdade da organização espacial que comporta diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital e pela atuação crescente do papel do Estado naquele processo” (LIMA, 2000, p.212). Desta forma dividiram-se os estados em mesorregiões e estas em microrregiões.

indicadores básicos para essa identificação feita pelo IBGE: a estrutura da produção e a interação espacial (área de influência dos centros sub-regionais e centros de zona).

Na pesquisa, utilizamos a divisão encaminhada pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável do Governo Tasso Ribeiro Jereissati (1995-1998) a qual estabelece a composição da Região Metropolitana de Fortaleza e das microrregiões do Estado do Ceará, num total de 20 regiões administrativas ou RGAs²⁶, sendo a partir desta divisão que se abrirá a discussão dos conselhos regionais de desenvolvimento e das agências de desenvolvimento regional abordados nesse estudo; a RGA da região da serra de Baturité é a 8ª RGA na classificação e está contida na MRG 13, tendo como sede o município de Baturité que foi considerado como de nível 4ª – centros locais - em funcionais urbanas e centro de zona na influência das cidades. Para Lima (2000, p. 236) este momento representou um marco, pois várias divisões haviam sido feitas, mas nenhuma operacionalizada, sobre isso diz “Diferente do primeiro período desse mesmo gestor, a regionalização passa agora a ser operacionalizada, especialmente com o funcionamento dos conselhos regionais”.

Entretanto, atualmente, já se tem uma nova regionalização sendo estabelecida pelo atual governo do estado, que se justifica pelo fato de haverem várias regionalizações no Estado com díspares divisões territoriais que dificultam o planejamento e uma administração logicamente dirigida. Sendo que, essa profusão de regionalizações atrapalha as ações públicas. Deve-se registrar que as diversas regionalizações elaboradas pelas secretarias de governo não guardam nenhuma similitude com a regionalização do Estado feita pelo IBGE. Sobre essa nova regionalização documento do IPECE afirma

Há de se ter em mente, entretanto, que o objetivo de tal regionalização é permitir que todas as políticas públicas adotadas pelo Governo, convirjam para os aglomerados humanos estabelecidos em espaços físicos bem determinados, tendo como suporte o planejamento e objetivando uma administração efetiva e eficaz [afim de] contribuir para que se estabeleça bases sólidas para a promoção da desconcentração espacial do desenvolvimento, a promoção do potencial das áreas interioranas, suportadas por gestão integrada e compartilhada do território cearense (IPECE, 2007, p.38).

É importante neste momento entender a relação da região estudada com a RMF, que dada a sua proximidade e toda a pujança da metrópole advinda do caráter macrocefálico da urbanização cearense, onde a capital concentra não só a população urbana e atividades econômicas, mas também poder político e a gestão do território. Sendo que das cidades estudadas da região a atividade econômica mais expressiva é o terciário. Faltando para a

²⁶ Em 26 de junho de 1995, a Lei Complementar nº 03 foi promulgada, definindo a composição da RMF e das 20 RGAs.

região forças centrípetas para que a mesma possa “concorrer” com as demais regiões, para tanto dois fatores são fundamentais: potencial de mercado e oferta de serviços públicos. Lembrando Santos (1994) em a “A Urbanização Brasileira” onde este comenta que cidades consideradas nas suas funções terciárias como centros das atividades de serviços, não são organismos independentes e isoladas umas das outras. Assim alguns serviços especializados só podem ser encontrados na metrópole regional, serviços esses reclamados pelas atividades econômicas e pela vida da população (insumos para o APLs²⁷, serviços de saúde especializados que não existem na região etc.). Desta maneira, Fortaleza como metrópole regional organiza a vida econômica e social de sua região de influência, quer diretamente ou indiretamente.

Ao contrário de vários trabalhos que consideram a região do Maciço de Baturité como uma rede urbana praticamente autônoma (PDR, Planejamento Biorregional/IBAMA) neste considera-se esta como uma aglomeração de centros urbanos e de suas zonas de influência no interior de uma região controlada por uma metrópole regional e sua rede urbana. Sendo, hoje, configurada como rede urbana mais por questão de origem das cidades e pelo elemento político-administrativo.

2.3. Distribuição da população e sua dinâmica no espaço e tempo

A análise da configuração demográfica do Maciço de Baturité confirma a ausência de concentrações populacionais significativas capazes de dar suporte a estruturas urbanas mais complexas (IBAMA, 2002), e também refletem a tendência geral na distribuição da população, tanto no Ceará como na Região Nordeste, que é a de um crescimento da população urbana em um ritmo muito rápido, com repercussões na organização e estruturação do espaço.

Segundo estimativas do IBGE, a população regional para 2006 era de 225.590 habitantes, comparados com os 210.218 de 2000, representando 2,7% da população estadual. Desse contingente, 49,0% reside na área urbana e 51% na área rural. Em que pese a maior

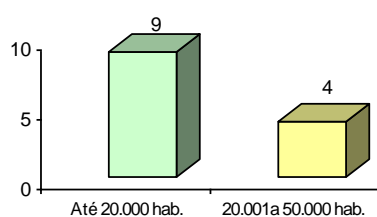
²⁷ Segundo o grupo difusor do termo APL no Brasil, a Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST) Arranjos Produtivos Locais são aglomerações espaciais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas e suas variadas formas de representação e a associação. Envolvem, também, diversas instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. A participação e a interação das empresas podem ser desde produtores de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadores de consultores e serviços, comercializadoras, clientes entre outros (REDESIST, 2003).

expressividade populacional na área rural, observa-se uma tendência crescente de urbanização, cuja taxa passou de 38,9%, em 1991, para 45%, em 2000 e 49,0%, em 2006. Cabe ressaltar que somente a partir de 1980 o Ceará registra população urbana maior do que a rural. Uma década após ter se verificado essa inversão no Brasil, o estado acompanha a tendência de urbanização das cidades brasileiras, não só nas grandes cidades, mas também nas médias e pequenas.

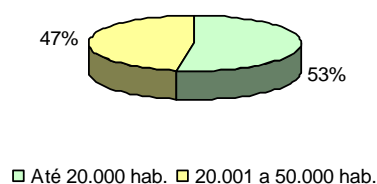
Com relação à distribuição espacial da população, verifica-se que nove dos treze municípios concentram 52,8% de sua população na faixa de 20.000 habitantes, enquanto 47,2% residem nos outros quatro (Aracoiaba, Baturité, Ocara e Redenção). Baturité é o município mais populoso do Maciço com uma população estimada de 31.736, em 2006, enquanto os menos populosos são Guaramiranga, Mulungu e Palmácia, com população inferior a 10.000 habitantes. E completando a área estudada temos Aratuba e Pacoti junto com os demais em uma faixa de 10.000 a 20.000 em média (Gráfico 1). É importante mencionar que a rede de núcleos urbanos do Maciço é comandada pela cidade-pólo de Baturité que vem apresentando forte tendência de urbanização, mas que passa a perder parte de sua polarização em decorrência da melhoria dos transportes na região. É também necessário lembrar que os municípios da sub-região serrana, área que iremos focar apresentam uma situação na qual a população rural é maior que a população urbana, desta forma, uma proposta de desenvolvimento para essa sub-região, que leve em conta essa realidade, deve atentar primeiramente a resolver os problemas do campo. Campo esse onde podemos encontrar uma concentração fundiária considerável; problemas de estagnação das atividades agropecuárias e aumento do preço da terra devido à grande especulação imobiliária ocorrida, hoje, principalmente nessas cidades que possuem valores paisagísticos e climáticos diferenciados que atraem turistas e veranistas.

Gráfico 1 – População do Maciço de Baturité e sua distribuição

Classificação do número de municípios da macrorregião de Baturité, segundo o porte - 2006



Classificação da população dos municípios da macrorregião de Baturité, segundo o porte - 2006



FONTE: SDLR/IBGE

Analisando-se o processo de ocupação do Maciço de Baturité, ver-se que este se assemelha ao processo de ocupação do estado do Ceará. Logo, não podemos desprezar esta perspectiva de análise, pois trata-se de um estudo trans-escalar no tempo e no espaço. Desta forma, temos a capitania do Ceará que era observada com total desinteresse no início da colonização do país. No Maciço de Baturité a presença colonizadora aconteceu somente em 1680, dois séculos após o descobrimento do Brasil, quando a região foi alcançada pelo Rio Choró por Estevão Velho de Moura e mais seis rio-grandenses do norte. Destaca-se, também, que a revolução industrial do século XVIII provocou algumas alterações e adaptações no sistema, estimulando dessa forma a expansão da cultura do algodão na região semi-árida. Aparecia agora o algodão, nos vastos espaços do sertão nordestino, onde a pecuária extensiva reinara soberana durante muito tempo, vai se combinar com a própria pecuária e com as “culturas de subsistência” na estrutura peculiar, típica, do latifúndio-minifúndio (CEARÁ, 2004). Em Baturité não foi diferente.

Sobre isso, Santos (2005) afirma

A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades ‘externas’, aquelas do modo de produção ‘puro’, quanto pelas necessidades ‘internas’, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita (SANTOS, 2005, p. 28).

Na primeira metade do século XIX os vales da vertente norte e leste dos pés-de-serra eram utilizados como pastoreio e para o cultivo da cana-de-açúcar e para as culturas de subsistência, que eram artigos complementares da alimentação dos fazendeiros da região do entorno da serra que se ocupavam, principalmente, na produção de carne e algodão, e possuíam desta forma um sítio na serra para se abastecerem desses produtos. Formando assim um sistema de relações sócio-econômicas entre serra e sertão que ainda podemos encontrar nos dias de hoje.

Existia na região um fluxo sazonal de trabalhadores. Sobre esse fluxo de trabalhadores na região e seu papel na sua formação, podemos lembrar-nos de Harvey (2003), quando fala sobre a produção de uma economia do/no espaço. Para ele uma economia do espaço surge de processos de acumulação. Na região do Maciço, no seu início de ocupação, existiu um forte fluxo de trabalhadores que de acordo com a época do ano ocupavam e desocupavam a região. Sendo que isto foi deixando suas marcas naquele espaço fruto dessa divisão territorial do trabalho sazonal. Sobre Harvey (Idem) diz

As trocas de bens e serviços (incluindo a força de trabalho) quase sempre envolvem mudanças de localização. Elas definem desde o começo um conjunto em interseção de movimentos espaciais que criam uma geografia peculiar da interação humana. Esses movimentos espaciais estão sujeitos à fricção da distância e, por conseguinte, os vestígios que deixam na terra registram invariavelmente os efeitos dessa fricção, fazendo na maioria das vezes que as atividades se agreguem no espaço de formas que minimizem a fricção. As divisões territoriais e espaciais do trabalho (sendo a distinção entre cidade e campo uma das mais evidentes modalidades iniciais) surgem desses processos interativos de troca no espaço. Assim, a atividade capitalista produz o desenvolvimento geográfico desigual, mesmo na ausência de diferenciação geográfica em termos de dotação de recursos e possibilidades, fatores que acrescentam seu peso a lógica das diferenciações e especializações espaciais e regionais (HARVEY, 2003: p.82-83)

Assim, com Harvey podemos entender como as cidades da região do Maciço podem se diferenciar de forma acentuada em alguns casos, como as cidades localizadas na sub-região do sopé da serra que apresentam certa industrialização e maior percentual de população vivendo na zona urbana, e as cidades serranas que devido ao seu relevo mais acidentado não puderam desenvolver atividades deste tipo, como também um padrão de urbanização mais consolidado. Consolidou-se também na região a plantação de frutas, como a banana, que na época da I Guerra mundial, passou a ter importância comercial, ocasionando desta forma mudanças importante nos sistemas de engenharia e transporte como a construção da estrada de ferro ligando Fortaleza a Baturité, em 1882, que veio facilitar o transporte dos produtos da região. Entrando assim a região na lógica da modernização que significa, entre outras coisas, para Moraes (2002, p.121) “[...] reorganizar e ocupar o território dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço.”.

Por fim, podemos verificar na dinâmica demográfica predominante na região a tendência de crescimento urbano positivo e crescimento rural negativo, que indica uma perspectiva de “rápida” urbanização. Todavia, nem todas as áreas municipais seguem essa tendência permanecendo algumas com tendências rurais predominantes na composição. Como podemos ver mais especificamente por estudo das cidades na região realizado pelo o IBAMA (2002)

(...) Com características de crescimento urbano positivo e crescimento da população rural negativo, encontramos os municípios de Acarape, Baturité, Capistrano, Mulungu, Ocara, Palmácia e Redenção. Um segundo grupo mostra crescimentos urbanos e rurais positivos, sendo o crescimento urbano superior ao rural; são eles: Aratuba, Guaramiranga e Itapiúna. Um terceiro tipo de dinâmica populacional é encontrado naqueles municípios que apresentam taxa de crescimento rural superior ao urbano, como Pacoti e Aracoiaba. (IBAMA, 2002, p.79).

Deve-se, também, considerar outra vertente da dinâmica demográfica representada pela ligação entre o nível de urbanização e o crescimento populacional dentro dos principais núcleos urbanos da região. Como podemos ver no município de Baturité que segundo dados do Censo de 1991, possuía uma taxa de urbanização de 59,67%, passando no Censo 2000 passa a de 69,81%, mostrando o peso desse município na distribuição demográfica da região, sendo que o crescimento da população deste município foi maior no período de 1991-1996 (1,7%) do que no período de 1996-2000 (0,3%). Essa taxa urbanização se aproxima da média estadual. Podemos fazer uma relação desse processo com o que Santos (1994) explica sobre as aglomerações urbanas menos complexas

(...) Nas zonas onde a divisão do trabalho é menos densa, em vez de especializações urbanas, há acumulação de funções numa mesma cidade e conseqüentemente, as localidades de mesmo nível incluindo as cidades médias são mais distantes uma das outras. Este é, por exemplo, o caso geral do Nordeste Brasileiro. (SANTOS, 1994, p. 53)

De acordo com estudo feito pelo IBAMA (2002) retirando-se os municípios de Baturité, Redenção e Acarape, os demais mantêm o predomínio de características rurais da população ligada à produção agrícola. A região vive um momento de transição, onde o ritmo de urbanização cresce, mas ainda predominam características rurais. É de se destacar que o período de referência deste estudo, meados da década de 80 aos dias de hoje, é, praticamente, o mesmo do início das transformações no crescimento populacional da região e de sua expansão urbana.

Deve-se também considerar os movimentos migratórios inter-regionais e intra-regionais na análise da dinâmica demográfica, podemos destacar os efeitos do “êxodo rural”²⁸ em curso na região, com considerável saída de trabalhadores do campo para as cidades da região, por razões já citadas. O que leva a uma maior demanda por serviços urbanos, e por conseqüência mudanças na estrutura urbana dessas cidades.

Quanto à densidade demográfica da sub-região e da cidade pólo estudada (Guia Municipal/2007) temos Baturité (86,21 hab/Km²); Aratuba (78,82 hab/Km²); Guarimiranga (53,34 hab/Km²); Pacoti (116,07 hab/Km²); Palmácia (66,64 hab/Km²) e Mulungú (86,00 hab/Km²). Temos, também, outra relação que achamos conveniente fazer, que seria a relação entre o padrão de distribuição da população entre campo e cidade e os recursos naturais que

28 Para Santos (1981) o êxodo rural “(...) é um fenômeno complexo nos países subdesenvolvidos. Trata-se de forte contingente migratório que, favorecido pelo desenvolvimento da rede viária, se dirige para as cidades e acaba sendo instrumental, em grande parte, do crescimento urbano” (SANTOS, 1981, p. 12)

estas possuem. Possuindo duas vertentes: uma relacionada à expansão da fronteira agrícola e outra através da expansão urbana.

2.4. Sobre o urbano e o rural no Maciço de Baturité

É necessário fazer uma pequena reflexão sobre as relações entre o urbano e rural, como forma de melhor compreender a produção do espaço e a regionalização da região do Maciço de Baturité. Lembrando da característica de cidades pequenas que prevalece na região que apresentam uma fraca divisão do trabalho, como também da já comentada maioria da população dessas cidades vivendo na zona rural. Para Lefebvre, a separação entre a cidade e o campo corresponde à separação entre trabalho material e o trabalho intelectual, cabendo à cidade as funções de organização, direção, atividades políticas, militares e elaboração de conhecimento, sendo desta forma sua análise pautada na divisão do trabalho.

Hoje, está mais difícil definir e separar o rural do urbano, pois novos fatos e processos se desenrolam nesses espaços geográficos, um novo conjunto de atividades não tradicionais passou a ser desenvolvidas no campo. Sobre essas novas atividades, Endlich (2006) comenta

(...) Essas atividades caracterizam-se pela incorporação de novos produtos agropecuários, industriais, prestação de serviços e atividades de entretenimento, caracterizadas pela busca de espaços bucólicos e/ou marcados pela tradição cultural, nos momentos de ócio. Essas atividades emergentes passam em vários pontos do globo, entusiasmando grupos de estudiosos brasileiros que passaram a no Brasil (ENDLICH, 2006, p. 12).

Na região estudada, podemos encontrar o desenvolvimento de algumas dessas novas atividades como a incipiente instalação em algumas localidades de APLs (flores, apicultura e café ecológico), que a exemplo do APL de flores estão em refluxo, e quanto às atividades de entretenimento merece destaque o turismo nos segmentos cultural, ecológico e rural. Destaca-se que essas atividades resultam de combinações específicas de processos históricos regionais e locais somados a estratégias e táticas singulares, levadas a efeito com instituições e organização particulares e públicas (empresas, ONGs, AMAB, ADR) em espaços diferenciados.

Concordamos com Endlich (op. cit.) quando comenta que o debate sobre o rural e o urbano é relevante para quem estuda as pequenas cidades, pois os limites estabelecidos entre essas duas dimensões são procurados exatamente nessas localidades. Torna-se cada vez mais difícil, por exemplo, separar o urbano do rural, ou cidade e campo usando como parâmetro

determinada atividade econômica, como podemos ver com as novas atividades modernas no campo.

Mantendo a perspectiva histórica e atentando para as contradições que acompanham o processo de urbanização da sociedade, concordamos com Lefebvre para quem o urbano e o rural se referem a diferentes condições de vida. Este entendia que com o avanço do capitalismo, a propriedade da terra e a produção agrícola tornam-se negócios dos capitalistas urbanos, sendo comandados por estes. Sobre esse avanço da sociedade urbana diz

Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário 'moderno' o que comportava novas exigências no que diz respeito aos 'serviços'. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida ação das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma uma racionalidade divulgada pela cidade. Geralmente a juventude, grupo etário, contribui ativamente para essa rápida assimilação das coisas e representações oriundas da cidade (LEFEBVRE, 1991/1969, p.17).

Nos próximos capítulos analisaremos grande parte dos elementos do sistema urbano mencionados por Lefebvre suas características e distribuição na região, como também analisaremos a estrutura fundiária da região que é uma das principais condições para diversas formas de uso e ocupação do solo.

2.4.1. O espaço rural do Maciço e de sua sub-região serrana

A agricultura destaca-se como a atividade econômica mais tradicional e geradora de empregos da região, mas que vem passando por uma crise por uma série de fatores que culminam em uma baixa representatividade deste setor no PIB regional, dentre esses fatores destacamos: o baixo nível tecnológico; descapitalização dos produtores; fragilidade na organização comercial dos produtores; baixo nível educacional dos agricultores; dificuldade de acesso a crédito e subsídios e, ainda, a falta de assistência técnica e serviços de extensão que reduzem a competitividade da região, ao mesmo tempo o uso de agrotóxicos tem contribuído para aumentar a pressão ambiental, sem falar no êxodo rural cada vez maior relacionado ao aumento do valor das terras – principalmente da sub-região serrana – advindo da grande especulação imobiliária que vem atingindo a região concorrendo para um aumento considerado da taxa de urbanização da região, como também a emigração da população para

outras regiões, principalmente para RMF.²⁹ Uma das características da agricultura do Maciço de Baturité é a sua diversidade, tendo sido responsável pelo povoamento e formação dos núcleos urbanos, e pela diversidade dessa ocupação.

Quanto à aptidão para a agricultura a sub-região que apresenta melhores solos é a sub-região do pé de serra, onde os solos possuem boa profundidade, planos, bem drenados, que se associam às boas condições climáticas da região. Praticamente a maior parte da agricultura que se pratica é de sequeiro desaconselhável ecologicamente e pouco produtiva, isso na maior parte do Maciço, com sérios impactos no meio ambiente da região.

Quanto à sub-região serrana situada entre altitudes que variam de 400m em Palmácia a 1.114m em Guaramiranga, apresenta alguns fatores limitantes para exploração agrícola, como revelo fortemente dissecado, drenagem imperfeita; pouca profundidade com impedimento a mecanização, sendo que essas características anulam as positivas como: boa fertilidade do sol; regularidade das chuvas; temperaturas amenas. Tudo isso contribui para uma limitação que chega a uma utilização máxima do terreno para cultivo de no máximo 10% do total da propriedade (CEARÁ, 2004).

Dentre os já conhecidos aspectos que retardam a agricultura na região e sub-região estudadas, destacam-se a estrutura fundiária da região e as relações de produção praticadas na mesma. Quanto à estrutura fundiária, assinala-se, por causas históricas, como pudemos observar para algumas regiões da serra, a fragmentação da propriedade por herança, tendo a prevalência de minifúndios abaixo de 10 ha que são incapazes de sustentar uma família, pelas deficiências apontadas na assistência. Pelos dados do último censo agropecuário³⁰ do IBGE 95/96 temos, segundo a pesquisa sobre os estabelecimentos por grupo de área total - para Mesorregiões, Microrregiões e Municípios do Ceará, no estado existe uma forte concentração de terras que se apresentam, principalmente na forma de minifúndios com menos de 10 ha (245.312), propriedades com área indo de 10 a 100 ha

²⁹ Em relatório do IBGE de 1969 “Subsídios ao Planejamento da Área Nordeste: A região de Baturité” já se apontava para o êxodo rural da região. “(...) Na medida em que novos mercados consumidores puderem ser abertos aos produtores da Serra, a produção agrícola atual poderá ampliar-se notavelmente, o que forçará o maior emprego da mão-de-obra. Desta forma poder-se-á diminuir a saída de numerosos contingentes populacionais que abandonam a região à procura de Fortaleza, o que fazem com facilidade em virtude da proximidade da capital, a qual atingem em menos de três horas por trem ou ônibus”. E o mesmo ainda diz “(...) Este êxodo, o mais forte constatado no Ceará, ocorre por ser a Serra um mosaico de experiências agrícolas diversificadas em graus variados de desenvolvimento e estrutura fundiária heterogênea, o que favorece, em algumas áreas a retenção da população e outras a sua liberação”(RIO DE JANEIRO, 1969)

³⁰ Não conseguimos dados mais atuais devido aos dados do censo agropecuário de 2006 ainda não terem sido disponibilizados, com prazo para isto acontecer, somente agora em julho de 2008.

(76.199), estabelecimentos com área de 100 a 200 ha (9.472) e com áreas que vão de 500 a 2.000 ha (2.259), isso reflete históricas características que a estrutura fundiária brasileira possui de desigual distribuição de terras³¹. Sendo que no Maciço não é diferente onde uma forte concentração de terras também se afigura com as mesmas características do estado. O quadro de distribuição na região do Maciço, segundo o mesmo censo, se divide em: minifúndios com menos de 10 há (11.926); já as propriedades com área indo de 10 a 100 ha (2.629); estabelecimentos com área de 100 a 200 ha (268) e as propriedades de 500 a 2.000 (43). Tendo as os percentuais respectivamente em 79,42%; 18,30%; 2,0% e 0,28%. Analisando as propriedades da sub-região serrana temos Aratuba com a maior concentração de propriedades na faixa de até 10 ha, com um percentual de 86% e Guaramiranga como o município com menos estabelecimentos deste porte, com percentual de 52%. Mulungu, Pacoti e Palmácia possuem quanto a esse tipo de propriedade respectivamente os percentuais de 80,26, 79,23% e 70, 67.

Entretanto, analisando dados mais recentes provenientes no anuário estatístico de 2005 que relacionam o número de propriedades com sua área, temos um quadro de extrema concentração fundiária na região do Maciço visto de forma mais explícita, onde o quadro geral de distribuição de terras mostra que, em 2005, enquanto 92,98% dos estabelecimentos³² (6.948) rurais classificados entre minifúndios e pequenas propriedades ficavam somente com 54,21 do total da área dos imóveis, enquanto que 5,25% dos estabelecimentos (393) classificados em entre média e grandes propriedades concentravam 45,26% da área total³³ dos estabelecimentos rurais. Analisando os mesmos dados para a sub-região serrana as proporções

³¹ Sobre isso Oliveira (2005) que com base em autores como MARÉS (2003); MARTINS (2005) afirma que a distribuição de terras no Brasil com suas origens na Lei de Sesmarias, que consistia em uma doação de títulos de concessão de terras a proprietários individuais sob o encargo de serem cultivadas, sendo que era uma legislação completamente regida como instrumento de conquista, pois desconsiderava os autóctones e mestiços, como também de garantia aos capitalistas mercantilistas de que sua mão-de-obra, escrava ou livre não viria a ser proprietária de terras, pois se as terras estivessem à disposição de quem as ocupasse e tornasse produtivas, os capitalistas mercantilistas ficariam sem trabalhadores livres. Portanto a concessão de terras a senhores de escravos e fazendeiros para a construção de engenhos de açúcar e/ou estabelecimentos semelhantes teve por objetivo a formação da aristocracia colonial. Nesse contexto, quem não fosse homem de sangue limpo, não comprovasse ser possuidor de escravos, estava excluído da concessão (OLIVEIRA, 2005, p.30).

³² Considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. (IBGE)

³³ De acordo, também com o IBGE, área total compreendeu a totalidade das terras que formavam o estabelecimento, considerada a situação existente na data do Censo. O estabelecimento cuja área se estendesse a mais de um município foi incluído por inteiro no município em que se achava localizada a respectiva sede ou, na falta desta, naquele em que se situasse a maior parte de sua área. Os dados referentes à área são apresentados em hectare, procedendo-se às conversões das várias unidades de superfície ainda em uso no território nacional.

não se alteram lá teremos 92,39% dos estabelecimentos (1.810) classificados entre minifúndios e pequenas propriedades ficando com 58,67% do total da área, e 5,10% das propriedades (100) classificados entre médias e grandes propriedades concentrando 39,14% da área total de propriedades rurais desta sub-região. No Maciço como um todo se destacam os municípios de Palmácia e Ocara com as maiores concentrações tendo respectivamente 7,94% e 4,98% dos estabelecimentos (24 e 57) classificados entre média e grande propriedade ocupando uma área de (5.252 e 31.722) correspondente respectivamente a 60,63% e 53,83% das áreas totais de propriedades rurais dos seus municípios. Com uma concentração considerada comparativamente menor, em termos, temos o município de Aratuba com 406 estabelecimentos, classificados entre minifúndios e pequenas propriedades, que correspondem a 92,90% ocupando uma área de 5.835 ha que corresponde a 70,73% da área total de propriedades rurais. A concentração pode ficar mais perceptível quando comparamos os 127.813 hectares controlados pelas 393 maiores propriedades (médias e grandes), com os 153.104 hectares ocupados pelos 6.948 estabelecimentos de menor área (minifúndios e pequenas propriedades). Em outras palavras, são 6.948 pequenos proprietários dividindo 153.104 hectares de terra (média de 22,03 ha/estabelecimento), enquanto os 393 maiores produtores, ou não - porque a pesquisa mostra que grande parte das grandes propriedades não é produtiva, dividiam 127.813 hectares (média de 325 há/estabelecimento). Desta forma, poderíamos indagar se essa forte concentração fundiária associada a grandes propriedades aptas e não aproveitadas economicamente na atividade agrícola não seria, hoje, um indicador de uso da terra com fins especulativos ou outros objetivos, evidenciando seu uso como reserva de valor?

No que se refere às relações de trabalho que na década de 60 e 70 segundo relatório da SUDENE/IBGE prevalecia a condição de morador³⁴ na maioria das cidades, com exceção de Aratuba e Mulungu onde o arrendamento de terras para a horticultura começava a se configurar como forma principal. Sobre a condição de morador o relatório dizia

(...) Este não recebe uma diária condizente com suas necessidades financeiras, possui uma família numerosa, produzindo para si apenas culturas de subsistência, ficando os produtos mais valorizados para o proprietário da terra. A situação não se modifica para o diarista (SUDENE/IBGE, 1969, p.07).

³⁴ Sobre essa condição afirma Oliveira com base em Martins "(...) Conforme esse autor, os direitos dos camponeses que viviam agregados nas fazendas só eram reconhecidos como extensão dos direitos dos fazendeiros, como concessão deste, aceita por aqueles. (...) o que se configurava [muitas vezes] era uma relação de troca. A troca variava de serviço e produtos a favores. Até a defesa das terras do sesmeiro era utilizada na troca pela moradia. (...) Dessa condição veio a concepção de 'morador de favor', que existia e existe, ainda, em grande número no Nordeste e em outras regiões do país. A moradia de favor envolveu e envolve, portanto, relações pautadas na troca. Essas relações ultrapassam o trabalho e as relações de trabalho" (OLIVEIRA, 2005, pp.31-32).

Sobre esse tipo de produtor também destacamos que o mesmo não possui estabilidade, sendo o mais apto a se deslocar em decorrência da instabilidade da agricultura e do ritmo de atividade agrícola. Existia também, segundo o mesmo relatório, o diarista-sazonal que emigrava nas épocas de colheita do café e da cana-de-açúcar para a região e para fora dela em períodos entre safras. Sendo que hoje se agrava a condição desses trabalhadores devido às condições supracitadas e os mesmos passam a migrar mais rapidamente para a região metropolitana e outras regiões. Também o pequeno porte dos núcleos urbanos da região que não possuem atividades secundárias e terciárias de escala para poderem absorver esta mão-de-obra que sai do campo e se destinam para Fortaleza, pois a capital com seus atrativos e proximidade é o local mais procurado.

Podemos destacar que além dos deslocamentos extra-regionais de trabalhadores temos também deslocamentos intra-regionais entre as propriedades próximas e entre estas e os núcleos urbanos, devido a atividades como feiras e compras de suprimentos. Como também entre um município e outro, por conta de serviços que são prestados somente em alguns deles, principalmente para Baturité cidade mais urbanizada e que possui assim o comércio mais especializado.

Em diagnóstico socioeconômico realizado pelo IBAMA com dados de meados da década de 90 referente à condição legal de terras “predominam os proprietários, principalmente considerando-se o total da área dos estabelecimentos. Dá-se também a predominância (72%) dos responsáveis e membros não remunerados da família, quando se considera o pessoal ocupado.” (IBAMA, 2002, p.86).

Da análise dos dados do censo agropecuário de 96 quanto à condição legal de terras³⁵ podemos aferir que os estabelecimentos ocupados por proprietários “produtores” predominam no Maciço representando 47% dos estabelecimentos (7.201), ocupando uma área que corresponde a 90,36% (200.267ha) da área total dos estabelecimentos da região. Em segundo, temos os estabelecimentos ocupados por produtores ocupantes e logo após por produtores parceiros, que representam respectivamente 19,80% (2.973) e 18,18% (2.729) dos estabelecimentos, ocupando a pequena área correspondente respectivamente de 5,11%

³⁵ Segundo a conceituação do IBGE no Censo Agropecuário a constituição dos estabelecimentos, segundo a condição legal das terras, segue a seguinte discriminação: próprias (inclusive por usufruto, foro e enfiteuse); arrendadas (mediante pagamento em quantia fixa em dinheiro ou cota-parte da produção); parceiros (mediante pagamento de parte da produção obtida - meia, terça, quarta, etc.); ocupadas (ocupadas a título gratuito, com ou sem consentimento do proprietário).

(11.333ha) e 2,59% (5.753ha). Mas uma vez fica latente a concentração de terras na região, onde iremos encontrar a figura do sitiante³⁶.

Relacionando o número de estabelecimentos rurais da sub-região serrana (4.793) com o número de estabelecimentos total do Maciço, os mesmos correspondem a 31,93% das propriedades da região. Quanto à área os estabelecimentos desta sub-região correspondem a 24% (53.308ha) da área total de estabelecimentos rurais da região como um todo. Destes dados podemos destacar os municípios de Guaramiranga e Aratuba, o primeiro com a maior concentração de estabelecimentos com posse legal de proprietários, possuindo um percentual de 88,78% sobre uma área que corresponde a 96,64% da área total dos estabelecimentos do município, enquanto a área somada de estabelecimentos com posse de parceiros e ocupantes só soma 2,09% da área total. Destacando-se assim pela alta concentração, lembrando que o mesmo município é o principal alvo da especulação imobiliária, na atualidade, no Maciço de Baturité. Já Aratuba destaca-se como sendo o que apresenta o maior equilíbrio na divisão quanto ao tipo de ocupação das terras, tendo, por exemplo, 24,95% de proprietários; 21,13% de parceiros e 33,70% de ocupantes, sendo o que mais se destaca quanto a esse tipo de posse. Mas, quanto à concentração os 24,95% de proprietários concentram 66,30% da área total.

Considerando os estabelecimentos por grupo de atividade econômica, teríamos o predomínio da lavoura temporária (milho, feijão, hortaliças), seguido da lavoura permanente (café, cana-de-açúcar, banana e outras frutas). Deve-se lembrar da divisão das sub-regiões com características distintas quanto a variações de solo, vegetação, relevo, temperatura e pluviosidade, como já explicamos anteriormente. Dentre os municípios da área estudada, podemos destacar que estes possuem certa limitação para o uso agrícola, que é a existência da Área de Preservação Ambiental, APA de Baturité, sabendo-se disso destacamos as suas principais produções e a forma como são realizadas (FROTA, 2007):

- Aratuba: acerola; banana e goiaba irrigadas; algodão herbáceo, mandioca e banana sequeiros; bovinocultura corte intensiva; piscicultura consorciada intensiva.

³⁶ Sobre a história do campesinato brasileiro Oliveira (2005) “Os senhores de engenho, por não poderem adquirir escravos devido ao seu alto custo, para suprir a necessidade de braços, facilitaram o estabelecimento de moradores em suas terras, com a obrigação de trabalharem para fazenda” (ANDRADE apud OLIVEIRA, *ibid*, p.33). Temos também a questão dos sítiantes sendo colocada por Martins (1995) “(...) também havia os posseiros e sítiantes. Ambos às vezes se confundiam, porque a condição de posseiro dizia respeito à relação jurídica com a terra, quando o camponês tinha a posse, mas não tinha o domínio. O sitiante era o pequeno agricultor independente, dono de um sítio, um lugar na terra, e não de uma sesmaria. Agregados e moradores eram também, no entanto, tidos como sítiantes, já que sua área de roça no interior da fazenda também, era definida como sítio, ou roçado.” (MARTINS apud OLIVEIRA, *IDEM*)

- Guaramiranga: algodão herbáceo sequeiro; floricultura e plantas ornamentais irrigado; graviola sequeiro.
- Mulungu: algodão herbáceo sequeiro, banana e mandioca sequeiros; piscicultura consorciada intensiva.
- Pacoti: algodão herbáceo sequeiro; banana sequeiro; floricultura e plantas ornamentais; piscicultura consorciada intensiva; cana sequeiro; cultivo irrigado de goiaba, graviola, laranja, mamão, manga e banana; graviola e maracujá sequeiros.
- Palmácia: cultivo de algodão herbáceo sequeiro, piscicultura consorciada intensiva

Destacamos o uso e ocupação do solo como um dos fatores limitantes para o desenvolvimento da sub-região estudada. Sobre isso temos como base, novamente, o censo agropecuário de 96, que ao tratar das formas de utilização das terras nas propriedades rurais mostra que grandes partes das mesmas não estão sendo utilizadas para fins de produção. Isso se deve, em muito, as limitações naturais já expostas aqui, mas é um quadro bastante grave, pois a maior parte da população da sub-região estudada reside na área rural, com uma média de 65,64% (censo 2000) onde pudemos constatar um quadro de grande concentração fundiária. Apesar de algumas boas iniciativas como a da agricultura familiar que está sendo realizadas na área, que iremos destacar em outra parte do estudo, o que está sendo priorizado pelos governantes é o agronegócio ou uma produção do tipo empreendedora, que não condiz com a situação socioeconômica e cultural da maior parte da população. Destacam-se aqui os Arranjos Produtivos Locais³⁷ de Flores e Café Ecológico que ainda não representam uma mudança significativa nas condições de pauperização da população rural serrana.

2.4.2. Estruturação do espaço urbano-regional do Maciço de Baturité

O processo de urbanização da região do Maciço de Baturité é recente como o do próprio estado do Ceará, pois somente a partir da década de 80 o Ceará registra população urbana maior que a rural. Deve-se analisar o papel das cidades enquanto pontos de interação com o espaço regional, detectando suas funções e o lugar que ocupam na rede urbana

³⁷ A noção de Arranjo Produtivo Local está dentro das novas diretrizes de política de desenvolvimento que relacionam território e competitividade, considerando que o sucesso das empresas está relacionado, na atualidade, a elementos específicos das regiões e localidades onde estão inseridas. Para tanto, a noção de Arranjo Produtivo Local (APL) se coloca como instrumento de intercâmbio entre a busca de competitividade e a base territorial da atividade econômica.

estadual. As cidades do Maciço de Baturité são consideradas, para efeito desta análise, como um subsistema urbano parte do sistema de cidades do Ceará. Sendo consideradas como um conjunto localizado de cidades que apresentam tanto semelhanças como diferenças, que se refletem na sua subdivisão em três sub-regiões (serrana, vales/sertão e transição sertão/litoral), que não registram necessariamente complementaridade entre si. Como já analisado a dinâmica populacional da região acompanha a do estado com uma tendência geral na distribuição da população, que diz respeito ao ritmo de crescimento da população urbana, mas ainda possuindo crescimento em alguns pontos da população rural.

O crescimento urbano é, com certeza, um dos aspectos fundamentais de nossa época. Sendo recente no Nordeste e no Ceará. O mesmo é dependente das condições de ocupação e apropriação do espaço, engendrando tipos de estrutura urbana que variam conforme a região.

Sobre esse mosaico de estruturas urbanas, resultado das diversificações ditadas pelas condições naturais e pela atuação da sociedade se superpuseram diferenciações através dos tempos, devido às contingências históricas e políticas. Sobre este tipo de processo, Santos afirma

(...) Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, 'únicos'. Isto se deve a especialização desenfreada dos elementos do espaço - homens, firmas, instituições, meio ambiente, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal. (SANTOS, 1988, p. 34)

Trata-se de analisar a estrutura urbano-regional e técnico-produtiva expressa geograficamente por certa distribuição da atividade de produção. Veremos como se deu a mesma no Maciço de Baturité destacando a área estudada. Santos, aborda este assunto quando diz

(...) A realização prática de um dos momentos da produção supõe um local próprio, diferente para cada processo ou fração do processo; o local torna-se assim, a cada momento histórico, dotado de uma significação particular. A localização num dado sítio e num dado momento das frações da totalidade social depende tanto das necessidades concretas de realização da formação social quanto das características próprias do sítio. O uso produtivo de um segmento de espaço num momento é, em grande parte, função das condições existentes no momento inicial. (SANTOS, 2005, pp. 30-31)

Para iniciarmos nossa compreensão do processo de formação espacial da região de Baturité faz-se necessário compreender a formação sócioespacial do Ceará tendo como referência o semi-árido, tendo dessa forma a dimensão espacial como explicadora e particularizadora da referida região. Relegado a um segundo plano, o Ceará teve um processo de colonização tardia. Uma das razões era a existência de um território inadequado à exploração econômica da agroindústria do açúcar e a dominância de uma faixa litorânea, que se estendia desde o Ceará até as dunas do Maranhão, submetida a correntes marítimas e ventos desfavoráveis às embarques à vela.

A região do Maciço começou seu processo de expansão urbana na cidade de Baturité seguindo os mesmos parâmetros das demais vilas brasileiras no final do século XVII, que obedeciam as determinações do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1783), o Marquês de Pombal. O historiador José Liberal de Castro em seu texto “Urbanização Pombalina no Ceará: a paisagem da vila de Montemor-o-Novo d’América” (Baturité) explica esse padrão de urbanização ligado a engenharia militar de Portugal

(...) a antiga vila real de Montemor-o-Novo d’ América erigida como “vila de índios” em 14 de abril de 1764, no reinado de Dom José I, e definida por um traçado regular projetado pelo engenheiro Custódio Francisco de Azevedo. Desenhos semelhantes, que às vezes absorviam proposições da engenharia militar portuguesa de fins do século XVII, como parece ser o presente caso, cumpriam normas de organização espacial expedidas pelo Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (Lisboa, 1699 – Quinta de Pombal, 1783) [...] Marcado por quatro fases distintas, o processo de expansão física, inicialmente em malha regular, depois se tornou espontâneo, subindo as próprias abas da serra. Ante tais circunstâncias, a apreensão sensorial integrada da atual paisagem urbana assume especial variedade sincrônica e diacrônica. (CASTRO, 1999, p.01)

Com o desmembramento do núcleo original de Baturité ocorrido ao longo dos anos, formou-se a atual configuração territorial do Maciço, com seus treze municípios. O primeiro município desmembrado foi Redenção, no ano de 1868. Em 1890, foram os municípios de Mulungu, Aratuba, Guaramiranga, Pacoti e Aracoiaba. Em 1951 foi a vez de Capistrano, em 1957, Itapiúna e Palmácia passaram a configurar-se como municípios e por último, 1987, Acarape, Barreira e Ocara (CEARÁ, 2004).

Destaca-se que os primeiros desmembramentos seguiram as determinações pombalinas com sistemas de organização formal mantidos, mas que a medida que se expandiam para as áreas serranas iam perdendo essa configuração e se adaptando ao relevo acidentado, como podemos ver nos núcleos urbanos da sub-região serrana, que procuraram se integrar a paisagem natural circundante.

Do ponto de vista das atividades econômicas, os municípios do Maciço de Baturité mantêm seu desenvolvimento condicionado às atividades baseadas na produção primária. Embora seja significativo o sistema de recursos naturais disponíveis na região, a produção associada à sua exploração não apresenta mudanças sensíveis na sua capacidade de acumulação, e o Maciço que outrora já foi chamado de “Celeiro do Ceará”, hoje, já perde essa características para as produções de outras regiões. Tudo isso devido às incorretas formas de uso do solo, desmatamentos e agricultura arcaica, ainda, praticada no Maciço.

Some-se a tudo isso que as atuais culturas agrícolas baseadas no minifúndio, que vão de encontro com as políticas, ora apoiadas pelo governo, ainda provocam adversidades e risco naturais, e apresentam também restrições ao apoio financeiro pela instabilidade da produção, como também baixo apoio tecnológico e de serviços. Sendo esse apoio encontrado em outras regiões do Estado como a do Baixo Jaguaribe. Sobre isso o relatório do IBAMA afirma

Além de a economia agrícola realizada na região ser incapaz de obter um nível de excedente capaz de alavancar o crescimento regional, outro fator restritivo à diversificação dos serviços urbanos é a proximidade da Região Metropolitana de Fortaleza. Ao contrário de outras microrregiões do Estado polarizadas por cidades médias, no Maciço de Baturité nenhuma cidade é capaz de romper com a inércia da rede urbana formada por cidades locais. O atendimento dos serviços superiores destes municípios é assumido por Fortaleza e sua Região Metropolitana, no papel de principais ofertadores de serviços na hierarquia de cidades (IBAMA, 2002, p. 82).

Atenta-se ao fato que a cidade de Baturité que polariza a região, durante muito tempo comandou a oferta de serviços não especializados, tanto públicos como privados, mas com a melhoria das estradas como a CE – 065 que liga os municípios da serra com o município de Maranguape, e conseqüentemente com a RMF de Fortaleza seu poderio caiu muito, principalmente com o fim da estrada de ferro que durante um bom tempo findava sua linha nesta cidade. Contudo, Baturité ainda destaca-se por ser a cidade mais urbanizada e portadora da maior diversidade de serviços. Sem contar com as instituições e equipamentos do Governo locados naquele município (CREDE, SINE, Centro Integrado de Gestão Regional etc.).

Deve-se destacar o aspecto macrocefálico da urbanização cearense que reforça as disparidades históricas registradas no seu sistema de cidades. Hoje, podemos visualizar uma nova tendência na urbanização cearense, pelo menos almejada pelo Estado, que diz respeito ao crescimento das cidades intermediárias. Os chamados centros urbanos "secundários" estão na linha de frente das ações de apoio ao desenvolvimento. Bar-El (2006) destaca quatro

centros "secundários" representados pelas cidades de: Sobral; Limoeiro do Norte; o aglomerado CRAJUBAR (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha) e Iguatu. Logo após vêm os centros "terciários" onde podemos encontrar Baturité, sendo um centro "secundário" de segundo escalão como podemos observar na gravura (Figura 6) as regiões de planejamento do Governo.

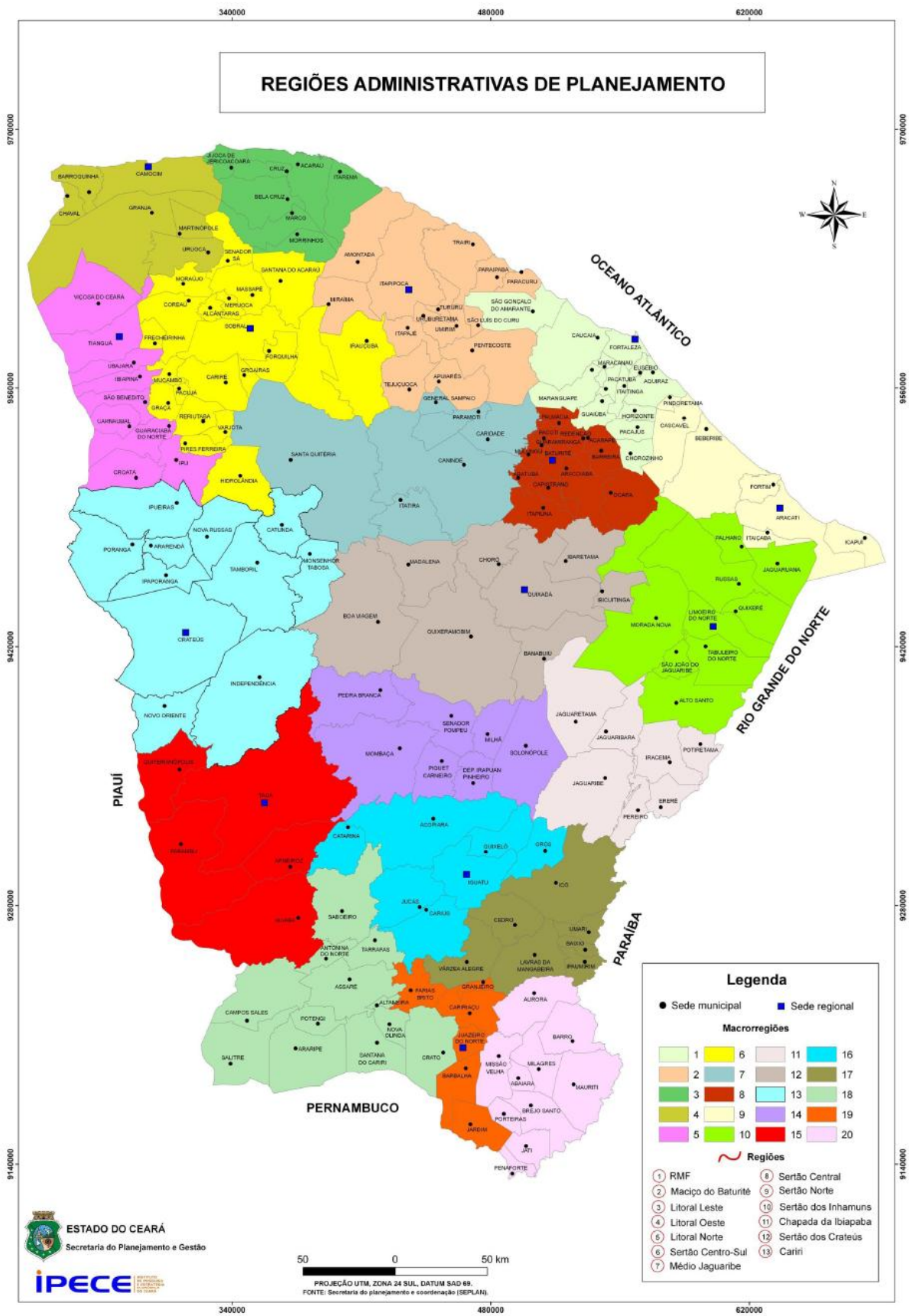


Figura 6 – Regiões Prioritárias de Planejamento
 FONTE: IPECE/2006

2.5. Caracterização das cidades da sub-região serrana e suas tramas de relações

Seguindo as metodologias de conceitualização de regiões e de como estas se formam no sentido de se estabelecer uma caracterização do urbano no Maciço de Baturité, e de se inferir, grosso modo, as relações dos núcleos urbanos com a região em si. Iremos caracterizar as cidades da sub-região quanto aos fatores institucionais e comunicacionais como: análise da malha rodoviária, redes de energia, dos sistemas de transportes e comunicações, como também das variáveis relativas à educação, infra-estrutura, urbanização. Entendendo os mesmos como aqueles que forjam as estruturas, a constituição e o desenvolvimento dos lugares, em um processo de retroalimentação, dando-lhes dinâmica, dimensão e características próprias. Sendo que outros fatores importantes como os, já citados, naturais e históricos serão também utilizados. Lembramos de Perroux (1967) para quem as regiões podem ser classificadas em: homogêneas, polarizadas e de planejamento³⁸. Usando essa divisão, temos o Maciço de Baturité apresentando-se, de certa forma, como uma região que já foi polarizada com mais intensidade pela cidade de Baturité, mas que, hoje enfrenta um processo de descentralização socioeconômica devido a causas já citadas. Apresenta-se também como uma região de planejamento alvo do Estado com sua condição de projeto piloto em alguns planos de regionalização deste. Entretanto mostraremos no decorrer do trabalho que a região fica subsumida no tocante aos incentivos públicos por outras regiões consideradas mais estratégicas para o desenvolvimento do estado. E quanto à sub-região serrana do Maciço esta entraria na classe de uma sub-região homogênea por suas condições geoambientais e socioeconômicas semelhantes, isso guardando as devidas diferenças.

Na análise, devem-se considerar os processos sociais, o quadro natural e a rede de comunicação e de lugares. Onde o processo social é determinante, pois para Lefebvre as construções sociais se não analisadas dentro de momentos históricos precisos podem levar a formas de alienação e a produção de uma consciência mistificada, muito comum em estudos marxistas estruturalistas que tendem a privilegiar análises dialéticas gerais. As redes de comunicação e de lugares representam a articulação espacial entre os lugares, algo não muito

³⁸ François Perroux (1967) argumentou que as regiões podem ser classificadas da seguinte maneira: A) Regiões Homogêneas: aquelas nas quais as suas partes componentes apresentam atributos semelhantes. B) Regiões Polarizadas: as caracterizadas, sempre, pela existência de um espaço heterogêneo, formado por partes que se complementam através de fluxos comerciais, demográficos, financeiros, culturais, religiosos etc., e onde sempre haverá um centro (ou pólo) dominante, ao qual as outras zonas se subordinam. C) Regiões de Planejamento: áreas geográficas onde a dinâmica socioeconômica de suas várias partes é dependente de uma decisão que está centralizada em um agente do setor privado ou público. Lembrando que as mesmas não são excludentes.

presente entre as cidades do Maciço como podemos constatar com a análise das áreas de influência dos centros urbanos, dando destaque ao centro local/terciário representado pela cidade de Baturité e a influência da RMF na região estudada. É necessária a análise da malha rodoviária, redes de energia, dos sistemas de transportes e comunicações. Considera-se como funções as atividades que a cidade exerce ou, mais especificamente, as atividades desenvolvidas pela população economicamente ativa. Tentar-se-á também uma análise das inter-relações comerciais, mas a mesma foi prejudicada pela falta de dados padronizados e primários. Tudo isso para se inferir as relações entre as cidades e seu entorno. Queremos com isso detectar os níveis de articulação espacial. De acordo com Spósito (1996)³⁹ podem ser de dois tipos: “a cidade nas suas relações regionais como expressão de uma divisão interurbana e inter-regional do trabalho, e a cidade em sua organização interna como expressão da divisão intra-urbana do trabalho” (SPÓSITO, 1996, pp. 111-112).

Para a análise da articulação urbano-regional da área estudada nos baseamos nas novas formas de produção do espaço urbano e suas dinâmicas que vêm se destacando no estado, pois ajudam a explicar as redefinições na distribuição da população no âmbito de cada aglomeração ou centro urbano, como também ajudam a compreender as novas relações que se estabelecem no contexto da rede urbana. As novas relações não se dão mais apenas hierarquicamente, mas também com complementaridade e sinergia entre elementos das redes e aglomerações urbanas. Acompanhando as tendências de mudanças nas empresas para manterem suas taxas de lucro, com ênfase na diminuição de custos que podem se dá por meio de estratégias organizacionais, inovações tecnológicas e lógicas territoriais. As cidades procuram realizar algo parecido em seus planejamentos estratégicos. Cabe aqui destacar as lógicas territoriais e seu papel na produção do espaço urbano, analisando-se as ações e escolhas locacionais referentes a atividades industriais, comerciais e de serviços e habitação. Destacando-se na região estudada as atividades comerciais e de serviços ligadas a produção do espaço turístico e o setor imobiliário com a produção imobiliária voltada aos segmentos de médio e alto poder aquisitivo, sendo esta a que mais se alterou na região por meio da implantação de loteamentos e incorporação imobiliária em: loteamentos de alto padrão; loteamentos de chácaras e sítios, como opção de lazer e segunda residência. Nestes processos efetivam-se redes de circulação e comunicação, relações de poder e identidades locais.

³⁹ Spósito, Maria E. Beltrão. Reestruturação da cidade. In: MELO, Jayro Gonçalves (Org.). Região, cidade e poder. Presidente Prudente. SP: GASPERR, 1996.

Começa-se com a análise da malha viária e do sistema de transportes que a nosso ver são alguns dos principais fatores para uma análise da articulação urbano-regional. Lembrando-se do conceito de rede abordado por diversas perspectivas de análise, Castells (2000), Corrêa (1994), Rochefort (2003), Raffestin (1993) e Santos (2001) consideram como elementos definidores da rede a conectividade na qual este é um mecanismo capaz de integrar, interrelacionar, relacionar, ou seja, dar fluidez ao território, ao mesmo tempo em que o delimita a partir da especificidade de atuação. Sendo assim, as articulações poderiam ser também representadas pela infra-estrutura física da malha urbana, de modo que quanto mais desenvolvida a rede maior o grau de difusão. Todavia deve-se lembrar como diz Correa (2001, p. 190) “Há diferentes redes recobrando a superfície terrestre, redes que são planejadas e espontâneas, formais e informais, temporárias e permanentes, materiais e imateriais, regulares e irregulares”.

Baseados em dados do DERT e no Plano de Desenvolvimento Regional – PDR – 2004 o Maciço de Baturité possui uma estruturação de acessibilidade que carece de transporte intermunicipal rodoviário, e apenas três municípios da sub-região dos Vales têm terminal rodoviário, com destaque para Baturité e Aracoiaba. No tocante a transporte aéreo utiliza-se o terminal aeroportuário de Fortaleza, a aproximadamente 100 km, quando necessário. A linha férrea que faz a ligação norte-sul do Estado, a partir de Fortaleza, corta os 6 (seis) municípios da mesma sub-região, mas hoje só atende a cargas, tendo no passado representado uma alavanca para o desenvolvimento regional.

Confluem à Região rodovias estaduais e federais na direção da Região Metropolitana de Fortaleza – as CE 354 e CE 065 no topo da serra (rota para a região do Sertão); a CE 060, margeando a linha férrea, melhor conservada e mais movimentada; e a CE 257, CE 359 e CE 356 (Rota para a região do Baixo Jaguaribe), mais a sudeste. A Região carece de rodovias na direção leste-oeste e continuando para a zona norte do Estado, que una as sedes municipais, permitindo a integração dos diversos produtos e serviços intra-regionais. Os acessos à maioria dos distritos são proporcionados através de rodovias estaduais e estradas vicinais em terra batida e em pedra tosca. Segue a lista dos municípios e das estradas que os cortam, com a respectiva distância à Fortaleza (Anuário Estatístico/2007): Acarape (CE-060 / 61 km); Aracoiaba (CE-060/ 83 km); Aratuba (CE- 065/ 128 km); Barreira (CE-060/354/ 75,5 km); Baturité (CE-060/ 356/ 93 km); Capistrano (CE-060/ 110,5 km); Guaramiranga (CE-065/ 102 km); Itapiúna (CE-060/ 110 km); Mulungu (CE-065/ 110 km); Ocara (BR-116/CE-359/257 /95 km); Pacoti (CE-065/ 95 km); Palmácia (CE-065/ 73 km) e Redenção (CE-060/

63 km). A figura nº05, na segunda parte deste trabalho representa um mapa das estradas que cortam a região.

Dentre as rodovias que cortam os centros urbanos da sub-região serrana responsáveis pelo maior adensamento populacional nas suas margens destacamos a CE-065 que corta os municípios de Aratuba, Mulungu, Pacoti e Palmácia, e Guaramiranga com a CE-356 que também corta o município de Baturité e proporciona a ligação entre esses dois centros. Todas pavimentadas.

Podemos destacar algumas obras recentes na região dentro do Programa Rodoviário do Estado do Ceará (2004-2007), que tinha como objetivo construir, melhorar, restaurar e conservar a malha rodoviária do Ceará, de forma a atender racionalmente as várias regiões geoeconômicas do Estado como: pavimentação do trecho Pernambuco - Pico Alto (2005); restauração e melhoramento rodovias vicinais com fins econômicos; construção rodovias de apoio ao turismo. Em efetivação: Rodovia CE-065, Trecho Aratuba-Pai João; Rodovia CE-065, Trecho CE-354-Palmácia; Rodovia CE-065, Trecho Cruz - Mulungu-Aratuba; Rodovia CE-065, Trecho Ladeira Grande-CE-354 (Secretaria de Cidades). Cabe destacar também o que se tem projetado como prioritário em melhorias no sistema viário no PPA do período de 2008-2011 como: pavimentação da estrada de Aratuba/Ladeira Grande; duplicação da CE-060 Baturité/Guaiúba; recuperação da estrada de Baturité/Jesuíta via monumento.

Um fator que foi, também, relevante para o aumento da mobilidade na sub-região foi o aumento da frota de veículos (todos os tipos de veículos), que em 1998, era de 1.028 e passou em 2007 para 3.714, um aumento de 3,6 vezes em nove anos (Anuário Estatístico 1998-2007).

Quanto aos terminais rodoviários somente três municípios do maciço de Baturité possuem, os mesmos estão localizados nas cidades de Aracoiaba, Baturité e Capistrano, isso de um total de 61 espalhados pelo Estado. Realizando-se desta forma o embarque e desembarque de passageiros em logradouros públicos. Na região existem linhas de ônibus ligando Fortaleza aos municípios da região, principalmente aos municípios da sub-região estudada, com o percurso (Fortaleza/Palmácia/Pacoti/Mulungu/Guaramiranga/Aratuba – Empresa ZN Pinheiro), e somente uma linha descentralizada oferecendo o trecho de Baturité/Quixadá (Fretcar). Isto vem a mostrar a falta de articulação desta região com as demais, devido ao forte processo de macrocefalia da RMF para com a mesma, por sua

proximidade como relatado. Comparando-a com outras regiões do Estado como as de Sobral/Ibiapaba e Cariri/Centro Sul que possuem várias linhas descentralizadas da RMF. Ressalta-se também a deficiência quanto aos horários dos coletivos, que em alguns municípios cessam suas atividades no fim da tarde, tendo os passageiros dessa forma ter que apelar para o uso dos transportes coletivos. Temos uma participação relevante dos transportes alternativos na região com Vans e “Paus-de-arara” realizando trajetos intermunicipais em horários e trajetos mais flexíveis do que os das empresas de ônibus. Quanto a estes temos as seguintes linhas e suas respectivas frotas: Fortaleza/Baturité/via Redenção (11); Fortaleza/Aracoiaba (1); Fortaleza/Capistrano (2); Fortaleza/Itapiuna (1); Fortaleza/Mulungu (1); Fortaleza/Palmácia (1) e Fortaleza/Redenção (8).

Unindo-se aos dados referentes à malha viária e ao setor de transportes seguiremos com a oferta de bens e serviços na sub-região e na cidade pólo, pois com a análise destes podemos visualizar as ofertas/demandas das cidades que causam os diversos fluxos que percorrem o espaço como o de pessoas, mercadorias, capitais etc., como também nos ajuda a analisar a existência de possíveis complementaridades entre os municípios que os levem a uma integração maior.

Compreendendo-se o espaço como um todo fragmentado e articulado e que nos tempos atuais ocorre uma inexistência de lugares completamente autônomos, sendo que a história de cada porção da superfície terrestre não é mais autônoma e sim dependente, em maior ou menor grau. Assim, concordamos com Correa quando diz

(...) A fragmentação exprime-se na divisão territorial do trabalho que se caracteriza diretamente por especializações produtivas, mas também por outras características sociais, culturais e políticas espacialmente variáveis. A articulação, por sua vez, exprime-se pelos diversos fluxos materiais e imateriais que percorrem a superfície terrestre, integrando pontos e áreas diversos. (CORREA, 2003, p.189)

A região estudada apresenta uma dependência muito grande no tocante ao comércio e serviços mais especializados resultante de sua fraca divisão do trabalho. Contudo podemos destacar a cidade pólo com a oferta de alguns destes tipos de serviços. Lembrando que a idéia de região polarizada resulta da observação da interdependência existente entre vários lugares, às vezes pertencentes a regiões homogêneas ou diversas. Sendo o poder de atração que uma cidade ou algumas cidades exerce em torno de uma área que a cerca resultante de transações comerciais tanto entre cidades como entre a cidade e o campo, formando assim áreas de influência, e com isso regiões polarizadas. Com isso, com base em

dados do Anuário Estatístico do Ceará de seguidos anos, analisamos os tipos de comércio e serviços oferecidos na cidade pólo e na sub-região serrana do Maciço⁴⁰.

A cidade de Baturité mantém, ainda, certa influência nos demais centros urbanos da região por conta da ausência de certos tipos de serviços nos mesmos, que causam uma dependência desses centros com respeito a essa cidade, causada pela obrigação que têm essas cidades quando têm necessidade desses serviços de recorrer a este centro local. Dentre esses serviços do terciário podemos destacar, com dados do anuário estatístico de 2006 referentes, primeiramente, o comércio e sua classificação quanto a tipo e a relação com os centros urbanos da área estudada. Observamos que apenas o centro urbano de Baturité possui comércio do tipo atacadista e um total de 349 lojas de comércio varejista, comparando com os núcleos urbanos serranos quanto ao comércio varejista temos Aratuba, Guarimiranga, Mulungu, Pacoti e Palmácia possuindo respectivamente o número de comércios deste tipo de 70; 27; 78; 96 e 59. Quanto ao tipo de produtos comercializados temos no comércio varejista uma variedade maior no centro local de Baturité que possui lojas do tipo departamento, magazine e variedades, enquanto as demais não possuem esse segmento, e possui em todos os demais segmentos, analisados no anuário, números maiores e bem expressivos como: Mini-mercados, mercearias e armazéns varejistas (113); Produtos de gêneros alimentícios (12); Bebidas (6); Tecidos, vestuário e artigos de armarinho (70); Calçados, artigos de couro e de viagem (9), enquanto os núcleos serranos de Aratuba, Guarimiranga, Mulungu, Pacoti e Palmácia possuem respectivamente: Mini-mercados, mercearias e armazéns varejistas 42; 16; 37; 40 e 26; Produtos de gêneros alimentícios 0; 1; 1; 1 e 0; Bebidas 6; 1; 7; 1 e 0; Tecidos, vestuário e artigos de armarinho 8; 2; 10; 13 e 9; Calçados, artigos de couro e de viagem 1; 1; 1; 2 e 1. Esses dados refletem a situação da economia desses centros fortemente ligada a agricultura tradicional e em decadência, que apesar de apresentarem um contingente populacional denso, em relação a demais regiões do sertão, essa população é na sua maioria pobre desprovida de poder aquisitivo. Sendo que mesmo possuindo um grande número de sítios e casas de veraneio de propriedade de pessoas de classes alta e média, essas não fazem uso do comércio local, pois quando ocupam essas residências –sazonalmente – trazem consigo grande parte dos produtos que necessitam de Fortaleza, com isso não dinamizando o comércio desses centros.

⁴⁰ Sobre a importância do comércio na regionalização diz Santos apud Andrade in Espaço, Polarização & Desenvolvimento “o comércio é, por excelência, a atividade regionalizante, em função dele se estendendo o raio de ação dos centros citadinos. Por isso se ampliam, em seu redor, as vias de transportes, pelas quais também se aumenta a sua força, revelada, principalmente, através da rede rodoviária”. (SANTOS apud ANDRADE, 1987)

Nos últimos anos, a cidade de Baturité perdeu um número considerável de estabelecimentos comerciais como pudemos verificar analisando dados de um período de nove anos. Em 1997 a cidade possuía 514 estabelecimentos comerciais, já em 2006 apenas 351, mostrando uma queda significativa de seu comércio, que se deve, em parte, a uma maior independência dos moradores dos demais municípios da região com as melhorias dos transportes, que com isso podem fazer suas compras diretamente na RMF. Outro fator de destaque é que apesar da cidade de Baturité ser um centro local de abastecimento da região no tocante as atividades do terciário a mesma em comparação com outros centros locais da rede urbana do estado é um dos de menor porte em comércio, como podemos destacar analisando os números de estabelecimentos de outros centros de mesma categoria: Aracati (709); Camocim (688); Canindé (948); Crateús (940); Ipu (464); Itapipoca (820); Limoeiro do Norte (706); Morada Nova (587); Quixadá (832); Quixeramobim (623); Russas (636); Tauá (591). Estes dados vão de encontro à pretensão de algumas cidades da região em virar centros turísticos, pois a atividade turística é essencialmente dependente de um setor terciário desenvolvido e diversificado.

Quanto à análise dos serviços começamos dando destaque ao setor das instituições financeiras pelo seu papel importante no fluxo de capitais, como também a disponibilização de crédito para a atividade agrícola. Existem três agências em Baturité: Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica, enquanto em Pacoti existe uma agência do Banco do Brasil, as demais localidades só possuem caixas eletrônicas, bancos postais e casas lotéricas que funcionam como correspondentes bancários. Uma rede bancária relativa em comparação com os demais centros urbanos de sua categoria. Observa-se também um aumento das operações bancárias na região, realizadas nas agências de Baturité, sendo esse fato uma característica da atual economia, com o advento do chamado capital financeiro (CHESNAIS)⁴¹. Em 1998 as operações de crédito somaram (R\$ mil) 16.281.763, já em 2006 essas mesmas operações praticamente dobraram somando o valor de (R\$ mil) 30.236. Podemos destacar também os financiamentos concedidos a produtores e cooperativas na agricultura e pecuária que aumentaram consideravelmente em alguns municípios serranos como Aratuba que passou de uma cota de R\$ 46.794, em 2001, para R\$ 264.529 devido a nosso ver a uma atividade não encontrada nos outros centros da sub-região, que é a

⁴¹ Para saber sobre este tema ler François Chesnais em “A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações”. In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.

bovinocultura de corte intensiva realizada nessa localidade, que por ser intensiva requer um maior investimento em capital. As demais tiveram aumentos menos expressivos.

Analisando-se a prestação de serviços por atividade econômica constatamos a precariedade da disponibilização dos mesmos nos centros urbanos da sub-região serrana e a maior disponibilização dos mesmos, dependendo de seu nível de especialização, no centro urbano de Baturité. Começamos pelas funções terciárias privadas onde podemos encontrar a cidade de Baturité oferecendo uma gama mais variada de serviços não encontrados nos demais centros urbanos, dando destaque para os da sub-região serrana. Contudo, em cidades turísticas mais consolidadas, como Pacoti e Guaramiranga, podemos encontrar serviços mais especializados, destacando-se o setor de hotelaria e diversões. Desta forma devido à fraca divisão do trabalho na região não encontramos especializações urbanas muito destacadas e sim acumulação de funções na cidade pólo. Analisando dados dos Anuários Estatísticos dos últimos dez anos podemos destacar alguns serviços que só podemos encontrar no centro urbano de Baturité em comparação com os da sub-região serrana (Tabela 1).

Empresas de serviço por atividade econômica, por municípios –2006

Municípios	Trans- -porte	Comuni- -cação	Aloja- -mento	Recuperação , manutenção e conservação	Pessoais	Comer- -ciais	Escritórios de gerência, administração e depósitos	Saneamento, limpeza urbana e construção
Aratuba	-	-	2	-	-	-	-	-
Baturité	1	2	12	1	3	1	2	4
Guaramiranga	1	-	21	-	-	-	1	1
Mulungu	-	-	3	-	-	-	-	-
Pacoti	-	-	9	-	1	2	-	1
Palmácia	1	-	2	-	-	1	-	1
Total	3	2	49	1	4	4	3	7

Tabela 1 – Empresas de serviços por atividade econômica – 2006

FONTE: Anuário Estatístico do Ceará – 2006 e Guia Municipal 2007/2008

Conforme a tabela, podemos destacar o setor de comunicação com a existência de duas rádios na cidade de Baturité, as demais são assistidas pela cobertura AM/FM de cidades como Caridade, Redenção, Canindé e Maracanaú. O setor de recuperação e manutenção e

conservação só é encontrado na cidade de Baturité. Quanto aos escritórios de gerência, administração e depósitos destaca-se a inexistências de equipamentos de estocagem na região para a produção. Vale ressaltar a presença do escritório local da incorporadora Imobiliária Magno Muniz que controla os serviços de compra, venda e aluguéis de terrenos, casas, sítios e pousadas na sub-região (Figura 7).





Figura 7 - Fotos do escritório e publicidade da Imobiliária Magno Muniz – Guaramiranga
FOTOS: Alexandre Sabino - 2007

A cidade de Baturité também concentra a maioria das empresas do ramo de saneamento, limpeza urbana e construção, donde queremos destacar o setor da construção civil na sub-região serrana que tem crescido por conta da valorização imobiliária da região. Grande parte do material de construção utilizado nesse setor é comprado em Baturité. Quanto ao sub-setor de hotelaria encontramos as cidades de Pacoti e Guaramiranga com um número expressivo de estabelecimentos de alojamento juntas com a cidade de Baturité. Guaramiranga liderando em números de hotéis e pousadas pelo maior fluxo de turistas que se dirige para essa cidade, contudo a atividade de veraneio ainda é tão importante quanto a de turismo na cidade, tendo ela e a cidade vizinha de Pacoti um grande número de condomínios, sítios e unidades familiares do tipo segunda residência. Pudemos observar em campo alguns desses tipos de habitação, inclusive em construção, como podemos observar nas fotos (Figura 8).



Figura 8 – Fotos de pousadas e residências de veraneio na sub-região serrana
FOTOS - Alexandre Sabino/2007

Nas cidades turísticas serranas podemos também encontrar um série de equipamentos turísticos como zoológicos, jardins botânicos, reservas ecológicas particulares entre outros. Deve-se ressaltar também que as cidades de Guarimiranga e Pacoti, principalmente, concentram um pólo gastronômico, sediando bons restaurantes com padrão internacional. Destaca-se o fato de que ambas sediam eventos reconhecidos nacionalmente, com isso possuem um setor terciário mais especializado e requintado, por conta de seu público proveniente de classes mais abastadas. Salienta-se que existe uma carência de mão de obra especializada (hotelaria, gastronomia, ecoturismo, turismo rural, cultural e religioso) na região o que compromete o avanço da atividade turística na região.

Entendendo o urbano como um *locus* privilegiado da reprodução da força de trabalho, que se caracteriza pelo consumo coletivo de bens e serviços (escolas, hospitais e transportes, por exemplo) passamos a analisar as funções do terciário público a serviço da

população como também dos turistas e veranistas. Encontramos com base em dados da SDLR o seguinte quadro. Os serviços de abastecimento de água em todos os municípios da macrorregião são ainda deficitários, atendendo a 49,9% da população regional. A oferta de abastecimento de água cobre 86,3% das residências localizadas na zona urbana e 14,9% na zona rural, lembrando-se que a maior parte da população ainda mora na zona rural. Dentre as cidades da sub-região destacamos Guaramiranga com a menor rede de cobertura de abastecimento de água cobrindo somente 82,44%, e no outro extremo temos a cidade de Palmácia com um taxa de cobertura de 98,77%, a cidade de Baturité possui a taxa de 98,39%. Vale salientar que em períodos de alta temporada turística a cidade de Guaramiranga tem sérios problemas devido ao aumento da demanda de água. A rede de esgotamento sanitário se apresenta ainda mais incipiente, com cobertura de apenas 17,5% na zona urbana da região. Neste serviço destaca-se a cidade de Pacoti com uma taxa de cobertura de 82%, já as cidades de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Palmácia apresentam as respectivas taxas: 48,05; 6,6%; 63,33%; 14,62% e 30,70%.

No âmbito da educação, segundo o mesmo órgão, os indicadores mostram que o setor vem passando por avanços significativos, no que diz respeito à taxa de escolarização do ensino fundamental, atingindo 88,2%, conforme demonstrado no gráfico acima. Quanto à taxa de escolarização do ensino médio em 2006, o desempenho regional não foi tão bom (38,1%), embora tenha sido superior à média estadual, que foi de 37,4%. Com relação à taxa de distorção idade série, atingiu 25,0% para o ensino fundamental e 41,7% para o ensino médio, indicando a necessidade de melhorar a qualidade do ensino e permitir ao aluno concluir sua aprendizagem com sucesso e na idade adequada.

Quanto à saúde analisando-se os indicadores de saúde da região, para 2006, quando comparado à média estadual, a região mostra um bom desempenho. Destacam-se: a taxa de mortalidade infantil de 17,3 por mil nascidos vivos (média estadual: 21,4‰). A cobertura do PSF com 94,9% (média estadual: 60,3 %) e a taxa de internação por AVC para pessoas de 40 anos ou mais com 26,0% (média estadual: 29,2%). Permanecem abaixo da média estadual os indicadores de leitos por mil habitantes e médicos por mil habitantes, o que demonstra a necessidade de maiores esforços na estrutura de atendimento aos serviços de saúde.

Quanto à infra-estrutura de comunicação, importante instrumento nos tempos de globalização, tem-se a seguinte configuração quanto aos serviços de correios, telefone,

emissoras de rádio e canais de retransmissão de som e imagem comercial e educativa (Tabela 2).

Serviços e infra-estrutura de comunicação - 2007

Municípios	Agências de Correios	Linhas Telefônicas		Emissoras de Rádio		Canais de transmissão de som e imagem comercial e educativa/2006
		1996	2006	1997	2007	
Aratuba	01	86	125	-	-	02
Baturité	01	763	1.094	02	02	02
Guaramiranga	01	96	256	-	-	01
Mulungu	01	134	211	-	-	-
Pacoti	01	296	298	-	-	01
Palmácia	01	143	289	-	-	-

Tabela 2 – Serviços e infra-estrutura de comunicação/2007
 FONTE: Guia Municipal e Anuário Estatístico 1996/2007

Da análise da tabela tira-se que os serviços de correios e telégrafos nas cidades se igualam possuindo cada cidade uma agência, padrão básico para cidades do seu porte. Observamos um aumento considerável nas linhas de telefone em algumas cidades como: Aratuba, Guaramiranga e Palmácia que praticamente dobraram suas quantidades de linhas. A tabela não mostra mais existe ainda uma grande carência de linhas nas localidades rurais. Quanto a isso existe um programa do governo do estado chamado “Alô Ceará” que vêm instalando telefones públicos nos mais remotos distritos rurais.

Com respeito aos canais de transmissão de som e imagem comercial e educativa, importantes veículos de comunicação, destacamos os municípios de Mulungu e Palmácia que não possuem os mesmos sendo assistidos por outros municípios. Também temos na região a criação de projetos de inclusão digital, com as “Ilhas Digitais” (Figura 9) em algumas localidades, e implantação de banda larga nas escolas, mas ainda muito incipiente. A ADR também tem projetos para divulgação da região e de seus potenciais como o chamado de

Mídias Digitais financiado pelo Banco do Nordeste – BNB, em parceria com a Universidade de São Paulo – USP, SDLR, SEDUC E AMAB. Este projeto visa criar umnexo entre atores e a ADR e a capacitação de pelo menos duas pessoas por municípios para a manutenção do Portal da ADR, ferramenta permanente de divulgação e interação para o desenvolvimento da região.



Figura 9 - Ilha Digital/Guaramiranga
FOTOS: Alexandre Sabino/ 2007

Quanto ao fornecimento de energia temos uma carência forte ainda na zona rural dos municípios onde reside a maior parte da população da área estudada, como pudemos ver comparando os tipos de consumidores por classe de consumo de acordo com a tabela abaixo, que também mostra a evolução dessa cobertura nos últimos oito anos (Tabela 3).

Tabela 3 - Consumidores de energia elétrica em mwh, por classes de consumo, segundo os municípios – 1997/2005

Municípios	Classes de consumo													
	Total		Residencial		Industrial		Comercial		Rural		Poderes Públicos		Próprio	
	1997	2005	1997	2005	1997	2005	1997	2005	1997	2005	1997	2005	1997	2005
Aratuba	2.013	3.416	615	1.118	01	01	146	175	1.025	1.514	225	609	-	-
Baturité	9.796	12.966	4.760	6.443	437	393	1.652	1.928	1.103	1.769	1.745	2.364	99	68
Guaramiranga	2.283	4.258	871	1.507	21	40	455	849	586	1.224	349	593	01	46
Mulungu	2.107	3.083	802	1.097	31	12	161	305	753	1.137	360	532	-	-
Pacoti	2.522	4.236	1.042	1.551	150	55	257	322	663	1.428	410	870	-	-
Palmácia	1.930	2.466	1.067	1.261	20	07	166	153	258	483	418	562	01	-

A primeira análise da distribuição de energia que podemos observar são os baixos consumos de energia dos setores comercial e industrial, com o último revelando uma queda significativa no período analisado, que pode ser justificada pela queda da já incipiente indústria de confecção regional. Salvo Guaramiranga que obteve um aumento deste tipo de consumo devido entre outros motivos a instalação dos APLs de café e floricultura, mas que também passam por dificuldades. Esse baixo consumo de energia dos setores comerciais e industrial também revela a fraqueza destes setores dentro da região, representando a fraca especialização produtiva da mesma. Podemos constatar também a expressiva diferença de consumo da cidade pólo para as demais em todas as faixas de consumo revelando o maior porte da economia desta cidade. Observamos também que apesar de seu baixo consumo o setor comercial apresentou aumentos significativos em municípios como Baturité e Guaramiranga, sendo este último devido ao aumento das atividades do setor terciário com o crescimento do turismo na cidade. É também em Guaramiranga que encontramos um grande aumento de consumidores de energia na classe de consumo próprio, que revela o lado da pujança do setor imobiliário e de construção civil, com o grande crescimento da construção de condomínio fechados, vilas, pousadas etc., fruto da especulação imobiliária crescente nesta cidade devido à alta valorização do espaço na mesma. Por fim, podemos fazer uma comparação entre o consumo dos setores da economia como comércio e indústria e o consumo de energia por prédios e serviços públicos que também revela a fraqueza da economia da sub-região, pois apresenta um maior consumo do setor público do que o

consumo de importantes setores econômicos para a dinamização da economia de qualquer região.

Desta forma, as atuais ações do Governo do Ceará – Cidades do Ceará II- voltadas para o reordenamento espacial buscam na interiorização o melhor aproveitamento das potencialidades do Estado. Nesse sentido, a política urbana do Estado é orientada para promover cidades que, estrategicamente, garantam a “*sustentabilidade*” do desenvolvimento⁴², isto é, que sejam áreas de concentração de investimentos ou de dinamização econômica – *cidades sustentáveis*⁴³.

Essas cidades devem contribuir para desconcentrar o processo de urbanização do estado, hoje fortemente polarizado pela Região Metropolitana de Fortaleza, e melhor equilibrar espacialmente a distribuição da riqueza e da população no território estadual. Dentro desse processo, os municípios devem, quando possível, atuar em blocos regionais que os permitam obter diferenciais – rendas monopolistas e diferenciais⁴⁴ - que os posicionem como locais com possibilidade de desenvolvimento.

A região do Maciço de Baturité com seu passado de maior expressão econômica do que no presente, se ver, hoje, em um dilema quanto à recuperação de sua expressão no tocante a economia do Estado, e também para a própria revitalização de sua economia estagnada. Neste momento procura se reconfigurar para uma ampliação do consumo. Disto advém a exploração completa do espaço à procura de novas mercadorias, a criação de espaços novos e requalificação de outros. Seguindo desta forma a lógica que acompanha os subespaços de países com herança colonial no processo histórico que têm como motivação básica a conquista de espaços, e como afirma Moraes (2002, p.175) “[...] que têm na apropriação territorial um móvel recorrente dos interesses e das alianças políticas [...]”, alianças essas já configuradas na área do estudo como as estruturas regionais de planejamento territorial e estratégico, ou também algumas formas de “Governança Intermunicipal” ou “Cooperação Interinstitucional Setorial”⁴⁵ (FELDMAN, 2003).

⁴² Pensando como Acserald (2001) o desenvolvimento sustentável não tem se tornado efetivo nas cidades formadoras dos países em desenvolvimento. O mesmo expõe que ainda não há como deixar de associar a noção de sustentabilidade urbana às estratégias de efetivação da metáfora cidade empresa.

⁴³ Cidade sustentável é aquela que, á nível local consegue operacionalizar a noção do desenvolvimento sustentável. E este compreende o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem também as suas. Conceito discriminado no Relatório Brundtland, divulgado em 1987.

⁴⁴ Harvey (2005);

⁴⁵ As idéias sobre governança partiram de uma análise da crise de governabilidade, nos planos local e internacional, relacionada às problemáticas da perda de credibilidade da instância estatal e da diminuição de eficiência e eficácia da

Na ocasião projetos e programas de desenvolvimento estratégico – Cidades do Ceará II e PDR Maciço de Baturité - se configuram para aproveitar seus condicionantes climáticos e paisagísticos que fazem do Maciço de Baturité expressivo patrimônio natural e cultural.

Uma das questões tratadas nessa pesquisa é analisar como o capital e seus agentes produtores e reprodutores podem agir diferencialmente sobre o mesmo espaço, em temporalidades diferentes e de acordo com a lógica do momento. Para a compreensão do processo que levou a ocupação diferenciada da região, é necessário enfatizar a categoria da divisão do trabalho, ainda, não muito explorada na análise desses processos e também procurar-se-á dar ênfase à economia política da mesma, em uma abordagem da construção da mesma no decorrer dos tempos como uma mercadoria.

Analisando-se a divisão do trabalho no tocante a população ocupada por setor econômico e o percentual de participação de cada setor econômico dentro do PIB da região, podemos constatar o quanto essa realidade almejada por tais planos e programas citados ainda está distante da realidade da região e subseqüentemente da sub-região estudada. A dimensão da economia da região, observada pelo Produto Interno Bruto regional, em 2004, situou-se em torno de R\$ 458.158 mil, equivalente a 1,4% do PIB estadual. Sua estrutura setorial mostra que a agricultura respondia por 15,1%, a indústria por 24,0% e os serviços por 60,9%, no ano de 2004 (SDLR). Sendo que essa maior participação do setor terciário (comércio e setor de serviços) na economia se deve em grande parte ao peso que a administração pública tem na renda municipal, como pudemos constatar pelo consumo de energia e empregos formais na região. Com isso esse aumento da terciarização da economia nos últimos anos não reflete uma maior complexificação da economia advinda de uma maior especialização da economia regional e sub-regional. Assim iremos encontrar grande parte desse terciário dentro do que Santos (1994; 1996) chama de “terciário inferior”⁴⁶, representado pelo mercado informal. Tendo como setores mais expressivos da sub-região estudada: administração pública, aluguéis, prestação de serviços e construção civil. Soma-se a isso a crescente urbanização que a região vem passando reflete o processo de urbanização brasileira com o aumento de densidades urbanas não se refletindo em melhorias do quadro econômico. Comparando com

ação pública, devidas, em grande parte, à corrupção, às violações dos direitos fundamentais e às conseqüências negativas da globalização econômica em certas nações (BRANDÃO; GONÇALVES; GALVÃO, 2003).

⁴⁶ Teoria espacial de Santos que estabelece a existência de um outro subsistema econômico, coexistente com a economia moderna, e que este designa de “circuito inferior”, em comparação com o “circuito superior” ou “moderno” da economia urbana.

os dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, que traz um conjunto de informações importantes sobre a realidade do emprego formal em 2004, no estado do Ceará mostra um maior predomínio dos vínculos nos setores da administração pública (30,16%), serviços (28,75%), indústria de transformação (20,58%) e comércio (14,21%), com estoques de 259.518, 247.358, 177.050 e 122.284 vínculos, respectivamente. Os setores da construção civil (3,09%), agropecuária (2,19%) e serviços industriais de utilidade pública (0,80%) responderam por 26.604, 18.827 e 6.863 empregos.

Apesar de o maior contingente da população da região (51%) residir em área rural, contra (49,0%) que reside na área urbana, tendo o setor agropecuário grande importância na ocupação da mão-de-obra, no conjunto da região, este setor apresenta o menor PIB setorial. Segundo o PDR as atividades econômicas no Maciço de Baturité não refletem uma visão estratégica de desenvolvimento para a região. São, na realidade, frutos de um processo cumulativo de experiências que, numa análise cronológica, apresentam muito mais erros do que acertos. Tendo a região, hoje, um significativo percentual da sua população aproximadamente (55%) sobrevivendo da exploração de atividades rurais as quais, atualmente, não são capazes de prover renda suficiente para a sua sobrevivência. Hoje já se observa certa dicotomia entre os municípios no que tange às possibilidades econômicas, sendo que alguns mostram “vocação” para o lazer e o turismo. Todavia, não podem ser abandonadas as atividades primárias da região pelo expressivo contingente de trabalhadores que sobrevivem dela, sendo uma preocupa o dos administradores da região esse equilíbrio de apoio dessas atividades. Isto porque já está em curso um processo de migra o para a periferia dos núcleos urbanos existentes no Maciço, começando a configurar processos de faveliza o desse contingente populacional egresso de áreas rurais.

Quanto ao setor secundário este   incipiente na região e está ligado às atividades industriais mais tradicionais do ramo de beneficiamento da produ o local, com indústrias de produtos alimentícios e bebidas que passa por processo de decadência por sua baixa produtividade devido às formas tradicionais de produ o. Existiu, também, um surto industrial no setor de confec es e calçados (vestuário, calçados, artefatos de couro e folha de bananeira, tecidos, couros, peles etc.) que também passa por um refluxo de sua produ o.

Quanto ao setor terciário associado, principalmente, as receitas institucionais (previdência oficial e emprego público), ao comércio e, mais recentemente, ao

desenvolvimento do turismo, representa setorialmente a parcela mais significativa do PIB regional, atingindo cerca de 73% do PIB total da região (CEARÁ, 2004).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO URBANO-REGIONAL NO MACIÇO DE BATURITÉ

3.1. A reestruturação do espaço regional como política de desenvolvimento e integração regionais

“O Estado une-se no espaço, no decorrer de sua gênese, por uma relação complexa, alternada e atravessada por pontos críticos. Nascido dentro e com o espaço, talvez o Estado morra com ele” (Henri Lefebvre)

Acredita-se que a valorização da região, ao mesmo tempo em que pode introduzir melhoras no lugar, como infra-estruturas, modernização, embelezamento urbanístico e arquitetônico da área, pode também significar a exclusão de uma parcela significativa da sociedade local, aquela parcela que não está qualificada às exigências preconizadas para a área.

Com isso, atenta-se para Villaça, quando diz que na luta pela produção do espaço

[...] As camadas de mais alta renda controlam a produção do espaço urbano por meio do controle de três mecanismos: um de natureza econômica – o mercado, no caso, fundamentalmente o mercado imobiliário; outro de natureza política: o controle do Estado, e, finalmente, através da ideologia [...] (VILLAÇA, 1998, p.343).

Tenta-se, aqui, estabelecer vínculos entre os determinados mecanismos. Entretanto, fez-se uma análise sobre, a nosso ver, o principal produtor do espaço na região que é o poder estatal. Sabendo-se que para a compreensão correta da região é necessário a análise dos aspectos temporais, sócio-espaciais e distributivos dos investimentos nesta, com destaque para a área estudada da sub-região serrana, sendo que respeitando os limites do trabalho enfatizaremos os aspectos sócio-espaciais. Vale salientar sobre as relações das dimensões de análise, que o que varia, em diferentes períodos e lugares, são seus arranjos e as especificidades de cada relação espaço-tempo, ora uma ou outra dimensão pode assumir a centralidade do processo (SAQUET, 2006). Entende-se que no sistema urbano cearense há uma tendência crescente à diferenciação e à complexificação - como nos demais sistemas urbanos brasileiros - procuramos entender o papel da região estudada e de seus centros urbanos neste contexto, que como afirmamos a região se apresenta como uma espécie de região piloto para várias iniciativas de desenvolvimento e integração regionais. Sobre isso, Santos (1994) afirma

(...) [Hoje] cada cidade passa a ter uma relação direta com a demanda de sua região, e na medida em que cada região se especializa. Essa especialização regional é, também, especialização da demanda ligada ao consumo produtivo. A cidade se dobra a essa demanda, se reforma, se reorganiza, se refaz, se recria. (...) Essas diferenciações regionais deverão e poderão ser vistas pelos graus diversos de organização do território, análise que se supõe a consideração dos dados materiais e não materiais, isto é, dos sistemas de engenharia e dos sistemas sociais, cujo conjunto define o espaço produtivo, soma que se dá entre espaço produzido e ação produzida. (SANTOS, 1994, p.24)

Demonstrou-se com dados sobre as taxas de urbanização dos centros urbanos estudados, que essas ainda se encontram incipientes com a maioria dos centros apresentando taxas inferiores a 50%, devendo-se isto a baixa densidade de complexificação dos sistemas de engenharia e sociais da região. Sendo que a cada momento os espaços vão se reorganizando de maneira diversa, muitas dessas reorganizações do espaço se deram e continuam acontecendo, e as mesmas atendem as demandas da produção que se dão nestes espaços.

Dentro da história recente de nosso país e seguindo a lógica da modernização o Estado Nacional passa a se preocupar com a questão regional, e com as chamadas desigualdades regionais. Na segunda metade do século XX órgãos como a SUDENE são criados. Lembrando Francisco de Oliveira (1977) que dizia que foram complexas as causas da formação das “regiões”, cabe então destacar que os conflitos devem ser considerados, visto que as contradições da reprodução do capital e das relações de produção em cada uma, ou pelo menos nas duas principais “regiões” do país, na época – nordeste e sudeste, é sinal de uma redefinição da divisão regional do trabalho no conjunto do território nacional, começando a aparecer como conflito entre as duas “regiões”, uma em crescimento, a outra em “estagnação”. É nesse contexto, e tendo por objetivo a atenuação ou pelo menos a contenção da intensificação das disparidades regionais, a correção dos “desequilíbrios regionais”, que nasce o planejamento regional para o nordeste. A SUDENE, sua forma institucional, é, para Oliveira (1977), uma espécie de revolução de 30, defasada de pelo menos duas décadas, seu surgimento seguindo um diagnóstico muitas vezes equivocado incorpora elementos do falso conflito inter-regional. Para ganhar força e dar maior dimensão ao conflito, a própria definição da “região” nordeste, em seu sentido mais político-administrativo, é ampliada: O Nordeste da SUDENE compreende neste momento, do Maranhão à Bahia incorporando inclusive uma pequena faixa do território mineiro cujas características climáticas assemelham-se às do sertão nordestino. Ocorre que o Nordeste da SUDENE assume os contornos da ideologia da classe dominante na “região” da indústria. Documentos da época comprovam tal afirmação como o relatório da SUDENE/IBGE intitulado Subsídios ao Planejamento da Área Nordestina – A Região de Baturité, que se propunha como subsídio

para a política de desenvolvimento econômico e social da região, que conforme apresentação pela diretora do Departamento de Geografia do órgão “(...) esta área foi estudada segundo os quadros naturais e humano-econômicos e este levantamento indicou, desde logo, uma subutilização dos recursos locais e a existência ali de uma tradicional e inadequada estrutura agrária incapaz de reter a população local”. Palavras que expressam bem a citação anterior de Moraes (2002) quanto à modernização e valorização do espaço, que também afirma que nesta época – décadas de 50 e 60 – o planejamento regional despontava como instrumento primordial de modernização do país. Seguindo-se essa época vieram os governos militares com seu planejamento com forte cunho territorial e centralizado tendo na espacialização das ações previstas o elemento de articulação inter-setorial.

As décadas de 1960 e 1970 são a época em que se destacam os planejamentos de governo e regionalização administrativa do Brasil e do Ceará sendo bastante representativas do processo de regionalização imperante como uma instrumentalização do desenvolvimento, como afirma Lima (2000, p.215) “A atmosfera das duas décadas era tomada pelos ventos da expansão econômica, do consumismo, do pleno emprego, do ponto máximo dos ‘trinta gloriosos’, cujo fim já se prenunciava. Oportuno lembrar é o que disse Geiger, em texto de 1970: a divisão em regiões administrativas vem sendo observada em diversos estados (...) se integra aos problemas gerais do planejamento e desenvolvimento regional”. Sendo que essa proposta é seguida, nos anos seguintes, pela das microrregiões programadas – Baturité é uma delas – com o fim de subsidiar as estratégias de política econômica como supracitado acima. Tem-se como marco temporal do planejamento governamental no Ceará o Plano de Metas Governamentais (1963-1966), com forte conotação territorial. Com isso uma nova espacialidade vai se configurando, sendo a mesma fruto da espacialidade tradicional do capitalismo que é aquela das concentrações espaciais do capital e do trabalho, dos desequilíbrios regionais, da degradação sócio-ambiental das periferias das cidades, do urbanismo segregador, da involução das pequenas cidades, da modernização predatória do campo, e é assentada nela que se reproduz o sistema e suas desigualdades espaciais inerentes.

A concentração espacial do capital e do trabalho resultou no crescimento significativo das grandes cidades e no esvaziamento das cidades pequenas e dos campos. Contudo, após os governos militares com a “democratização” do país que tem como marco a Constituição de 1988 onde um novo paradigma com caráter descentralizador e anti-estatista passa a se formular, paradigma esse bem exposto por Moraes quando diz:

A Constituição Federal de 1988 espelha bastante essa mentalidade localista e anti-estatista, que – de forma inovadora - não concebe o país numa visão integrada e total do território, e, portanto não estrutura sua administração em bases geopolíticas. No tocante à gestão das políticas públicas assiste-se na Nova República a uma grande segmentação e setorização das ações e programas, num processo que já foi definido como de ‘balconização’ do Estado. (MORAES 2002, p.129).

Podemos destacar no Ceará como um dos marcos desse novo paradigma a ascensão de um grupo de jovens empresários na cena política do Estado. Em 1987 assume o Governo Tasso Ribeiro Jereissati (1987/91), um dos membros desse grupo formado no Centro Industrial do Ceará, com todo um conteúdo ideológico geográfico implícito em suas ações como nos mostra Lima:

É desse processo que nasce [a] nova dimensão político-administrativa, em que o espaço é visto como um vetor do desenvolvimento. E isso passa pela decisão de fragmentar o Estado em 20 regiões para um programa agressivo de planejamento. Fica posto como decisão política, quando o governador eleito, em seu discurso de posse, diz que seu Plano de Mudanças será desagregado regionalmente em Programas de Ação Regional (PAR), correspondendo um PAR para cada um das 20 regiões em que o Estado está sendo dividido, para efeito de planejamento (LIMA, 2000, p.233).

Observa-se que nos últimos anos o estado do Ceará vem passando por um processo de crescimento bastante considerável, ultrapassando taxas nacionais, isto sem falar das diversas inovações político-administrativas refletidas em políticas públicas de vários cunhos. Sobre isso Amaral Filho (2006) afirma:

Dentre as economias estaduais brasileiras, a do Ceará vem se destacando nos últimos anos pela reforma do Estado, ajuste das contas públicas estaduais, incremento nos investimentos público e privado e mudança do regime de crescimento acompanhada por variações positivas persistentes do PIB, em especial nas áreas urbanas e nos setores industrial e de serviços. Além disso, o Ceará tem sido reconhecido como laboratório para inúmeras experiências em diversos campos das políticas públicas (AMARAL FILHO, 2006, p.367)

Com isso queremos dizer que instituições como Consórcios Intermunicipais, ou Agências de Desenvolvimento tenham sido geradas aqui, mas aqui encontraram terreno bastante fértil para tais iniciativas.

Analisando as causas exteriores à economia cearense que também são responsáveis por esse processo de crescimento, temos também um processo, nos últimos anos, de desconcentração produtiva nacional do qual o estado do Ceará vem se aproveitando também, principalmente, a partir do final dos anos 80, com suas políticas de atração de empresas. Mas, Amaral Filho (2006) também aponta processos macroeconômicos nacionais que seriam contrários a esse "desenvolvimento" quando diz:

Cabe salientar que esse desempenho se manifestou dentro de um ambiente macroeconômico nacional hostil (inflação, instabilidade econômica e altas taxas de

juros), crise fiscal do Estado federal, esvaziamento da política federal de desenvolvimento regional e desordem e crise fiscal-financeira dos estados federados. (Idem, *Ibidem*)

Vale destacar que alguns autores atribuem esse desenvolvimento político-administrativo econômico, pós-anos 80, a nova força política que assume o poder do estado, representada a época pelos "jovens empresários" do Centro Industrial do Ceará (CIC) (Amaral Filho). Para esse autor esse novo grupo político revolucionou a política e a economia do estado. O mesmo destaca

(...) Entre 1987 e 1999 a economia cearense obteve uma taxa acumulada de variação do seu PIB de 70,6% contra 39,1% do PIB do Nordeste e 24,7% do Nacional. (...) A participação relativa do produto cearense no PIB Nacional era de 1,7% em 1986 e passou para 1,8 em 1994, e para 2% em 1999. (Id., *Ibidem*)

O autor aponta a maior participação do nosso PIB no produto nacional. Mas nem todos estudiosos da economia local pensam assim. Teixeira (2006) em texto comentando esse mesmo período começa um capítulo de sua obra com o título "A ERA MUDANCISTA: UM NOVO COMEÇO?", no qual o mesmo defende a idéia de que um representante do chamado "Governo dos Coronéis" o governador Virgílio Távora foi tão importante, ou mais, para o desenvolvimento do estado, em época tão conturbada quanto à encontrada pelo governo mudancista, sobre isso o mesmo afirma

(...) Quando o governo das mudanças assumiu o poder, em 1986, o Ceará tinha a 10ª maior economia do País. Em 1990, perdeu espaço; caiu para o 13º lugar no ranking nacional. Melhorou de posição, em 1994, quando seu Produto Interno Bruto (PIB) era 12º maior do Brasil. Somente em 1999, recuperou a posição que mantinha no ano de 1986: volta a ser a 10ª maior economia nacional. Em termos de participação na formação do PIB, em 1985, o Ceará contribuía com 1,72% da riqueza do País. Em 1990, caiu para 1,62%; cinco anos depois, 1995, subia para 1,93%. Em 2000, voltou para um patamar próximo em que se encontrava em 1985: 1,89%. Com relação ao desempenho da economia, o Ceará do chamado 'Governo das mudanças'⁴⁷ não apresentou nada de novo. Prova maior disto foi dada pela composição setorial do PIB estadual. Com efeito, em 1986, a indústria respondia por 37,4% do PIB, contra 14,6% da agricultura e 48,0% do setor serviços. A participação da indústria permaneceu praticamente inalterada até hoje. Com efeito, no ano 2000, ela representava 38,1% do PIB, caindo para 37,0% no ano seguinte: em 2001. Em 2002, caiu ainda mais: para 36,8%. Em 2003, recuperou a posição que ocupava em 1986: 37,3%. (TEIXEIRA, 2006, p.48-49)

Infere-se que o tão aclamado processo de industrialização e modernização da economia do estado Ceará atribuído aos governos a partir de 1987, já havia começado bem

⁴⁷ O "Governo das Mudanças" teve como governadores Tasso Jereissati (1987-1990), Ciro Gomes (1991-1994), Tasso Jereissati novamente (1995-2002) e Beni Veras (2002). Sendo que Ciro Gomes não fazia parte do grupo dos "jovens empresários" que havia liderado essa "mudança" política.

antes disso, principalmente, com o governo de Virgílio Távora. Enquanto que para Amaral Filho o novo governo criou condições para esse crescimento com ajustes nas contas do setor público estadual e permitiu a emergência de novas formas de intervenção pública local. Mas, o mesmo não atenta para o fato de que o "Governo das Mudanças" já encontrou uma economia do tipo urbano-industrial moderna com um sistema administrativo e legal conectado com o desenvolvimento da economia. Sobre isso Teixeira afirma:

(...) Herdeiro de uma economia urbanizada e industrializada, os “mudancistas” puderam contar com um ambiente institucional extremamente favorável. A Constituição de 1988 promoveu uma profunda descentralização dos encargos e receitas, permitindo aos Estados determinar suas próprias alíquotas de ICMS, até então fixadas pela União, com a anuência do Senado Federal, como assim prescrevia a Constituição de 1967. As transferências dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE/FPM) foram substancialmente elevadas, o que permitiu aos entes federativos contar com mais recursos para enfrentar as demandas regionais. Mais importante: a Carta Magna proíbe expressamente a ingerência da União na política tributária dos governos estaduais, dando-lhes maior poder para determinar suas políticas de incentivos fiscais (Id, Ibidem).

O “Governo das Mudanças”, favorecido por esse contexto institucional, declarou guerra fiscal aos seus concorrentes federativos, que, também, lançaram mão do ICMS para promover suas políticas de desenvolvimento industrial.

Disto podemos tirar que dessa guerra fiscal, chamada por Santos de "guerra de lugares", surgiram conseqüências maléficas para grande parte da população do estado, principalmente, aquela que residia em locais categorizados de baixa competitividade e com poucas vantagens comparativas, que representam grande parte do estado. Desta forma, esse crescimento só atingiu alguns sub-espacos já dotados dessas vantagens. Podemos constatar que governos estaduais e municipais se transformaram em verdadeiros leiloeiros fiscais, à cata de empresas para seus territórios. Teixeira (Idem, Ibidem) desta forma conclui “O resultado de tudo isso e de todos conhecido: endividamento dos estados e municípios, cuja principal conseqüência tem sido o comprometimento das políticas sociais com educação, saúde e saneamento.”

Todavia, para muitos teóricos, o que houve com essa mudança no governo foi uma ruptura política e um novo paradigma de gestão pública eclodiu, tendo como principais características um profundo ajustamento fiscal, financeiro, administrativo e estrutural (infra-estrutura), sendo que todas essas características são representativas do modelo de ajustes

estruturais neoliberal, que faziam parte do receituário imposto pelos grandes organismos bi e multilaterais econômicos que comandavam e comandam a economia mundial (BIRD, FMI)⁴⁸.

Podemos ainda destacar que o estado do Ceará passou a se constituir em um laboratório de teses neoliberais, desde 1986, com a eleição de Tasso para o governo do estado, sendo palco de experiências de empresários interessados em assumir o controle da atividade pública. Tasso desta forma seria fruto de um movimento iniciado no final da década de 70 por um grupo de jovens empresários que assumiram a direção do Centro das Indústrias do Ceará, montando um projeto de controle político do estado, em confronto com as antigas lideranças dos coronéis Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra (TEIXEIRA, 2006).

Contudo, esses mesmos estudiosos que atribuem esse valor de ruptura para esse governo pós-87, não se referem às condições macroeconômicas e políticas nacionais e internacionais, ou quando o fazem reduzem seu papel. É o que vemos nesse trecho do texto de Amaral Filho, autor presente em várias obras e documentos do governo do estado, quando o mesmo comenta essas políticas de ajuste:

(...) deduz-se que tal ajustamento não foi fruto de uma 'elucubração' intelectual nem de um projeto técnico executado por alguma 'ordem' de burocratas iluminados incrustada no aparelho estatal local. Pode-se afirmar também que não foi fruto de pressões exercidas pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central, em função da crise fiscal. O referido ajustamento derivou de um projeto político nascido fora do aparelho estatal, mais exatamente no seio de um grupo de 'jovens empresários' industriais locais, sem tradições políticas pessoais, cujo resultado foi a ruptura com o paradigma de regulação tradicional (AMARAL FILHO, 2006, p.369-371).

Este mesmo autor fala da dominação que o grupo chamado de tradicional estabelecia, destacando que sua racionalidade estava muito próxima do paradigma patrimonialista do que propriamente burocrático, se referindo a Weber, tendo ainda uma postura clientelista. Apoiada em uma base econômica que tinha como pilares o monopólio da grande propriedade rural e o modo de financiamento. Sendo que o mesmo não cita a política de incentivos fiscais e renúncia fiscal utilizada por esse governo mudancista, que criou um rombo nas finanças públicas do estado de milhões, financiando investimentos seletivos espacialmente, causando uma maior desigualdade no contexto do estado. Sobre isso Teixeira afirma (Op. cit., p.52) "4,2 bilhões de déficit é a herança que o 'Governo das Mudanças' deixou para as gerações futuras. Uma herança e tanto, considerando que esse governo assumiu o poder com a promessa de libertar o Estado das peias do atraso econômico-social e do conservadorismo político-clientelista."

⁴⁸ Banco Mundial (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Se junta a isso a perspectiva de um crescente processo de urbanização no Ceará, advindo de sua industrialização, a exaustão do modelo urbano brasileiro concentrador ligado ao capital monopolista, que privilegiou as grandes cidades especialmente as capitais ou áreas metropolitanas, fator gerador do processo de macrocefalia que encontramos no Ceará, que tem Fortaleza como centralizadora de quase todas as atividades, hoje, e a necessidade de interiorizar o desenvolvimento urbano, consolidando cidades, pólos e regiões estratégicas, levando assim o projeto de modernização para todo o estado seguindo uma lógica parecida com os processos de civilização e modernização posteriores. Lima ainda afirma que

[...] Diante desse quadro, o governo [mudancista] estava decidido a intervir nesses subespaços: a busca de oportunidades para o desenvolvimento dessas atividades produtivas, em cada região e município, será a preocupação máxima do governo no seu propósito de viabilizar a interiorização do desenvolvimento do Estado [...] (LIMA, 2000, p.233).

Como dissemos, as mudanças ocorridas no Ceará devem-se, à princípio, a ascensão, em 1975, ao comando do Centro Industrial do Ceará – CIC, de um grupo de jovens empresários, formados em Administração que iniciaram um movimento, culminado com a conquista do poder político do Estado em 1986, quando o jovem industrial Tasso Jereissati foi eleito governador do Estado.

Após a sua consolidação, introduziu-se o modelo administrativo caracterizado pelo pacto de cooperação governo/classe empresarial, que deu as bases para a reestruturação produtiva do Estado, a partir do primeiro governo Tasso Jereissati e aprofundado nos posteriores. As mudanças no cenário econômico do Ceará só se fortaleceram por volta da década de 90, quando a política clientelista perdeu forças e o apoio político e financeiro do estado se renovou. Muitas das mudanças almejadas ainda não se concretizaram e passaram a ser discursos de um a um dos governos que se seguiam. Ficando esses discursos na retórica do pensamento de um futuro melhor, com educação, saúde, alimentação e moradias adequadas para todos, por meio de uma economia sustentável que possa encontrar soluções para a expansão da base produtiva do interior do Estado, por meio da integração entre as atividades de agricultura, agroindústria e terciárias, dando assim grandes oportunidades de trabalho à população do interior.

Dentro do discurso acadêmico encontramos opiniões que refletem a posição de cunho neoliberal da ação do Estado no Ceará e de outros no Nordeste do Brasil como a de José Carvalho Filho (2001) quando afirma

(...) vários fatores contribuíram para a melhoria do panorama econômico. Entre eles, a mudança de postura dos governos em relação ao desenvolvimento: em vez de atuar

de forma direta, surgem como indutores, criando bases e infra-estrutura que garantam uma imagem atrativa para investimentos, apostando que a atração de novos negócios seja vital para a economia da região e, tendo em vista a posição dos investidores, que escolher uma localização adequada é uma das chaves do sucesso de qualquer negócio. Cria-se, assim, uma situação de benefícios mútuos: as corporações industriais encontram uma região cheia de facilidades para se instalarem e lucrarem, dando aos governos, como contrapartida, a geração de empregos e a contribuição com o desenvolvimento da cadeia produtiva. (CARVALHO FILHO, 2001, p. 02)

Na região estudada podemos verificar a tentativa de atração desses tipos de investimento nas ações da Agência de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité como também nas ações dos governos municipais. Com base nesta perspectiva parte-se da hipótese de que o espaço “natural” transformado e apropriado ao longo do tempo, enquanto valor de uso, para satisfazer as necessidades sociais, tende a ser transformado em mercadoria e alienado daqueles que o necessitam para sua reprodução a partir da ação articulada do Estado e do capital. Em outras palavras, trata-se de mostrar que certas práticas e políticas de caráter desenvolvimentista, ambiental, implementadas pelo Estado, contribuem mais para preservar o status quo do que para a preservação da natureza e melhoria de vida da classe trabalhadora.

Produzi-se assim um espaço urbano com fins para o desenvolvimento baseado na acumulação do capital, Harvey citado por Soja (1993) nos fala de como o capitalismo produz seu espaço de forma ininterrupta e planejada no processo de reprodução do capital:

O capital se representa sob a forma de uma paisagem física criada à sua própria imagem, criada como valores de uso favorecedores da acumulação progressiva do capital. A paisagem geográfica daí resultante é a glória que coroa o desenvolvimento capitalista precedente. Mas, ao mesmo tempo, ela expressa o poder da mão-de-obra morta sobre a mão-de-obra viva e, como tal, aprisiona e inibe o processo de acumulação dentro de um conjunto de restrições físicas específicas. (...) O desenvolvimento capitalista, portanto, tem que negociar um caminho muito estreito entre a preservação dos valores de troca dos investimentos de capital passado, no meio ambiente construído, e a destruição do valor desses investimentos, a fim de abrir um novo espaço para acumulação. No capitalismo, portanto, há uma luta perpétua em que o capital constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, em determinado momento do tempo, simplesmente para ter que destruí-la, geralmente durante situações de crise, num momento posterior do tempo. O fluxo e refluxo temporal e geográfico do investimento no meio ambiente construído só pode ser entendido em termos desse processo (HARVEY apud SOJA, 1993; p. 127).

Encontramos nas palavras de Harvey algo típico da forma de governar dos últimos governos – escala estadual e local - que após terem criado toda uma estrutura de preservação ambiental com leis e ações passam a desconsiderá-las ou fazer de conta que não existem, quando necessitam dinamizar suas economias através da construção do espaço para o “desenvolvimento”.

Os agentes hegemônicos produtores do espaço⁴⁹, principalmente, incorporadores, proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários e o Estado coadunam-se num projeto de economia política urbana que transforma o espaço urbano em uma das principais mercadorias da economia, no caso estudado, dá-se destaque para essa espacialização para o turismo com suas diferentes modalidades. Vale salientar que, muitas vezes, uma mesma pessoa ou grupo concentra todas essas funções e poderes na produção do espaço. Sendo incorporador, proprietário fundiário, empresário do ramo turístico e membro do Estado, como podemos encontrar na área estudada⁵⁰.

É necessário, também, lembrarmos da perspectiva do que se intitula por produção do espaço, como a produção de objetos que articulam e organizam, em suas funções específicas, intercâmbios sociais que envolvem o trabalho e a produção. O espaço seria, neste caso, a materialidade e a mediação entre os sistemas de produção, de controle e reprodução do trabalho em sua dimensão técnica e material. Em poucas palavras, o espaço seria um sistema de sistemas ou, como quer Santos (2002), “sistemas de objetos” e “sistemas de ações”⁵¹.

O que foi exposto nos leva a pensar na dinamicidade da produção do espaço que acompanha a dinâmica das relações sociais de produção, que podem ser vistas na cidade que para Carlos (2001) aparece “como categoria central de análise ao revelar a materialização do processo histórico de produção do espaço geográfico”. (CARLOS, 2001, p.12). A mesma autora também alude quanto a determinação do Estado, principalmente, em criar o espaço reproduzido na perspectiva do eminente reprodutível sendo o campo onde triunfa o homogêneo, que cada vez mais limita os usos do espaço, criando um espaço de dominação, como podemos constatar nos planejamentos urbanos estratégicos e nas próprias unidades de conservação – APA de Baturité, que podem ser encontradas na área de estudo, que são espaços onde os usos são limitados e os atos e gestos sempre repetitivos, com comportamentos orientados e vigiados que quebram com a lógica da apropriação do espaço quando agem estrategicamente pensando tão somente na reprodução das relações de produção para garantir a reprodução do capital.

⁴⁹ Corrêa (2003) em seu “O espaço urbano” disserta sobre o papel dos vários agentes produtores do Espaço. Nesta pesquisa se dará ênfase para o papel do Estado. Santos também trabalha o papel desses agentes em Espaço e Método (1992);

⁵⁰ Secretário de turismo de Guaramiranga em 2007;

⁵¹ Em A Natureza do Espaço, Santos (2002, p. 21) tem com o ponto de partida a definição de espaço como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações”. Esta noção permite, segundo o autor, reconhecer, entre outros conceitos, o de produção do espaço e de rugosidades.

Outro autor chama a atenção para uma multiplicidade de conflitos de interesses que permeiam a gestão urbana, que conferem uma grande complexidade. Os conflitos para ele envolvem as próprias representações que diferentes classes sociais têm a respeito da sua realidade, e também divergências relativas a interesses econômicos, interesses que denomina de 'poder econômico local', particularmente aqueles vinculados a relações com o próprio governo local: empresas que têm interesses ligados ao governo local.

Sobre o processo de integração regional, DANIEL (2003) afirma que

Com o aprofundamento do processo de urbanização no Brasil, começou a se tornar cada vez mais claro o descompasso existente entre a nossa organização federativa - composta por municípios, governo do estado e União - e a inexistência de instituições adequadas para fazer a gestão supranacional e particularmente a gestão metropolitana. O processo de urbanização também trouxe a explosão de problemas que hoje não podem ser mais equacionados no âmbito apenas do município (DANIEL, 2003, 64).

O autor lembra que existe uma série de forças que concorrem para não realização dessa integração as quais chama de 'forças centrífugas', ou seja, forças contrárias ao processo de integração regional. E discorre sobre as mesmas "Forças que não são pequenas e que provém de diferentes origens e interesses político-partidários, o que significa interesses político-partidários de governos de partidos diferentes, mas também de lideranças de instituições da sociedade civil, ligadas a partidos políticos diferentes, não apenas governos diferentes" (Idem, Ibidem). Verificou-se que isto ocorreu no Maciço de Baturité em entrevistas com lideranças e AMAB. Onde os mesmos argumentaram que a criação da ADR foi um ato de poder vertical, pois já existia a AMAB como instituição representante legitimada da região.

Outro ponto levantado pelo autor como uma dessas forças seria os interesses municipais particulares, que muitas vezes independem da questão partidária, por duas razões:

(...) por um lado, por motivos de interesses, ou seja, objetivos. Há diferentes problemáticas envolvendo diferentes municípios. Vou dar exemplos: a efetivação de um determinado equipamento ou infra-estrutura num município ou em outro é absolutamente decisiva, mesmo que eles façam parte da mesma região metropolitana. (DANIEL, 2003,65.)

O autor cita um exemplo de uma obra que beneficia alguns municípios de uma região e outros não. A construção do aterro sanitário intermunicipal do Maciço na cidade de Baturité foi questionada por outros municípios. Percebeu-se com a locação da sede da ADR na mesma cidade. Daniel cita também outros problemas de cunho político como o 'municipalismo' brasileiro que se baseia na tendência dos municípios olharem somente para si

"(...) dificultando muito a abertura de visão para um trabalho articulado que envolva a cooperação com outros municípios e a saída do seu próprio âmbito apenas (...) isso tem a carga de uma herança forte do próprio movimento municipalista brasileiro". Houve um agravamento disso no Brasil na década de 1980, em razão do peso do individualismo que tomou conta do nosso país, com a carta magna de 88 e sua política municipalista que teve como expressão mais clara do ponto de vista da federação a chamada guerra fiscal - chamada por SANTOS "Guerra de lugares"⁵² - não só entre estados, mas também entre cidades

Daniel (op. Cit.) faz alusão a algumas instituições regionais presentes no ABC Paulista, dentre elas destacamos: a Câmara Regional do Grande ABC que reúne também o governo do estado, empresários, trabalhadores etc. e a Agência de Desenvolvimento Econômico que é uma instituição mais específica, mais voltada para as questões de natureza econômica da região do Grande ABC. A Agência de Desenvolvimento do ABC é uma instituição majoritariamente privada, mas com presença importante do Poder Público. Tem como principais limites apontados pelo autor, a sua capacidade de mobilizar recursos próprios.

Entretanto, analisando as diferentes espacialidades e temporalidades exigidas pela atual conjuntura do capital, faz-se necessário alguns esclarecimentos sobre a reestruturação social e espacial perseguida nesta "guerra dos lugares" pelo mercado, sendo essa estimulada dentro do projeto "Cidades do Ceará" que vem sendo trabalhado há alguns anos e que tem como objetivo ser um instrumento viabilizador da estruturação urbana das cidades cearenses, visando a dar suporte ao desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentado, tornando as cidades competitivas para atrair indústrias, impulsionar a agricultura irrigada e incrementar o turismo. Grande parte desse projeto é financiado pelo BIRD⁵³. Sobre isso veja o que diz Soja (1993)

O período contemporâneo deve ser encarado como outra tentativa do capitalismo, gerada pela crise, de restaurar as condições fundamentais de sua sobrevivência: a oportunidade de obter superlucros a partir da justaposição de desenvolvimento e subdesenvolvimento na hierarquia de locais regionalizados e entre os vários setores, ramos e empresas produtivas. É crucial para ressurreição de superlucros crescentes, como de costume, a instituição de meios revigorados de disciplina trabalhista e controle social, pois a lógica mantenedora da acumulação capitalista gera uma luta política e econômica competitiva e nunca se processa sem atrito e resistência. (SOJA, 1993; p.223)

⁵² Santos (2002, p. 247)

⁵³ Banco Mundial. Somente para o programa Cidades do Ceará foram investidos inicialmente, recursos da ordem de US\$ 61,6 milhões, dos quais 70% serão financiados pelo Banco Mundial e 30% com recursos próprios do Estado, Prefeituras e iniciativa privada.

É importante destacar as mudanças ocorridas na política fiscal nos anos 80, que veio a fortalecer a descentralização e aumentar o poder dos governos locais. Sobre esta mudança Rolnik & Somekh (2003) falam

(...) A Constituição de 1988 representou, para os governos locais, um significativo aumento de suas participações na receita fiscal. A participação dos municípios na receita total disponível, que em 1980 era de 9,5%, aumentou para 16,9% em 1992, enquanto para os estados se elevou de 24,3% para 31,0%, respectivamente. A receita tributária disponível (já contabilizando as transferências) dos municípios passou de 2,5% em 1980 para 4,1% do PIB em 1990" (ROLNIK & SOMEKH, 2003, p.95).

Compreende-se que paralelo a esse aumento de receita fiscal vieram também maiores atribuições para os governos locais, principalmente, na área social (educação/saúde/assistência/habitação), por conta de uma maior desresponsabilização do governo federal nessas áreas. Isto devido à política de ajuste estrutural de cunho neoliberal imperante naquela conjuntura. Podemos destacar também um aumento da cidadania, entendida como um aumento da autonomia local e da participação de outros atores sociais na vida política, até então não envolvidos, o que acrescentou um tom de democracia no país.

Vale ressaltar que o Banco Mundial, o FMI e depois o Banco Interamericano de Desenvolvimento contribuíram em muito para a difusão, em escala global, dos princípios de descentralização e de aumento do protagonismo dos governos locais, transformando-os em consenso.

Sobre essa descentralização entendida, segundo Rolnik & Somekh, como transferência de poder decisório para os municípios ou entidades e órgãos locais, no nosso caso (AMAB, ADR). Sobre isto as autoras consideram que existem duas vertentes que seriam

(...) uma, usada por tendências democratizantes, vê a descentralização como possibilidade de tornar o governo mais acessível ao cidadão, aumentando a participação direta da cidadania e o controle e responsabilização social. Outra vertente, focalizando apenas nos processo de modernização gerencial da gestão pública, enxerga na descentralização a possibilidade de aumento da eficiência do governo local. Na prática é a coalizão política que dá suporte às reformas que define a preponderância de uma ou de outra vertente. (Idem, p. 96)

Assim uma pode levar a defesa de um Estado empreendedor preocupado com a eficiência econômica e fiscal, com poucas preocupações sociais, e outra a um estado preocupado com as causas sociais e a resolução das desigualdades históricas. As autoras também lembram que esse aumento de poderio dos governos locais esbarra em situações que vão além do alcance da territorialidade do município. Destacamos temas ligados à infraestrutura urbana: transportes, saneamento, energia, que são temas que não se circunscrevem a

um só município, exigindo uma ação intermunicipal. Nos moldes das ações planejadas para região do Maciço de Baturité, pelo PDR do Maciço.

Nesta nova forma de gestão alguns limites se apresentam. Sobre os consórcios Rolnik & Somekh (Ibidem) nos lembram de suas limitações "(...) Entretanto, embora os consórcios representem um passo importante para a construção de uma cooperação horizontal entre municípios, seu caráter essencialmente monotemático e a não-participação da comunidade tornam-nos limitados como alternativa de gestão efetivamente cooperativa e amplamente democrática."

Rolnik & Somekh (2003) falam sobre como Harvey (2005) explica o processo de mudanças no desenvolvimento desigual dos sistemas urbanos do mundo capitalista avançado, isto quando este trata do caso de Baltimore, e apresenta o que ele chama de mudança do gerenciamento tradicional de cidades para um tipo de empresariamento urbano. Harvey aponta quatro características dessa nova forma de gestão, que as autoras resumem desta forma:

(...) Em primeiro lugar, a efetivação de vantagens específicas para assegurar a competição no quadro da divisão internacional do trabalho. Isto é, a criação ou a divulgação de vantagens que permitam a implantação de grandes empreendimentos imobiliários ou ainda o estabelecimento de parcerias, incentivos fiscais, ações de marketing para 'vender' a cidade por meio da exacerbação de seus atributos e qualidades, garantindo a atração de novos investimentos, principalmente alavancada por eventos (...) aumento da competitividade, por meio da divisão espacial do consumo. Estratégias de renovação urbana articuladas a inovações culturais elitistas e excludentes, como é o caso de museus e processos de requalificação urbana com valorização imobiliárias e expulsão de atividades e populações de menor renda.(...)[Em terceiro]luta do poder local para assumir o controle e o comando de operações financeiras fazendo pesados investimentos em transportes e comunicações, que viabilizam a efetivação de grandes equipamentos privados. E, finalmente, a quarta postura, qual seja a competição pela redistribuição de excedentes gerados pelos governos centrais e regionais. (ROLNIK & SOMEKH, 2003, p.97)

Existe uma ressalva feita pelas autoras na qual afirmam que Harvey não considera experiências mais sociais e redistributivas de construção regional e cooperativa de um tecido produtivo, como é o caso da Terceira Itália, sendo que o autor apresenta as novas gestões como do tipo de um municipalismo individualista voltado essencialmente para a competição destruidora e excludente. Em nossa área de estudo, apesar de toda a denominação de uma gestão comprometida com o desenvolvimento social, o que vemos é um aumento do processo de segregação sócio-espacial.

Aqui temos duas vertentes uma apoiada na competição entre cidades, a já chamada por Santos (2002) de guerra dos lugares, que leva a uma desagregação sócio-espacial destrutiva para cidades e regiões, sendo que a mesma é apoiada em uma divisão do trabalho, onde cada cidade ou região apresenta suas 'rendas monopolistas' ou vantagens comparativas, sem procurar uma cooperação ou complementaridade de suas atividades que lhes pudessem unir em torno de um desenvolvimento integrado. Outra opção gravitaria em torno de uma idéia de cooperação que poderia ser aliada a de complementaridade dentro de uma divisão do trabalho, que reforçasse a multiplicidade de identidades entre as cidades dentro de uma região e as unisse em torno de objetivos comuns, fortalecendo assim a instância regional. Construindo assim um sistema de cooperação intermunicipal, sendo que o mesmo não poderia ficar somente em consórcio temáticos e comitês de bacia, devendo se estender para o maior número de áreas possíveis (saúde, meio ambiente, transportes, renda e trabalho etc.).

Sobre esse tipo de transcendência temos como exemplo a região do Grande ABC paulista que consegue fugir de políticas somente setorializadas, criando todo um leque de atuação em suas políticas intermunicipais. Iniciadas no final da década de 80. Podemos citar como exemplo de aproximação com nossa área de estudo a criação na região do ABC, em dezembro de 1990, do Consórcio Intermunicipal das Bacias Billings e Tamanduatehy, com base na nova política de gestão de recursos hídricos, consórcio esse que tinha como primeira meta resolver a questão da destinação dos resíduos sólidos da região (Rolnik & Somekh). Daí a semelhança com a região do Maciço de Baturité, que tem no Consórcio Intermunicipal para a construção de um aterro sanitário comum para toda a região, um de seus primeiros passos para a construção de uma gestão inovadora e compartilhada.

Em 1997, foi criada após amplo processo de discussão a Câmara do grande ABC, que tinha como objetivos e finalidade possibilitar um espaço de negociação e formalização de acordos, visando o desenvolvimento sustentável da região. Uma diferença básica entre a mesma e a Agência de Desenvolvimento Regional do Maciço é seu caráter informal, pois seu regimento não prevê uma instituição com personalidade jurídica, como é a ADR. Sobre a Câmara, Rolnik & Somekh afirmam:

(...) Os acordos assinados desde 1997 até hoje correspondem a uma coalizão do Poder Público, Empresários, Sindicatos e demais organizações da Sociedade Civil articuladas pelo Fórum da Cidadania* que, sem negar conflitos existentes, encontrou denominadores comuns, agregando forças usualmente antagônicas, produzindo um processo regional de cooperação, dentro do que teoricamente é apontado como exemplo de governança urbana. (Idem, p. 101)

Sobre esses conflitos e denominadores comuns dentro dessas novas instituições “democráticas”, podemos dizer que esta luta se processa entre as relações das - denominadas por Gramsci - estruturas e superestruturas no seio do *bloco histórico*, sendo que para o nosso trabalho cabe a definição e divisão da superestrutura, que para este se distingue em duas esferas: a sociedade política que agrupa o aparelho de Estado e a sociedade civil.⁵⁴

A (re)produção do espaço e da própria sociedade depende, na prática, do nível da sociedade civil que corresponde a função de *hegemonia* que o grupo dirigente exerce em toda sociedade. A hegemonia da classe capitalista é renovada através dessa segregação espacial e através dos efeitos da ‘força normalizadora’ da intervenção estatal no espaço (Unidades de Conservação, Legislação de Uso e Ocupação do Solo, etc.). A classe fundamental a nível estrutural dirige a sociedade pelo *consenso*⁵⁵.

Podemos citar como representantes destas diversas classes na região: ADR, BIRD, AMAB (Associação de Municípios do Maciço de Baturité), Conselho de Desenvolvimento Regional, Associações de Lojistas, Empreendedores, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ONGs etc.

Para a legitimação do discurso e criação do *consenso*, é necessário, também, definirmos um dos atuais paradigmas da gestão de cidades que é o do empreendedorismo urbano. Este trabalho se pauta neste paradigma de gestão pública advindo do processo de reestruturação produtiva⁵⁶ como forma de manter a reprodução ampliada do capital nas cidades. Compans (2005) sobre isto afirma:

Esse padrão de comportamento diz respeito à assunção de um papel dirigente do governo local (ou supralocal) na promoção do desenvolvimento econômico – seja na inversão direta de recursos na modernização da infra-estrutura urbana, seja na elisão de constrangimentos de natureza legal ou burocrática à valorização dos capitais privados -, a participação crescente do setor privado na gestão dos serviços e equipamentos públicos, à busca de construção do consenso social em torno de prioridades “estratégicas” de investimentos e à introdução de uma racionalidade empresarial na administração dos negócios públicos (COMPANS, 2005, p.20).

É nesse espaço de contradições e território de lutas onde se explicitam mais claramente todos esses processos de modernização, assim como se revelam os projetos

⁵⁴ Para Gramsci, citado por Coutinho (1996), a concepção da sociedade civil pertence ao momento da superestrutura, e é, em geral, concebida como: o conjunto dos organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade, e Gramsci opõe a ela a sociedade política (o Estado, no sentido estrito do termo), da qual ela constitui a “base”, o “conteúdo ético”

⁵⁵ *Consenso* esse que para Coutinho, analisando o novo fato introduzido por Gramsci na sua concepção de Estado, é “(...) A necessidade de conquistar o consenso como condição *sine qua non* da dominação impõe a criação e/ou a renovação de determinadas instituições sociais, que passam a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia (Coutinho, 1996; p.55).

⁵⁶ Harvey (1993); (Soja (1993).

urbanos transformados em modelos carregados de ideologias⁵⁷ representativas dos ideários da classe hegemônica. Esta abordagem faz surgir novas questões relativas aos processos sócio-espaciais oriundos de tais projetos e novos desafios sobre as diferentes formas de reconstruir e/ou refazer as cidades. Nesse contexto, desde a falência da velha estrutura produtiva-comercial de que tanto dependiam, as cidades do Maciço passam a enfrentar um quadro de crise, sobretudo no que se refere à erosão de sua base econômica e fiscal. Surge assim a perspectiva da atividade turística como grande redentora, e junto a ela surge o que Harvey (2005), também, aponta, com outra denominação, como forma de enfrentamento desse quadro o “*empresariamento*” urbano, uma “nova” forma de ver, pensar e administrar as cidades, buscando adequá-las às – pretensas – oportunidades oferecidas pela atual dinâmica de acumulação caracterizada pela seletividade de investimentos.

Podemos, também, contextualizar as ações do Governo do estado do Ceará (1995-1998 e 1998-2002) com seu Plano de Desenvolvimento Sustentável como fazendo parte de um dos paradigmas de desenvolvimento que, hoje, capitaneia as políticas públicas de desenvolvimento no país que é segundo Souza

(...) O mainstream da estratégia do ‘desenvolvimento sustentável’ como – aquele – inabalavelmente crente no crescimento econômico como parte fundamental da solução não somente para a pobreza mundial, mas, também, para os próprios problemas ambientais (...) apresenta o crescimento econômico como um ‘imperativo estratégico’, tanto nos países subdesenvolvidos quanto nos ditos desenvolvidos e o mesmo como aponta o autor possui uma contradição dissimulada entre seus objetivos que são: o crescimento econômico e a proteção ambiental. (SOUZA, 2000; p.256).

3.1.1. Regionalizações para fins de planejamento do estado do Ceará alguns apontamentos

Atualmente, estamos diante de movimentos de ajuste do país, a uma nova divisão social e territorial do trabalho, que seleciona e transforma as funções dos mais distintos lugares, impondo, simultaneamente, novas funções (e atributos) às cidades de diferentes tamanhos, como também mudanças profundas nos sistemas urbanos e redes urbanas dos estados brasileiros, todos inscritos no processo de modernização impelido pela globalização econômica. Concordamos com Ribeiro (2006) quando afirma

⁵⁷ Parece-me bastante sensato usar conceito de ideologia na ótica de Gramsci. Para Gramsci, as ideologias são muito mais que ilusões e aparências (falsas consciências). Elas constituem a totalidade das formas de consciência social (superestrutura) condicionada pela estrutura produtiva. Traduzem uma realidade objetiva que se opera sobre a vida na sua concretude. Nesse sentido, as ideologias possuem dois sentidos: do ponto de vista *gnoseológico* a *ideologia* é o terreno onde os homens adquirem consciência dos conflitos fundamentais, das relações sociais e do mundo econômico. Num sentido mais geral, ela é toda uma concepção particular dos grupos internos componentes das classes, que se propõem a resolver problemas imediatos e restritos.

Para um país periférico, abandonar a reflexão das diferentes escalas em que se realiza a urbanização e os seus vínculos com a (re)organização da produção significa desistir da compreensão dos papéis exercidos pelos lugares e, por esse caminho, do planejamento de seu futuro. Sem dúvida, o “tabuleiro de xadrez” em que são tomadas as grandes decisões estratégicas se encontra marcado por novos imãs, inseridos em nichos de oportunidades que abandonam os espaços privilegiados por investimentos pretéritos e as organizações que tiveram origem em ideais de desenvolvimento e progresso em grande parte já superados (RIBEIRO, 2006, p.18)

Baseados nisto, e sabendo-se que enquanto os processos modernos de produção se espalham por todo o mundo, a produção se especializa regionalmente, é que analisamos os esforços do Executivo Estadual, através de suas políticas públicas de transportes, industrial e de desenvolvimento regional, com vistas à interiorização do processo de desenvolvimento do Estado e sua inserção na ordem econômica global. Alinhamo-nos com Santos (1988) quando afirma que

Compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos (SANTOS, 1988, p.46).

Neste quadro, a região passa a reforçar suas diferenças perante a aldeia global que é o espaço homogêneo da produção capitalista. Sendo importante para a sua compreensão as ações do Estado na atual dinâmica econômica internacional designada de globalização e/ou mundialização (SANTOS, 2005), pois nesta dinâmica se dão os efeitos na direção da desestruturação e/ou integração regionais. Importa compreender a dinâmica dos conflitos existentes, principalmente, aqueles decorrentes de processos de homogeneização/fragmentação provocados pelo atual ritmo da integração capitalista global imposto às diferentes escalas regionais/locais.

Andrade (1987, p.37) já dizia sobre a criação de regiões que “Desde as épocas mais remotas que o homem costuma dividir o espaço de acordo com as características que apresentam em suas várias porções, levando em conta, sobretudo características oriundas da influência das condições naturais e do aproveitamento do espaço”. Com relação às regionalizações ocorridas no Ceará realizadas tanto pelo IBGE como também pelos planos de governo que se sucederam nas últimas décadas, as mesmas se basearam tanto em critérios fisiográficos como, também, em preceitos teóricos da Geografia e da Economia⁵⁸.

⁵⁸ Assim, no Estado do Ceará, foram utilizadas algumas das seguintes abordagens teóricas: Hierarquia dos Centros; Teoria dos Lugares Centrais, de W. Christaller; Teoria da Base Econômica, de E. Von Bouventer; Teoria da Polarização, de R. J. Boudeville; Modelo Gravitacional; Modelo de Potencial; Modelo de Fluxos; Análise de Componentes Principais (ACP); Análise Fatorial; Modelos de agrupamento (Cluster Analysis); Tipogramas; Combinação de Sistemas; Orientação Produtiva

A Associação dos Geógrafos Brasileiros também proporcionou grande contribuição na elaboração de estudos da relação cidade-região, e a proposta apresentada por Lysia Bernades em 1957 na reunião anual realizada em Colatina/ES fez com que, a partir desta data, vários trabalhos fossem realizados considerando o fenômeno de forma dinâmica. Faremos uma pequena retrospectiva dos planos de governo das últimas quatro décadas para mostrarmos a preocupação com o tema da regionalização no planejamento, e as várias formas e teorias que a mesma apresentou no nosso estado⁵⁹.

O relevante papel de Perroux, um dos teóricos que mais influenciou a temática da regionalização em seus estudos de polarização, que a partir de 1955, e especialmente a partir de 1960, suas teorias foram utilizadas por diversos seguidores (BOUDEVILLE, KEMPTON, ROCHEFORT, WEBB) e aplicadas no Brasil (ANDRADE, 1987). François Perroux argumentou que as regiões podem ser classificadas de acordo com o espaço econômico que as caracterizam. Assim, pode-se classificar as regiões da seguinte maneira: a) regiões homogêneas; b) regiões polarizadas; e c) regiões de planejamento. Sobre as diferenciações entre cada uma delas Boudeville citado por Andrade escreve

(...) região homogênea é, faz muito tempo, conhecida dos geógrafos, demógrafos e dos economistas, de vez que corresponde ‘ao espaço contínuo em que cada uma das partes que o constituem apresenta características que a aproximam uma das outras. A idéia da região polarizada, ao contrário, resulta da observação da interdependência existente entre várias áreas, às vezes pertencentes a regiões homogêneas diversas, devido a irradiação da influência comercial das aglomerações urbanas. O poder de atração que uma cidade exerce em torno da área que a cerca, conseqüentemente das transações comerciais que realiza com as áreas rurais, provoca a formação de áreas de influência e, em conseqüência, regiões polarizadas. (...) A região plano resulta mais diretamente do arbítrio humano, de vez que é o espaço submetido a uma decisão. É, como ensina Boudeville, ‘um instrumento colocado nas mãos de uma autoridade, localizada ou não região, para atingir um fim econômico determinado.’ Essa conceituação regional de Perroux vem sendo aceita e empregada por economistas, geógrafos, sociólogos, matemáticos e homens de negócios, dos mais diversos países, desde que se tem tentado aplicar a sua teoria de pólos de desenvolvimento à planificação regional. (ANDRADE, 1987, pp. 45-46)

Com isso passemos a analisar as regionalizações administrativas dos planos de governos elaborados para o Ceará nos últimos 40 anos, lembrando que existem, também, as regionalizações do Ceará definidas pelo IBGE, mas estas não vão ser abordadas neste trabalho, pelos seus objetivos e sua dimensão, muito embora já tenhamos classificado a área de estudo, posteriormente, nas diversas regionalizações do IBGE.

⁵⁹ Sobre as regionalizações ocorridas no nosso estado, desde a década de 60, Lima afirma que “Somente nos governos da última década essa regionalização se estabelece com as preocupações de efetivá-la, e essa aplicabilidade se faz mais concreta com as ações normativas e decisão de prática política. Isto se dá com a institucionalização de conselhos regionais” (LIMA, 2000, p.187)

Começamos, em 1964, um ano após a realização do primeiro plano governamental do Ceará, um dos seus objetivos foi atingido com a elaboração de um diagnóstico sobre a realidade cearense, como elemento norteador das decisões de governo e da criação da base de informações, como instrumento fundamental do processo de planejamento estadual⁶⁰. Era um período de expansão econômica contido no chamado “trinta gloriosos” onde o planejamento era visto instrumento adequado de orientação das economias no caminho do desenvolvimento, e economias atrasadas como a do Estado do Ceará almejavam o crescimento econômico. Desta forma, foi realizado pelo Governo do estado, juntamente com a Universidade Federal do Ceará, o primeiro documento técnico sobre a realidade sócio-econômica do Estado, o “Diagnóstico Sócio-Econômico do Ceará”. Sendo que esse relatório colocou o Ceará entre os primeiros estados a utilizar a metodologia da Teoria da Localidade Central, como forma de identificar a estrutura urbana hierarquizada e suas áreas de funcionais, como também a indicação de áreas eleitas para fins de planejamento. Tudo isso procurando fugir dos critérios políticos e usar critérios embasados na ciência. O Plano de Metas Governamentais/PLAMEG I (1963-1966) do Governo de Virgílio Távora apresentava, pioneiramente, um capítulo específico sobre Desenvolvimento Regional, sendo seguido ademais, no tocante a isto, pelos demais planos de governo (LIMA, 2000).

Vale salientar o caráter vanguardista do diagnóstico sócio-econômico feito no Ceará, pois somente em 1966 o IBGE realizaria um estudo semelhante no contexto nacional que resultou na elaboração do documento “Divisão do Brasil em Regiões Funcionais”, publicado em 1972, sendo depois de atualizado publicado novamente em 1987 com o título “Regiões de Influência das Cidades” (IBGE, 1987).

Lysia Bernardes em seu estudo das Regiões geo-econômicas do Ceará fez a divisão em três tópicos: Hierarquia dos centros; Áreas funcionais e Regiões para fins de Planejamento. O primeiro baseia-se em metodologia que consiste em se trabalhar variáveis que permitam quantificar a inter-relação entre cidades, objetivando encontrar dentre as cidades analisadas aquelas que se caracterizam como “cabeças de região” (IPE/SUDEDEC, 1964).⁶¹ Com a análise dos resultados dos resultados e identificação dos centros agrupou-se os

⁶⁰ Analisando o processo de regionalização e sua ligação com o planejamento no Brasil, Lima escreve “É nas décadas de 1960 e 1970 que o processo de regionalização no Brasil se resalta como um instrumentalização do desenvolvimento, *leitmotiv* de tantos trabalhos, principalmente daqueles voltados ao planejamento, varinha mágica em busca do desenvolvimento” (LIMA, 2000, p.215).

⁶¹ Dentre as variáveis a autora destaca “(...) os tipos de estabelecimentos comerciais, os serviços médico-hospitalares e bancários, o número de firmas atacadistas e varejistas, o número de municípios que transacionam nos centros mais

mesmos em cinco categorias de cidades, excetuando-se Fortaleza que ficou na categoria ‘especial’: 1ª Categoria: Crato, Juazeiro do Norte e Sobral; 2ª Categoria: Iguatu; 3ª Categoria: Crateús, Russas, e Senador Pompeu; 4ª Categoria: Limoeiro do Norte, Tauá, Quixadá, Ipú e Baturité; 5ª Categoria: Aracati, Brejo Santo, Canindé e Jaguaribe. Em seguida foi feito o estudo das áreas funcionais em função das inter-relações existentes entre os municípios acima categorizados, onde foram estabelecidas as áreas de influência dos mesmos. Daí surge a proposta em dividir o Estado em quinze regiões geo-econômicas, e essas foram demarcadas a partir da influência dos seguintes pólos: 1. Fortaleza; 2. Sobral; 3. Crato-Juazeiro do Norte; 4. Iguatu; 5. Crateús; 6. Senador Pompeu; 7. Russas; 8. Tauá; 9. Jaguaribe; 10. Quixadá; 11. Baturité; 12. Canindé; 13. Ipú; 14. Brejo Santo e 15. Aracati.

O Plano de Metas Governamentais estava orientado para a promoção do desenvolvimento, no intuito de integrar o Ceará no circuito do capitalismo moderno (LIMA, 2000), que possuía uma série de metas que para serem atingidas necessitavam, por parte da administração, a compreensão do espaço geográfico como desigual para nortear os projetos, como relata Lima

(...) certas áreas do Estado deverão ser objeto de providências coordenadas, tendo por objetivo o desenvolvimento regional integrado, a recuperação das serras [lembrando da degradação que as mesmas passaram com a atividade cafeeira], o aproveitamento dos vales ao longo dos cursos d’água e a perenização dos rios de maior extensão. Traduzindo-se em definição das áreas concretas para a ação, o Plano indicava os subespaços do Estado: incluem-se entre as regiões que devem ser assim tratadas, os vales do Jaguaribe, Acaraú, Curu e Coreau e as serras de Baturité, Ibiapaba, Chapada do Apodi e do Araripe. As providências referentes a cada uma dessas áreas devem constituir um programa específico, visando à recuperação e ao desenvolvimento econômico local (LIMA, 2000, p.222).

Cabe destacar dentre as metas deste Plano, que já vinham com a fonte de recursos discriminados (prova da eficiência da gestão de Virgílio Távora), o estudo do plano proposto pelo Grupo de Trabalho da serra de Baturité, com o apoio do Instituto do Café, que almejava a recuperação econômica desse produto.

Bernardes sugere que se utilize a hierarquia descrita no seu estudo das regiões geo-econômicas na alocação de serviços de acordo com a categoria, como a seguir “(...) Vale ressaltar ainda que, como os centros que as encabeçam, poderiam ser organizados hierarquicamente, os centros das primeiras categorias, concentrando os serviços mais especializados, enquanto que os demais serviços se disseminam por todas as sedes da região” (SUDEC, 1964).

importantes, o papel de cada cidade que funciona como centro atacadista, a importância como centro agrícola, o números de alunos e pessoas doentes procedentes de outros municípios” (SUDEC, 1964)

Desta observação de Bernardes tira-se que esse Plano em muito se assemelha com a última regionalização proposta pelo governo atual – Cid Ferreira Gomes (2007-2010) - com base do princípio de “dispersão concentrada”, onde se procura maximizar a aplicação de recursos públicos em centros urbanos de importância regional, para a formação de economias de aglomeração, sobre este ainda iremos detalhar na próxima parte (Sub-capítulo 6.2). Queríamos só destacar o pioneirismo deste que foi o primeiro Plano de Governo no Ceará a chamar a atenção para o problema da regionalização do Estado, mas estava baseado do novo paradigma que se instalara no Brasil e no Nordeste no que diz respeito ao desenvolvimento regional: a implantação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Este sim, o primeiro embrião de uma política regional no Brasil. Passemos agora a verificar outros planos que também foram importantes, sendo que alguns não iram ser estudados neste trabalho.

Seguiu-se ao Governo Virgílio Távora, o do Senhor Plácido Aderaldo Castelo, o qual instituiu o Plano de Ação Integrada do Ceará – PLAIG (1967-1970), praticamente deu continuidade aos projetos de desenvolvimento regional implantados no governo anterior. De fato, o PLAIG confirma as áreas prioritárias as regiões do Vale do Jaguaribe, de Baturité e a região da Serra da Ibiapaba que já vinham sendo trabalhadas pelo governo antecedente, introduzindo dentro deste contexto a Região Metropolitana de Fortaleza.

No Plano de Governo do estado do Ceará – PLAGEC (1971-1974) tem-se um novo estudo sobre regionalização e determinação de áreas de planejamento, praticamente uma década após a primeira proposta de regionalização que não foi posta em prática. Este governo trabalhou no seu Plano de Governo, com o que passou a serem chamadas “Regiões-Programas”. Tais “regiões-programas” ou “Pólos de Desenvolvimento” foram divididas em Centros Regionais; Centros de Zona e Centros Estratégicos. Baseou-se para isso na teoria da localidade central de W. Christaller⁶² e em metodologia adaptada pelo IBGE, a qual considera que a função básica de uma cidade é a distribuição de bens e serviços para um determinado espaço onde se encontram os consumidores desses bens e serviços: empresas de produção e comerciais, e consumidores individuais (PLANO, 1971). O estado ficou dividido em espaços polarizados pelos centros regionais:

- Metrópole Regional Fortaleza;
- Grandes Centros Regionais: Crato, Sobral, Juazeiro do Norte e Iguatu;

⁶² Milton Santos em seu livro “Economia Espacial: críticas e alternativas” critica o uso da Teoria da Localidade Central em países subdesenvolvidos, e propõem como alternativa o uso de sua Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana.

- Centros Regionais Secundários: Crateús, Russas, Limoeiro do Norte, Quixadá e Senador Pompeu;
- Centros de Zonas: Brejo Santo, Camocim, Ipu, Canindé, Baturité, Aracati, Tauá, Jaguaribe, Lavras da Mangabeira, Itapipoca, Campos Sales e São Benedito;
- Centros Estratégicos: Crateús, Tauá, Itapipoca e Lavras da Mangabeira.

Este plano também justifica a ação concentrada em alguns pontos do espaço estadual entendendo que essas áreas constituíram as chamadas regiões-programa. Percebe-se que embora o diagnóstico de 1964 não tenha sido citado como referência por este Plano, o mesmo tem muita semelhança com o PLAMEG chegando às mesmas conclusões. O PLAGEC enfatiza que a consolidação desta hierarquização urbana deve ser acompanhada do aumento de infra-estrutura econômica e social dessas localidades e sua capacitação como opção locacional de serviços e indústrias.

Através dos Decretos Nº 9.551, de 17.09.1971; Nº 10.245, de 02.05.1973 e Nº 10.671, de 09.01.1974, o Ceará foi dividido em 08, 12 e 13 Regiões Administrativas, respectivamente. Estas últimas foram as seguintes: 1 – Fortaleza; 2 – Crato; 3 - Juazeiro do Norte; 4 – Quixadá; 5 - Senador Pompeu; 6 – Tauá; 7 – Itapipoca; 8 – Crateús; 9 – Iguatu; 10 - Limoeiro do Norte; 11 – Russas; 12 – Sobral e 13 – Tianguá. Destaca-se que a cidade de Baturité não aparece nesta divisão de regiões administrativas. Podemos constatar a ausência destas, também, quando analisamos algumas diretrizes para os centros urbanos, com destaque para os Centros de Zona, no qual Baturité se insere

(...) Uma proposição complementar seria considerar como estratégicos ao desenvolvimento espacial de suas áreas, alguns centros considerados Centros de Zonas, tais como: Tauá, pela localização no Sertão Sudoeste, em área pouco desenvolvida e pouco polarizada pelos Grandes centros; Lavras da Mangabeira, pela necessidade de uma Centro Intermediário entre a Grande Região, Crato-Juazeiro do Norte e a fronteira com a Paraíba; Itapipoca, por estar situado numa área de grande densidade rural, correspondente à tradicional área algodoeira, que hoje já tem na fruticultura e nos cereais a base de sua economia; e finalmente Crateús, por estar localizado num espaço tenuamente polarizado, possuindo alta taxa de crescimento demográfico, achando-se situado estrategicamente como “Centro de Convergência” de futuros eixos viários (PLANO, 1971, p.).

Acredita-se que o motivo desta não priorização ou esquecimento tenha se dado com relação a pouca distância que o centro urbano de Baturité possui com relação à RMF e seu baixo dinamismo econômico.

O I Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Estado do Ceará – I PLANDECE (1974-1979) se preocupou, fundamentalmente, com os macroplanos da esfera federal, não explicitando a sua política regional, haja vista que no Plano só há uma breve menção de que o Governo deveria trabalhar três áreas específicas: Zona Litorânea, Cariri e Região

Metropolitana de Fortaleza. Para Lima, os macroplanos (2000, p. 227) “se dirigiam objetivamente para o sistema produtivo que sempre fortaleceu os grupos políticos e econômicos tradicionais do Ceará: a produção primária ligada ao setor exportador”. Este plano sugere a implantação de planos microrregionais, no sentido de fortalecer a posição dos centros de irradiação do interior do Estado, destacando as localidades de Crato/Juazeiro do Norte, Sobral e Baturité. Repare que Baturité um centro de zona no último plano passa a centro estratégico neste, cabe então indagar quem era o Governador do período o senhor Aduvaldo Bezerra possuidor de terras na região do Maciço de Baturité, e seguindo o raciocínio de Lima sobre a postura clientelista deste governo o que nos cabe pensar?

O retorno da discussão da regionalização e das áreas para fins de planejamento vem com o II PLAMEG (1979-1983) e o retorno de Virgílio Távora ao poder, e este comenta que houve uma contradição em todos os planos ao afirmar que o Estado nunca foi concebido através de unidades de planejamento, criticando a não operacionalização pelos seus sucessores da recomendação do “diagnóstico” de dividir o Estado em regiões para fins de planejamento, e sim realizarem novas hierarquizações de centros. A novidade deste plano é a compreensão de que a cidade era uma base muito forte para a formação regional, o mesmo ressaltava o intra-urbano e a hierarquia urbana. Podemos ver isso nas suas diretrizes: estudar as potencialidades econômicas da região litorânea do Estado; reduzir o desequilíbrio urbano e consolidar a hierarquia urbana; completar o Distrito Industrial de Fortaleza; dotar a região do Cariri e as cidades de Sobral e Iguatu de condições adequadas à atração de indústrias – como explicitado mais a frente por Teixeira; incluir no programa de cidades de porte médio as localidades de Crateús, Limoeiro do Norte, Quixadá e Senador Pompeu. E ainda introduz o conceito de cidades-barreira, como barreiras migratórias, nas localidades de Baturité, Canindé, Itapajé, Pentecoste e Russas, que se localizam entre 100 e 200 Km de distância da capital do Estado. Lembrando que na atual regionalização do Estado existe essa preocupação.

Quanto à classificação com base na hierarquia urbana esta ficou assim:

Centro Especial: Fortaleza;

- Centros de 1º Nível: Crato, Iguatu, Juazeiro do Norte e Sobral;

- Centros de 2º Nível: Baturité, Barbalha, Caucaia, Crateús, Icó, Limoeiro do

Norte, Maranguape, Russas e Senador Pompeu;

- Centros de 3º Nível: Acopiara, Aracati, Brejo Santo, Camocim, Canindé, Campos Sales, Cedro, Ipu, Itapajé, Jaguaribe, Lavras da Mangabeira, Morada Nova, Mombaça, Nova Russas, Quixeramobim, Quixadá, São Benedito, Tauá, Tianguá e Ubajara.

O governo seguinte, o do economista Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, não trouxe dentro do Plano Estadual de Desenvolvimento – PLANED (1983-1987), qualquer especificação, em termos do espaço físico do Estado, a não ser, é claro, quanto à divisão política, o mesmo reafirma a existência das desigualdades intra-estaduais na distribuição espacial da população e nos aspectos sócio-econômicos. Entretanto, quando o Plano trata de seus objetivos, fica explícito que o Governo irá “definir a hierarquização da rede urbana estadual”; “conceber e implantar a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional” e “Efetivar os programas definidos para a região metropolitana e aglomerados urbanos do Cariri (Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte)”. Destaca os centros estratégicos para serem devidamente fortalecidos e exercerem sua função de pólo regional.

O Plano de Mudanças (1987-1991) sobre o Governo de Tasso Ribeiro Jereissati que representava o grupo já relatado aqui dos “jovens empresários”, que durante um bom tempo viveram a sombra dos “coronéis” preocupando-se mais com a RMF, pois nas demais cidades e regiões não havia investimentos de alta por sua situação de estagnação. Esse plano estabelece como objetivos a interiorização do desenvolvimento sócio-econômico, de acordo com as especificidades de cada região, e o fortalecimento dos centros estratégicos regionais e as pequenas cidades, para que possam servir ao desenvolvimento industrial e agropecuário. Lembremos o que diz Costa (2005, p.21) sobre esse grupo de “novos” políticos “(...) Seus interesses acompanham as tendências da economia internacional, cultuam a modernidade, absorvem a plasticidade do seu tempo e se apresentam inimigos do atraso econômico, de antigos costumes e valores”. Portanto até aqui nada de especialmente novo, o fato é que esse governo que representava os empresários da capital estava consciente das mudanças no sistema capitalista e da necessidade de integra-se a elas. Falamos isto lembrando o que foi dito sobre o pioneirismo do Governo de Virgílio Távora no tocante a essa matéria.

O Estado é dividido em 20 Regiões Administrativas e para cada uma delas foi elaborado um Programa de Ação Regional – PAR, com a participação de técnicos, das lideranças políticas e comunitárias na identificação das deficiências, prioridades e diagnósticos de cada região. São os ventos da democracia chegando ao governo do Ceará. Para cada PAR existiam algumas ações governamentais como: regionalização dos programas setoriais e intersetoriais; ações ou projetos específicos de cada região, definidas a partir do

diagnóstico local. Também foram criadas 07 Áreas de Desenvolvimento Regional/ADRs, englobando, cada uma, umas poucas Regiões Administrativas (Quadro 2).

As regiões administrativas são:

1 - Fortaleza	11 - Caucaia
2 - Itapipoca	12 - Acaraú
3 - Camocim	13 - Tianguá
4 - Sobral	14 - Canindé
5 - Baturité	15 - Aracati
6 - Russas	16 - Quixadá
7 - Crateús	17 - Tauá
8 - Senador Pompeu	18 - Limoeiro do Norte
9 - Icó	19 - Iguatu
10 - Crato	20 - Juazeiro do Norte

Neste plano surge a nova dimensão político-administrativa, onde o espaço é visto com vetor de desenvolvimento. Sobre isso afirma Lima

(...) [a] decisão de fragmentar o Estado em 20 regiões para um programa agressivo de planejamento. Fica posto como decisão política, quando o governador eleito, em seu discurso de posse, diz que seu Plano de Mudanças será desagregado regionalmente em Programas de Ação Regional (PAR), correspondendo um PAR para cada uma das 20 regiões em que o Estado está sendo dividido, para efeito de planejamento (LIMA, 2000, p. 233).

Quadro 1: Áreas de Desenvolvimento Regional x Regiões Administrativas

ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	REGIÕES ADMINISTRATIVAS
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	Fortaleza
	Caucaia
CARIRI	Crato
	Juazeiro do Norte
VALE DO JAGUARIBE/CENTRO-SUL	Russas
	Limoeiro do Norte
	Iguatu
	Iço
LITORAL I, II e III	Itapipoca
	Acaraú
	Aracati
	Camocim
SOBRAL/IBIAPABA	Tianguá
	Sobral
SERTÃO CENTRAL	Canindé
	Baturité
	Quixadá
	Senador Pompeu
INHAMUNS	Crateús
	Tauá

FONTE: IPECE/2007

As regiões administrativas propostas não representam muitas novidades no tocante aos municípios representativos de cada região que são basicamente os mesmos centros regionais e secundários apresentados nas várias outras regionalização e hierarquizações. Percebe-se, também, que desde o primeiro “diagnóstico” de 1964 não houve avanços na ampliação destes estudos e políticas capazes de realmente dinamizar essas áreas como foram propostas nos vários planos. As áreas apontadas como “localidades centrais”, “centros regionais” ou “cabeças de região” sempre foram representativas de suas regiões desde o período colonial. A principal diferença entre as regionalizações e hierarquizações neste período se dá pela evolução da infra-estrutura rodoviária, que teve um avanço considerável nos últimos anos.

Quanto ao Plano de Governo (1992-1995) do Governador Ciro Ferreira Gomes, intitulado “Ceará Melhor”, estava mais focado nos problemas de urbanização e habitação do

Estado. Este mostrava continuidade no trabalho com as Ações de Desenvolvimento Regional (ADRs) implantadas no governo anterior.

3.1.2. Plano de Desenvolvimento Sustentável e nova regionalização do Ceará

Passemos a análise dos últimos planos de regionalização do Ceará representados pelos Planos de Desenvolvimento Sustentável (1995-1998) e (1998-2002) ambos sob o Governo de Tasso Jereissati e o do governo de Lúcio Alcântara (2002-2006), que como os demais apresentaram propostas e discursos de desenvolvimento regional e reestruturação urbana na busca incessante de inserção no circuito da economia globalizada. Sobre estes discursos colocados a cada nova regionalização e as obras de reestruturação espacial, Santos afirma

Objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso. O discurso como base das coisas, nas suas propriedades escondidas, e o discurso como base da ação comandada de fora, impelem os homens a construir a sua história através de práxis invertidas. (...) É dessa forma que na superfície da terra, na crosta de um país, no domínio de uma região, nos limites de um lugar — seja ele a cidade — reorganiza-se o espaço, recriam-se as regiões, redefinem-se as diferenciações regionais. É dessa maneira que se estabelecem novas dinâmicas regionais, criando, sobretudo nos países onde as desigualdades sociais são grandes, aquelas áreas que são apenas regiões do fazer, do fazer sem o reger. O fundamento etimológico da palavra região é perdido, na medida em que há regiões que são apenas regiões do fazer, sem nenhuma capacidade de comando (SANTOS, 1994, p.45).

Pensando com Santos, podemos ver que a Região do Maciço de Baturité é uma dessas chamadas por ele de “regiões do fazer”, pois grande parte de seus projetos de desenvolvimento são encabeçados pela “ordem distante”, sendo que o próprio planejamento regional do Estado é feito por consultores de fora, seguindo modelos pré-fabricados. Falamos da equipe de acadêmicos da Universidade de Bem-Gurion – Israel que realizaram os estudos para o plano de desenvolvimento e combate a pobreza do nosso Estado. Santos alerta sobre a relação nos países subdesenvolvidos entre planejamento, subdesenvolvimento e pobreza (2007) ⁶³.

Voltando aos planos de governo começamos com a análise dos princípios norteadores do Plano de Desenvolvimento Sustentável, relatados pelo então governador Tasso Jereissati. Sobre isso Lima afirma

⁶³ Milton Santos “Planejando o Subdesenvolvimento e a Pobreza” (2007).

Em seu discurso de posse, o governador desse período, depois de relacionar os princípios basilares que nortearão sua ação político-administrativa⁶⁴, assegurou um modelo de gestão e participação a ser adotado, tendo como um de seus níveis a integração intergovernamental e com a sociedade, através de 20 conselhos regionais de desenvolvimento sustentável, CDRS. Essa determinação asseguraria que todas as regiões do Estado e todos os Municípios terão, através desses Conselhos, um canal aberto para participar da definição de prioridades e do Plano do Governo. Na prática, os Municípios participarão através dos Conselhos Regionais, no planejamento e na efetivação das políticas públicas do Estado (LIMA, 2000, p.236).

Assim podemos perceber uma ênfase em uma visão holística de Estado que procurava encaminhar políticas estruturantes ou macros setoriais, como também a busca da descentralização administrativa como reforço no papel das regiões administrativas criadas pelo mesmo no seu primeiro mandato. Quanto à regionalização, esta segue estudos recentes tanto do governo como do IBGE, com a determinação das cidades pólo, que, também, são praticamente as mesmas. Mas a posição hierárquica desses centros foi reforçada, com o tempo, pela crescente urbanização e pelos sistemas produtivos e de serviços. Esta regionalização segue três fatores basilares: Potencialidades naturais, Solidariedade social e Polarização em torno de um centro urbano.

Analisando os três fatores podemos constatar alguns discursos que carregam. Começando com as potencialidades naturais que correspondem aos recursos naturais que cada região possui em potencial para serem explorados, ou melhor, trabalhados com o uso de sistemas técnicos mais modernos, pois vários destes lugares ainda se encontram na forma de reserva de valor⁶⁵. Na região estudada encontramos uma unidade geoambiental que não é propícia para uma agricultura na forma de agroindústria, pois possui uma declividade alta comprometendo um processo de mecanização maior da agricultura. Neste caso a maior potencialidade desta região se dá para a atividade turística. Deve-se, destacar também os limites dados a área por conta de ser uma área de proteção ambiental.

Quanto à solidariedade social invocada como base desta regionalização - como de outras também, seria uma relação de sinergia entre os agentes produtores do espaço na busca

⁶⁴ Eram os seguintes princípios: sustentabilidade do desenvolvimento, a visão de longo prazo, parceria, descentralização e qualidade total.

⁶⁵ Sobre o uso da natureza pelo homem em seu processo de “desenvolvimento”, Santos nos diz “A história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução. (...) Essa evolução culmina, na fase atual, onde a economia se tornou mundializada, e todas as sociedades terminaram por adotar, de forma mais ou menos total, de maneira mais ou menos explícita, um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos (Santos, 1991). É nessas condições que a mundialização do planeta unifica a natureza. Suas diversas frações são postas ao alcance dos mais diversos capitais, que as individualizam, hierarquizando-as segundo lógicas com escalas diversas” (SANTOS, 1994, pp.5-6).

de atingir o objetivo, principal, que é o desenvolvimento. Isto depende do envolvimento da sociedade como um todo nas decisões, sendo esta solidariedade envolve aspectos culturais, associações de diversos municípios, tradições (LIMA, 2000). Resta saber que tipo de solidariedade realmente se consolidou nesta prática, se uma solidariedade orgânica ou uma solidariedade organizacional criada a partir de uma verticalidade. Acreditamos que no Maciço de Baturité aconteceu a busca de uma mescla das duas solidariedades, mas com predomínio final da segunda, devido a falta de consenso e políticas de escalas maiores que se colocaram ao local. Sobre a atuação dos tipos de solidariedades e sua ligação com o processo de reestruturação espacial imposto as regiões e demais escalas de espaços, Santos afirma

O espaço geográfico, banal em qualquer escala agrupa horizontalidades e verticalidades. Assim, o que ainda se pode denominar região — espaço das horizontalidades — deve sua constituição não mais à solidariedade orgânica criada no local, mas a uma solidariedade organizacional literalmente teleguiada e facilmente reconsiderada. (...) A dinâmica dos espaços da globalização supõe adaptação permanente das formas e das normas. As formas geográficas, isto é, objetos técnicos requeridos para otimizar uma produção, só autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e aplicação de normas jurídicas, financeiras e outras, adaptadas às necessidades do mercado. Essas normas são criadas em diversos níveis geográficos e políticos, mas, dada a competitividade mundial, as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, tendem a configurar as outras. Uma vez mais, todos os subespaços mostram essa presença simultânea de horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1994, p.26).

Destaca-se como exemplo desta busca de solidariedade social, a criação de associações de municípios, que se deu tanto através de suas lideranças ou através de consórcios de prefeituras, como também na forma das Agências de Desenvolvimento. Destaca-se que todas essas formas de associações e instituições existem na região do Maciço de Baturité. Sobre essas iremos falar mais a frente.

Quanto ao fator da polarização em torno de um centro urbano como critério para esta regionalização, também, não se apresenta como novidade. Como diz Lima (Op. cit.) “(...) é um critério tomado por quase todos os estudos de regionalização”. Este também fala que se trata de um critério explicitado por Kayser (1968) para a explicação da formação do quadro regional e da estrutura da região. Lembrando que a idéia de polarização vem dos estudos de F. Perroux que acreditava que o desenvolvimento não se daria de forma difusa por todas as partes de um país, estado ou região, e sim se manifestaria em certos pontos chamados de pólos de crescimento que depois o difundiriam. Trata-se do espaço polarizado no qual o centro é constituído por uma ou várias atividades chamadas motrizes, por sua capacidade de produzir efeitos induzidos em outras atividades. Na sub-região serrana do Maciço seria a atividade do turismo a atividade principal.

Assim concordamos com Lima, quando diz que

(...) nota-se que a rede urbana teve um peso significativo no processo da delimitação das atuais RGAs. Todos os municípios não podem oferecer tudo a todos, daí a necessidade de um centro forte em serviços, em centralidade econômica. A situação desse centro urbano no território deve ser visto em termo de acessibilidade, em função da rede viária atual ou de futuro previsível (Idem, *Ibidem*, p. 240).

Contudo, não podemos nos olvidar do fato de que desigualdades inter-regionais históricas existem causadas pela concentração de crescimento econômico em regiões específicas que se beneficiaram de melhor infra-estrutura, capital social, ou de outras vantagens que atraem capitais e atividades econômicas. Uns dizem que são frutos das imperfeições de mercado de capitais ou do mercado de trabalho, outros que são resultados da forma de espacialização do sistema capitalista baseado em um desenvolvimento geográfico desigual e combinado (SOJA, 1993). Sendo assim, a pergunta que se faz: é possível alcançar uma equidade entre as regiões através dessa política de concentração espacial de atividades econômicas, ou se de uma distribuição mais dispersa dessa atividade?

Bar-El (2006) apresenta uma análise da estratégia de “pólos de crescimento” de Perroux, onde este aponta porque esta foi tão desacreditada por muitos estudiosos, e aponta os aspectos, para ele, negligenciados como

(...) a configuração espacial e as atividades econômicas nos pólos, seus efeitos externos, e sua incrustação no sistema urbano. Entre as conclusões mais importantes originadas desta análise, ele aponta para a necessidade de um diagnóstico cuidadoso dos problemas regionais e uma clara articulação de objetivos alcançáveis, um conhecimento da economia existente da região, uma apreciação dos mecanismos existentes e antecipados para a transmissão de crescimento em vários níveis, e uma identificação de instrumentos de política disponíveis, com interação entre todos aqueles elementos. (...) Conforme Myrdal (1957) afirmou, as forças de causalidade circular e cumulativa aumentam as diferenças entre os locais de investimentos centrais e as outras áreas (Bar-El, 2006, p.30).

Grande parte do que Bar-El aponta como necessidades foi realizada no desenvolvimento e criação dos Planos de Desenvolvimento Regionais, como o PDR do Maciço de Baturité, mas toda essa política vai de encontro ao grande número de investimentos em locais centrais, como as cidades médias do Ceará, nas cidades das regiões pólo de CRAJUBAR, Baixo Jaguaribe e de Sobral.

Outra questão é que se dá uma ênfase em estudos metropolitanos, de metropolização, cidades médias e regionalizações com uma análise deslocada da reflexão dos sentidos societários do fenômeno urbano, afetando a compreensão dos processos que atualizam as relações sociedade-espço, como também a análise da estruturação das relações de classe e dos pactos de poder. Para Ribeiro, esse deslocamento

(...) gera a sensação de cegueira e de vivência de “mais do mesmo” que, com frequência, perturbam o pesquisador do urbano envolvido, eticamente, com a valorização do lugar e de racionalidades alternativas que possibilitem a aproximação entre cooperação, na esfera da economia, e solidariedade ou entre as características do espaço herdado e redução das desigualdades sociais. (...) Sem dúvida, a carência de estudos trans-escalares e dedicados à periodização consistente do fenômeno urbano, em seus rebatimentos nas fronteiras da última modernização, afeta a inteligibilidade dos projetos de modernização da sociedade brasileira, que incluem aqueles que objetivam a regionalização que corresponde, tão somente, aos interesses privados. (RIBEIRO, 2006, p.19)

Dessa forma, na atualidade, nos aproximamos de uma “geografia nova” que produz novas tendências e territorialidades que coexistem com as já existentes. As oportunidades estratégicas que cidades e regiões oferecem, ou não, ao capital são evidenciadas nos mais diversos lugares, muitos deles apresentando tendências de metropolização e de urbanização em séries de escalas e formas espaciais. Assim, para a análise da região estudada e de suas cidades é necessário lembrar que estas apresentam uma história urbana comum, compartilhando períodos de desenvolvimento, crise e estagnação.

No final de seu último mandato, o governador Tasso Jereissati - para enfrentar o crescente problema da pobreza rural e de acelerar o PROURB Urbano/1995-2003 (Programa de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos) - volta sua vista para o regional com mais ênfase. Assim, o IPLANCE (Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará), volta a elaborar trabalho sobre a regionalização do Estado publicando o trabalho “A Reestruturação Espacial como Componente da Estratégia de Combate à Pobreza Rural” (IPLANCE, 2002).

Nessa nova proposta, a metodologia utilizada foi a da hierarquia das cidades. Assim, a regionalização obedecia à seguinte discriminação:

- Centro de Primeiro Nível: Centro Primaz;
- Centro de Segundo Nível: Centro Secundário;
- Centro de Terceiro Nível: Centro Regional;
- Centro de Quarto Nível: Cidades de Pequeno Porte.

Dentro desta nova proposta, ter-se-ia as seguintes cidades por centro:

- Centro Primaz: Fortaleza;
- Centros Secundários: Crato/juazeiro do Norte/Barbalha, Iguatu, Russas/Limoeiro do Norte, Sobral;
- Centros Regionais: Aracati, Baturité, Brejo Santo, Camocim, Campo Sales, Canindé, Crateús, Itapipoca, Jaguaribe, Quixadá, Quixeramobim, Tauá e Tianguá;
- Cidades de Pequeno Porte: Todas as outras cidades do Estado.

Podemos observar a posição da cidade de Baturité como centro regional, que não se distancia muito das demais regionalizações. Cabe destacar aqui o papel que o governo passa a dar às cidades deste tipo e contrapor ao apoio dado aos centros secundários.

Passemos ao Governo de Lúcio Alcântara e sua política de desenvolvimento regional com ênfase em um desenvolvimento com equidade e redução da pobreza. Nesta gestão, aparecem mais veemente as contribuições dos consultores internacionais de Israel, que começam seus trabalhos com uma análise dizendo que existe uma necessidade de reavaliação da política passada (BAR-EL, 2006). Sobre isto BAR-EL comenta

A política macroeconômica do Estado do Ceará em geral tem tratado de todos os elementos principais de crescimento econômico: investimentos em infra-estruturas, programas educacionais, programas de assistência à saúde, geração de empregos, e crescimento urbano. O resultado pode ser considerado satisfatório do ponto de vista do crescimento econômico, mas ocorrendo juntamente com elevados níveis de pobreza e diferenças entre o centro urbano principal e a periferia (ou doravante o “interior”, como geralmente é chamado no Estado do Ceará). Em outras palavras, a política macroeconômica pode ter sido muito apropriada para as condições do centro metropolitano que se encontra situado na vanguarda da concorrência econômica no contexto global, mas não necessariamente para as condições do interior, que exigem uma mudança estrutural básica (Idem, *Ibidem*, p. 33)

Esse discurso nos faz acreditar na busca de um novo paradigma de gestão, mas não foi o que pudemos constatar, mesmo com a compreensão por parte da gestão dos fatores que levaram e levam a uma crescente desigualdade inter-regional, como existência de falha de mercado no processo de desenvolvimento econômico. E de que esta falha leva a uma situação na qual as mudanças estruturais na economia, tal como a diminuição do peso relativo da agricultura, não são acompanhadas de adaptações adequadas da sociedade, em termos de transição da mão-de-obra para novos tipos de emprego – isso implica em inclusão precária no terciário inferior, ou de urbanização e reestruturação espacial.

Outros, como Pires (2006), dizem que para a resolução desses gargalos necessita-se aproveitar

(...) no conjunto de mutações, tanto espaciais quanto organizacionais, o desenvolvimento local como projeto deve procurar alcançar as solidariedades de empresas e de indivíduos, ou ainda descobrir as potencialidades locais e toda a riqueza das trocas não mercantis que concorrem ao desenvolvimento econômico (PIRES, 2006, p.53).

A verdade é que se trata de algo bem mais complexo, pois envolvem processos trans-escalares onde ocorrem as práticas humanas, lugares onde os seres humanos produzem e concretizam suas próprias escalas para buscar a realização de suas metas e organizarem seus comportamentos coletivos. Explicando as alterações de territorializações e seu fundo político, Harvey nos ajuda a compreender, um pouco, esse constante processo de regionalizações quando afirma

(...) O caso das alterações da territorialização mostra claramente que não há nada “natural” nas fronteiras políticas, mesmo que as características naturais com frequência tenham tido algum tipo de papel em sua definição. A territorialização é em última análise resultado de lutas políticas e de decisões políticas tomadas no contexto de condições tecnológicas e político-econômicas determinadas. A formação da União Européia (um longo processo que começou com o plano Monet de 1948) é um longo histórico de caso de um processo de transformação da territorialidade entre escalas (HARVEY, 2004, p. 108).

Com Harvey, podemos analisar o difícil processo de criação de cooperações e instituições intermunicipais realizado no nosso Estado, dando ênfase a região estudada, quando fala do debate contemporâneo na França sobre a formação de unidades regionais de gestão e de governos locais e seu poder político

(...) [Sobre o] debate contemporâneo na França sobre como conceber os governos locais (em termos tanto de organização territorial como de poderes). Há uma cisão política entre uma concepção que adota “localidades [municípios], departamentos [equivalentes a estados], nação-Estado” (com todos os seus fortes atrativos tradicionais) e uma concepção que adota “coletividades, regiões, Europa” (que reflete as novas realidades que estão sendo forjadas no nível da União Européia). O resultado dessa luta política terá importantes implicações para os modos de as pessoas organizarem sua vida comunitária. Na verdade, a mudança das atribuições dos governos locais e metropolitanos com respeito às nações-Estados e às forças globais [...] tem sido uma importante maneira de ampliar o papel de uma escala particular da organização humana nos últimos vinte anos (Idem, Ibidem, p. 109)

Voltando à gestão do governador Lúcio Alcântara, a mesma preocupa-se com o desenrolar do processo de urbanização do Estado que não vem em resposta de uma economia saudável e desenvolvida, onde os centros urbanos do interior não respondem ao processo de urbanização que deveria resultar de uma transição da agricultura para as atividades industriais e serviços, mas o que encontramos é uma economia com um padrão de baixa complexidade para os dias atuais. Este governo tem como objetivo o incremento da produtividade na agricultura dentro de um processo de crescimento econômico, que junto com uma demanda relativa crescente de produtos industriais, leve a participações mais baixas do emprego agrícola, maiores participações da indústria, e a um processo de urbanização “saudável”. Também objetiva que este processo de urbanização leve a uma tendência de descentralização, com o desenvolvimento de centros urbanos na periferia, além da cidade primaz.

Sobre as diretrizes políticas deste governo, Bar-El elaborou o seguinte quadro (Figura 10)

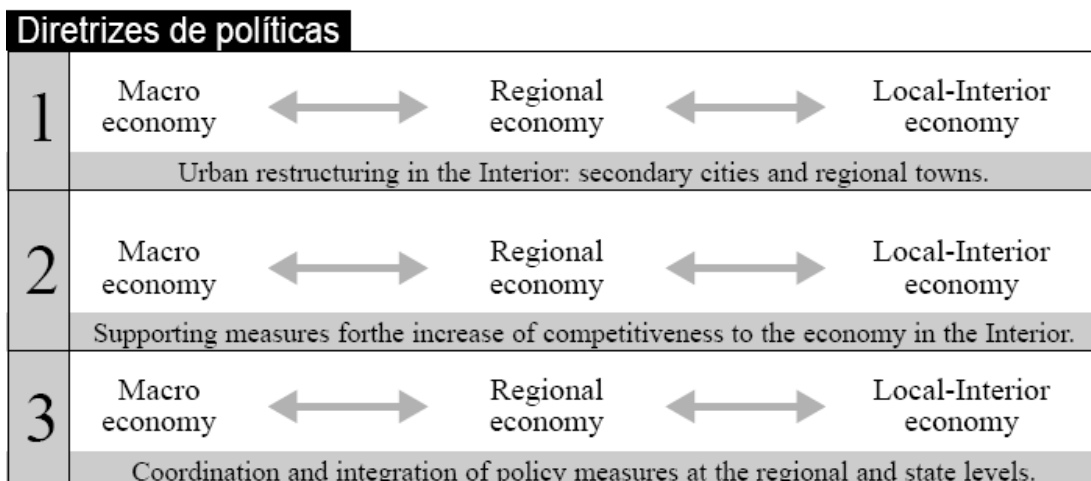


Figura 10 - Diretrizes Políticas do Governo do Estado do Ceará

FONTE: BAR-EL, Raphael. Economia Regional um modelo para o Ceará.

Podemos ver que a primeira medida seria a reestruturação urbana do interior, através do estímulo ao desenvolvimento de cidades secundárias e de cidades regionais, sendo que o desenvolvimento do interior acabaria com a forte dependência deste para com a região metropolitana, criando uma relação mais forte entre as duas economias.

A segunda diretriz refere-se a medidas de apoio e reforço da competitividade da economia do interior, tanto em níveis rurais como urbanos, através de medidas para solução de velhos problemas, como a falta de infra-estrutura, os baixos níveis de capital humano, as dificuldades de acesso a crédito e aos mercados, entre outras já citadas neste trabalho. Tudo isso apoiado por uma estrutura urbana desenvolvida no interior.

Encontrando-se dentro deste processo, faz-se necessário recorrer ao nosso objeto, onde podemos encontrar cidades de pequeno porte, em processo de urbanização, com populações concentradas no campo e centralizadas por uma cidade pólo de baixa complexidade econômico-social, que ainda apresentam todas as dificuldades apresentadas na segunda diretriz com o agravante de sua proximidade a RMF, o que dificulta, em certo ponto, a dinamização de suas economias. Assim, pensando com Santos, quando este se refere às cidades locais seu papel e sua organização espacial, afirma

(...) [Atualmente] O espaço se organiza conforme um jogo dialético entre forças de concentração e dispersão. Neste período, as forças de concentração são poderosas, mas as de dispersão são igualmente importantes. As cidades locais beneficiam-se das tendências à dispersão, essencialmente comandada pela difusão generalizada da informação e do consumo. A rede urbana atual consiste, de modo geral, uma estrutura mais complexa, tendo no vértice metrópoles completas ou incompletas, vindo a seguir, em posição intermediária, cidades regionais e, finalmente, na base as cidades locais. Estas não dependem mais, como no período anterior, das condições de produção, mas acham-se preferencialmente ligadas ao consumo (...) (SANTOS, 2005, p. 91)

Nesta “encruzilhada” se encontram as cidades do Maciço de Baturité, entre tendências de concentração e dispersão, em especial as cidades serranas por conta de sua potencialidade para o turismo, sendo assim, como diz Santos, encontram-se muito mais ligadas às atividades do consumo do/no espaço do que da produção propriamente dita. Como pudemos verificar com os números da atividade terciária.

E por fim, a terceira refere-se à coordenação e integração de medidas de política nos níveis local e regional (urbano) com o federal. Prever a criação de um sistema de unidade de desenvolvimento econômico regional como garantia para a consolidação das medidas de política em nível local, como também a integração entre o desenvolvimento local e regional (Bar-El, 2006).

Com isso temos a criação de alguns instrumentos para a consecução destes objetivos que foram a criação de uma nova Secretaria para o Desenvolvimento Local e Regional (SDLR), a criação de um programa de unidades de desenvolvimento econômico regional (ADRs) e dos Conselhos Regionais, que começaram sob o guarda-chuva dos escritórios regionais (na SDLR), um projeto de reestruturação urbana regional, e um projeto de monitoramento para pequenas e médias empresas do interior. Sendo exemplos de instrumentos da já citada solidariedade organizacional de Santos, que caiem como verticalidades no espaço local das cidades.

Essa gestão considerava entre os projetos importantes para a consecução de seus objetivos a organização espacial da distribuição da população sendo uma parte integrante da estratégia de política para o desenvolvimento rural e a luta contra a pobreza. Esta política de organização espacial compreendia três níveis: o da distribuição entre a população rural e a população urbana; o da distribuição da população urbana entre a região metropolitana e o interior; e em terceiro a organização espacial da população urbana do interior⁶⁶.

Sobre esse tipo de política e sua origem nos fala Shachar, um dos consultores de desenvolvimento desta gestão

Muitas agências internacionais de assistência e governamentais mudaram seus enfoques, durante os últimos 10 a 15 anos, ao tratarem diretamente os problemas do desenvolvimento urbano e as questões de rápida urbanização, na busca de políticas para reduzir a pobreza rural. Esta virada foi causada pela percepção aguda da pobreza crescente nas áreas rurais e tem sido reforçada por comprovações das

⁶⁶ Sobre organização espacial Correa a define como “É o conjunto de objetos ou formas espaciais criados pelo homem ao longo da História – campos, caminhos, minas, dutos, fábricas, lojas, habitações, templos, cidade, rede urbana etc. – e dispostos sobre a superfície da terra. É a natureza transformada pelo trabalho social, de acordo com as possibilidades concretas que cada sociedade tem de transformá-la e que derivam do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Cada sociedade organiza o seu espaço segundo uma lógica que lhe é inerente. Pode-se assim falar de organização espacial feudal e capitalista, como também daquelas vinculadas à agricultura, indústria, ao comércio varejista etc.

disparidades crescentes nas condições de vida e níveis de desenvolvimento entre as áreas urbanas e rurais e pela convicção de muitos planejadores de que algumas aglomerações urbanas estão crescendo rapidamente, em escalas perigosas e sem precedentes. A ênfase no desenvolvimento rural tem sido também uma reação inevitável para o fracasso aparente dos processos de industrialização de capital intensivo, voltado para a exportação, e a concentração de riqueza nos grandes centros metropolitanos. Alguns teóricos do desenvolvimento acreditavam que o empobrecimento rural resultava diretamente do crescimento das cidades maiores e que o processo de migração poderia ser retardado ou desviado pelo fortalecimento das economias rurais (SHACHAR, 2002, p. 53).

Daí pode-se tirar a origem das preocupações que permeavam essa gestão, como também de onde se originavam as idéias que comandam o pensamento desta. Proporcionando tudo terminar na busca do chamado desenvolvimento sustentável como panacéia de todos os desequilíbrios originados das contradições do sistema capitalista, oriundos do, já citado, desenvolvimento geográfico desigual e combinado. Sobre esse caminho “inexorável” nos fala Carlos (2002, p. 02) “a busca do ‘desenvolvimento sustentável’, como caminho único possível de resolver os desequilíbrios. Aqui, a busca do equilíbrio, harmonia e coerência confundem, inexoravelmente, desenvolvimento com crescimento”.

Portanto, na consecução de políticas de desenvolvimento urbano-regional é esquecido o caráter histórico das desigualdades espaciais, como também é enfatizado o uso de modelos “bem sucedidos” em outros contextos espaciais para resolução dos problemas, como podemos ver nas palavras de Shachar

Agora, a atenção está redirecionada para os desafios crescentes de urbanização e das relações entre o desenvolvimento urbano e rural. Tornou-se mais aparente, nos anos recentes, que os objetivos do desenvolvimento rural, não importa o grau de cuidado com que foram concebidos, não podem ser atingidos isolados do sistema urbano, ou totalmente através de estímulos de “baixo para cima”. O crescimento econômico com equidade social exige tanto desenvolvimento agrícola acelerado quanto expansão da indústria e comércio urbanos. Uma maior atenção deve ser dada às economias diversificadoras das cidades de médio e pequeno porte na promoção de uma distribuição de renda mais equilibrada. Os elos entre as economias urbanas e rurais, cruciais na promoção do desenvolvimento nos países mais ricos, são passíveis de se tornarem mais importantes à medida que a urbanização continua no mundo em desenvolvimento. Estes elos são cruciais porque os principais mercados para os “superavits” agrícolas estão nos centros urbanos. A maior parte dos insumos agrícolas vêm de organizações nas cidades. Os trabalhadores procuram emprego em cidades quando a produtividade agrícola nascente libera a mão-de-obra. Muitos dos serviços sociais, de saúde, educacionais e outros que satisfazem as necessidades básicas humanas são distribuídos a partir dos centros urbanos (Idem, p.54).

Há de se atentar também para o que o autor considera como urbano e rural, pois esses termos são carregados de contradições e podem ser interpretados de diferentes formas (CARLOS, 2002). No intuito de analisar esses conceitos geográficos, como conceitos que representam realidades concretas, portanto não podendo ser usados indiscriminadamente em qualquer contexto espacial. É o que diz Carlos quando afirma

(...) O problema é que “urbano” e “rural” longe de serem meras palavras são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta. A simples delimitação espacial do se acredita ser o urbano ou rural nos diz muito pouco sobre os conteúdos do processo de urbanização brasileira, no momento atual. Em primeiro lugar porque não se confunde processo de urbanização com densidade demográfica. Nem tão pouco, cidade, com sede de município (...) estamos diante da produção do espaço pela sociedade e sob a égide do Estado esta produção ganha um caráter estratégico. O Estado regulador impõe as relações de produção enquanto dominação do espaço, imbricando espaços dominados/dominantes para assegurar a reprodução da sociedade. A busca de coesão / coerência e equilíbrio baseada na eficácia do que chama “desenvolvimento sustentável” é pura ideologia, pois elimina conflitos e contradições (CARLOS, 2002, p. 05).

Assim, nossa análise procura não cair nessa senda de naturalizar as contradições da sociedade e de velar o papel do Estado na produção de um espaço contraditório, sendo seu principal produtor dentre os demais agentes produtores do espaço. Sem o Estado, as contradições inerentes ao sistema do capital gerariam tendências à fragmentação que não seriam compensadas por impulsos opostos no curso da reprodução social, levando à desagregação da sociabilidade sob a regência do capital. Nesse sentido preciso, o Estado é essencial à própria existência do capital. Ele “constitui a totalizante estrutura de comando político do capital - a qual é absolutamente vital para a sustentabilidade material do sistema como um todo”⁶⁷. (Mészáros, 2002).

Portanto, se Mészáros estiver correto quanto ao papel do Estado na reprodução da sociedade capitalista este se torna paradoxo ao que é aclamado como papel do Estado pelos teóricos do mesmo. Assim o espaço se torna o lugar da planificação de uma lógica de crescimento sob a égide do Estado. Para Carlos esta é uma questão para um profícuo debate como diz

(...) A Questão a partir da produção do espaço é como se ampliam e aprofundam, no mundo moderno, as contradições decorrentes da reprodução da sociedade num momento de generalização da urbanização anunciada pelo desenvolvimento da cidade, isto é com sua “explosão”. Assim se revelaria um debate profícuo aquele das relações entre o Estado e o espaço através, por exemplo, das políticas públicas (Idem, Ibidem).

⁶⁷ Sérgio Lessa em artigo na revista “Crítica Marxista” analisando o pensamento de Mészáros sobre a relação do Estado com o capital o diz “A relação economia-Estado é concebida, na enorme maioria dos casos, pela mediação das classes sociais. Algo como se entre a esfera da reprodução material e as relações políticas se interpusessem as classes sociais e as suas lutas. Se Mészáros tiver razão, contudo, o Estado seria um elemento estrutural da própria reprodução ampliada do capital. como vimos uma autêntica causa sui que impõe ao metabolismo social a sua qualidade específica. Com essa leitura de Marx, Mészáros propõe uma abordagem que supera tanto as concepções dicotômicas, dualistas, que entendem capital e Estado como duas esferas mais ou menos independentes; como também aquelas que tendem a reduzir o Estado a mero comitê executivo das classes dominantes. Nem o Estado é independente do capital, nem representa direta e exclusivamente os interesses da classe dominante: ele expressa as necessidades globais da manutenção da reprodução do metabolismo social regido pelo capital”.

Esta observação da autora vai de acordo o propósito desta pesquisa em analisar o papel do Estado na produção do espaço em busca de um projeto de desenvolvimento para o Ceará. Tendo como foco as regionalizações implantadas.

Voltando as regionalizações elaboradas pelos seguidos governos passemos a mais atual, que ocorre no governo de Cid Ferreira Gomes (2007-2010), mostrando que estas não param de ocorrer e que todas essas mudanças de políticas e de visões acabam prejudicando um projeto de desenvolvimento duradouro e de longo prazo, pois cada governo - como forma, talvez, de se diferenciar criando uma identidade e uma forma de governo própria - utiliza novas concepções de espaço, cidade, urbano etc. em relação aos seus antecessores.

Analisando-se a avaliação que este governo faz do quadro urbano do estado e das causas que levam cidades como às da região estuda a se encontrarem em estado de baixo desenvolvimento quando comparados seus índices aos da região metropolitana. Sobre isso vejamos o que diz o atual Secretário de Cidades - Joaquim Cartaxo, pasta que assumiu grande parte das atribuições da extinta SDLR no tocante ao desenvolvimento urbano-regional. Sobre a conjuntura atual das cidades cearenses diz

Um profundo desequilíbrio regional e uma perversa desigualdade socioeconômica marcam o estado do Ceará que se manifestam na brutal concentração de população, de equipamentos e de serviços na região metropolitana de Fortaleza em relação ao interior onde persiste a estagnação econômica e o esvaziamento demográfico. (...) movimentos migratórios são fortalecidos por uma rede de cidades desequipada e com uma base produtiva com precariedade de gerar oportunidades que atraiam e sustentem população e investimentos. Assim, nesse contexto gera-se um movimento que simultaneamente concentra o crescimento econômico na região metropolitana de Fortaleza e impede o interior do Estado de realizar seu potencial de desenvolvimento. Em condições adversas como esta, a população rural e das cidades interioranas, expulsa, se transformará na massa trabalhadora urbana que sem maiores opções de renda irá ocupar a periferia de Fortaleza. Nesse passo, constitui-se uma urbanização marcada pelas chagas da pobreza e da exclusão sócio-espacial. Reverter essas condições que causam sofrimento à maioria dos cearenses requer uma política de desenvolvimento urbano e regional que priorize investimentos com capacidade de proporcionar o crescimento urbano como estratégia de atração populacional, de combate a pobreza, de redução das desigualdades regionais e de desenvolvimento socioeconômico do interior (CARTAXO, 2007, COMUNICAÇÃO VERBAL).

Novamente vê-se a ênfase em dinamizar a urbanização de cidades interioranas para o combate da pobreza rural, mas principalmente para evitar o êxodo rural histórico para a capital, sendo que para isso devem-se reduzir as desigualdades desta para com os demais centros urbanos do Estado. Poderíamos apresentar estes discursos como uma retórica, mas a cada governo algumas políticas mudam, mas muitas permanecem.

Sobre a nova regionalização do estado neste governo a mesma é baseada primeiramente na busca de uma unificação de todas as regionalizações existentes na

administração pública do governo estadual, referindo-se assim as diversas regionalizações dos diversos órgãos executivos cearenses. De acordo com o IPECE⁶⁸ o Estado do Ceará, além de sua divisão política, a qual engloba 184 municípios e 785 distritos, está também dividido em várias regiões, definidas pelos mais diferentes órgãos, para atender aos mais diferentes motivos.

Assim, são responsáveis por regionalizações do Ceará, várias secretarias, órgãos e empresas públicas estaduais do próprio Governo do estado; o Poder Judiciário do Estado; o IBGE; o Judiciário Federal; o SEBRAE; a APRECE e a Igreja Católica. Isto determina uma profusão de regiões intra-estado: 23 divisões regionais. Vejamos como se dá a divisão destas (IPECE, 2006):

a) Regionalização estabelecida pelo IBGE:

07 mesorregiões

33 microrregiões

b) Regionalização estabelecida pelo SEBRAE

09 macrorregiões

c) Regionalização estabelecida pela APRECE:

21 macrorregiões

d) Regionalização estabelecida pela Igreja Católica:

09 dioceses

e) Regionalização do poder Judiciário Federal:

122 zonas eleitorais

f) Regionalizações do Tribunal de Justiça:

04 entrâncias

128 comarcas

Contudo, o executivo estadual é o maior responsável pela diversificada regionalização do Estado do Ceará, com as diversas regionalizações correspondentes aos vários órgãos de administração pública, como podemos ver no quadro a seguir

⁶⁸ “A regionalização do estado do ceará: uma proposta de reformulação”. IPECE (2006).

ÓRGÃOS	TIPO DE REGIONALIZAÇÃO	Nº Regiões
Secretaria do Planejamento	Macrorregião	8
Secretaria do Governo	Administrativa	20
Secretaria de Saúde	Macrorregião	3
	Microrregião	21
Secretaria da Educação	Macrorregião	21
Secretaria do Turismo	Macrorregião	6
Procuradoria Geral da Justiça	Unidade Regional	13
Secretaria da Agricultura e Pecuária	Agropólos	18
Ematerce	CEACS	71
Secretaria da Cultura	Microrregião	20
Secretaria da Fazenda	Macrorregião	4
Secretaria da Fazenda	Microrregião	25
Secretaria de Infra-Estrutura - DERT	Distritos Operacionais	10
Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional	Plano de Desenvolvimento Regional (PDR)	5
	Escritórios Regionais	7

Quadro 2 - A Regionalização do Ceará Promovida pelo Governo do Estado
 FONTE: IPECE/2007

Destacamos a divisão feita pela Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional onde constam cinco áreas prioritárias de desenvolvimento onde foram realizados estudos e confeccionados seus respectivos Planos de Desenvolvimento Regional/PDR. Destaca-se a região do Maciço como a região onde ocorreram as primeiras experiências desse “planejamento desenvolvimentista”, pois nesta foi instalado o Escritório Regional que foi um embrião da Agência de Desenvolvimento Regional/ADR, como também foi o local onde foi realizado o primeiro PDR.

Os idealizadores da nova regionalização do Ceará entendem que um projeto de regionalização é um instrumento de planejamento e gestão, e procuram com a criação das novas regiões uma ação sistemática que resulte do modelo de gestão consolidado. Portanto, esse número elevado de regionalizações é visto com um empecilho a uma gestão de qualidade, pois torna complicado entender o processo de planificação regional do Estado. Em muitas das divisões tanto “macro” como “micro” não se estabelecia qual seria a cidade sede

da regionalização, sendo diferentes de uma para outra. Assim, como existem as mais díspares divisões territoriais dentro dessas regionalizações, o que com certeza, não contribui para um planejamento e uma administração logicamente dirigidos (IPECE, 2007). Isso sem falar da falta de algum tipo de correlação entre as diferentes regionalizações, que se observa com critérios de falta de harmonia visual e de lógica econômica.

É importante observar o quanto o espaço está na ordem do dia. Em grande parte, em virtude do processo de globalização e de alguns dos seus corolários, como a homogeneização social e a fragmentação regional. Cabe analisarmos estas seguidas regionalizações sob alguns questionamentos como: o processo de globalização, que significa a difusão e a consolidação de uma ordem ou modelo social único, resultará no fim da importância que sempre tiveram as ordens ou modelos sociais regionais e locais, ou esses modelos conseguirão sobreviver via diversas formas de resistências e adaptações? Ou, ainda, se ordens e modelos regionais e locais influenciarão decisivamente o "modelo neoliberal"?

Começamos pelo modelo de regionalização proposto que se baseia na metodologia de regionalização de regiões polarizadas, que é o “modelo gravitacional” de Isaac Newton⁶⁹. Sendo o centro urbano considerado de maior massa e capaz de emitir forças centrípetas em determinados fenômenos, dando-se ênfase aos ligados ao desenvolvimento, considerado área “pólo”. Para isso calcula o chamado “Índice de interação socioeconômica” entre cidades. Este índice baseia-se na análise de indicadores demográficos e econômicos; indicadores fisiográficos, fundiários e agrícolas; indicadores de infra-estrutura de apoio e indicadores sociais (IPECE, 2006).

Foram escolhidos, inicialmente, como municípios pólo aqueles que apresentaram melhores relações entre indicadores populacionais e socioeconômicos, dentro de um espaço contíguo e com uma distância de 70 km mínima entre si⁷⁰. Além disso, para os municípios “pólo” foram analisadas as taxas de crescimento da população e do PIB ao longo de uma série histórica de 20 anos, permitindo verificar o comportamento dinâmico desses municípios. Também foram analisadas as ofertas de equipamentos públicos como escolas de primeiro e segundo graus, hospitais, universidades, institutos tecnológicos etc. (IPECE).

⁶⁹ Princípio de Newton: A atração entre dois corpos (municípios) é diretamente proporcional às suas massas e inversamente proporcional ao quadrado da distância entre eles.

⁷⁰ Aspectos relevantes na escolha das regiões: a) Área; b) Característica do espaço físico; c) Municípios componentes; d) População; e) Densidade demográfica; f) Grau de urbanização; g) PIB; h) PIB per capita; i) IDM; j) Grau de dispersão do IDM; k) Índice de Desenvolvimento Social –IDS (IPECE, 2003); l) Grau de dispersão do IDS; m) Característica do setor produtivo agrícola; n) Característica do setor industrial; o) Bancos e números de agências existentes na região; p) Infra-estrutura viária existente; q) Festividades folclóricas dos municípios; r) Festividades religiosas dos municípios (IPECE, 2006).

Considerou-se que devido ao tamanho da metrópole de Fortaleza e seu poder de atração não foi considerado o raio de influência de 70 km, sendo considerada somente sua influência na RMF. Destaca-se, também, que o IDM carrega consigo muitas variáveis, portanto, com o seu uso nesse índice foram consideradas 43 diferentes variáveis.

Destaca-se que a Região do Maciço de Baturité entra nesta nova regionalização por critérios diferentes das demais, pois não apresenta algumas das características básicas pedidas para as diversas outras aglomerações urbanas e centros urbanos, que se resumem, basicamente, em potencial de mercado e oferta de bons serviços públicos. Desta forma, esta juntamente com outras cidades que não se enquadravam em alguns aspectos foram escolhidas por questões geográficas, culturais e operacionais, sendo realizados, segundo o IPECE, “ajustes finos” para melhor adequação de alguns municípios. Assim, destaca-se na região a presença de forças centrífugas e não centrípetas, como no que diz respeito à ausência de algumas destas últimas e a proximidade com a RMF como grande centro centrípeta e dominante, daí a importância da variável distância neste modelo.

De setembro de 2005 a janeiro de 2007 foram efetuadas 13 reuniões sobre o tema “Regionalização no Estado do Ceará” (IPECE, 2007). Destaca-se que a nova regionalização possui duas etapas, a primeira é a definição dos municípios pólo, ou seja, aqueles que seriam sede de cada região, depois foram definidas as fronteiras de cada região com base no modelo gravitacional. O critério tamanho do centro foi baseado na expressividade econômica do município e sua influência nos vizinhos, como base do modelo da Teoria Gravitacional de Newton definiu-se uma variável que expressa o tamanho: a Massa⁷¹. Na figura a seguir, mostramos a lista das cidades candidatas a pólo na nova regionalização do Ceará e sua classificação, lembrando-se dos critérios de escolha: os números decrescentes de massa e a distância de pelo menos 70 km entre os mesmos.

⁷¹ “A atração entre os corpos i e j pode ser obtida através da Equação Gravitacional de Newton: $I_{ij} = g (M_i \times M_j) / D_{ij}^2$. Esta equação mostra que a atração entre dois corpos (I_{ij}) é proporcional ao produto das suas Massas ($M_i \times M_j$) e inversamente proporcional ao quadrado da distância entre eles (D_{ij}), onde g é a constante gravitacional. Sendo que a massa de cada município é definida pela população ponderada pelo Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Além de considerar o PIB municipal, o IDM considera diversos aspectos do desenvolvimento socioeconômico do município. A medida de Massa desta metodologia é mais qualificada. Captura a influência da população, do nível de renda e de variáveis sociais importantes. Estes aspectos não devem ser desconsiderados na avaliação da interação entre os municípios. Sendo assim, a referida massa, simultaneamente, quantifica e qualifica o município” (IPECE, 2007, p.38-39).

Classificação	Município	Situação	Distância p/ Pólo*
1º	Fortaleza	Pólo	-
2º	Maracanaú	Próximo de Fortaleza	22 km
3º	Caucaia	Próximo de Fortaleza	20 km
4º	Sobral	Pólo	-
5º	Juazeiro do Norte	Pólo	-
6º	Crato	Próximo de Juazeiro do	11 km
7º	Iguatu	Pólo	-
8º	Maranguape	Próximo de Fortaleza	29 km
9º	Itapipoca	Pólo	-
10º	Aquiraz	Próximo de Fortaleza	20 km
11º	Quixadá	Pólo	-
12º	Crateús	Pólo	-
13º	Aracati	Pólo	-
14º	Cascavel	Próximo de Fortaleza	50 km
15º	Pacajus	Próximo de Fortaleza	48 km
16º	Eusébio	Próximo de Fortaleza	18 km
17º	Barbalha	Próximo de Juazeiro do	11 km
18º	Limoeiro do Norte	Pólo	-
19º	Canindé	Próximo de Baturité	48 km
20º	Horizonte	Próximo de Fortaleza	39 km
21º	Russas	Próximo de Limoeiro do	27 km
22º	Tianguá	Pólo	-
23º	Quixeramobim	Próximo de Quixadá	39 km
24º	Camocim	Pólo	-
25º	Morada Nova	Próximo de Limoeiro do	31 km
26º	Pacatuba	Próximo de Fortaleza	31 km
27º	Brejo Santo	Próximo de Juazeiro do	48 km
28º	Tauá	Pólo	-
29º	Itapajé	Próximo de Itapipoca	21 km
30º	Icó	Próximo de Iguatu	48 km
46º	Baturité	Pólo	

Figura 11 - Definição dos pólos da nova regionalização do Ceará

FONTE: IPECE/2007

* Distância em linha reta para o Pólo mais próximo. Constituem o motivo pelo qual o município correspondente não será um Pólo (de acordo com o critério da “não-proximidade”).

É interessante observar a posição de Baturité no tocante ao número de sua massa ocupando, somente, a 46º posição no ranking das cidades candidatas a pólo. Segundo o IPECE (2007) por motivos socioeconômicos, históricos, culturais, e principalmente por suas características geográficas Baturité foi definido como Pólo. Em análise feita a posteriori, destacamos a importância desta cidade no passado, como também seu potencial sócio-

econômico e cultural. Seguindo os critérios temos a maior massa, e portanto o primeiro candidato a Pólo, é o município de Fortaleza. Fortaleza atende também ao critério de “não-proximidade”, se distanciando 80 km de Baturité (Município-Pólo pré-definido). Desta forma, o município de Fortaleza é escolhido como cidade-pólo, e assim seguem-se os demais (IPECE, 2007). Observemos as cidades-pólo escolhidas e suas respectivas regiões, que resultam em treze regiões no quadro a seguir.

Nº	Nova Regionalização	Município-Sede	Área (km²)	População 2002	Nº de Município	Municípios
01	RMF	Fortaleza	4.976,10	3.107.314	13	Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza , Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, São Gonçalo do Amarante
02	LITORAL LESTE	Aracati	5.933,50	256.318	9	Aracati , Beberibe, Cascavel, Fortim, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana, Palhano, Pindoretama
03	LITORAL OESTE	Itapipoca	10.531,80	450.514	16	Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca , Itarema, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Luís do Curu, Tejuococa, Trairi, Tururu, Umirim, Uruburetama
04	LITORAL NORTE	Camocim	7.272,60	266.232	9	Acará, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim , Chaval, Cruz, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Marco
05	MACIÇO DE BATURITÉ	Baturité	3.157,20	197.667	12	Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité , Capistrano, Guaramiranga, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, Redenção
06	CHAPADA DA IBIAPABA	Tianguá	5.462,00	353.344	13	Caruabal, Croatá, Frecheirinha, Graça, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipú, Mucambo, Pacujá, São Benedito, Tianguá , Ubajara, Viçosa do Ceará
07	SERTÃO NORTE	Sobral	12.655,50	487.934	21	Aicântaras, Cariré, Catunda, Coreau, Forquilha, Groaíras, Hidrolândia, Martinópolis, Massapê, Meruoca, Miraima, Moraújo, Morinhos, Pires Ferreira, Reriútaba, Santa Quitéria, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral , Uruoca, Varjota
08	SERTÃO CENTRAL	Quixadá	21.408,90	438.790	15	Banabuiú, Boa Viagem, Canindé, Caridade, Choró, Ibareta, Ibicuitinga, Itapiúna, Itatira, Jaguaratama, Madalena, Paramoti, Pedra Branca, Quixadá , Quixeramobim
09	SERTÃO CENTRO-SUL	Iguatu	20.215,60	521.382	20	Acopiara, Caríus, Catarina, Cedro, Deputado Irapuan Pinheiro, Icó, Iguatu , Jaguaribe, Jucás, Milhã, Mombaça, Orós, Pereiro, Piquet Carneiro, Quixedô, Saboeiro, Senador Pompeu, Solonópolis, Tarrafas, Umari
10	SERTÃO DOS CRATEÚS	Crateús	12.974,80	267.581	10	Ararendá, Crateús , Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Paranga, Tamboril
11	SERTÃO DOS INHAMUNS	Tauá	10.880,40	125.694	5	Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis, Tauá
12	MÉDIO JAGUARIBE	Limoeiro do Norte	10.408,90	279.956	11	Alto Santo, Ererê, Iracema, Jaguaribara, Limoeiro do Norte , Morada Nova, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte
13	CARIRI	Juazeiro do Norte	20.471,00	901.809	30	Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Baixo, Barbalha , Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Cariraçu, Crato , Farias Brito, Granjeiro, Ipaumirim, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte , Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Saitre, Santana do Cariri, Várzea Alegre
Total			146.348,30	7.654.535	184	

Quadro 3 - A nova regionalização do Ceará

FONTE – IPECE/2008

Na “nova regionalização” destaca-se a retirada do município de Itapiúna da região do Maciço de Baturité, indo para a região do Sertão Central, considerada por nós uma perda expressiva no tocante a economia, devido às atividades que este abrigava, por exemplo, a mineração. No tocante ao quesito população a região estudada só supera, em número, a população da região do Sertão de Inhamuns, possuindo as mesmas respectivamente 197.667 e 125.694, isto em 2002, pois a população do Maciço já se encontra segundo estimativas do IBGE para 2006 na faixa de 225.590 habitantes, representando 2,7% da população estadual

(SDLR). Destaca-se, também, a não inclusão da cidade de Canindé entre os pólos devido à sua proximidade a região do Maciço de Baturité, apesar desta possuir o 19º número de massa.

Disto depreende-se que a região como subespaço fruto de um processo longamente elaborado, uma construção estável, não existe mais. Sendo relativa à longevidade da formação, sendo mais importante no presente a coerência funcional que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. Sobre isto Santos comenta

No passado distante, a região fora um sinônimo de territorialidade absoluta de um grupo, com as suas características de identidade, exclusividade e limites, devidas à presença única desse grupo, sem outra mediação. A diferença entre áreas se devia a essa relação direta com o entorno. Hoje, cada vez mais, os lugares são condição e suporte de relações globais que, sem eles (lugares), não se realizariam, e o número é muito grande. As regiões se tornaram lugares funcionais do Todo, espaços de conveniência. Agora, neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repetidas, na forma e no conteúdo das regiões (SANTOS, 2005, p.156).

Sobre essa funcionalidade dos espaços e a conveniência com que os mesmos são (re)construídos é que podemos pensar na inclusão da região estudada dentro da nova regionalização, como também as demais. Cabe então indagar quais conseqüências reais em melhoria da situação desta isto pode se reverter? Seria tarefa não para esse trabalho devido ao seu escopo. Lembrando que cada região ou subespaço é uma área contínua do acontecer homólogo ou complementar, do acontecer paralelo ou hierárquico (SANTOS). Trata-se neste momento de “chamar a atenção para a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum (...). [sendo que] A cada temporalização prática corresponde uma espacialização prática, que desrespeita as solidariedades e os limites anteriores e cria novos” (Idem, p.158-159).

Assim, temos a perspectiva por parte dos anúncios do governo da busca de uma integração de todos os espaços do Estado, com base em uma reestruturação espacial, que é realizada de forma compulsória com suas tarefas inclusas na agenda do planejamento estatal. Sendo este planejamento um instrumento para racionalizar o uso do espaço para a acumulação ampliada do capital. Como nos diz Oliveira

(...) Marco de um sistema capitalista de produção, a possibilidade de planejamento é dada pelo caráter mesmo das relações de produção e, portanto sociais que fundam esse sistema: o cálculo econômico, antes mesmo de ser reconhecido pela teoria econômica, é o fundamento das decisões dos agentes econômicos do capitalismo, a burguesia, no caso (OLIVEIRA, 2005 p.23-24).

Portanto, temos a consecução de um espaço geográfico, que para Santos (2004) é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que variam a cada

momento histórico resultantes de uma intencionalidade hegemônica que cria e recria diferentes ordens espaciais. Destaca-se que esse espaço não é homogêneo e sua evolução se dá de maneira desigual, no nosso caso verificou-se a ação diferenciada do Estado que além de produzir uma regionalização vertical, também, age de forma diferenciada, no que diz respeito, aos incentivos econômicos a difusão de objetos modernos nas regiões.

Quanto à ação do Estado na produção do espaço, e sua conotação política e econômica, vejamos o que diz Lefebvre em uma passagem de seu texto “O Espaço e o Estado”

(...) O espaço produzido pelo Estado deve dizer-se político, com características próprias e metas específicas. Ele reorganiza as atribuições (sociais de produção) em função do suporte espacial; ele reencontra e choca o espaço econômico pré-existente: pólos de crescimento espontâneos, cidades históricas, comercialização do espaço fracionado e vendido em lotes, etc. Ele tende a reconduzir não somente as atribuições sociais inerentes à produção industrial, mas as atribuições de dominação inerentes à hierarquia dos grupos e dos lugares. No caos das classes, ele tende a impor uma racionalidade, a sua, que tem o espaço por instrumento privilegiado (LEFEBVRE, 1976-78, p. 260)

Analisando o que diz Lefebvre e trazendo para o nosso contexto temos que a produção do espaço no Ceará nos últimos anos obedece a ações que possuem características e metas próprias dentro de determinados períodos, mas que no geral são bastante semelhantes. Sendo que na reorganização social de produção nos diferentes períodos, o Estado de certo modo utilizou uma lógica espacial parecida como suporte. Vê-se também que espaços podem ser, ora abandonados, ora reaproveitados na condução da vida econômica do Estado. Vê-se também na consecução da “nova regionalização” o papel histórico relevante de alguns centros. Observa-se também que depois de um longo período enfocando a industrialização do Estado, hoje, o novo projeto político reconduz sua política para outras metas, além da industrialização a qualquer preço. Mas, também continua a reforçar históricas desigualdades resistentes na hierarquização dos lugares.

3.2. O desafio do desenvolvimento e da competitividade para os centros urbanos e para os destinos turísticos do Maciço de Baturité

3.2.1. Desenvolvimento e território no Maciço de Baturité

Existe, atualmente, um entusiasmo pelas questões atinentes ao território. Nem mesmo no auge do debate sobre o desenvolvimento nacional na década de 50, dos desequilíbrios regionais na década de 60, ou da “questão urbana” nos anos 70 e 80 viveu-se tamanho fascínio e exaltação por tal problemática. Infelizmente, de forma paralela à

reassunção de sua merecida posição teórica e política, as “questões sócio-espaciais” vêm sendo vulgarizadas e reduzidas, neste contexto de verdadeiro deslumbramento em que parece que “tudo se tornou territorial” (BRANDÃO, 2004).

O imperativo da “territorialização” nas intervenções públicas é tomado como panacéia para todos os problemas do desenvolvimento. Afirma-se que todos os atores sociais, econômicos e políticos estão cada vez mais plasmados, “diluídos” (subsumidos), em um determinado recorte territorial. Na verdade, parece existir uma opção por substituir o Estado por uma nova condensação de forças sociais e políticas (abstrata) que passa a ser chamada de território – que podemos encontrar na forma de governos supra-locais. O território passa a ser como que o grande regulador autômato de relações, dotado da propriedade de sintetizar e encarnar projetos sociais e políticos. Ou seja, reifica-se o território, ao preconizar que este tenha poder de decisão, desde que dotado do adequado grau de densidade institucional e comunitária - como podemos encontrar nas ações de efetivação de conselhos e agências de desenvolvimento na região estudada. À ação pública caberia apenas animá-lo e sensibilizá-lo, construindo confiança e consensos duradouros. É bom lembrar que tais consensos surgem como pressupostos e não como propósito a ser construído. Podemos encontrar tal paradigma nas ações políticas do governo do estado do Ceará e seus programas de desenvolvimento regional, alicerçado nas escalas locais e regionais. É necessário um debate coletivo na área do desenvolvimento regional e urbano a fim de analisar quais são as reais rupturas e persistências (produtivas, sociais, institucionais, políticas) do capitalismo atual e seus impactos espaciais mais marcantes.

Considerando que o espaço “natural” transformado e apropriado ao longo do tempo, enquanto valor de uso, para satisfazer as necessidades sociais, tende a ser transformado em mercadoria e alienado daqueles que o necessitam para sua reprodução a partir da ação articulada do Estado e do capital. E como consequência, também, da implantação ou evolução do que Santos denominou de meio técnico-científico temos a mudança das condições da organização urbana e da vida urbana. Na medida em que a economia se altera profundamente, assim como a sociedade correspondente, e na medida, também, em que os tipos de relações econômicas e de toda ordem mudam substancialmente, as cidades e regiões se tornam rapidamente outra coisa em relação ao que eram até então. Desse modo, é o espaço correspondente à cidade, assim como o espaço regional que vão, de repente, conhecer novas formas de articulação, da mesma maneira que as relações interurbanas passam a ter uma natureza completamente diversa da que antes se conhecia. Em

outras palavras, trata-se de mostrar, aqui, que certas práticas e políticas de caráter desenvolvimentista encaminhadas pelo Estado aliadas às novas condições de produção do espaço contemporâneas, contribuem mais para preservar o “status quo” do que para o “desenvolvimento” social dos lugares.

Relembrando os temas urbanos e regionais mais discutidos, nas últimas décadas, podemos chegar à conclusão de que os mesmos se concentraram em analisar a produção social do espaço construído e a divisão social do trabalho em sua dimensão espacializada. Onde podemos encontrar as atuais políticas de dimensão espacial e as novas formas de gerir o espaço urbano-regional da área pesquisada.

Para os geógrafos, o espaço constitui categoria fundamental de análise. O espaço geográfico, criado a partir das relações da sociedade com a natureza, contém o espaço social, conseqüente das relações das pessoas entre si. O espaço, portanto, é parte da realidade, sendo essa a portadora da totalidade. (SANTOS, 2002, p. 49).

O território forma-se a posteriori, a partir das relações de poder que se estabelecem num determinado espaço. O território é carregado de intencionalidades, que se manifestam no espaço. A intenção das pessoas ao escolherem um lugar ou optarem por ficar onde estão, imprimindo nele uma paisagem que reflete essas intenções e interações, corresponde ao território. As relações dessas pessoas com a natureza e entre si pressupõem a existência de poder (técnico, econômico, social, político e cultural) e é isto que caracteriza o território, construído num dado tempo e espaço, encerrando, portanto, a realidade.

Ao longo da geografia histórica do Maciço de Baturité podemos encontrar essas intencionalidades manifestas no seu espaço. Há cerca de dez anos o processo de especulação imobiliária vem tomando a região serrana do Maciço, incorporadoras e construtoras vêm ocupando indiscriminadamente a serra, detentoras de poder econômico essas vão, pouco a pouco, produzindo uma nova paisagem no Maciço, paisagem essa que já se ver claramente, hoje, em um passeio por suas vias, onde podemos encontrar todo tipo de construções como grandes casas de veraneio, as chamadas construções "unifamiliares" (casa comum) e "multifamiliares" (edificação com andar superior), chalés duplex, no alto da Serra de Guaramiranga em Área de Preservação Ambiental (APA). As placas, mesmo proibidas por lei estadual, indicam os tipos de construções e a autorização do órgão ambiental, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE).

Raffestin (1993, p. 7) destaca o caráter político do território, para quem ele é produzido por atores sintagmáticos - que se unem sejam grandes ou pequenos, determinantes ou determinados - compreendendo como tal as pequenas e grandes organizações, os indivíduos, o Estado, enfim, todos nós. O território, então, é produto das relações sociais de poder e de dominação, sejam elas concretas ou abstratas. As atividades cotidianas, portanto, cristalizam territorialidades no espaço, sendo estas móveis e moldadas pelas relações. As representações do espaço significam controle, domínio, que assim constroem a imagem do território. O território é também natureza, compreendendo-a como FONTE de recursos, pois é dela que se obtém o essencial à realização da vida. Na perspectiva do desenvolvimento econômico e social, esta dimensão – a natureza, compreendida como ambiente – reveste-se de grande significado, considerando-se, então, os fatores físicos e histórico-sociais que influenciam no desenvolvimento local. Neste sentido, Saquet (2003) faz a seguinte observação:

(...) Nas condições territoriais do desenvolvimento, há fertilidade do solo, clima, atrativos paisagísticos naturais, estratificação social, estrutura familiar específica, condições empreendedorais e associativas, população e relações sociais, posses/propriedades, redes de circulação e comunicação etc. (SAQUET, 2003, p. 03)

Assim, são vários os fatores e condicionantes para o desenvolvimento, que podem ser analisados através de uma geografia histórica deste. Sendo que, hoje, existe uma imagem ideologicamente universalizada que propaga um consenso que afirma que a necessidade do território decidir e realizar a opção preferencial pelo seu desenvolvimento deve partir dele, sendo que esse discurso “olvida-se” de que o território possui relações tanto internas, no caso estudado intra-regionais, como relações externas – inter-regionais e com outros territórios distantes. Sendo assim o que é fruto de relações sociais históricas aparece como relação entre objetos ou espaços coisificados. Há uma coisificação e o território “decide” transformado em sujeito coletivo. Tudo reflexo da concepção que muitos administradores e consultores têm de espaço absoluto. Com isso, existe um discurso que diz que o desenvolvimento depende do desempenho do território do seu acúmulo de relações (redes) e da capacidade institucional para se gerir.

O aparecimento de estruturas descentralizadas é uma característica marcante das políticas de desenvolvimento urbano-regional atuais. Esta descentralização tem acompanhado padrões distintos, de acordo com as características políticas e institucionais de cada país. Assim fica muito difícil estabelecer comparações entre os vários modelos utilizados. No entanto de uma forma geral, a literatura nacional e internacional tem apresentado algumas

disposições, como a instituição de novas autoridades supra-locais ou a delegação de novas atribuições para entidades supra-locais pré-existentes – no caso AMAB; ADR e CDR, com graus variáveis de dependência do governo central e local. Sendo que são reflexos de políticas de descentralização e modernização da gestão pública e da atual conjuntura imposta pelo capital financeiro.

3.2.2. Governos Supra-Locais ou Governança Intermunicipal e a gestão regional

Sob o tema da globalização – intensificada pelo atual ciclo de acumulação capitalista – o espaço local tem sido enfatizado. Sob o mote dos processos de descentralização e de reforma do Estado, tem-se conferido visibilidade e primazia aos governos locais no âmbito institucional, destacando-se os novos papéis que devem necessariamente assumir. Além disso, especialmente no ambiente de redemocratização brasileira, o poder local tem sido privilegiado como espaço potencial de inovação no campo das políticas públicas, de democratização das relações Estado-sociedade e de projetos de atores sociais endereçados às premissas de inclusão e equidade.

No Estado do Ceará não foi diferente, sendo um dos estados que mais tem se modernizado na atualidade, ultrapassando índices de desenvolvimento do próprio país, o mesmo tem procurado nos últimos 20 anos se enquadrar na nova realidade mundial e inserir-se competitivamente no mercado global. Realizando dessa forma toda uma re-engenharia institucional de sua máquina estatal e adotando planejamentos de cunho mais estratégico do tipo empresarial para a gestão do território.

Portanto concordamos com Coutinho (2003) quando afirma que

(...) Torna-se imprescindível refletir sobre como é que certos processos regionais nascem e prosperam, como é que se gera uma mudança de cultura e de liderança em um determinado processo por força da ação de atores que vem de baixo pra cima. O desafio seria o de como estruturar essas forças privadas em torno de atividades econômicas competitivamente viáveis dentro do plano do mercado (COUTINHO 2003, p.46).

Sobre a forma adotada de incentivo ao desenvolvimento de microrregiões no Ceará, podemos constatar que o Governo adota a agenda da nova política regional citada pelo autor, que apresenta as seguintes características

(...) Há, porém, uma agenda nova política regional que deveria ser repensada e recolocada com um pouco de sonho, com um pouco de audácia, mas que me parece indispensável. Refiro-me ao desenvolvimento de regiões geo-homogêneas e de áreas metropolitanas em torno de atividades ou conjuntos de atividades nucleadas por cadeias ou por redes de pequenas empresas de indústria/serviços formando arranjos locais de inovação (Idem, Ibidem).

É necessário para uma verdadeira e real integração regional que se volte as atenções para três níveis de integração: físico-territorial, econômica e social, no sentido de reduzir suas desigualdades e de criar projetos sustentáveis de desenvolvimento nos planos meso e microrregionais. Sendo que, na perspectiva de um reforço inicial e em especial no sistema de transportes, o sistema viário, pois esse é decisivo na reestruturação do espaço. Também se deve levar em conta que se segue uma tendência que vem da União Européia onde se considera o estoque de capital físico (fixos) e social como indicador do nível de desenvolvimento das regiões e, portanto as políticas seriam diferentes segundo as suas características micro ou mesorregional, e não segundo macrorregiões. Disso se tira as novas associações de municípios com desenhos variados, como a formação de consórcios municipais, em razão de objetivos pragmáticos. No nosso estudo veremos a iniciativa de criação de um aterro sanitário para a região do Maciço na forma de um consórcio intermunicipal.

Destaca-se a questão das relações de trocas no estado que podem dinamizar ou barrar certas iniciativas de desenvolvimento. Considerando que relações de troca entre governantes e aqueles que lhes dão apoio são a essência da ação do Estado. Para sobreviver, as autoridades precisam de suporte político, e aqueles que prestam tal apoio devem receber incentivos suficientes para evitar um possível apoio a outros candidatos potenciais aos cargos de governo. As autoridades podem distribuir benefícios diretamente aos que os apóiam ou através de subsídios, empréstimos, empregos, contratos ou prestação de serviços ou usar sua autoridade para criar regras que privilegiem grupos favorecidos, restringindo a capacidade operacional das forças do mercado. Racionar a disponibilidade de divisas, restringir a entrada no mercado através da exigência de licenças e introduzir tarifas e limites quantitativos aos importáveis, são exemplos de formas de se criar privilégios. As autoridades governamentais podem também cobrar para si uma parte desses privilégios. Na verdade, há quem afirme que a competição para entrar no governo é, em parte, uma competição para obter privilégios (Krueger, 1974 apud Farah, 2003). Os altos retornos derivados da busca de lucros através de atividades improdutivas acabam por dominar as atividades produtivas e, em conseqüência, a eficiência e o dinamismo econômico entram em declínio. Levando-se em conta que uma "gestão compartilhada" significa a perda de poder de parte em benefício do todo, e por isso é uma coisa muito difícil.

O governo do Ceará, também, tem procurado cumprir uma política de reestruturação em busca de um estado mais desenvolvido. Através de uma reestruturação

produtiva, com programas de incentivos, de todos os tipos, a instalação de unidades industriais e de projetos infra-estruturais estruturantes que se tornaram uma referência econômica nacional. Assim, a imagem de estado brasileiro defasado, quando comparado aos demais, foi sendo gradativamente substituída pela imagem de um estado em processo de desenvolvimento.

Sobre essa mudança de ação do governo, Farah (2003) afirma que foram dois os principais fatores que condicionaram uma nova abordagem da questão regional no Brasil

(...) a) a democratização e o processo de descentralização, anos 80, em que se destaca o novo papel atribuído aos governos estaduais e, sobretudo aos municipais no federalismo brasileiro; e b) o processo de globalização e a redefinição do papel dos Estados Nacionais, levando os governos locais a assumirem uma função mais ativa em termos de formulação de projetos de desenvolvimento para as comunidades que os elegeram. (FARAH, 2003, p.82).

Para a autora o que está ocorrendo desde o final dos anos 80 seria uma passagem de um federalismo centralizado construído sob um regime autoritário, para uma modalidade de federalismo cooperativo, que ainda não se pode definir com clareza seus vários aspectos. E diz "Esse federalismo cooperativo se caracteriza pela ação conjunta de diferentes níveis de governo e pela relativa autonomia das unidades subnacionais - governos estaduais e municipais - em termos decisórios de recursos" (FARAH, 2003, p.83)⁷².

Outro papel importante foi o da política neoliberal que redefiniu o papel do Estado Nacional, no quadro da globalização e da crise fiscal, fazendo com que o mesmo diminuísse seu papel em diversas áreas. Sendo que o mesmo se desobriga de várias políticas públicas, e procura também estimular a autonomia dos estados e municípios, com destaque, para que os mesmos formulem, implementem e gestem seus programas e projetos de desenvolvimento. O governo federal nesse quadro deixou de se responsabilizar com a ajuda a estados e municípios em quadro de dificuldades econômicas e financeiras, e ainda criou alguns instrumentos para legitimar essa nova condição como a Lei de Responsabilidade Fiscal, medida que restringiu o volume de recursos à disposição dos estados e municípios.

⁷² A autora destaca as novas relações intergovernamentais e seu reflexo na questão regional. "Ao assumirem novas atribuições na área de provisão de serviços públicos, os municípios deparam - não apenas nas regiões metropolitanas - com áreas de intervenção em que a ação intermunicipal se faz necessária ou potencializa as políticas locais. Num cenário democrático e de maior autonomia municipal, isso tende a fazer emergirem iniciativas horizontais, nascidas na base local e regional, não limitadas à ação estruturante de níveis mais altos de governo. Além disso, quando a proposição de ações de caráter regional parte de níveis mais abrangentes de governo, o que continua ocorrendo, os municípios tendem a se posicionar de uma forma distinta da que prevaleceu no período anterior. Os municípios tendem a reagir de forma menos passiva à medida que não são mais meros executores de políticas centrais e que, num cenário democrático, são cobrados por seus eleitores em relação às políticas que promovem".(Idem, Ibidem)

Conseqüentemente os municípios se viram impelidos na busca pelo desenvolvimento econômico a se tornarem competitivos, com seus projetos de desenvolvimento local, e passam a disputar com outros investimentos de toda ordem e mercados. Isso os leva a explorar suas rendas diferenciais ou monopolistas. Como no caso da região do Maciço de Baturité com seus recursos naturais, paisagísticos e climáticos. Para Farah (2003, p. 85), “na disputa por recursos, os municípios recorrem a uma competição que guarda afinidades com a guerra fiscal que se verifica entre estados”. Abrindo mão de impostos e subsidiando atividades com a construção de infra-estrutura para as mesmas. No nosso caso, temos uma política urbanística de requalificação nas cidades turísticas do Maciço, em detrimento de uma política social mais eficaz e que reduza as desigualdades sócio-espaciais históricas.

A autora coloca como alternativa à competição, para os municípios nessa nova conjuntura, a cooperação intermunicipal, e sobre a mesma diz

Nesse caso, interesses comuns a diversos municípios tendem a orientá-los para ações conjuntas. Essas ações acabam por constituir programas de alcance regional, em que regiões se configuram 'de fato', a partir de um diagnóstico de problemas comuns a espaços não delimitados por fronteiras administrativas. Tais problemas requerem como resposta políticas públicas de caráter regional (Idem, p.85).

Podemos constatar isto, na área de estudo, onde depois de toda uma mobilização tanto interna como externa, dos diversos agentes produtores do espaço, a criação de todo um diagnóstico regional e de uma proposta de desenvolvimento urbano-regional que se consolidou com a feitura do Plano de Desenvolvimento Regional do Maciço - PDR, e posteriormente coma criação da Agência de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité - ADR, sendo a pioneira no estado do Ceará.

Farah também atenta que essas iniciativas mais democráticas tendem a superar as práticas políticas arcaicas que se baseavam em clientelismo e corrupção, apesar de que ainda podemos verificar isso nas políticas em nível de Estado do Ceará e na região de estudo, como nossa história política recente pode exemplificar. A autora também atenta para os novos arranjos institucionais criados que para ela superam o modelo de provisão estatal centralizado e uni - organizacional que caracteriza o período anterior. Os governos locais têm desempenhado um importante papel na construção dessa governança⁷³, mobilizando diversos atores para a provisão de serviços e para a promoção do desenvolvimento local. No Maciço de Baturité temos o Conselho de Desenvolvimento Regional/CDR, a ADR como instituições

⁷³ O conceito de governança remete a um processo que envolve, de um lado, a coordenação de interesses de múltiplos atores e, de outro, a mobilização de recursos de atores governamentais e não-governamentais para a busca de metas coletivas (Diniz, 1996; Melo, 1996b; Stocker, 1998, apud Levi, 2001).

emblemáticas nesse sentido⁷⁴. Isso sem se falar dos consórcios intermunicipais como o em fase de implantação de um aterro sanitários intermunicipal na região (Anexo A), que é um exemplo de ação compartilhada que extrapola os limites dos municípios na busca de resolução de um problema comum, que é o do destino dos resíduos sólidos das cidades componentes da região.

Todas essas iniciativas estão permeadas pela idéia de *governança*, sobre a mesma e suas benesses e limites Feldman (2003) nos fala

No território de conflitos entre as perspectivas de garantia do direito à cidade e a de soberania do mercado, a discussão das diferentes abordagens da idéia de governança - interação entre diferentes níveis de governo, entre setor público, setor privado e comunidades locais - constitui uma das questões centrais em termos de política urbana e regional. Este formato de gestão interfere nos processos de decisão, no papel desempenhado pelo poder público, e nas formas de regulação do solo urbano. (FELDMAN, 2003, p.110)

No que concerne a avaliação dessa nova forma de gestão intitulada de *governança*, atual paradigma de gerenciamento de cidades e regiões, a autora diz que sobre a experiência internacional estudos críticos já foram realizados, e sobre os mesmos afirma

(...) estudos críticos já estão disponíveis, apontando a profunda fragmentação da estrutura de planejamento e de processo de decisão, com instâncias públicas, mistas, privadas, informais etc.; a forte presença de forças econômicas e políticas internacionais nas decisões sobre o desenvolvimento das cidades, e a fragilização de mecanismos de regulação do uso do solo urbano (Idem, Ibidem).

A autora diz que no Brasil apesar de termos políticas deste cunho sendo realizadas desde anos 90, com a criação de conselhos, câmaras, comitês, agências, fóruns etc., ainda carecemos de uma avaliação consistente sobre se essas esferas estão cumprindo suas atribuições, que problemas vêm enfrentando, que interesses essas experiências estão privilegiando. Mostra também que uma tendência é a gestão de desenvolvimento econômico e a gestão do desenvolvimento urbano sendo feitas de forma separadas, sendo que as mesmas são indissociáveis. As instâncias responsáveis por uma e outra numa gestão trabalham desarticuladamente.

Quando se aclama a noção de poder local, ultrapassam-se as fronteiras do governo municipal, uma vez que o lugar de exercício do poder não se restringe à esfera do Estado, mas encampa os diferentes atores e relações sociais inscritos no espaço local. Mais além, essas

⁷⁴ A articulação horizontal entre municípios foi institucionalizada por legislação federal, através da Emenda constitucional 19, de 4 de julho de 1998, em seu Art. 241, relativa à instituição de consórcios e convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos. Que foi a consolidação legal de um processo que já vinha ocorrendo desde a década de 80. (FARAH, 2003, p.87)

relações não se esgotam nos limites territoriais, a partir de processos e redes sociais que se articulam aos atores locais (DANIEL, 1997; FISHER, 1997).

Deve-se destacar a constituição de consórcios municipais na área de meio ambiente. Sobre isso Farah diz

(...) A temática ambiental, envolvendo questões como preservação de recursos hídricos, recuperação de vegetação nativa, práticas agrícolas orientadas para a conservação do meio ambiente e tratamento de lixo, é uma em que se evidencia a necessidade de uma ação conjunta, uma vez que os problemas freqüentemente ultrapassam as fronteiras das divisões político-administrativas. (FARAH, 2003, p. 89)

Destaca-se a mudança na política federal, no tocante aos recursos hídricos, que implantou em 1997 a Política Nacional de Recursos Hídricos, que incentiva a preservação dos recursos hídricos por meio da atuação consorciada. Essa política tem como unidade de planejamento e gerenciamento a bacia hidrográfica, e estabelece os Comitês de Bacias Hidrográficas e reconhecem os consórcios intermunicipais como entidades de gerenciamento destes recursos.

Outra questão ambiental é a do tratamento dos resíduos sólidos, que tem suscitado a criação de medidas de cunho regional, como a criação de consórcios intermunicipais. Podemos citar como exemplo o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, criado em 1990 e o Consórcio Quiriri, desenvolvido em três municípios de Santa Catarina. Este último, segundo Farah, "surgiu claramente a partir da identificação das interconexões entre a questão urbana e regional" (Idem, p.90). Destaca-se a articulação para a criação do aterro sanitário regional no Maciço, que está em fase de implantação, e só não foi implantado pela falta anterior de financiamento, sendo que a AMAB vem recorrendo a várias instituições de fomento para tal. Atualmente, parte da verba foi conseguida em convênio com a FUNASA.

Dentro do planejamento de cunho estratégico existe um delineamento de prioridades e o estabelecimento de pactos com os diversos setores da sociedade, sendo que existe toda uma polêmica em torno de quais seriam os pactos possíveis, com que atores e com que custos. Cabendo aqui lembrar a tão falada e sempre esquecida luta de classes. Também deve se destacar que a adoção de um planejamento de resultados, no qual algumas áreas prioritárias de atuação são eleitas a priori, segundo uma visão mais crítica representa um planejamento excludente. Outro aspecto que cabe destacar seria o fato de que esse tipo de planejamento e gestão ser resultado da importação para a esfera pública do planejamento e gestão, das lógicas de organização e decisão típicas da esfera privada e inerente ao planejamento estratégico. Pois, o mesmo se pauta prioritariamente por critérios de eficiência e

produtividade, que nem sempre são compatíveis com os ideários e objetivos de equidade e justiça social tão badalados pelas várias escalas de governo.

Existe uma preocupação com a adoção automática de agendas para o desenvolvimento e redução da pobreza, como a incorporação e replicagem de práticas inovadoras e bem-sucedidas a exemplo do modelo trazido por consultores internacionais – principalmente de Israel no caso do Ceará, como também na comparação de situações diferentes por meio de índices que medem performances de determinadas sociedades, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre outros. Existe uma associação destes índices de avaliação das cidades, medidas pelos mesmos, à recorrente "Guerra de Lugares", onde são utilizados na competição entre cidades, por investimentos, localizações privilegiadas e atração de capitais. Tudo isso deixando de lado os possíveis laços de solidariedade entre cidades em suas políticas urbanas e processos de gestão.

3.2.3. As redes de cidades e o objetivo comum

Santos (2005) afirma que a rede urbana é um conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto com uma rede de infra-estrutura de suporte e com os fluxos que, através desses instrumentos de intercâmbio, circulam entre as aglomerações. Sobre esses fluxos fala-se que, atualmente, devem existir ambientes dotados de conexões espaciais que ofereçam a uma grande variedade de atores, condições de informação e facilidades de comunicação suficientes para garantir os laços entre as diferentes redes, sendo que os mesmos propagadores dessas redes as entendem como conexão e articulação de atores em busca de objetivos comuns. Presumem que estas não possuem hierarquia, sendo estruturas democráticas de participação e aprendizagem, e que atuem corrigindo a tendência de concentração que parece inerente ao processo capitalista no nível macro, sendo que aparecem como descentralizações, o que não significa desconcentrar. Por exemplo, no Maciço a ADR tem um projeto de Mídias Digitais, financiado pelo Banco do Nordeste/BNB, em parceria com a USP, SDLR, Seduc e AMAB, visando interagir com atores locais, capacitando duas pessoas por município para criação e manutenção do Portal da ADR.

Acontece que estes não vêem o fato de que toda rede é por definição seletiva. No plano econômico-sócio-político-cultural, a rede não corrige a desigualdade, apenas a desloca. Acolhendo-se tal paradigma, o desenvolvimento local não pode ser pensado como contra tendência à concentração; pelo contrário, ele pode inserir-se numa estratégia de

descentralização que agrave as desigualdades. Outro contraste seria entre a globalização e o desenvolvimento local. O desenvolvimento local não necessariamente entraria em contradição, em tensão, com a globalização, podendo, ser, ao contrário, um de seus círculos concêntricos. É toda a tendência expressa na teoria das “cidades globais”, de que Jordi Borja, no plano do urbanismo, é a expressão mais badalada no Brasil e Saskia Sassen a teórica mais citada. As “cidades globais” formam uma rede cuja integração se realiza no plano molecular-digital, desintegrada, portanto (OLIVEIRA, 2002).

Para Damiani (2006) Santos, teria avaliado em sua obra “Espaço dividido” que

(...) desenvolvimento industrial e a melhora das comunicações internas de um país remetem a relações diretas entre as cidades de nível inferior e aquelas mais importantes (Santos, 1979: 227). Sendo que as cidades locais teriam recebido um impulso particular na segunda metade do século XX, com a “difusão de novos modelos de informação e de consumo agindo como fatores de dispersão espacial” (Santos, 1979: 243). Todavia, para responder a certos tipos de demanda, produzir-se-iam relações com a cidade intermediária, nestes termos: “Com efeito, no atual período tecnológico, a cidade regional, chamada ainda de cidade ‘média’, torna-se cidade intermediária. Seu poder de comando e sua influência sobre a região diminuem e ela se torna, cada vez mais, um relé da metrópole” (Santos, 1979: 243). Sua capacidade regional vê-se diminuída pela possibilidade de relação direta com a metrópole (DAMIANI, 2006. p.138).

Tudo isso levou a compreensão, por parte do Governo do estado, de que a falta de qualificação dos centros urbanos e a ausência de uma rede de cidades mais estruturada, em todo o território estadual, eram entraves ao desenvolvimento pretendido, como afirma o texto do PDR

(...) os indicativos de desempenho macroeconômicos das diversas situações no estado, mostraram a necessidade de um novo modelo de interiorização das ações governamentais que incluísse a obrigatoriedade da descentralização das atividades econômicas, o incentivo à consolidação de arranjos produtivos locais e regionais, além do fortalecimento de pólos e regiões estratégicas como contraponto à excessiva concentração na Região Metropolitana de Fortaleza, que nas últimas décadas tem atraído a maioria dos investimentos públicos e privados, a exemplo do que ocorre em todos os grandes aglomerados urbanos no País (PDR, 2002, p. 06).

A concentração espacial das atividades econômicas na capital cearense mostra o quanto as relações espaciais no estado são desiguais, e o quanto dependem do estado de evolução da economia dos lugares. Neste ponto, a região do Maciço de Baturité sofre um pouco mais do que as demais pela sua fraqueza econômica e proximidade da RMF. Por isso somos levados a concordar com Santos (2005) quando diz

As relações entre cidade e o que ainda hoje se chama sua zona de influência, assim como as relações mantidas entre cidades, dependem do estágio da economia, desde o da economia “natural” até as diferentes formas de economia capitalista. Nos primeiros estágios, os fatores “naturais” aparecem como uma influência dominante. Com o desenvolvimento econômico, os fatores “artificiais”, a tecnoestrutura vão aumentando seu papel na determinação das relações espaciais. Mas, seja qual for o caso, incluindo os estágios inferiores do desenvolvimento, o sistema de cidades constitui a armadura do espaço (SANTOS, 2005, pp. 68-69).

Uma das formas de ajudar a reverter esse quadro que hoje se verifica resultado de acentuado processo de metropolização da capital do estado seria a revitalização do patrimônio ferroviário estadual, pois tem um relevado poder de dinamização e economia nos transportes, e antes de tudo é um bem coletivo da população cearense que se encontra condenado ao esquecimento. Na região estudada, o transporte ferroviário representou um grande trunfo para o seu progresso pretérito. Arroyo (2006) destaca o papel da circulação e de alguns meios de transporte para o movimento de circulação das mercadorias e pessoas e para integração dos territórios, sobre isso comenta

Começamos destacando a importância da circulação no processo de formação e integração dos territórios. A maioria dos geógrafos clássicos dedicou parte importante de seus escritos a estudar o papel dos caminhos, estradas de ferro, vias marítimas, meios de transporte. Vidal de La Blache, que observava o mundo na virada do século XIX, caracterizava os sistemas de comunicações formando uma rede “que podemos qualificar de mundial” e como resultado total de combinações múltiplas, realizadas, em meios diferentes, pela ferrovia, pela navegação marítima ou interior (ARROYO, 2006, p. 71).

Há a necessidade de se compreender o quanto o papel da circulação é importante no processo de diferenciação espacial e na compreensão das tramas de relações tecidas pelas cidades do estado e na região estudada, e que deve ser entendida tanto no seu papel econômico quanto político, tendo grande importância no processo de integração regional. Sobre isto, Arroyo (2006) afirma

Com a difusão dos transportes e das comunicações, e conforme avança a expansão capitalista, criam-se as condições para que os lugares se especializem, sem a necessidade de produzir tudo para sua reprodução. Assim, ao passo que a economia local deixa de ser preponderantemente autárquica, estabelece-se uma crescente divisão territorial do trabalho. Esse processo – progressivo e acelerado com a incorporação de novas técnicas – ocasiona uma intensificação dos intercâmbios, que se dá em espaços cada vez mais amplos (ARROYO, 2006, p. 74).

Esse processo pode ser visto na região estudada, embora de forma incipiente, pois a especialização da produção ainda é pequena, mas com a implantação de algumas novas formas de produção como os arranjos produtivos locais já se pode verificar o início da materialização do processo. Todavia, a escassez dos transportes ainda é um dos principais obstáculos para tal materialização. É necessário também lembrar o outro lado da especialização produtiva em conjunto com uma maior circulação que é a seletividade espacial que culmina em um desenvolvimento geograficamente desigual que privilegia cidades turísticas como Guaramiranga na região, pois especialização produtiva somada a uma maior circulação como comenta Arroyo (Op.cit.)

(...) acarreta[m] a desvalorização de certas áreas em favor das que acolhem o desenvolvimento de novas atividades ou a modernização de outras já instaladas. Esse processo não é linear: ‘como a produção se mundializa, as possibilidades de cada lugar se afirmam e se diferenciam em nível mundial (SANTOS, 1988, p. 28)’.

À medida que o movimento se estende, a diferenciação aumenta, gerando novas valorizações e desvalorizações (Idem, *Ibidem*, p. 75).

Desta passagem podemos verificar o quanto o processo de produção do espaço pode ser contraditório, pois enquanto temos movimentos de integração regional, concentração e forças centrífugas atuando, temos também um movimento de fragmentação regional na busca das cidades pela mais-valia global ou “rendas monopolistas”, desconcentração e forças centrípetas atuando. Tudo nos faz repensar os termos do novo paradigma de desenvolvimento endógeno que ora se consolida, e de sua relação com a divisão social e territorial do trabalho. Arroyo (Op. cit.) sobre isso nos diz

As diversas instâncias produtivas – a produção, a distribuição, a troca e o consumo – tornam-se cada vez mais independentes das condições propriamente locais e cada vez mais dependentes de um nexos que escapa à comunidade. Aumentam, desse modo, as possibilidades de uma dissociação geográfica de atividades (Op. Cit. p.74).

Desta forma nos cabe questionar toda a política espacial do governo e seu plano de integração regional baseado no desenvolvimento endógeno, pois os mesmos tratam a região como organismo independente que pode se desenvolver independentemente das condições macroeconômicas que dominam a economia.

3.2.4. Instituições de Governança para o Desenvolvimento Urbano-Regional:

a) Associação dos Municípios do Maciço de Baturité (AMAB)

Sabendo-se que um projeto de desenvolvimento possui complexidades e intensidades variáveis, portanto no dizer de Coutinho

(...) Envolve não só olhar as macrorregiões e os sistemas de incentivos macrorregionais que ainda persistem, mas exige lidar com o fato de que o Brasil é 80% urbano e tem um grande sistema de cidades associado a sistemas urbano-regionais. Pode-se dizer que há um sistema urbano que pode ser pensado no plano nacional, mas na verdade, é um sistema urbano que estrutura regionalmente. Assim, no meu entendimento, é indissociável pensar as regiões, entendidas aqui não como as cinco macrorregiões legais, mas como regiões economicamente homogêneas onde um certo conjunto de setores econômicos exerce uma dominância sobre a sua dinâmica econômica. Por exemplo, em uma região encontra-se um determinado pólo industrial ou uma agricultura de cerrado homogeneamente estruturada (COUTINHO, 2006, p. 44-45).

Na região estudada temos a atividade do turismo e sua estrutura e os arranjos de produção. Como já exposto, a região denominada de Maciço de Baturité é subdivida em: sub-região serrana, sub-região dos vales e sub-região de transição. Na sub-região serrana, composta pelos municípios de Guaramiranga, Pacoti, Palmácia, Mulungu e Aratuba, destacam-se como potencialidades o cultivo de Hortaliças, café e flores (caracterizada pela agricultura de pequena escala devido o relevo acidentado e estrutura

fundiária fragmentada, entre outras causas), além dos atrativos naturais (trilhas ecológicas, cachoeiras, turismo cultural, etc.)

A sub-região dos vales, composto pelos municípios de Baturité, Capistrano, Aracoiaba, Itapiúna, Redenção e Acarape, têm como principais potencialidades econômicas a produção de grãos e cana-de-açúcar. A sub-região de transição, composta pelos municípios de Ocara e Barreira, tem como principal potencialidade econômica a exploração do caju.

Representando toda a região, temos a AMAB como uma das precursoras dessa nova forma de gestão baseada e cooperação intermunicipal. A Associação dos Municípios do Maciço de Baturité onde os 13 municípios do Maciço do Baturité juntam-se tendo como propósito resolver seus problemas comuns e defender os interesses da região (Anexo A).

Baseado no relatório “Uma Nova Viagem de Descobrimento”, redigido por uma comissão de representantes da AMAB, que visitou uma associação semelhante de municípios na Região de Setúbal, em Portugal⁷⁵, ficou assim identificado os seguintes interesses estratégicos dessa associação:

- modernização da Administração;
- redução das disponibilidades sociais e das exclusões;
- restauração do aparelho produtivo (competitividade internacional, criar uma rede produtiva com os pequenos produtores da região);
- recuperar o patrimônio histórico e cultural (Casas de farinha, mansões do café, casas senhoriais, engenhos de rapaduras, usinas elétricas e roda d’água e outros);
- implantação de um programa de controle Ambiental (proteger nascentes de rios, riachos e matas ciliares, destinar corretamente o lixo);
- apoiar atividades multiculturais e educacionais (artesanato, rendas e cerâmicas);
- promover a qualificação profissional (atrair CVT e CENTEC);
- difundir conhecimentos sobre temas relevantes à gestão pública local através da participação de setores externos à administração pública;
- atrair investimentos através da atividade turística.

75 Sobre o tipo de associações entre municípios realizadas na Europa com destaque para Portugal Costa (2005) comenta: “A cooperação intermunicipal-forma de cooperação descentralizada-corresponde ao estabelecimento de relações entre duas ou mais comunidades, tendo como principais actores os Municípios ou seus equivalentes, de acordo com o sistema organizativo dos países, podendo assumir a forma de geminações, protocolos, acordos de cooperação e redes. A tendência actual, num contexto de globalização e onde a União Europeia é um caso paradigmático, aponta para o incentivo ao desenvolvimento de formas ou figuras inovadoras de cooperação inter-regional, interurbana e transnacional de natureza reticular, colocando em interacção agentes económicos, instituições, autarquias, territórios, cidades e regiões localizadas em diferentes espaços geográficos” (COSTA, 2005, p. 03).

Sabe-se que as cidades e regiões em toda a Europa se associam em torno de redes institucionais que fogem ao controle dos Estados nacionais, constituindo um dos mais eficientes lobbys capazes de atuar simultaneamente junto às instituições européias e a seus respectivos governos nacionais. Como se não bastasse, as cidades e regiões participam ativamente de negociações diretas com empresas multinacionais, transformando-se nos agentes mais importantes das políticas de desenvolvimento econômico, uma vez que as ações dos governos nacionais estão condicionadas às regulamentações da União Européia. Daí advém essa visita dos membros da AMAB a Portugal, para verificarem como funcionava tal tipo de gestão regional.

Cabe destacar a opinião de Coutinho sobre as novas políticas microrregionais de desenvolvimento que vão de encontro com algumas atitudes tomadas no nosso estado e região de estudo. Lembrando-se que essas regiões estão num determinado Estado e assumem formações socioespaciais específicas.

Nesse sentido, os arranjos e associações locais não são nada irrelevantes, pois permitem dar mais força política às iniciativas locais. Aqui, há uma importante agenda de estudos: por que, em certas regiões, há uma mudança de comportamento e se estruturam atitudes ofensivas, de ir à luta? Por que em outros casos não? Há razões idiossincráticas. Possivelmente, porque dadas as características culturais específicas em certas regiões existe uma liderança municipal diferenciada, ou consórcio de municípios, ou uma liderança estadual apta, capaz de mobilizar certas energias (COUTINHO, 2006, p.54).

Cabe destacar que esse tipo de associação, como já comentamos, é muito importante num contexto de descentralização administrativa como é o vivido pelo tipo de República Federativa existente no Brasil. Todavia, existe uma necessidade de se conferir mais importância a esse tipo de organização, como também analisar de forma mais acurada essa política de descentralização, pós-constituição de 1988, visto que muitas responsabilidades foram colocadas para os municípios que receberam uma série de atribuições, independentemente do seu tamanho populacional, da sua localização geográfica e da sua diversidade sócio-econômica e cultural. É importante lembrar também que essas associações microrregionais do tipo da AMAB são importantes para regiões formadas por cidades de pequeno porte como as que formam a região estudada, pois as mesmas, muitas vezes, não têm condições de assumir, por seus próprios meios, a responsabilidade pelo planejamento local.

Considera-se importante e positiva, até certo ponto, a união entre certo tipo de associativismo e descentralização como forma de fortalecimento do nível local e regional, necessitando de um maior apoio por parte do Estado. Todavia, deve-se ter cuidado e atenção

para uma multiplicidade de conflitos de interesses que permeiam a gestão urbana, que conferem a esta uma grande complexidade. Os conflitos envolvem as próprias representações que diferentes classes sociais têm a respeito da sua realidade, e também divergências relativas a interesses econômicos, interesses que podemos denominar de 'poder econômico local' (DANIEL, 2006), particularmente aqueles vinculados a relações com o próprio governo local: empresas que têm interesses ligados ao governo local.

Com a criação do Ministério das Cidades e de sua secretaria correlata no Estado do Ceará houve uma política de maior atenção a essas instituições. No Ceará existe um programa intergovernamental de criação e revisão dos Planos Diretores das cidades que é realizado pela Associação dos Prefeitos do Ceará – APRECE entidade que congrega as associações microrregionais no estado.

Em entrevistas realizadas com representantes da AMAB percebeu-se certo descontentamento com o apoio dado a essa instituição por parte do Estado, membros dessa instituição ficaram insatisfeitos, em certo grau, com a criação da Agência de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité, pois a mesma, na visão deles, ficou com algumas atribuições que para eles deveriam pertencer a AMAB, pela sua consolidação junto aos municípios. Percebeu-se que para a associação essa ação foi como uma forma de deslegitimação desta e de suas ações.

Uma das principais ações desenvolvidas pela AMAB tem sido viabilizar a construção de um aterro sanitário regional, como já citado, e a implantação de um sistema consorciado de gerenciamento de resíduos sólidos, somando a isso a execução de políticas de educação ambiental. Para esse projeto o principal obstáculo tem sido a disponibilização de recursos. Atualmente, parte dos recursos para o início da obra já estão garantidos via FUNASA, como também o projeto já foi criado por uma consultoria, restando agora o início das obras.

b) Agência de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité/ADR Maciço de Baturité

Um dos reflexos da importância da maior participação da sociedade civil na solução de problemas coletivos no Brasil é a edição da Lei 9790/99, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público/OSIP. O caráter público atribuído a essas

organizações deve-se à prestação de serviços ou promoção de valores de interesse comum, na esteira dos fundamentos e objetivos da República e do fim da ordem econômica – assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. A lei dispõe também sobre o Termo de Parceria, forma de repasse de recursos do poder público a essas organizações. Essa é a grande novidade no tratamento dos organismos da sociedade civil, uma vez que, reconhecendo o valor dos serviços prestados por essas instituições, o Estado forneceria auxílio financeiro direto e menos burocrático, buscando facilitar sua atuação. Antes do advento do referido texto legal, os diferentes benefícios - qualificações/certificados, convênios etc. - à disposição das organizações eram excessivamente formalistas e discricionários, o que faz da Lei das OSCIPs um verdadeiro avanço na área. Contudo, é um avanço para a venda da cidade, pois a mesma é uma forma neoliberal⁷⁶ de desregulamentação e facilitação para que cidades possam criar convênios e acordos bilaterais com organizações multilaterais, como tem perseguido a Agência de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité/ADR Maciço de Baturité.

Em seu estatuto a ADR afirma ser uma OSCIP que tem a missão de produzir e disseminar as informações socioeconômicas da região, conduzindo as ações de marketing regional e coordenando as ações técnico-financeiras de apoio às empresas, visando promover o desenvolvimento econômico sustentado da região.

Sobre o papel das agências de desenvolvimento e sua ligação com a nova fase da globalização e da ação estatal Lara & Simões (2007) afirmam

Desde a segunda metade do século passado, os governos ou a própria sociedade civil têm constituído organismos dotados de certas especificidades administrativas com o objetivo de desenvolver economicamente regiões deprimidas, i.e., as agências de desenvolvimento regional. Estes organismos buscam descentralizar as responsabilidades do Estado Central e planejar, articular e executar políticas específicas para a região. As agências de desenvolvimento regional, ligadas ao governo ou formadas a partir dos atores regionais, possuem estratégias e características muito diversificadas entre os países. Além disso, as ações das agências de desenvolvimento mudaram também ao longo do tempo em decorrência das experiências vividas e da nova realidade da economia global e do Estado (LARA & SIMÕES, 2007, p. 01).

A Agência de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité (ADR Maciço) foi criada em 2004 na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação, adequada à lei nº 9.790/99, com prazo de duração indeterminado e regida pela Lei vigente e por seu Estatuto.

⁷⁶ As origens teóricas das idéias neoliberais encontram-se no livro de Friedrich Hayek O caminho da servidão de 1944, em que estão desenvolvidas as teses fundamentais contra a intervenção do Estado na economia e na defesa da liberdade de mercado. Essas idéias, que permaneceram na teoria por mais ou menos 30 anos, são retomadas com mais intensidade a partir da crise dos anos 70.

A ADR Maciço de Baturité surgiu como resultado do Plano de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité, o qual foi elaborado pelo Governo do estado, através da Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional e contou com a participação dos membros do Comitê Supra Municipal do Maciço de Baturité, por representantes da sociedade civil e instituições públicas e privadas.

Em março de 2005, a ADR Maciço foi qualificada pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, conforme processo MJ nº 08071.000238/2005-26 e publicada no Diário Oficial da União, em 10 de março de 2005 incorporando, a partir desta data, múltiplas finalidades de interesse público, podendo celebrar, em nível federal, estadual e municipal, parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais (ADR).

Sobre essa forma de descentralização neoliberal do Estado e sua ação que se desenrola entre os setores público e o privado, como também a formação do chamado capital social como elemento tão importante quanto o capital fixo para o desenvolvimento regional Amaral Filho (2006) nos diz

Putnam, em seus longos anos de pesquisa sobre as regiões italianas, constatou que as regiões que apresentavam maior número e densidade de sistemas de participações horizontais eram aquelas regiões mais desenvolvidas da Itália. Além disso, o referido pesquisador constatou também que, ao contrário de algumas teses, nas regiões onde a sociedade civil apresentava maior grau de organização eram exatamente aquelas regiões que apresentavam governos fortes, democráticos, transparentes e organizados. Ou seja, sociedade forte-estado forte, pautado pela governança. Em outras palavras, isto quer dizer que a organização da sociedade civil não concorre com o funcionamento normal do governo, pelo contrário, ela passa a fazer parte desse funcionamento. Ademais, a construção da confiança, que resulta na cooperação e na eficiência coletivas, não implica na extinção da competição entre os indivíduos e os grupos sociais. Aliás, a razão do sucesso dos renomados distritos industriais italianos, da região de Emilia-Romagna, está fundada no binômio cooperação-competição entre os indivíduos e as empresas. Ou seja, nem o homem puro e solitário de Rousseau nem o homem selvagem e soberano de Hobbes. É certo que as reformas estruturais ocorridas em nível do Governo Estadual no Ceará e as políticas públicas que daí nasceram, proporcionaram à economia local um novo regime de crescimento econômico, dinâmico ao ponto de produzir, nos anos recentes, taxas de crescimento do produto acima das taxas correspondentes ao do Nordeste e ao do Brasil. Apesar dessa correlação, muito aceita entre nós, é legítimo considerar que o papel do capital social local foi de grande importância na coordenação das ações coletivas e das decisões dos agentes, no monitoramento das ações públicas e conseqüentemente na sustentabilidade desse crescimento (AMARAL FILHO, 2006, p. 05).

Sobre o papel dessas novas instituições do/no Nordeste quanto as políticas de desenvolvimento temos como marco o enfraquecimento e fim da SUDENE, que, em 02 de maio de 2001, foi extinta pela Medida Provisória nº 2.145, e a criação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE.

Sobre a lógica de criação e funcionamento das instituições públicas no Brasil, Carvalho (2003) afirma que as instituições têm sido criadas para exercerem atividades permanentes ou atividades temporárias, sobre isso afirma:

No primeiro caso, se enquadram as instituições responsáveis pela prestação de serviços básicos essenciais, de saúde, educação, segurança pública e defesa nacional. (...) No segundo caso se enquadram as instituições que produzem serviços necessários ao atendimento de situações extraordinárias, criadas com prazo de vigência delimitado. Entidades extraordinárias são aquelas cuja criação é comandada pela exigência de cumprimento de uma determinada e particular missão, como a de promover o desenvolvimento em uma dada região ou sub-região do país, em prazo determinado. A SUDENE constitui nosso exemplo paradigmático. (CARVALHO, 2006, p. 353)

Sobre esse tipo de instituição extraordinária o autor ainda afirma que elas estão presentes também em países de economia avançada, e cita alguns exemplos como: Cassa per il Mezzogiorno, da Itália. Criada em 1950, deixando de funcionar nos anos 90; Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale (DATAR), da França. Instituída em 1963, continua funcionando – instituição estudada por Lefebvre em sua obra; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), instituído em 1946; Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado em 1952, permanece em atividade, mas foi submetido a processo de reestruturação a partir de 1995 etc.

Sobre a evolução das instituições extraordinárias que acompanharam, de certa forma, as exigências particulares da dinâmica econômica da sociedade em determinado momento histórico, temos seqüencialmente a fase dos Departamentos, tendo como início Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), instituído em 1938, no governo de Vargas. Depois vieram por questão de eficiência administrativa as Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista, a época do "milagre brasileiro". Com os Planos Nacionais de Desenvolvimento, a partir de 1974, o governo passou a adotar as Empresas Públicas - Eletrobrás, Embratel, Embrapa, Codevasf etc. (CARVALHO). Com o avanço das políticas neoliberais, em meados dos anos 80 e nos anos 90, o Estado brasileiro passou por uma fase de reestruturação e conseqüente diminuição de seu papel como realizador de desenvolvimento. Neste momento, as Empresas Públicas passaram a ser privatizadas e substituídas pelas Agências - Executivas e Reguladoras, as primeiras com o papel de efetivar políticas e programas definidos como estratégicos pelo Estado, e as segundas com o papel de regulação dos mercados competitivos no tocante ao oferecimento de diversos serviços (BRESSER PEREIRA).

Parte das Agências Executivas estão realizando a função de Agência de Negócios, encarregadas de coordenar esforços de unidades administrativas - municípios, regiões,

destinadas assim a promover e estimular novos negócios. Temos desta forma os consórcios municipais são exemplos dessa nova forma de atuação das Agências Executivas, que expressa um crescimento do poder local na ação pública.

Carvalho (Ibidem) se referindo a ADENE sobre sua estruturação e forma de atuação, sobre a qual podemos refletir algumas características da ADR Maciço de Baturité, o mesmo diz "A mobilização das diferentes instâncias representativas dos atores sociais existentes no Nordeste será exercida de forma mais completa no curso da articulação entre processo técnico e o processo político demandados pela prática do planejamento".

Temos, como exemplo, na região centro-sul a criação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, em outubro de 1998, pela Câmara, criada para ser o braço executivo desta, tendo como principais funções: estabelecer ações de marketing regional para atrair novos investimentos, produzir conhecimento sobre os processos econômicos em curso na região e estimular pequenas e médias empresas. Também é necessário citar uma importante realização, ao nosso ver, mais próxima de nossa realidade pesquisada, que foi a realização do Planejamento Estratégico Regional (PER) reorganizado no ano 2000, que assinado pelas lideranças regionais continha metas para até o ano de 2010. Neste trabalho foram organizados grupos de trabalho em torno de eixos estratégicos como: educação e tecnologia, sustentabilidade nas áreas de mananciais, acessibilidade e infraestrutura, fortalecimento e diversificação das cadeias produtivas, ambiente urbano de qualidade, identidade regional e inclusão social, basicamente os mesmos eixos do PDR Maciço de Baturité.

A Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC implementou algumas das ações estabelecidas nos GTs através de ações prioritárias, com o apoio do BID, tendo como uma das maiores dificuldades a obtenção de recursos para a concretização dos projetos e as mudanças de governo, a informalidade, os limites institucionais da agência e sua efetiva aceitação e reconhecimento. Que por sua vez são alguns dos problemas enfrentados pela ADR.

Vale destacar dentro das políticas de planejamento para o desenvolvimento regional sustentável os trabalhos realizados pelo Projeto Áridas, entre os anos de 1993/1995, em colaboração com os governos estaduais que podem ser apontados como o reinício das ações de planejamento regional na região, em escala sub-regional e estadual. Vale destacar para o estudo Ceará: Plano de Desenvolvimento Sustentável: 1995-1998.

c) Conselho de Desenvolvimento Regional/CONDER

O Conselho de Desenvolvimento Regional é um fórum da sociedade civil de caráter consultivo e deliberativo, com prazo de duração indeterminado, tendo por finalidade atuar como Fórum Consultivo, quando consultado pelos Governos Municipal, Estadual e Federal e atuar como Fórum Deliberativo, quando discutir os problemas regionais. É composto por integrantes do poder público executivo estadual, poder público executivo municipal, poder público legislativo municipal e sociedade civil. A estrutura organizacional do CONDER está constituída da seguinte forma: presidente, vice-presidente, secretaria executiva, secretaria institucional, secretaria administrativa e núcleos de trabalho. Nas reuniões há a participação de cinco membros por município, as mesmas acontecem bimestralmente.

Na região do maciço de Baturité esse fórum ficou até a gestão do Governo Estadual passada, praticamente, inoperante. Tendo reuniões esporádicas mas sem grandes deliberações. No atual governo este espaço de representatividade parece ganhar maior poder e espaço, ao contrário do que acontece com a agência de desenvolvimento que perde espaço para o mesmo.

3.3. Planos de Desenvolvimento Regional (PDRs): proposta de desenvolvimento do/para o Ceará

No Brasil, a identidade jurídica desse território denominado “região” ainda está em formação e consolidação. Não estão claramente estabelecida as formas e definição das “autoridades regionais” e ainda os mecanismos pelos quais governos e sociedade civil possam exercer o controle e a fiscalização. Apesar de não haver uma “receita” pronta, são inúmeras as experiências em andamento no país, que vão desde, “Consórcios Intermunicipais na forma de pactos”, “Consórcios Intermunicipais na forma de Sociedade Civil sem Fins Lucrativos”, “Câmaras Intermunicipais”, “Agências Regionais de Desenvolvimento”, “Associações Cíveis de Direito Privado e sem Fins Lucrativos”, “Sociedade Civil de Direito Privado sem Fins Lucrativos”, “Organização Social”, “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público”, “Redes” entre outras formas menos conhecidas.

Nos últimos anos, o Governo do estado vem perseguindo uma política de reestruturação do espaço como forma de combater o quadro de desigualdade dominante no estado a fim de provocar um processo que promova “reequilíbrio” de força entre as regiões,

principalmente entre a RMF e o interior. Dentro da política de desenvolvimento regional existem alguns princípios que a estruturam que podem ser representados pelos princípios de: autonomia, cooperação, coordenação e o da equalização⁷⁷.

Como marco desta tentativa explícita de uma nova política de desenvolvimento regional tem-se a criação no governo de Lúcio Alcântara da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional - SDLR em 2003 que procurou colocar em prática uma estratégia de fortalecimento de centros urbanos e a criação de uma rede estruturada de cidades médias e pequenas no interior do estado.

Dentro da nova política de desenvolvimento do estado do Ceará com o PROURB/Projeto de Desenvolvimento Urbano, desenvolvido pela Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional – SDLR encontravam-se os Planos de Desenvolvimento Regional (PDRs). Instrumento de política do governo do estado voltado para o desenvolvimento das regiões, através do planejamento espacial, que servirá de base para a elaboração dos planos de governo estadual e municipais, os mesmos foram elaborados entre março/2002 a dez/2003.

O PDR Maciço de Baturité é um instrumento que procura estabelecer parâmetros e focos de intervenção estatal em áreas consideradas estratégicas, a partir do método técnico participativo. Segundo a - extinta - SDLR tem como objetivos: estruturar o espaço urbano regional; permitir o uso sustentável dos recursos naturais, bem como manter estreita observância às normas e procedimentos de controle e proteção ambiental; fortalecer a base econômica e a estrutura de empregos, visando elevar a produtividade para o aumento da competitividade regional, possibilitando ainda a diversificação econômica e o adensamento populacional; melhorar o nível do atendimento e a qualidade dos serviços sociais básicos e infra-estrutura de apoio (educação, saúde, saneamento, habitação, energia, transportes e comunicações); melhorar a infra-estrutura física e nível de acessibilidade, de modo que a

⁷⁷ Amaral Filho (2006) descreve da seguinte forma tais princípios: “O princípio da autonomia sugere que os entes federados, como os municípios e estados, devem ter respeitada a liberdade de procurar sua própria identidade, cultural e econômica, assim como procurar satisfazer os próprios projetos elaborados pelos seus habitantes. [...] O princípio da cooperação, por sua vez, propõe que o exercício da autonomia, realizado individualmente pelos entes federados, deve evoluir para um cenário de ações cooperadas, por meio de alianças, consórcios, etc. [...] É normal que essa evolução custe a encontrar o arranjo ideal de cooperação, mas na falta desse arranjo deve entrar em cena o princípio da coordenação, que pode ser assumido pelo Governo Federal, caso os implicados sejam os estados, ou o governo estadual no caso de serem os municípios envolvidos, como é aqui tratado [...] O mecanismo da coordenação é introduzido por meio de regras de comportamento ou de mecanismos de mediação que procurem induzir uma convergência das ações dos entes individuais. [...] Por fim, o princípio da equalização, é aquele que orienta as ações do governo Federal, ou estadual, para que o mesmo busque a inclusão de regiões desfavorecidas no processo de desenvolvimento econômico, a fim de atingir o objetivo da integração nacional ou estadual. (AMARAL FILHO, 2006, p. 131-132)

região possa atrair e apoiar atividades econômicas mais diversificadas; fortalecer a gestão regional, incentivando a formação da capacidade de gestão financeira, de planejamento e associativa dos governos municipais para administrarem seu desenvolvimento de forma mais eficaz; melhorar a capacidade profissional da mão-de-obra local; possibilitar o fortalecimento científico e tecnológico voltado para as necessidades regionais.

Como experiências piloto foram realizadas duas proposições de dimensão intermunicipal e regional, que demonstraram a necessidade de ampliar a abordagem do PROURB ao planejamento desses pólos e regiões estratégicas. A primeira dentre estas experiências foi a realização do PDR Maciço de Baturité com propostas para o conjunto dos 13 municípios localizados na última reserva de Mata Atlântica do Estado do Ceará. Uma segunda experiência foi composta para a Área de Influência do CIPP/Complexo Industrial e Portuário do Pecém, na RMF/Região Metropolitana de Fortaleza.

Quanto à metodologia adotada para a consecução destes o próprio PDR do Maciço de Baturité afirma:

Tanto a metodologia de abordagem, em ambos os casos, como os modelos adotados tiveram em conta diversas referências pesquisadas, como proposições sobre a regionalização em Portugal, especialmente no Distrito de Setúbal/Margem Sul da Área Metropolitana da Lisboa - PEDEPES/Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal - e na Região do Negev, no Sul de Israel. Significativa também foi a contribuição de professores da Universidade Ben Gurion, de Israel, através de estudos de territorialização e regionalização para o Estado do Ceará, em parceria com o IPLANCE/Instituto de Planejamento do Estado Ceará. Desta forma os PDRs passaram a ser peças fundamentais para o reconhecimento de cada pólo ou região estratégica como tal, com suas referências históricas, densidade econômica, potencialidades e peculiaridades, de forma a consolidar a adoção de uma política pública de ordenamento territorial fundamentada em visões de futuro que incluem a definição de diretrizes e modelos de estruturação regionalizados, que resultam em ações, projetos e obras estruturantes, concebidos a partir das próprias demandas regionais. Sendo os mesmos, também, os futuros roteiros básicos para discussão dos próximos PPA/Planos Plurianuais do Estado do Ceará. (CEARÁ, 2004)

Foram elaborados pelo Governo do estado PDRs nas seguintes regiões:

Maciço de Baturité: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Itapiúna, Guaramiranga, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.

Baixo Jaguaribe: Alto Santo, Ibicuitinga, Itaiçaba, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

Vale do Acaraú: Alcântaras, Cariré, Forquilha, Groaíras, Massapê, Meruoca, Santana do Acaraú e Sobral.

Centro Sul / Vale do Salgado: Acopiara, Baixio, Cariús, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Lavras da Mangabeira, Orós, Quixelô, Saboeiro, Umari e Várzea Alegre.

Ibiapaba / Vale do Coreau: Barroquinha, Camocim, Carnaubal, Chaval, Croatá, Cruz, Granja, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, Jijoca de Jericoacoara, Martinópolis, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Uruoca e Viçosa do Ceará.

Para Amaral Filho (2006) o principal benefício destes planos

(...) foi, antes de tudo, ter possibilitado a mobilização dos atores regionais no sentido dos mesmos identificarem as fragilidades e potencialidades locais e regionais e terem traçado um visão de futuro a ser seguida. Outro benefício de grande importância, este voltado para o objetivo da reestruturação espacial, foi o de ter possibilitado a identificação de projetos que sejam capazes de integrar os municípios de cada região e ao mesmo tempo dar centralidade à mesma. O grande desafio nesse campo está no esforço de transformar esses Planos de Desenvolvimento em uma agenda real e irreversível para os agentes e lideranças regionais assim como para os governos estadual e federal (AMARAL FILHO, 2006, p.137).

Dentre os participantes na elaboração e acompanhamento do PDR podemos destacar Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional (SDLR); Secretaria de Planejamento (SEPLAN); Universidades; Organizações não Governamentais (ONGs); Prefeituras Municipais; Conselhos Regionais. Têm-se como resultados pretendidos: redesenho do futuro das regiões; apoio ao desenvolvimento de uma cultura de auto-gestão e a efetivação de um processo de planejamento regional; contribuição na articulação e nos acordos entre municípios e diversos agentes e instituições; melhoria da infra-estrutura dos municípios, proporcionando a integração espacial, facilitando a acessibilidade e otimizando a aplicação dos recursos financeiros.

Apesar de ser um dos teóricos que se alinham as políticas deste governo, Amaral Filho (2006) observa algumas fragilidades no PDRs, e diz

(...) dois problemas são observados em relação aos mesmos [PDRs]: (i) o primeiro, diz respeito à fragilidade técnica de alguns estudos, tendo em vista que as indicações dos projetos seguiram orientações acadêmicas, sem fundamentos práticos e específicos, à região, perdendo assim a característica de originalidade do projeto; (ii) o segundo problema está associado à falta de efetividade dos projetos, já que os mesmos não conseguiram chegar a ser incluídos nos Planos Plurianuais – PPA do governo do estado. Ambos os problemas estão conectados, pois sem uma visão clara e profunda das necessidades locais e regionais tornou-se difícil a formatação dos projetos e, por consequência, seu encaminhamento (AMARAL FILHO, 2006, p. 138).

Podemos com isso constatar o caráter de verticalidade e externalidade das idéias implantadas nos PDRs, lembrando a observação de Maricato (2002) sobre as “idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias”, como também pudemos ao longo da pesquisa observar a falta de concretização das idéias do PDR Maciço de Baturité. Uma das principais causas para isto ocorrer é a apontada por Amaral Filho sobre a não inclusão dos projetos do plano nos PPA dos últimos anos, devendo isso a falta de mediação e coordenação das políticas públicas

estatais. Isto se deve a já relatada falta de identidade jurídica deste território denominado “região” ou falta de “autoridades regionais”. Igual caso se viu na questão legal das ações da AMAB como entidade representativa das cidades.

Sobre esse caráter “alienígena” das ações de planejamento urbano-regional – consultores israelenses no nosso caso - e de seu papel para a penetração do capitalismo nos mais recônditos lugares, Santos (2005) afirma

Por outro lado, a planificação regional e urbana tornou-se um exercício extremamente útil não apenas a penetração mais fácil do imperialismo e do capital no terceiro Mundo, mas também um veículo privilegiado das teorias subjacentes. As teorias de planejamento urbano regional raramente decorrem de situações reais que se deseja modificar. Elas se apresentam muito mais como portadoras de um modelo a impor. Esse modelo é, mais freqüentemente, trazido dos países do centro, onde essas teorias são elaboradas para servir a interesses que raramente são os nossos. Nesse particular isso foi duplamente eficaz, pois tanto contribuiu à importação de doutrinas que nada têm a ver com nossas realidades, como, pelo seu uso prestigioso, impede que um pensamento autônomo e sério se desenvolva (SANTOS, 2005, p. 56).

Podemos encontrar na região do Maciço de Baturité alguns elementos desse novo paradigma no qual as políticas de desenvolvimento do Estado do Ceará como o PROURB/Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos do Ceará (1995-2003), um instrumento criado, pela na época recente, Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional - SDLR, sendo para o Estado o viabilizador da estruturação urbana de um conjunto de 50 cidades cearenses - sendo as cidades de Pacoti e Guaramiranga as assistidas em nossa área de estudo - visando a dar suporte ao desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentado, melhorando a qualidade de vida da população e tornando as cidades competitivas para atrair indústrias, impulsionar a agricultura irrigada e incrementar o turismo – resumindo reestruturar o espaço regional no estado. Buscou efetivar Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, seguindo os moldes e recomendações do Estatuto da Cidade, como a “participação” da sociedade, sendo essas somadas, na nossa área de estudo, a algumas ações do poder local representado pelas esferas municipais e sociedade civil organizada (AMAB/Associação dos Municípios do Maciço de Baturité, Agência de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité /ADR Maciço, Conselho de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité/CDR, Ongs, Universidades etc.).

Procura-se, nessa forma de gestão, inicialmente, definir as agendas locais, bem como de sua efetivação, prendendo-se às relações dos diversos atores sociais conectados ao poder local, incluindo-se a possível influência de atores globais (a exemplo das organizações multilaterais e bilaterais, organizações do sistema das Nações Unidas, redes de movimentos e ONGs).

No Maciço de Baturité através da ADR várias ações nesse sentido foram realizadas como: articulação dos atores locais e coordenação da integração regional na realização de parcerias (SEBRAE, BNB, Banco do Brasil, SENAC, SEDUC, AMAB, CONSAD, prefeituras e sociedade civil). Além de projetos enviados a União Européia, USAID⁷⁸, articulações com o BID, sendo a região visitada por consultores desta. Parceria, também, com a UNIFOR para a criação de inventário turístico da região, com o intuito de levantar os potenciais turísticos da região entre outros.

Damiani tentando explicar o papel das cidades no período contemporâneo diz:

O período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões e define uma simultaneidade de comunicação ou uma rede intrincada de relacionamentos, rompendo as estritas hierarquias e, portanto, deve determinar a reconsideração das hierarquias como tradicionalmente propostas: há elos financeiros de agentes financeiros internacionais e toda e qualquer cidade. O planejamento nacional foi substituído por planejamentos estratégicos, envolvendo redes de cidades; cidades estas de mais de um tamanho, num elo direto, sem intermediações assentadas nas hierarquias. Milton Santos em O espaço dividido fala da explosão das mesmas, com a globalização (DAMIANI, 2006, p.136).

Essa valorização da esfera local não consiste novidade, comparecendo ao cenário teórico desde a primeira metade do século, sublinhando-se seu possível papel na expansão da democracia, delineado pela proximidade com os cidadãos. Os primeiros defensores do governo local ressaltam a oportunidade de participação política e de aprendizado democrático, a distribuição mais eficiente dos serviços e a oposição a um governo centralizado como elementos virtuosos da esfera local. Adiante, no contexto do pós-guerra, as abordagens centram-se na defesa da autonomia local como um meio de realização dos compromissos do Estado de Bem-Estar keynesiano (SOUZA, 2000, p. 205).

Esse novo localismo, construído a partir de meados dos anos 70, ressalta a centralidade do local na conjunção com os processos globais vinculados à reestruturação do capitalismo. Nesse ambiente, a partir da crise fiscal do Estado e de sinais de esgotamento de seus padrões de intervenção, a descentralização afirma-se como um princípio ordenador angular de reforma estatal. Contudo, os processos de reforma do setor público e de descentralização respondem a premissas e projetos distintos, aos quais se conectam as ênfases reportadas quanto aos papéis do governo local.

No Estado do Ceará, com a criação do PROURB que tinha como finalidade última a consolidação de uma estruturada parceria entre Governo do estado e Prefeituras Municipais como forma de capacitar o poder local para assumir de maneira mais “eficiente” seus

78 Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

próprios roteiros de administração e projetos e, por um lado, contribuir para o fortalecimento de uma nova cultura urbana, fundamentada na participação popular, utilizando o Plano Diretor como instrumento básico para isso. O Estado, neste caso, atuando mais como facilitador desse projeto de desenvolvimento, que deve ser alavancado, principalmente, pelo poder local.

De um lado, a descentralização configura-se como uma estratégia para desincumbir o Estado de sua responsabilidade de transferir recursos para o mercado, sob o mote privatista, e de reduzir de sua capacidade coercitiva sobre o capital. Compõem os pressupostos enfatizados nesse projeto: a modernização gerencial, tendo em vista a eficiência alocativa e a provisão dos serviços; e a despolitização da gestão pública. De outro lado, a descentralização é assumida como redistribuição ou difusão do poder político. Remete à democratização da gestão pública e à repolitização e revalorização da natureza política dos governos locais.

Portanto nessa nova forma descentralizada de governo, os governos locais contemporâneos ultrapassam o papel operativo e gerencial, de mero executor de uma estrutura pouco complexa de políticas locais produzidas por outras esferas de governo. Assumem novos papéis, pautados na produção de políticas, a partir de uma agenda mais complexa e ampliada. Podem assumir e privilegiar o papel estratégico, a partir da formulação de políticas voltadas para a eficiência econômica e do território, ou o papel de assegurar um determinado patamar de bem-estar social e endereçar suas intervenções à equidade, à redistribuição social e ao desenvolvimento local. Como é relatado no PDR do Maciço “A diretriz básica do programa voltava-se à capacitação dessas cidades pólo para absorver o crescimento urbano e, simultaneamente, viabilizar o desenvolvimento econômico-social, respeitados os aspectos de sustentabilidade ambiental requerida, consolidando uma nova cultura de gestão municipal no Estado do Ceará”.

Uma dimensão do desenvolvimento local muito especulada refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar o “governo local” e ela aparece como um resgate da ágora grega, posto que a forma democrática representativa seja insuficiente para dar conta da profunda separação entre governantes e governados na escala moderna. Essa separação aparece como vantajosa para os grandes grupos econômicos e grupos políticos que formam uma verdadeira oligarquia, mas é inteiramente daninha para o cidadão comum. Essa separação tampouco é dada: ela é produzida exatamente pelos grupos

citados, como uma forma da dominação e para evitar que a democracia seja, realmente, o governo de todos, lembrando aqui da formulação gramsciana da hegemonia, como controle de uma classe ou fração de classe sobre o restante da sociedade civil, efetuado através do aparelho do Estado.

3.4. Empreendedorismo urbano e sustentabilidade no processo de produção do espaço: o caso de Guaramiranga

Paralelamente, a política de desenvolvimento regional/territorial vem surgindo no plano das cidades per si um movimento de redefinição do papel e atuação dos governos locais, com ênfase dada ao desenvolvimento de vantagens comparativas e à busca de maior eficiência da gestão urbana, visando à integração competitiva no mercado global. Nessa perspectiva, destacam-se outros elementos característicos que aparecem como inovação: o governo assume um papel de catalisador/articulador de forças; privilegia-se a construção de espaços e mecanismos de cooperação privada e pública, assim como a formação de consensos em torno de projetos estratégicos; ganha relevância a utilização de práticas de gerenciamento empresarial na gestão local e do marketing urbano. Tal definição agrega contribuições de vários autores, cujas referências são processos que vêm ocorrendo em cidades americanas, européias e brasileiras a partir da década de 80. Dentre estes, ressaltam-se: Harvey (2005), quando discute o novo “empreendedorismo urbano”; Borja (1994) citado por Maricato (2002), quando trata do “protagonismo cidadão”; Arantes/ Maricato e Vainer (2002), em seu “A cidade do pensamento único”; Compans (2005), em seu, também, “Empreendedorismo urbano” entre outros.

Dentro desta perspectiva, em parte, se encontra a cidade de Guaramiranga pertencente à sub-região serrana do Maciço de Baturité (Figura 12). Destacamos, primeiramente, esta tendência quando analisamos o documento produzido em 1998 que continha o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Guaramiranga que na sua apresentação diz

(...) o Planejamento Estratégico é necessário ao pleno desenvolvimento sustentável daquele município, requerendo para isto o envolvimento de toda sua população. O presente plano está lastreado em pressupostos como: caráter suprapartidário, possuir uma gestão compartilhada entre os interessados, apresentando prazos factíveis a médio e longo prazo para sua efetivação, balizar a ação pró-desenvolvimentista em uma política que vise a preservação ambiental, com características de flexibilidade e engajamento responsável (...) (SEBRAE, 1998, p. 07).

Neste trecho podemos encontrar várias premissas dos novos paradigmas que comandam a gestão, atualmente, pois se fala em participação da população, em gestão

compartilhada, desenvolvimento e sustentabilidade ambiental e um caráter de flexibilidade e responsabilidade social. Tudo isto vem do atual cenário mundial de profundas transformações advindas da mudança do modelo de produção fordista, do advento da globalização financeira e da, relativa, perda de capacidade dos Estados nacionais regularem suas economias tem produzido uma insegurança quanto ao futuro das cidades. Desta forma, urbanistas, administradores públicos, empreendedores procuram viabilizar nas cidades a busca da “animação urbana”, sobre esta e o novo paradigma de gestão urbana nos diz Arantes (2002)

Animação que se expressa na convergência entre governantes, burocratas e urbanistas em torno de uma espécie de teorema-padrão: que as cidades só se tornaram protagonistas privilegiadas, como a Idade da Informação lhes promete, se, e somente se, forem devidamente dotadas de um Plano Estratégico capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização (sempre na língua geral dos prospectos), e isto a cada oportunidade (ainda na língua dos negócios) de renovação urbana que porventura se apresente na forma de uma possível vantagem comparativa a ser criada (ARANTES, 2002, p. 13).

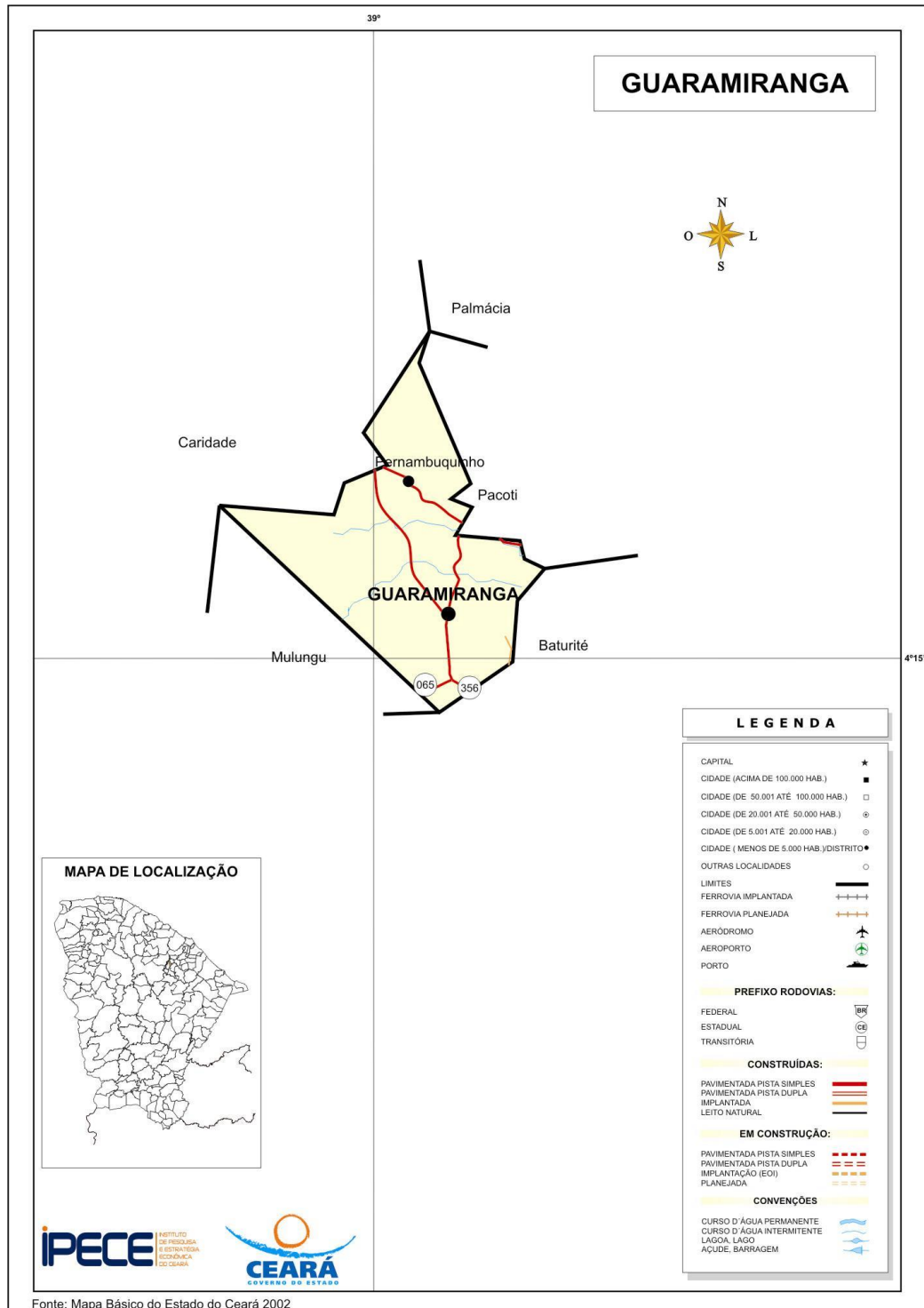


Figura 12 - Mapa de Guaramiranga
 FONTE: IPECE/2007

Neste contexto Guaramiranga se destaca das demais cidades do Maciço de Baturité por seu processo de urbanização atrelado as funções do turismo e lazer, destacando a presença de um turismo de veraneio “sazonal” que tem como principais atores uma camada abastarda da sociedade fortalezense que nos finais de semana foge da vida conturbada da

metrópole para o encontro com a natureza. Guaramiranga torna-se assim um território do espetáculo que para Rocha (2006) são

(...) os espaços criados pelo modo de produção existente, com exibição do luxo, requinte, do consumo das mercadorias (coisas, divertimentos, lazer etc.), levando à espetaculosidade da vida e simultaneamente à reconversão da forma da mercadoria na forma dinheiro, portanto, à valorização de capital (ROCHA, 2006, p. 16).

Cabe lembrar que a economia urbana é a da formação e das transformações do sistema produtivo instalado nas cidades, que é inseparável do sistema produtivo das regiões em que as cidades se encontram. Compreende o aspecto técnico e o aspecto social da organização da produção, isto é, é um problema de relações sociais e de relações técnicas de produção, que se realizam, concomitantemente, nas esferas da produção formal e da informal.

Assim, para os novos ideólogos desse novo paradigma de gestão empresarial, no panorama das cidades brasileiras de médio e de grande porte há problemas fundamentais de fortalecimento do sistema produtivo e de valorização social, que são muito mais complexos e abrangentes que os aspectos mais imediatos de criar postos de trabalho e de alcançar melhores condições aparentes de vida. Trata-se, melhor, da capacidade de acumular e de criar postos de trabalho, que dependem do desenvolvimento de novos termos no relacionamento da esfera pública e da privada. Isso se dar pela venda da cidade.

Para essa venda deve-se produzir uma cidade preocupada com sua imagem, cria-se assim um simulacro para o consumo desta mercadoria, fato constatado na preocupação, principal, da prefeitura com um único instrumento do seu plano diretor que era o código de obras e posturas, com o fim de melhorar a estética da cidade. Esquecendo ou deixando para segundo plano questões como saneamento ambiental e moradia. Sobre isso Rocha (Op. Cit.) afirma

(...) ao mesmo tempo em que o requinte, o luxo, a beleza plástica [cênica] e as luzes [ler-se clima e paisagem] são artifícios para tornar as mercadorias aprazíveis e desejáveis, os produtos precisam ser adornados e carregados de valores e emoções para provocarem o imaginário das pessoas (Idem, p. 18).

Podemos ver isso em alguns trechos de artigos de jornais, como os do jornalista Egídio Serpa, que mostram o processo de venda da cidade e suas conseqüências

Casa na serra: o sonho está próximo: Os que alimentam o sonho de possuir casa ou apartamento na Serra de Guaramiranga têm agora uma chance: a Construtora Colméia construirá ali, no Sítio Abreu, o Condomínio Reserva da Serra, que terá 49 casas, 33 apartamentos e um 'club house' com um restaurante e uma loja de conveniência. A Licença de Instalação do empreendimento, emitida pela Semace no dia 19 de novembro de 2006, no final do Governo Lúcio Alcântara, venceu em dezembro passado, mas deverá ser renovada pela Câmara Técnica criada pela Semace, exclusivamente, para examinar os projetos imobiliários naquela bela região.

A área do projeto da Colméia é de 70,8 hectares, dos quais apenas 2% serão ocupados pelas edificações. A propósito: porque feriam a legislação ambiental, vários projetos imobiliários na Serra de Guaramiranga foram rejeitados pela Semace, em nome do verde (DIÁRIO DO NORDESTE, 14/02/2008).

Está na minha coluna de hoje, 07, no Caderno Negócios do *Diário do Nordeste*. “O melhor dos negócios é o auto-sustentável — ou ambientalmente correto. Na Serra de Guaramiranga, um pedaço de mata atlântica que resiste à ação predadora do homem, os maus negócios invadiram o verde e estão derrubando a floresta. Constroem-se, ao arpejo da Lei e sem qualquer ação inibidora da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), vários condomínios residenciais, um dos quais, entre Guaramiranga e Forquilha, está a levantar um muro de pedra — que esconderá o empreendimento da visão de curiosos e de amantes da natureza — e uma estrada de acesso. Entre Guaramiranga e Baturité, outro acinte: com trator, derrubaram-se várias árvores para a abertura de um acesso rodoviário que ziguezagueia a montanha até chegar, centenas de metros acima, ao local onde se erguerá mais uma residência de um novo rico fortalezense. No carnaval, a SEMACE, que exibiu em Guaramiranga sua frota de novas caminhonetes, nada fez para impedir que desordeiros oriundos de Fortaleza, ricos ou não, agredissem a natureza com dezenas de colunas de som móveis. Esses equipamentos, ligados a todo volume e tocando o pior dos trios elétricos e das falsas bandas de forró, espantaram pássaros e assustaram animais domésticos. Um crime ambiental! Por clara omissão, pelo menos o diretor da SEMACE em Guaramiranga deveria ser demitido (DIÁRIO DO NORDESTE, 05/02/2008) (Figura 13).



Figura 13 – Foto de Placa da SEMACE/Guaramiranga
FONTE: Alexandre Sabino/2007

Tudo está relacionado ao consumo como, por exemplo, o modo de produção e de circulação dos bens, os padrões de desigualdade no acesso aos bens materiais e simbólicos, a maneira como se estruturaram as instituições da vida cotidiana (como a família, o lazer, os ambientes urbanos etc.). Nossa sociedade cultural de consumo constantemente cria novos espaços para os consumidores, tornando o consumo um sistema global que molda as relações dos indivíduos na atualidade e é reconfigurada por tecnologias variáveis que determinam os padrões de consumo.

No plano espacial, a falência de políticas regionais tem conduzido ao aumento de políticas públicas no nível local. A ausência de plantas industriais em paralelo a proletarianização progressiva do campo, justificado pela tecnologia tem convertido investimentos em áreas seletivas com potencial turístico e comercial.

É da consciência dos estudiosos das ciências econômico-sociais que a reestruturação econômica e a movimentação global do capital aceleraram através de cadeias e redes um sistema urbano economicamente articulado em larga escala, numa dinâmica vertical. Onde os interesses de grupos externos redirecionam e drenam as energias internas de uma sociedade, país, região, e qualquer fragmento sócio-espacial. Isso está associado a um processo de descentralização progressiva no nível político-administrativo, coerente ao modelo neoliberal assentado. Isso tem como desdobramento uma exigência de especialização crescente da mão-de-obra, o aumento do consumo e um rearranjo funcional dos espaços, decorrente da busca de geração de renda, de forma indistinta espacialmente, em virtude de uma elevação exponencial do desemprego. No caso no município de Guarimiranga, vemos uma especulação imobiliária unida a uma falência da agricultura, onde agricultores, no município, estão ficando cada vez mais escassos. Um hectare de terra é vendido a R\$ 60 mil e, neste período da economia do País, poucos resistem. Trata-se de um valor muito alto para os padrões locais. Há muitos agricultores que estão virando, inclusive, corretores de imóveis.

3.4.1. Planejamento estratégico urbano e urbanização turística

Em meio aos modelos de planejamento que concorrem para ocupar o lugar deixado vazio pela derrocada do padrão tecnocrático, centralizado, autoritário, está o do chamado planejamento estratégico. O modelo vem sendo difundido no Brasil e na América Latina pela ação combinada de diferentes agências multilaterais, o Banco Mundial, a Agência Habitat, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Programa de Gestão Urbana – PGU, que é um programa integrado por várias agências - Banco Mundial, PNUD, BID e Habitat. Além destas agências, e das agências de cooperação dos países centrais, temos também consultores internacionais – que, no Brasil e na América Latina, são predominantes espanhóis, e mais especificamente, catalães -, cujo agressivo marketing aciona de maneira sistemática o sucesso de Barcelona. No caso do Ceará existe um grupo de consultores de Israel que vêm subsidiando intelectualmente os programas de (re)regionalização e interiorização do desenvolvimento e combate a pobreza. Existe, portanto,

uma redução da questão social à questão da pobreza e a conseqüente transformação da política social em políticas de combate – ou de “alívio”, como preferem muitos documentos do Banco Mundial, sendo que em Guaramiranga já encontramos o surgimento de favelas, o aumento da violência e a exclusão de famílias nativas que são problemas que apareceram com a ocupação desenfreada do município por empreendimentos, principalmente, imobiliários.

Tradicionalmente, sabemos que as aglomerações urbanas surgiram e cresceram em torno da acumulação do excedente agrícola, do comércio, e mais tarde, da produção de bens manufaturados. Por seu turno, as cidades turísticas dedicam-se quase exclusivamente ao consumo, e mais precisamente ao consumo de artigos e serviços de diversão, prazer, relaxamento e recreação, e não ao consumo de necessidades básicas como moradia, serviços de saúde, abastecimento alimentar, educação etc.. Tal especificidade irá se verificar nitidamente no uso do solo e se espacializar na morfologia urbana da cidade de Guaramiranga.

Desta forma encontramos um planejamento urbano que se volta para a produção do lugar turístico e é neste lugar que o fenômeno do turismo se materializa e sobrepõe suas formas fixas: atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos (meios de hospedagem, serviços de alimentação, agentes receptivos, guias de turismo, locais e instalações para entretenimentos, etc.) e infra-estrutura de apoio (serviços de comunicações, transportes, segurança, etc.). É o lócus da produção e do consumo do produto turístico, que, pelas peculiaridades dessa atividade, em alguns momentos ocorrem simultaneamente. Deve-se atentar para o fato da cidade de Guaramiranga está localizada em uma área de proteção ambiental.

Sobre a relação deste modelo de planejamento das cidades com a perspectiva da associação de desenvolvimento e sustentabilidade Acselrad (2001) nos explica como a mesma se dá

(...) A associação da noção de sustentabilidade com o debate sobre o desenvolvimento das cidades tem origem nas rearticulações políticas pelas quais certo número de atores envolvidos na produção do espaço urbano procuram dar legitimidade às suas perspectivas, evidenciando a compatibilidade das mesmas com os propósitos de dar durabilidade ao desenvolvimento, em acordo com os princípios da Agenda 21, resultante da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. [...] Não podemos deixar de associar também o recurso à noção de sustentabilidade urbana a estratégia de efetivação da metáfora cidade-empresa, que projetam na “cidade sustentável” alguns dos supostos atributos de atratividade de investimentos, no contexto da competição global. Conduzir as cidades para

um futuro sustentável significa nesse caso “promover a produtividade no uso dos recursos ambientais e fortalecer as vantagens competitivas” (DURAZO, 1997: 51 apud ACSELRAD, 2001, pp. 36-37).

Podemos encontrar esse tipo de pensamento no discurso de alguns dos principais produtores do espaço de Guaramiranga, como secretários de prefeitura, membros da ADR, entre outros, vejamos um trecho do documento do Plano Diretor da cidade sobre a política ambiental

CAPÍTULO: DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

A política ambiental para o Município de Guaramiranga tem por pressuposto o meio ambiente ecologicamente equilibrado e uma qualidade de vida saudável como direitos inalienáveis do cidadão, impondo-se ao Poder Público e à comunidade o dever de defender e preservar o meio ambiente para o benefício das presentes e futuras gerações. A política do meio ambiente de Guaramiranga será executada com base nos seguintes princípios: participação; cidadania; desenvolvimento sustentável; conservação dos ecossistemas e da biodiversidade; responsabilidade objetiva; precaução; elaboração de Agenda 21, como programa de atividades para o desenvolvimento sustentável; poluidor-pagador (PREFEITURA DE GUARAMIRANGA, 2006).

Assim a materialidade da cidade é politicamente construída, sendo suas modalidades de reprodução vistas também como dependentes das condições que legitimam seus pressupostos políticos. A idéia de sustentabilidade é assim aplicada às condições de reprodução da legitimidade das políticas urbanas. Encontramos então na cidade um projeto de viabilidade política do crescimento urbano atrelado a atividade turística, ou seja, a procura de legitimação das condições de construção política da base material da cidade como mercadoria.

Antes de falarmos da cidade mercadoria é interessante que tracemos alguns comentários sobre essa categoria de compreensão e elemento fundante que é a mercadoria. A mercadoria além de aparecer como um bem necessário à satisfação de necessidades, também aparece como uma necessidade para o consumo. A mercadoria tem de ser vista não apenas em sua versão original caracterizada pelo seu valor de uso, mas também naquilo em que se transmutou ao incorporar o lucro no seu valor de troca. Para o consumidor permanece mercadoria, mesmo não sendo o que era antes. Marx havia percebido esse duplo caráter da mercadoria, onde as mercadorias são elementos da produção capitalista e são seus produtos, sendo a forma sob a qual reaparece o capital ao fim do processo de produção.

Gostaríamos de destacar o papel histórico da chamada Lei das Terras (1850), que causou o maior impacto sobre a ordenação das ruas e casarios distingue, pela primeira vez, solo público e solo privado (lotes, alinhamentos, calçadas e ruas).

Embaladas pelo desenvolvimento do mundo da mercadoria, e pelo correlato processo de mercantilização do espaço que se amplia com a propalada globalização econômica para a realização do capitalismo as cidades passam para o hall das mercadorias mais cobiçadas, sendo que o espaço das cidades se realiza agora enquanto mercadoria.

Vender as cidades como mercadoria, ou, mais propriamente, a sua imagem, suas características peculiares e seus atributos como atrativos locacionais, constitui uma das bases da atuação empreendedorista dos governos locais, conformada nos moldes empresariais.

A existência de um mercado de cidades, como um fenômeno recente, mostra a importância cada vez maior do espaço no capitalismo – a orientação estratégica para a conquista do espaço, que agora alcança cidades como um todo, postas em circulação num mercado mundial – evidencia a produção global do espaço social.

Desta forma, podemos encontrar entre os objetivos para o desenvolvimento das cidades do Maciço de Baturité a sua produção como mercadoria. Prefeituras preocupadas em obras que realcem a estética das cidades, embelezamento, preocupação com patrimônio histórico-natural entre outras.

Constatou-se a criação ou inovação cultural - culturalismo de mercado (ARANTES, 2002), e discursos ambientais em cidades como Guaramiranga, como forma de acumulação de “rendas monopolistas”, e a busca de ressuscitar ou/e inventar tradições locais com o desejo de se particularizar, diferenciar etc. A construção de um “capital simbólico coletivo” sobre marcos especiais de distinção da região como promoção de sua venda como mercadoria. Tendo como destaque os grandes eventos que se realizam em Guaramiranga: Festival de Vinhos (novembro); Festival Nordestino de Teatro (setembro); Festival de Jazz e Blues em Guaramiranga (carnaval); Gastronomia na Serra (novembro); Encontro Ecologia e Espiritualidade entre outros. Existe todo um marketing na produção da cidade mercadoria, sendo este encontrado em divulgações de eventos como podemos ver neste folder de divulgação da cidade da Prefeitura de Guaramiranga, no qual a cidade se mostra como espetáculo, divulgando tanto suas amenidades naturais como suas “iscas culturais”.

Esse material publicitário representa a sociedade-cultura de consumo pós-moderna que está associada à complexidade humana, ou seja, envolve seus valores, desejos, hábitos, gostos e necessidades numa escala extremamente intensificada. No contexto pós-moderno, a estetização da vida cotidiana e o triunfo do signo retratam a subordinação da produção ao consumo sob a forma de marketing, com uma ascensão cada vez maior do conceito de produto, do design e da publicidade (Figura 14).

Guaramiranga

O QUE CONHECER:

- Biblioteca Municipal Rui Barbosa - Sede
- Cachoeiras - 8km (sentido Baturité)
- Campo da Batalha (Trilha Ecológica)
- Igreja de Nossa Senhora de Lourdes (Gruta) - Sede
- Igreja Nossa Senhora da Conceição (Matriz) - Sede
- Mirante da Linha da Serra - 11Km
- Parque das Trilhas Esportes Radicais - Sede
- Pesqueiro Guaramiranga - Sede
- Pico Alto (1.115m de altitude) - 13Km
- Teatro Rachel de Queiroz - Sede
- Trilha do Remanso Hotel de Serra - 7Km

**MANTENHA A CIDADE LIMPA.
NÃO JOGUE LIXO NAS RUAS.**

**ESSA É UMA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.
PRESERVE O MEIO AMBIENTE.
NÃO AGRIDA A NATUREZA.**

Guaramiranga
Nossa vida, nossa gente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRANGA
Rua Joaquim Alves Nogueira, 409 - Centro
Fone/Fax (85) 3321.1130

SECRETARIA DE TURISMO
Fone (85) 3321.1205
www.guaramiranga.ce.gov.br

Um Festival de Cidade

Guaramiranga
Nossa vida, nossa gente.

www.guaramiranga.ce.gov.br

Bem-vindo à cidade da arte, das flores, da poesia.. Esperamos você de braços abertos.

ONDE SE HOSPEDAR:

Camping - (85) 3321.1403
 Chácara dos Cedros - (85) 3321.1117/3219.5478
 Chalé das Montanhas* - (85) 3321.1150/3246.1165
 Chalé do Arnaldo - (85) 3321.1221
 Chalé do Tutuka - (85) 3321.1132
 Chalé Girassol - (85) 9987.3584
 Chalés Alto da Serra* - (85) 3321.1403/3272.1912
 Chalés Sítio Cana Brava - (85) 9603.8132
 Gruta Pousada dos Capuchinhos* - (85) 3321.1112

ONDE COMER:

Café com Flores - (85) 8899.9546/3321.1581
 Delicatessen Deli Guaramiranga - (85) 9613.4341/3321.1287
 Hofbräuhaus - (85) 3321.1196
 Lanhonete Que Delícia - (85) 8839.9884
 Pizzaria Bariloche - (85) 8826.3241
 Restaurante Chalé das Montanhas - (85) 3321.1150/3246.1165
 Restaurante Churrasco e Arte - (85) 8879.9506/8879.1615
 Restaurante Comida Caseira - (85) 3321.1162
 Restaurante Confraria - (85) 3321.1316/9925.5767
 Restaurante Dona Alice - (85) 9988.7775
 Restaurante Guará Lanches - (85) 8885.0037
 Restaurante Taberna Portuguesa - (85) 3321.1218/9619.1375
 Restaurante Toca da Tia Maria - (85) 9146.0302/3321.1194
 Restaurante Tramonto - (85) 8838.3319
 Restaurante Vila Lautrec - (85) 3321.1415

*Módulo de hospedagem c/ serviço de alimentação.

Festival de Vinhos - NOVEMBRO
Festival de Gastronomia - OUTUBRO
Festival Nordestino de Teatro - SETEMBRO
Festival de Folclore - AGOSTO
Guaramiranga 18° - JULHO
Festival de Jazz & Blues - FEVEREIRO

Figura 14 – Folder promocional da Prefeitura de Guaramiranga
 FONTE: Secretaria de Turismo de Guaramiranga

Cabe destacar o papel da globalização neste contexto que é o de um processo de unificação de mercados e financeirização, e talvez em primeiro lugar, a constituição de um espaço unificado de circulação e imposição de idéias, modelos e padrões, modos de vida, visões de mundo, e, dentro disso, padrões de gestão e organização da administração pública, construção de um único imaginário e um único ideal, inclusive de cidades, inclusive de planejamento de cidade, inclusive de governo da cidade. Sendo que as cidades passam a ter novos papéis, e mudanças na sua gestão são percebidas sob o mote da globalização, que conflui no modelo influente de gestão urbana de cunho empresarial e competitivo. Esta perspectiva afina-se com a formulação de estado empresário, que concebe o Estado como uma empresa que promove concorrência entre os serviços públicos, considera os cidadãos como consumidores e descentraliza o poder segundo mecanismos de mercado em vez de burocráticos.

Essa estratégia global encontra na construção da cidade-mercadoria uma nova dinâmica para a reprodução do capitalismo que, sob a égide do poder político dos governos

locais, perfila-se através dos processos de reestruturação urbana (como exigência da economia competitiva) e através da construção de imagem para vendê-la.

Existe, também, uma ação pública da cidade empresa que tem um objetivo primordial, que é o da valorização dos capitais localizados em dados territórios, operando assim uma fusão entre as noções de “interesse público” e de “interesse privado”. O produto da cidade empresa é tudo aquilo que obtém valor de troca no mercado, no caso Guaramiranga, por exemplo, temos as atividades culturais – exógenas – e a natureza.

Em nosso país, a análise urbana tem sido prejudicada por um viés mecanicista, que tende a obstruir a historicidade da produção social de cidades e a ignorar os modos de relacionamento entre capital e trabalho que estão no subsolo das formas de urbanismo. Esse vício da análise urbana resulta em parte no apego à análise de aspectos formais e departamentalizados da questão urbana; e em parte, na subordinação da análise urbana aos objetivos instrumentais do poder público e das empresas. A perda de visão de totalidade é um retrocesso da análise urbana que, em sua maior parte, tornou-se uma análise factual e descritiva, que se volta mais para situações e para problemas específicos, que para processos.

Vainer versando sobre o processo histórico diz:

É um lugar-comum afirmar que estamos vivendo ou atravessando um momento histórico. A recusa deste lugar-comum não nos deve impedir, porém, de reconhecer a utilidade de se construir uma perspectiva histórica acerca desse momento, isto é, de se produzir uma consciência histórica sobre o lugar e o significado de nossas palavras, nossos gestos, nossas lutas contemporâneas. Esse exercício de contextualização histórica poderá nos ajudar a lutar de forma mais lúcida e, certamente, com mais ânimo. Quando tantos afirmam que a história acabou, isto é, que não há mais futuro, mas apenas um presente que se prolonga e reproduz tal e qual, para sempre, a perspectiva histórica parece ser indispensável antídoto à desesperança, à descrença e, por que não dizê-lo, ao cinismo e à capitulação (VAINER, 2003, p.26-27).

Sobre esse processo histórico podemos dizer que o mesmo se dar, acima de tudo, no espaço, pois o mesmo se encontra em evolução permanente. Tal evolução resulta da ação de fatores externos e internos. Uma estrada, a chegada de novos capitais – no nosso caso o das atividades turísticas, principalmente, ou a imposição de novas regras – planos diretores, preços, impostos, leis etc., levam a mudanças espaciais, do mesmo modo que a evolução normal das próprias estruturas, isto é, evolução interna, conduz igualmente a uma evolução. Num caso como no outro o movimento de mudança se deve a modificação nos modos de produção concretos e suas relações de produção correlatas.

A expropriação e a acumulação de capital, por exemplo, realizam-se através de mecanismos territoriais (políticas públicas, incorporações, especulação), como a concentração ou difusão populacional ou de atividades industriais, ou no caso de atividades do terciário ligadas ao turismo. Pensando com Lefebvre essas atividades capitalistas sobrevivem, principalmente, mediante a produção do espaço.

Retornando a questão da competição tão badalada entre os novos planejadores urbanos, Harvey (2003) afirma que o comportamento competitivo entre as cidades gera também um estado de perpétuo movimento e de instabilidade crônica na distribuição espacial de atividades capitalista, na medida em que os capitalistas buscam localizações superiores. A paisagem geográfica da produção, da troca, da distribuição e do consumo capitalistas nunca está em equilíbrio. Isto contraria as previsões dos ideólogos do desenvolvimento local e regional. Fundamentado numa lógica de expansão territorial, o capital continua produzindo diversidades regionais, seja no centro, seja na periferia do capitalismo, o que comprova a continuidade de um modelo excludente e geograficamente desigual.

Disto podemos lembrar-nos das vantagens de localização para os empreendedores na atividade turística no Maciço de Baturité, a aproximadamente 100 km de fortaleza, que investem seu capital excedente na região onde as oportunidades de lucro ainda não foram exauridas completamente. Tomando o pensamento de Harvey, novamente, lembramos que por meio da expansão geográfica e da reorganização espacial o sistema consegue obter oportunidades lucrativas e assim fugir das crises de sobreacumulação, isso é claro do lado econômico e em oposição ao social e político. Como a expansão geográfica com frequência envolve investimento em infra-estruturas físicas e sociais de longa duração (por exemplo, em redes de transporte e comunicação, bem como educação e pesquisa), a produção e a reconfiguração das relações espaciais oferecem um forte meio de atenuar, se não resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo.

Em decorrência da própria natureza do capitalismo, toda organização territorial produzida sob a égide desse sistema se destaca como uma estrutura hierárquica de níveis diferentes de produtividade. O desenvolvimento geograficamente desigual é uma parte essencial da espacialidade capitalista, sendo característica de fundamental importância para o crescimento de suas taxas de acumulação.

No Ceará, podemos destacar como grandes investimentos subsidiadores da expansão do capital, que estão muito próximos de se concretizarem projetos estruturais importantes, como a siderúrgica e o processo de exploração mineral em Itaitaia, que modificarão bastante o perfil econômico do Estado. Os projetos regionais da rodovia Transnordestina e a transposição do Rio São Francisco que seriam determinantes para a consolidação dessa nova base produtiva, econômica e social do Ceará, o que também pode acontecer num futuro não muito distante. Ainda temos em termos de importância a construção do açude Castanhão, do Porto do Pecém e dos projetos agrícolas no baixo e médio Jaguaribe, para a interiorização do desenvolvimento no Estado, sendo reflexo dessa expansão geográfica e reorganização espacial no Ceará.

3.4.2. Guaramiranga e sua produção do espaço: entre o turismo de massa e o veraneio

A cidade de Guaramiranga vive um momento em que a produção de seu espaço materializa a atual forma de urbanização e produção dos lugares turísticos engendradas pelo modo de produção capitalista, seleciona os lugares para aferir maiores lucros com a produção e venda do espaço como mercadoria, lugares com características especiais, ou tornadas especiais, as chamadas amenidades de Guaramiranga passam a ser comercializadas no mercado de cidades em busca das já citadas “rendas monopolistas” (HARVEY, 2005).

Nesta perspectiva, encontramos a atividade do turismo em Guaramiranga, atividade esta pertencente ao setor terciário que engloba várias outras atividades destacando-se os serviços e comércio. Sobre o papel deste setor e sua relação com o turismo nos diz Rocha (2006)

O terciário abrange uma infinidade de atividades, como transporte, circulação, distribuição, telefonia, telecomunicações, saúde, educação, comércio, energia, abastecimento de água, turismo e lazer e seus equipamentos (hotéis, pousadas, restaurantes, lanchonetes, danceterias, parques, zoológicos, bibliotecas, livrarias, dentre outros). As atividades terciárias emergem como mecanismos de indireta valorização do capital, como escreve Coriolano (2004, p. 233) “Os padrões de concorrência internacional acentuam a importância dos serviços, com as inovações tecnológicas e os investimentos como FONTE de sustentação das economias nacionais” (ROCHA, 2006, p. 28).

Quanto à capacidade de Guaramiranga oferecer alguns destes itens citados como básicos para o turismo, ainda é uma realidade distante, como pôde ser visto anteriormente o oferecimento destes serviços com o padrão de qualidade ideal, principalmente, os ditos serviços públicos - transporte, abastecimento de água e saneamento ambiental, telefonia e energia para citar os principais, ainda é precário. Mesmo assim, a cidade a cada dia recebe

mais turistas e veranistas que a consideram uma paraíso perdido, e o melhor, próximo da capital.

Guaramiranga, em um passado próximo, limitava-se a ser apenas uma estância com um clima ameno, povoada por chácaras pertencentes a habitantes de Fortaleza, utilizadas como lazer para finais de semana, e com uma economia voltada apenas para a agricultura de subsistência. Todavia, a beleza natural da serra e sua associação a eventos culturais, como também o alto padrão dos veranistas e proprietários de imóveis contribuíram para um aumento da procura do lugar e posterior valorização, com uma melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pelo município para certo grupo social, pois a maioria da população ainda convive com condições insalubres de vida. Tudo isso contribuiu para a ampliação do “desenvolvimento” econômico local, com certo aumento da demanda de trabalho propalado pelo governo e uma melhoria das condições de mobilidade de parte de sua população, como também o surgimento de novos produtos e serviços, geralmente alheios aos costumes locais. Por outro lado, percebe-se o aumento gradual da degradação da natureza e da segregação sócio-espacial no município (Figura 15).

Sobre a produção do espaço para o turismo como mercadoria e a criação de lugares homogêneos para realização do valor do capital, como condomínios fechados, áreas de preservação ambiental, teatros, restaurantes internacionais etc. encontrados em Guaramiranga, Carlos (2001) comenta, de forma magistral

Numa sociedade fundada sobre a troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido enquanto mercadoria, liga-se, cada vez mais às necessidades da acumulação. Por sua vez, as relações de produção que engendram as atividades de repartição e de consumo, se realizam sob a égide de liberdade e igualdade, sob a lei do reproduzível, do repetitivo, anulando as diferenças no espaço e no tempo, destruindo a natureza e o tempo social. Essa idéia está na origem da discussão dos espaços turísticos e de lazer produzidos a partir de estratégias da reprodução, num determinado momento da história do capitalismo que se estende cada vez mais ao espaço global, criando novos setores de atividades, dentre elas o turismo, como extensão das atividades produtivas. O turismo representa a conquista de uma importante parcela do espaço que se transforma em mercadoria (e que entra no circuito da troca), como é o caso das praias, montanhas e rios, tornando-se um novo e rentável ramo da atividade produtiva, sob esta determinação. E nesse sentido os lugares passam a ter existência real através da sua trocabilidade, através da atividade dos promotores imobiliários que se servem do espaço como meio voltado à realização da reprodução (CARLOS, 2001, p. 66).



Figura 15 – Fotos Guaramiranga
FOTO: Alexandre Sabino

Conhecida como a Cidade das flores ou a Suíça Cearense, devido à natureza vivaz e ao clima serrano, Guaramiranga abriga 0,1% de mata Atlântica ainda existente no Ceará, transformada em Área de Proteção Ambiental. Daí termos a natureza como uma das mercadorias procuradas para o consumo, sendo que a normatização do espaço via regulamentação de unidade de conservação umas das ferramentas de homogeneização de áreas com esses tipos de atributos (CARLOS, 2001). Na produção do espaço da cidade existe uma tendência em criar espaços com o objetivo de atrair, seduzir os visitantes no primeiro instante. Assim, esse espaço é produzido como imagens que causam sensações prazerosas, com as belas paisagens e o encantamento de poder estar de bem com a vida a partir do consumo desta mercadoria cada vez mais rara que é o espaço. Sobre este processo, Alfredo (2001) comenta

A apropriação privada dos meios naturais inunda de objetos a sociedade – principalmente após o fordismo – que tem assim a possibilidade de satisfazer suas necessidades nestes produtos. O acesso do homem à natureza é imposto pela lógica do mercado e isto traz conseqüências. [...] Aqui tento mostrar que a segunda natureza aparece, assim, não apenas como definição de uma nova existência social. O acesso da sociedade à natureza através da mediação do dinheiro é também o

estabelecimento de novas crenças (trabalho, dinheiro, mercadoria). [...] Esta produção alienada é a própria destruição da natureza que sob esta lógica ganha condição de recursos naturais. Produzir alienadamente e em grande escala – o reino da mercadoria – é assim a segregação da sociedade à natureza, que torna-se rara (ALFREDO, 2001, p.141).

Sobre o desenvolvimento da atividade turística na cidade e seu papel no desenvolvimento da cidade, podemos constatar a preocupação deste município com essa atividade. Em diagnóstico feito para o Plano Estratégico de Desenvolvimento do município realizado em 1997 já se colocava o turismo ao lado das atividades agrícolas – hortifrutigranjeiros – como a principal para alavancar o desenvolvimento da cidade. O referido diagnóstico alencou as potencialidades do município que seriam: presença de cachoeiras e barragens; existência de fontes de água mineral; local do segundo pico mais alto do Estado do Ceará; clima agradável; 75% de cobertura vegetal; existência de pássaros que estão em extinção no estado; localização da nascente do Rio Pacoti; trilhas ecológicas naturais, como também a localização de entidades ONG's e Organizações promotoras do desenvolvimento cultural; ocorrência de eventos de pequeno, médio e grande porte (Festival de Jazz e Blues, Festival Nordestino de Teatro, Festival de Vinhos, Arte em Flor, festival de Quadrilhas etc.); possuir teatros, bibliotecas, ginásios, campos e quadras de esporte; presença de grupos artísticos, folclóricos atuantes; várias modalidades do artesanato (cesteira, tapeçaria, desidratação de flores, licores, doces etc.) entre outras (SEBRAE). Um verdadeiro inventariamento das possíveis mercadorias, sendo, em 1998, os principais segmentos do produto turístico da cidade os setores de eventos e negócios.

A criação de uma gama de eventos na cidade – iscas culturais - e paralelamente a produção de um espaço homogêneo - com obras de requalificação urbana (Figura 16), para a realização destes, como também voltando ao tema da repetitividade na criação do novo espaço urbano (CARLOS, Op. cit.) e sua ligação como o planejamento de cunho estratégico, nos fala Arantes (2002)

(...) é necessário não perder de vista a presença contínua da isca cultural. Uma auto-referência talvez ajude a esclarecer o meu ponto – na verdade, trata-se de um registro aparentemente óbvio, feito por mim há alguns anos atrás, mais ou menos nos seguintes termos: quando, nos dias de hoje, se fala de cidade (pensando estar “fazendo cidade”...), fala-se cada vez menos em racionalidade, funcionalidade, zoneamento, plano diretor etc., e cada vez mais em requalificação, mas em termos tais que a ênfase deixa de estar predominantemente na ordem técnica do Plano – como queriam os modernos – para cair no vasto domínio passe-partout do assim chamado “cultural” e sua imensa gama de produtos derivados (ARANTES, 2002, p. 15).



Figura 16 – Foto de uma placa de publicidade de obra de requalificação urbana do Governo do Estado
FOTO: Alexandre Sabino Julho/2008

Apesar dos discursos que falam sobre a evolução do turismo na cidade, analisando-se os números da SETUR no período de 2002 a 2005 a cidade manteve-se em um patamar estável quanto ao número de turistas que a visitaram neste período: 15.342 (2002); 16.206 (2003); 8.373 (2004) e 14.326 (2005). Número expressivo para uma população que em 1998 tinha 5.293 habitantes e passa a ter, segundo estimativas, 6.025 habitantes (IBGE). Já a região ou Pólo Turístico de Baturité nos períodos de janeiro/dezembro de 2005 e janeiro/dezembro de 2006 foi o quarto colocado no tocante a movimentação turística incluindo fluxos de origem nacional, internacional e intraestadual, ficando atrás dos Pólos turísticos do Litoral Leste, Litoral Oeste e Ibiapaba, ganhando apenas dos Pólos Turísticos de Araripe/Cariri e Sertão Central (SETUR).

Analisando o arranjo espacial de Guaramiranga e seu desenho urbano, a cidade apresenta um desenho urbano linear ao longo da CE-356. Está localizada em um pequeno vale nas encostas do Maciço de Baturité em um dos pontos mais altos do Estado. A função residencial predomina na cidade, com tipologias de construções térreas, baixas densidades, na faixa de transição do centro urbano o parcelamento tende a lotes maiores, assemelhando-se a sítios. A atividade comercial é rudimentar, principalmente aquelas voltadas para a

alimentação. Não existem casas comerciais do tipo atacadista para suprir a demanda da população. Toda a demanda de comércio, serviços e equipamentos mais especializados é suprida por Pacoti e Baturité. Tudo isto dificulta um turismo do tipo de massa na cidade, isto sem contar que a mesma se encontra, totalmente, inserida na Área de Proteção Ambiental de Baturité (Figura 17).

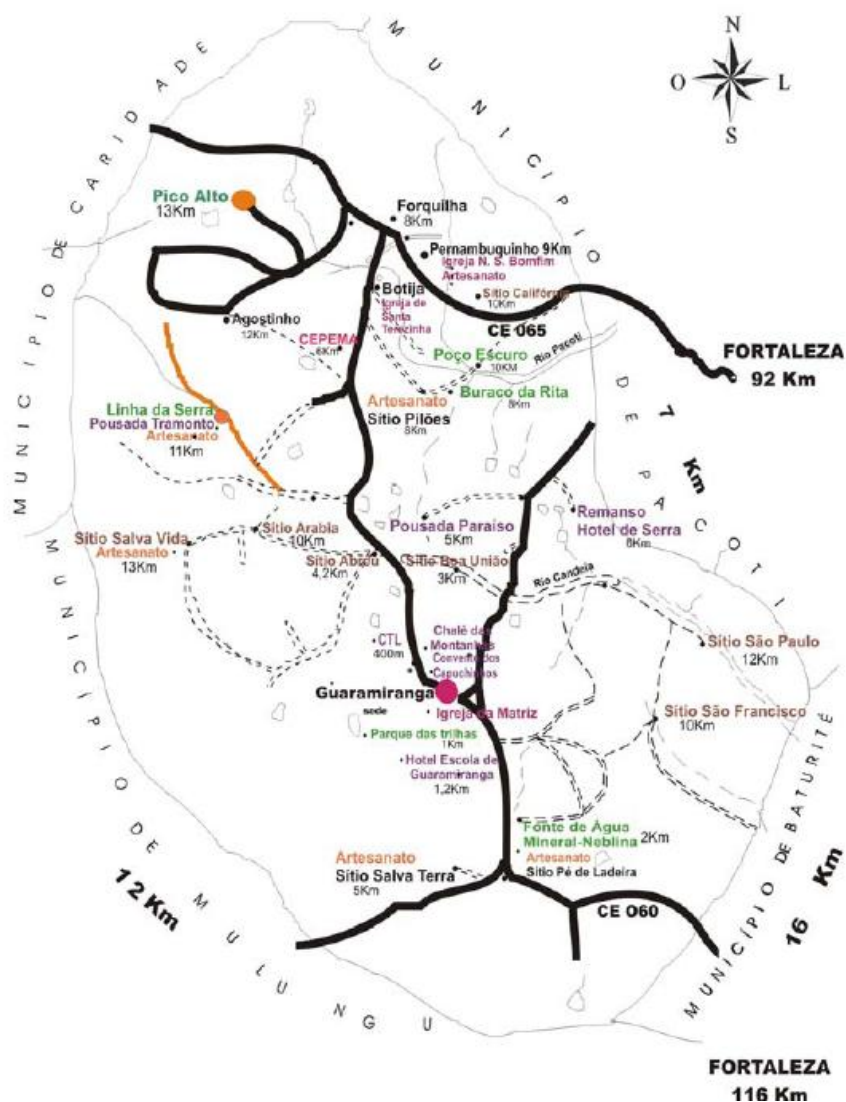


Figura 17 – Croqui Turístico de Guaramiranga
 FONTE: Secretaria de Cultura e Turismo de Guaramiranga

Guaramiranga é dominada por sítios, pequenos núcleos comunitários e fazendas. Os sítiantes que escolheram a serra como local de segunda moradia, muitas vezes, são responsáveis pela conservação da floresta, pois não aceitam, em sua maioria, as atividades da agricultura. Outra característica desses sítiantes e veranistas é a questão da propriedade privada como obstáculo a maior comercialização das terras na serra, pois como os donos são,

em sua maioria, de classes média e alta portanto não necessitam e não se deixam levar pela alta oferta nos preços de compra de suas propriedades. Enquanto os pequenos agricultores se deixam levar pelos altos valores oferecidos pelos incorporadores imobiliários que almejam a transformação daquele espaço em um simulacro turístico e em mercadoria de alto valor agregado (Figura 18). Carlos sobre este processo afirma

No contexto em que novas áreas adquirem valor de uso, o processo de apropriação passa a ser determinado pelas leis de mercado, isto é, definidos pela sua trocabilidade. Neste contexto, as parcelas do espaço, sob a forma de mercadorias, se encadeiam ao longo dos circuitos da troca – a partir de uma estratégia e de uma lógica. Assim, as particularidades se afirmam, potencializadas pela produção, pois o uso só pode se realizar num determinado lugar, isto é, refere-se à escala local (apesar de articulados cada vez mais ao global – pela constituição da sociedade urbana). Por sua vez, o espaço dominado, controlado, impõe não apenas modos de apropriação, mas comportamentos, gestos, modelos de construção que excluem-incluem. Produz a especialização dos lugares, determina e direciona fluxos, produzindo centralidades novas [...] O fato de que o espaço se transforma em mercadoria produz mobilização frenética desencadeada pelos promotores imobiliários e pode levar à deteriorização ou mesmo destruição de antigos lugares em função da realização de interesses imediatos, em nome de um presente programado e lucrativo, que traz como consequência, a destruição de áreas imensas que passam a fazer parte do fluxo de realização do valor de troca (CARLOS, 2001, p.67).





Figura 18 – Fotos de construções e imóveis em Guaramiranga
FOTOS: Alexandre Sabino: 2007/2008

Isso reflete uma situação já vivenciada em muitos espaços, que é a situação da criação de um paradoxo, pois a propriedade privada que sempre foi o principal fator de origem e manutenção do sistema capitalista torna-se um empecilho para sua reprodução via produção do espaço, tornando o espaço uma “nova raridade” (CARLOS, 2001). Isso acontece em Guaramiranga devido a falta de terrenos para os incorporadores imobiliários, que para adquiri-los usam de todos os artifícios, um dos motivos seria a legislação ambiental – APA de Baturité, e mais recentemente uma série de denúncias e mobilização do Ministério Público e sociedade civil organizada. Sobre essa nova raridade, nos fala Carlos

O espaço turístico se liga, diretamente, ao plano do consumo do espaço enquanto lugar da acumulação, articulando às necessidades de reprodução da sociedade. É

conseqüência do fato de que hoje no mundo moderno não se produz apenas mercadorias convencionais como mesa, roupas ou cadeiras, mas o espaço voltado ao consumo. [...] As atividades produzidas no contexto das atividades de lazer [veraneio em Guaramiranga] apontam para a contradição entre espaço de consumo – consumo do espaço. O que ilumina outra contradição: a capacidade de cada vez mais o espaço se reproduzir no plano do mundial se impedir sua fragmentação em pequenas parcelas apropriadas individualmente, segundo as exigências da reprodução, no plano local. Ou, ainda, a contradição entre a abundância relativa de produtos e a constituição do que Lefebvre chama de novas raridades, no caso da produção do espaço onde lugares ganham novo sentido, seja para o turismo, seja para o lazer – e com isso tornam-se escassos (Idem, p. 71).

No tocante ao veraneio, temos Guaramiranga como um dos locais mais procurados, apresentando um “boom” imobiliário neste setor, a construção de segundas residências – unidades unifamiliares, casas tipo duplex - pousadas e condomínios fechados têm várias implicações, tanto sociais como ambientais – sabendo-se que ambos os problemas estão relacionados. Assim, a produção do espaço e sua apropriação tornam-se aspectos relevantes para o verdadeiro desenvolvimento da cidade e região, pois cidades como Pacoti e Mulungu já se vêm ameaçadas pelo mesmo processo que hoje controla a produção espacial em Guaramiranga, resultado inclusive da alta valorização dos terrenos desta última. Essa “nova” produção de espaços para o lazer e aproveitamento do tempo livre, em Guaramiranga, aparece como novas formas contemporâneas relacionadas à sociedade do consumo.

A residência secundária ou segunda residência é um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias. Apesar da sua histórica e intensa expansão em escala mundial, a segunda residência ainda é um fenômeno pouco estudado e conhecido, que padece da falta de uma base sólida de reflexões teóricas e estudos empíricos das suas mais diversas repercussões sócio-espaciais nos diferentes lugares do mundo. Sobre esse fenômeno nos fala Sampaio⁷⁹

Na busca de satisfação de uma necessidade de bem-estar e reequilíbrio biopsicológico produzem-se novos espaços e novas práticas sociais, com a separação física cada vez maior dos territórios do cotidiano, do ocasional ou do raro, originando mais deslocações. A consecução de objetivos pessoais no âmbito dos lazeres (entre outros) resulta, por vezes, como colorário de um esforço de trabalho acrescido, para além do necessário à realização das necessidades básicas (SAMPAIO, 1999-2000, p. 13).

Nas cidades da sub-região serrana do Maciço de Baturité podemos encontrar residências secundárias de todo porte, desde sítios pertencentes a grandes empresários e políticos como: Tasso Jereissati, Lúcio Alcântara, Coronel Aduino Bezerra etc., como também residências de pessoas da classe média que possuem essas residências tanto para o lazer como para aferirem rendas das mesmas, ou também como patrimônio. Podemos encontrar na região

79 Joaquim Sampaio “Considerações sobre a residência secundária em Esposende”. Revista da Faculdade de Letras – Geografia I, série, vol. XV/XVI. Porto, 1999-2000, pp. 131-143.

a ação de diversas corretoras e escritórios de imobiliárias anunciando a compra, venda e troca destes imóveis, como mostramos em outros capítulos. Sampaio (1999-2000) define o que seriam e representam esses imóveis

O investimento numa residência secundária surge como um tipo de produto que garante práticas no domínio do lazer, para além de permitir uma acumulação do património familiar e de funcionar como projecção e ostentação social e económica, por vezes símbolo de exclusividade e de luxo. No entanto o seu desenvolvimento não traduz uma correlação linear com o grau de desenvolvimento sócio-económico dos países, sendo necessário contextualizá-lo no espaço e no tempo, sem, no entanto, deixar de relacioná-lo com os factores tempo-livre, rendimento e mobilidade, com as condições de vida das pessoas e dos factores sócio-culturais. Como produto de lazer, a residência secundária apresenta localizações geográficas diversificadas, acompanhando, porém as principais tendências da procura turística (Ibidem).

Do exposto por Sampaio, podemos encontrar analogicamente várias similitudes com o processo de produção de segundas residências ou residências secundárias em Guaramiranga, pois o mesmo surge, inicialmente, como um produto para o lazer, tornando-se, posteriormente, uma mercadoria de alto valor e de valorização do espaço. Quanto a não correlação com o grau de desenvolvimento sócio-económico do lugar, podemos constatar isto, facilmente, basta um passeio pelos distritos e vilas de Guaramiranga, sem falar na questão do estado do Ceará ser um dos estados que apresenta os maiores índices de desigualdade social. Outra relação possível seria quando o autor fala da relação com a mobilidade, pois com as melhorias das vias de acesso ao Maciço e sua proximidade este se tornou um dos mais procurados locais para esse tipo de empreendimento.

4. “TUDO AO MESMO TEMPO AGORA”: MACIÇO DE BATURITÉ ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES

4.1. Planejamento, produção do espaço e segregação socioespacial: Maciço de Baturité desmanchando consensos

Grande tempo, desperdiçado
 Eu sabia que cidades eram construídas
 Não fui até lá.
 Isso pertence à estatística, pensei
 Não à história.
 Pois o que são cidades, construídas
 Sem a sabedoria do povo?

Brecht

Chegamos ao ponto onde reside a importância em se poder identificar a diferença entre o discurso, por meio do qual se explícita um plano, a estratégia usada para a consecução de seus objetivos, e, finalmente, a real dominação ou apropriação do espaço, que é dada pelas condições resultantes do conflito, ou das contradições não resolvidas. Disso tudo resulta que as ações preconizadas para a região não ocorrem pura e simplesmente de acordo com a concepção técnicas dos planejadores e gestores. Tomemos, por exemplo, uma praça urbanizada que é ocupada somente por turistas, deixando de lado a população local; prédios de valores históricos são demolidos; áreas de preservação permanente são ocupadas pela ação de incorporadores inescrupulosos etc. Enfim a sociedade age movida por resultados mais imediatos e pragmáticos do que se pode supor.

É de extrema relevância compreender a natureza dos programas e planos de desenvolvimento para a região, compreender quem são seus mentores? A quem, realmente interessam? Como estão sendo elaborados, se com a participação da maioria da população local ou não, e se estão realmente sendo realizados, ou se não passam de meros discursos?

Desta forma, faz-se necessário trabalhar também o conceito de região, principalmente, no sentido político administrativo a ela atribuído, como no caso da regionalização do Estado do Ceará. Sobre isso, Gomes afirma:

A região tem em sua etimologia o significado de domínio, de relação entre um poder central e um espaço diversificado. É hora talvez de estabelecer que na afirmação de uma regionalidade há sempre uma proposição política, vista sob um ângulo territorial. (...) De qualquer forma, se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesse

identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que esses elementos devem fazer parte desta nova definição (...) (GOMES, 2003, p.72-73)

Sobre essa formação de regionalidades, Harvey a liga basicamente à acumulação capitalista e a ação do Estado nesta sua nova fase, quando afirma

O Estado pode, entretanto, usar seus poderes para orquestrar a diferenciação e a dinâmica regionais não só por meio de seu domínio dos investimentos infra-estruturais (particularmente nos transportes e comunicações, na educação e na pesquisa), mas também mediante sua própria imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos. Suas capacidades de reformas das instituições básicas necessárias à acumulação do capital também podem ter profundos efeitos (tanto positivos como negativos) (HARVEY, 2003: p.92)

Sobre o turismo, a atividade econômica propulsora, para os planejadores, do desenvolvimento na região, existe toda uma ação por parte dos produtores do espaço, principalmente o Estado e suas várias escalas para sua promoção. No nível local, o Estado cria todo um clima favorável para a atividade, usando de suas vantagens comparativas, ou para Harvey rendas de monopólio. Harvey, sobre isso, destaca.

(...) Como bem se sabe hoje, é provável que um clima de negócios atraente constitua um pólo de atração de fluxos de capital, razão pela qual os Estados se desdobram para aumentar seus próprios poderes mediante a criação de paraísos para o investimento de capital. Assim agindo, usam, como sempre, os poderes de monopólio inerentes ao espaço para tentar oferecer privilégios monopolistas a quem quer que possa deles tirar proveito (Ibidem).

Não obstante, também, se faz necessário colocar em discussão o modo de vida urbano, com sua segregação sócio-espacial, que privilegia as chamadas “áreas nobres” para o turismo, principalmente, as dotadas de características climáticas e paisagísticas que potencializam esta atividade econômica, como a região serrana do Maciço de Baturité. A segregação resulta ou está resultando muitas vezes do processo de valorização diferencial das terras, com a efetivação de equipamentos turísticos ou eventos – iscas culturais⁸⁰ - em lugares estratégicos em detrimento de áreas povoadas pelas camadas mais pobres da sociedade, relegando-as ao abandono ou quase esquecimento.

Cabe destacar o papel dos promotores imobiliários⁸¹ na região procurando áreas dotadas de infra-estrutura e acesso facilitado. Os condomínios enfatizam a necessidade de morar próximo ao verde, destinando parte de suas áreas para o plantio de árvores, além da preservação de alguma mata já existente no local (Anexo E). A busca do morar com

⁸⁰ Arantes (2002)

⁸¹ Para Harvey (1980) na busca do capital imobiliário são aqueles que exploram a cidade para se apropriar da renda (proprietários de terra, imóveis, incorporadores), aqueles que obtêm lucro com a produção do espaço (construtoras e financeiras).

segurança junto à natureza é o discurso dos empreendedores para atingir o imaginário dos consumidores. Sendo que estes empreendimentos estão ganhando cada vez mais espaço. Em municípios como o de Guaramiranga e Pacoti as terras já alcançaram um valor altíssimo, levando a muitos dos seus moradores a venderem suas casas. Identificamos como estes empreendimentos estão expressando o novo estilo de vida nas cidades da região, contribuindo para a segregação e fragmentação dos municípios.

Temos a ocorrência de segregação sócio-espacial a partir de diferentes modos, como por interesses fundiários, pela ação ou não do Estado. A segregação sócio-espacial se define pela dificuldade de ter acesso ao conjunto das cidades. O Estado pode intervir com políticas que proporcionem atrativos para determinadas áreas, estas por sua vez receberão capital imobiliário e assim recebem loteamentos urbanos. Como pudemos constatar em conversas com os secretários de estado das pastas de infra-estrutura e turismo de Pacoti e Guaramiranga que afirmaram que, atualmente, a maior preocupação é a com a implantação do código de obras e posturas, tanto na questão dos licenciamentos de construções (pousadas, hotéis, casa de veraneio) como na parte que trata das questões em matéria de higiene, ordem pública e costumes locais, pois os municípios, como afirmaram, estão preocupados com sua imagem e estética para a sua valorização turística. Aqui encontramos a busca da venda da cidade como mercadoria, e como uma mercadoria de luxo com todos os seus atrativos e amenidades. Vemos como o Estado prioriza as questões de arquitetura e urbanismo em busca de engajar as cidades em um design urbano que possa ser vendido como mercadoria. No caso as ações são pensadas pelos diversos agentes produtores do espaço hegemônicos em alianças do poder público com o privado.

Tudo isso levando a um processo de segregação sócio-espacial que pensado na ótica de Villaça (1998), a segregação urbana pode ser entendida como um processo dialético, na medida em que a segregação de uns provoca a segregação de outros. Quando a elite decide se isolar da cidade a sua volta ela “nega” alguns espaços públicos, privatizando-os. Controlando o acesso e seu uso apenas para os economicamente semelhantes⁸². Em Guaramiranga, esse processo já é bem visível no tocante as casas de veraneio e condomínios, sendo que estes vêm surgindo a cada dia com novas ofertas e produtos, que em geral servem e

82 Para estudo mais aprofundado desta questão ler o artigo de Rogério Haesbaert “Muros, ‘campos’ e reservas: os processos de reclusão e ‘exclusão’ territorial. In: Panoramas da Geografia Brasileira (2006).

atendem a uma classe de alto poder aquisitivo ou uma classe média alta, capazes de consumir todas as novidades existentes no mercado imobiliário.

Os diferentes processos e formas que a “globalização” assume, em determinadas regiões periféricas, decorre não apenas dos papéis produtivos que tais áreas apresentam, mas, sobretudo das especificidades territoriais – rendas monopolistas - relacionadas com a estrutura social e o consumo, tanto de objetos quanto da paisagem. Podemos destacar os impactos dos novos tempos no mercado imobiliário que extrapola a própria Região Metropolitana de Fortaleza, tendo como provocador imediato os processos relacionados com a reestruturação do capital imobiliário e as políticas públicas voltadas para o setor do turismo. Fortaleza consolida-se como um ponto de recepção e de distribuição do fluxo turístico, colocando seus subespaços com características turísticas sob a lógica e influência de fluxos internacionais de capital e da oferta de serviços “globais”, como as atividades e eventos culturais realizados na área de estudo – Festival de Jazz e Blues, Festival Nordestino de Teatro entre outros. Tais dinâmicas assumem, por um lado, formas espaciais que reconfiguram o território: condomínios fechados, pousadas e hotéis e disputam com os assentamentos tradicionais as qualidades das localidades, provocando um acirramento da segregação espacial através da consolidação de guetos setorizados. Por outro, essas localidades apresentam aspectos de desconcentração de dinâmicas e periferização na figura de assentamentos precários.

A percepção de relações desiguais ocorre em momentos e em intensidades diferentes pelas pessoas e segmentos, levando-os a empreender lutas constantes e a engajarem-se em lutas maiores, também de modo diferenciado. Esse fato indica a inevitável formação de diferentes territórios no interior de uma mesma região e de uma mesma área, o que garante o aspecto plural da totalidade. Podemos constatar um processo de exclusão sócio-espacial na região e dentro de algumas de suas cidades, como no caso de Guaramiranga onde acontece um deslocamento da população local por conta da especulação imobiliária, pequenos agricultores vendem seus terrenos e passam a ocupar áreas impróprias a moradia. Essas questões são inerentes ao desenvolvimento de qualquer sociedade ocidental contemporânea, principalmente daquelas historicamente forjadas nas contradições imanentes da divisão internacional do trabalho.

Sobre este processo de segregação fruto dessa urbanização turística e do forte processo de especulação imobiliária que se dar no Maciço, principalmente em Guaramiranga, cidade de maior apelo turístico, já podemos encontrar seu lado sombrio, como relata matéria do Jornal o Povo de 28/12/2006 (Anexo B):

O surgimento de favelas, o aumento da violência e a exclusão das famílias nativas são problemas que apareceram com a ocupação desenfreada do município de Guaramiranga, no Maciço de Baturité. Falência da agricultura, desmatamento e ameaça das FONTES de água, principalmente do rio Pacoti. São os problemas atuais da Área de Proteção Ambiental (APA) do Maciço de Baturité apontados pelo presidente da Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente (Fundação Cepema) Adalberto Alencar que, há quase dez anos, trabalha no Maciço de Baturité com práticas voltadas à educação ambiental e projeto de cultivo do café ecológico. Ele diz que a especulação imobiliária, principalmente em Guaramiranga, não é recente. ‘Agricultores, no município, estão ficando cada vez mais escassos. Um hectare de terra é vendido a R\$ 60 mil e, neste período da economia do País, ninguém resiste. É muito dinheiro. Há muitos agricultores que estão virando corretores de imóveis’. Adalberto preocupa-se não só com o impacto ambiental, mas também cultural. Lembra que os grandes eventos como os festivais de jazz e blues (carneval), de teatro (setembro) e do vinho (outubro) mexem com a vida das famílias nativas. Além de que o grande número de novos empreendimentos e programas culturais que reúnem grande número de pessoas está causando problemas nos recursos hídricos (...) O secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Guaramiranga, Carlos Fernando Ramos Barbosa, que a população chama de "Gás", confirma o surgimento de favelas, pessoas vivendo em casas de taipa, feitas de barro e alvenaria, ou mesmo sem ter um viver porque decidiram vender seus terrenos para à construção de empreendimento imobiliários. "A questão da moradia é séria. Agricultores vendem suas casas e depois ficam atrás do prefeito para solicitar uma unidade habitacional ou vão embora. É lamentável (JORNAL O POVO, 28/12/2006).

Como pudemos observar, também, nas obras estruturantes realizadas nos municípios de Pacoti e Guaramiranga com recursos do Prourb Urbano, no período compreendido entre os anos de 1995 a 2003, que se destinavam principalmente a Requalificação Urbana para a atividade turística, que segundo a Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional do Estado foram em Guaramiranga: Construção do Centro de Artesanato (palco coberto, camarins e boxes para exposição); Museu de Guaramiranga - 2 pavimentos; Passeio em concreto rústico; Estacionamento; 3.000 m² de pavimentação; 40.000 m³ de terraplenagem; 550m de drenagem. Tudo isso em detrimento de várias obras fundamentais para a população local, como obras de saneamento (tabela I). Sendo obras que modificam a estrutura urbana da cidade acarretando uma valorização diferencial dos espaços da mesma.

Para isso temos que compreender também o significado de estrutura urbana que para Villaça é “um todo articulado de partes que se relacionam, no qual alterações em uma parte, ou em uma relação, acarretam alterações nas demais partes e relações” (VILLAÇA, 1998, p.327). Conceito importante para nós, pois quando se trata de uma região onde existem

discrepância em níveis de desenvolvimento, deve-se agir levando em conta as peculiaridades de cada cidade do Maciço.

Tudo isso resulta do tipo de desenvolvimento encampado pelo sistema capitalista, que é um desenvolvimento desigual e combinado nas palavras de Soja (1993). Desta forma é necessário se avaliar qual é o real alcance das políticas que carregam o paradigma do Desenvolvimento Sustentável e do chamado Planejamento Estratégico, discurso basilar das propostas e programas dos governos que se seguiram após o chamado “Governo das Mudanças” que, cada vez mais, chega a todos os cantos do mundo esse tipo de discurso apologético, que vem como panacéia resolutoria de todos os problemas, com seus modelos de desenvolvimentos executados, muitas vezes, verticalmente, ou senão com um discurso de “participação” implícito, que mais lembram as palavras do sociólogo Chico de Oliveira quando fala sobre esses modelos como “as idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias”⁸³.

Cabe perguntar se, realmente, está se pensando sobre como e para quem estar se produzindo, distribuindo e gerindo os equipamentos sociais de consumo necessários à vida nas cidades da região. Neste ponto cabe apontar a heterogeneidade de atuação do Estado e dos demais agentes produtores do espaço, acentuando uma valorização diferencial de uma área para outra.

Existe, também, uma perspectiva que não pode ser deixada de lado, que é a de tornar a região do Maciço de Baturité, em parte, e um pólo de produtos e serviços voltados para o turismo, procurando inserir esta região como alternativa para o principal produto turístico de Estado que é a zona litorânea, no sentido de uma participação efetiva no contexto da economia estadual. Este turismo, preferencialmente, se instalaria na sub-região serrana, por seus dotes naturais e climáticos, sendo assim, essa não poderia possuir as características de uma área representativa de um processo de estagnação e atraso. Cabe indagar se estão sendo levadas em conta as peculiaridades de cada área, e se é objetivo estender para toda a região a mesma configuração sócio-espacial de Guaramiranga, hoje, uma das principais cidades de apelo turístico da região, levando assim a um processo de homogeneização do espaço.

Assim, destaca-se a necessidade da compreensão dos diversos fatores pertinentes à ocupação e produção do espaço na região do Maciço de Baturité, dando enfoque à sub-região serrana, denominada pela SETUR (Secretaria de Turismo do Ceará) de Micro Região Turística -MRT-IV- Serras Úmidas/Baturité que já é considerada uma das regiões piloto do atual plano de desenvolvimento intitulado “Cidades do Ceará” que no seu título mostra qual é

⁸³ Citado por Maricato (2002).

a dimensão atual do planejamento sócio-econômico estatal, que nem assim pode ser chamado, pois é composto de forte iniciativa privada. Pode-se destacar a atuação de organismos multilaterais como o BIRD nessas ações como visto na lei estadual sancionada Nº. 13.571, DE 30.12.04 (DO 30.12.04). Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, com garantia da República Federativa do Brasil, em operação de crédito no limite em reais equivalentes a até US\$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinados ao Programa Cidades do Ceará. O Banco Mundial (BIRD) juntamente com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID) entre outros já realizaram investimentos e intenções de investimento na área em projetos pontuais inseridos na lógica do planejamento estratégico, mediados pela Agência de Desenvolvimento Regional que representa um tipo de organização do Terceiro Setor que parte da idéia, segundo seus idealizadores, de que o público não é monopólio do Estado. Assim sendo, existem políticas públicas e ações públicas que não devem ser feitas pelo Estado, não porque o Estado esteja se descompromissando ou renunciando a cumprir o seu papel constitucional e nem porque o Estado esteja terceirizando suas responsabilidades, ou seja, não por razões, diretas ou inversas, de Estado, mas por "razões de Sociedade" mesmo.

Entretanto analisando o seu discurso e funcionamento destas e das demais organizações do terceiro setor que dizem primar pelo social, encontramos a representação dos interesses das classes hegemônicas produtoras do espaço da região, como os incorporadores imobiliários, proprietários fundiários, empresários do setor turístico e da construção civil. Isso nos lembra o empresariamento urbano e nos faz concordar com Tenório, quando diz que

[...] O problema central decorreria do fato de que o terceiro setor corre o risco de ter seu desempenho planejado e avaliado por meio de tecnologias gerenciais fundamentadas no mercado, ou seja, passaria de uma referência singularmente fundada em teorias sociais que referenciam processos democráticos na busca da justiça social, da solidariedade, para uma prática mercantil, assentada em teorias organizacionais que buscam resultados [...] (TENÓRIO, 1997, p.56).

Cabe aqui analisar alguns números que mostram que esse modelo de desenvolvimento não está surtindo os efeitos desejáveis, principalmente no tocante aos dados sociais, como também mostrar que a região apesar de constar como uma região piloto de alguns projetos do Estado não vem recebendo os recursos e ajuda necessária para que esses projetos se realizem, sendo preterida por regiões do estado tidas como mais “dinâmicas” e interessantes para o capital.

4.2. Maciço de Baturité e seu lugar na “Guerra dos lugares” no estado do Ceará

Baseando-se em Santos (2002), quando diz que a mudança de localização de atividades econômicas é muitas vezes, precedida de acirrada competição entre Estados e municípios por recursos. Podemos ver uma contradição no discurso e na ação do governo do Estado, pois este diz estar trabalhando para uma total integração das regiões do estado, eliminando as diferenças historicamente construídas, mas acaba por meio de sua política de incentivos fiscais e investimentos promovendo uma “guerra dos lugares” pelos poucos recursos disponíveis. Cabe destacar que algumas regiões por apresentarem condições mais atrativas para investimentos privados são privilegiadas por investimentos públicos, contudo essas regiões são as regiões mais desenvolvidas do estado, ficando assim as regiões mais necessitadas carentes dos mesmos investimentos. Tudo isto mostra a forma de ação do capital que investe somente onde pode ter um retorno garantido e consecução de superlucros reflexo da divisão socioespacial e territorial do trabalho. Sobre isto Ribeiro comenta

Estamos face aos movimentos de ajuste do país, a uma nova divisão social e territorial do trabalho, que seleciona e transforma as funções metropolitanas ainda preservadas, impondo, simultaneamente, novas funções (e atributos) a cidades [e regiões] de diferentes tamanhos e, sobretudo, às cidades de porte médio inscritas nos processos de modernização – que, em grande parte, é transnacional – do campo. Trata-se da afirmação de formas de cooperação capitalista que se independizam de condicionantes no espaço herdado (SANTOS, 1996) [...] (RIBEIRO, 2006, p.18)

Nesta “guerra” que se desenrola no nosso Estado os chamados “centros secundários” ou “cidades médias”⁸⁴ levam vantagem sobre os “centros terciários” ou “cidades locais” – cidade de Baturité e sua região, pois apresentam as chamadas vantagens comparativas no tocante as melhores condições para recebimento de investimentos. Sobre isto, Arroyo (op. cit.) afirma

É na encruzilhada da circulação, das redes, dos fluxos que as cidades [como também regiões] crescem ou se estancam. É, através de sua capacidade para criar condições de fluidez e porosidade territorial, que elas conseguem ser o ponto de confluência de diversos circuitos produtivos. É todo esse movimento, por sua vez, que lhes outorga uma vida de relações intensa. Não necessariamente esses atributos são exclusivos das metrópoles ou das grandes cidades, ao contrário, podem ser encontrados nas cidades médias e, inclusive, tornar-se um elemento de diferenciações entre elas. [...] Justamente, as cidades médias vinculadas à instalação de uma agricultura científica globalizada intensificam sua vida de relações, como decorrência de uma atividade econômica que as transforma em um ponto da topologia de grandes empresas, impondo novos ritmos e novas exigências ao seu cotidiano (ARROYO, 2006, p. 82).

⁸⁴ Atribui-se a denominação “cidades médias” àquelas que desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual, as relações internacionais e nacionais que têm influência na conformação de uma sistema urbano.

Assim, na medida em que as cidades médias crescem e se vinculam mais à economia global com suas exigências, é que estas necessitam de mais apoio do governo, em contrapartida cidades menores ou locais passam a ser preteridas neste processo ficando a margem do “desenvolvimento”. Vê-se assim o resultado da forma de desenvolvimento do capitalismo nos diversos lugares lembrando o comentado “desenvolvimento geograficamente desigual e combinado” entre regiões e cidades. Analisando dados e documentos do Estado e de suas Secretarias, pudemos constatar que cidades locais e suas respectivas regiões estão a receber menos recursos e incentivos do que cidades médias, mesmo com o discurso propalado da integração regional. Através de sua política espacial de reestruturação urbana o Estado não vem dando conta de diminuir as desigualdades históricas construídas no estado. Começamos pela análise de um documento de referência da Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará – SEPLAG intitulado Indicador de Vantagem Comparativa, que compara os municípios segundo suas melhores possibilidades de abrigar determinadas atividades ou setores de produção de acordo com a presença de melhores fatores de produção no mesmo que alavanquem a sua produtividade. Assim temos um índice que promove a seletividade espacial no uso dos recursos. Sobre o índice vejamos o que diz o seu mentor o IPECE

O presente trabalho objetiva elaborar e estimar um indicador para as vantagens comparativas dos municípios do Estado do Ceará. Para tanto, foram selecionados dezesseis setores de produção. Estes, por suas características intrínsecas, podem ser agregados nos três grandes setores econômicos (Primário, Secundário e Terciário). Além disso, como são discutidos no trabalho, os três grandes setores também podem ser agregados em um único bloco indicando que o município pode diversificar vantagens comparativas. Como o conceito de vantagem comparativa é estreitamente ligado ao conceito de PTF, um indicador agregado de vantagens comparativas dos municípios torna-se também um indicador de resultado para a competitividade dos municípios. A idéia é que um município consegue diversificar vantagens comparativas se é mais competitivo que um município de referência. Este raciocínio é bastante conveniente ao se perceber que ambos os resultados podem ser obtidos da construção de um único indicador (IPECE, 2003, p. 05).⁸⁵

A proposta para o Indicador de Vantagem Comparativa Municipal (IVCM) está baseada no raciocínio de Corseuil & Pessôa (2002) e no conceito de Quociente Locacional. A escala de operação das unidades produtivas entre municípios (medida em unidades de trabalho) constitui-se em um indicador de vantagem comparativa (em termos de Produtividade Total dos Fatores – PTF). Sendo assim, um IVCM pode ser imaginado nos seguintes termos: se existe uma relação positiva das unidades de trabalho com as vantagens comparativas, isto implica que, em um dado município, se seu percentual de trabalhadores

⁸⁵ A metodologia para a construção do indicador está baseada no estudo de Corseuil & Pessôa (2002) para as vantagens comparativas da cidade do Rio de Janeiro em relação à cidade de São Paulo. Estes autores, a partir de um modelo geral e simples do funcionamento de uma firma, obtiveram uma relação positiva entre a PTF e o tamanho médio de cada unidade produtiva em um dado setor de produção.

alocado em um setor x é maior do que o percentual de trabalhadores no mesmo setor x de um município chave (Fortaleza, no caso cearense), este primeiro município possui uma vantagem comparativa neste setor (IPECE/2003).

Quanto aos dados utilizados para o cálculo foram dados da RAIS (Relação de Informações Sociais), do ano de 2001, estes possuem a deficiência de só cobrirem as empresas e trabalhadores formais, ficando assim grande parte das empresas e trabalhadores fora destes dados. Quanto aos setores produtivos trabalhados para obtenção do índice temos dezesseis que são: material elétrico; material de transporte; móveis; metal-mecânica; mineral não metálica; química; pesca e aquicultura; extrativista; confecções; couro-calçadista; madeireira; têxtil; agropecuária e silvicultura; alimentos e bebidas; comércio; turismo. Para fim de cálculo foram agregados em três setores de atividades: primário, secundário e terciário.

Como resultado da análise dos dados, tanto de forma agregada em um índice geral – cidade ou região mais competitiva - como por cada setor econômico temos no que tange as vantagens comparativas agregadas, alguns pontos da região norte do Estado (Sobral, Ubajara, Camocim, Acaraú, Itapipoca e Uruburetama), em alguns pontos na região sul do Estado (Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte, Iguatu e Ipaumirim) e maciçamente a Costa Leste do Estado, incluindo a RMF. Quanto às vantagens comparativas no Setor Primário, destacam-se as regiões da Serra da Ibiapaba, a região do extremo norte do Estado (Itarema e Acaraú), a Costa Leste do Estado (em decorrência da pesca e da aquicultura) e o município de Quixeré (dada a forte vocação local para o Setor). No que tange às vantagens comparativas no Setor Secundário, destacam-se fortemente a RMF (possivelmente em função de um estoque de infra-estrutura existente e da distância de um maior mercado consumidor) e em alguns pontos da região sul do Estado (particularmente em Barbalha e em Ipaumirim). Já as vantagens comparativas no Setor Terciário destacam-se a região do Maciço de Baturité - em função de uma suposta vocação natural para o turismo, Sobral, a RMF (em função do comércio) e a Região do Cariri (Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte) em decorrência tanto do comércio como do turismo religioso (IPECE, *Ibidem.*).

Quando comparamos os índices quanto ao valor do índice agregado encontramos somente Guaramiranga figurando entre os trinta maiores índices na 26ª posição, lembrando-se que o agregado constitui-se de todos os setores econômicos citados. Os três primeiros colocados respectivamente Maracanaú, Aquiraz e Horizonte todos pertencentes à RMF. Passando para o indicador de vantagens comparativas do setor primário constatamos a

presença das cidades de Quixeré, Icapuí e Fortim liderando, e não apresentando nenhuma cidade do Maciço de Baturité entre os trinta primeiros colocados, isto se deve às dificuldades e limitações, citadas aqui, que a região possui para a atividade agropecuária. No setor secundário temos somente a cidade de Acarape figurando entre as primeiras colocadas na oitava posição. Sabendo-se que esta cidade e a de Redenção possuem certo potencial histórico na instalação de indústrias, principalmente de beneficiamento.

Somente nos valores do índice de vantagens comparativa do setor terciário vamos encontrar uma boa colocação para os municípios do Maciço de Baturité, com Guaramiranga na liderança deste setor e Baturité na 7ª posição. Cabe demonstrar agora o quanto esta pretensa vantagem não vem sendo tão aproveitada, ou não estimulada por parte do Governo Estadual. Começemos pela atividade turística tão anunciada como salvadora ou redentora da região⁸⁶. No planejamento estatal do Governo para este setor o Maciço de Baturité⁸⁷, apesar de ser considerado um dos lugares com maior potencial para esta atividade não é colocado como região prioritária para investimentos no setor. Os investimentos previstos no Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Ceará 2004-2007 não apontam a região e suas cidades como alvo de políticas e investimentos para alavancar o setor. Isto vai de encontro aos objetivos do PDR Maciço de Baturité que aponta esta atividade como principal motora para o “desenvolvimento sustentável” da região. A SETUR dentro de seu planejamento dividiu o estado em seis macrorregiões turísticas usando como critério as características de natureza ecológica, cultural, religiosa, científica, esportiva, de lazer, de negócios, de sol e praia (Figura 19)⁸⁸.

⁸⁶ Para a SETUR o turismo tem como características: estratégia para desenvolvimento social (geração de emprego e renda, inclusão social e melhoria da qualidade de vida); como negócio e estratégia para desenvolvimento econômico; realizado através de um gestão focada em resultados e parcerias; preocupado e tendo como princípio a sustentabilidade (econômica, social, cultural e ambiental) e por fim, turismo como fator de competitividade territorial (SETUR).

⁸⁷ A macrorregião turística do Maciço/Aratanha é composta pelos municípios de: Baturité, Redenção, Maranguape, Mulungu, Aratuba, Aracoiaba, Acarape, Capistrano, Barreira, Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Pacatuba, Caridade, Ocara, Itapiuna, Guaiúba.

⁸⁸ Macrorregiões Turísticas do Ceará: Fortaleza Metropolitana; Litoral Oeste / Ibiapaba; Litoral Leste / Apodi; Serras Úmidas / Baturité; Sertão Central e Araripe / Cariri.

MACRORREGIÕES TURÍSTICAS

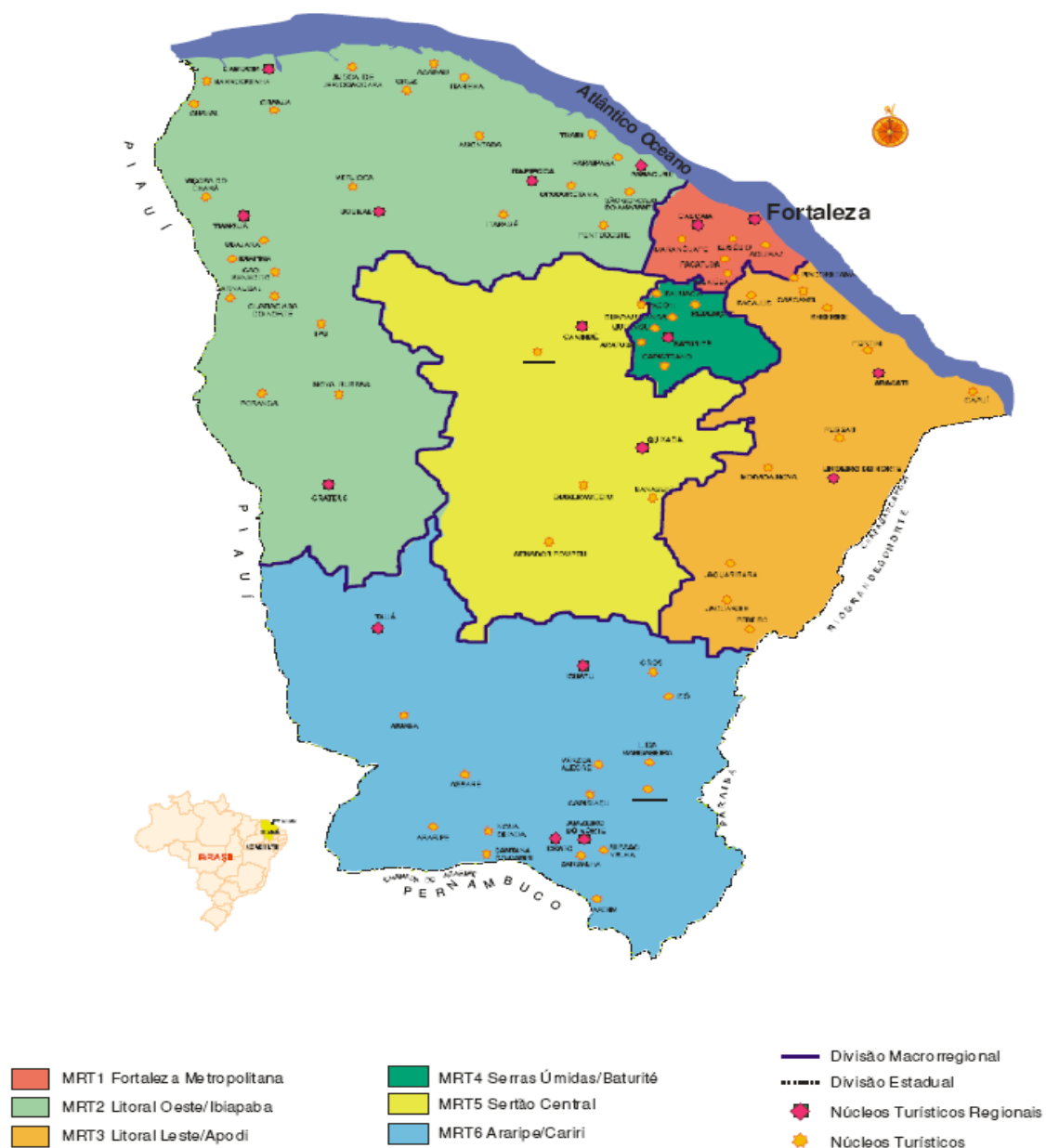


Figura nº 19 – Mapa das Macrorregiões turísticas do Ceará
 FONTE: SETUR/2003

A SETUR, através de uma política de planejamento de cunho estratégico contempla as seguintes características e processos: desenvolvimento de destinos e produtos turísticos (planejamento e qualificação do produto - capacitação e informações; desenvolvimento de política de marketing turístico – usado na venda da cidade; captação de negócios e fomento; coordenação de programas especiais - PRODETUR e Ministério do Turismo. O referente órgão elegeu alguns destes pólos como prioritários para o recebimento de investimentos públicos e privados. São os pólos do Cariri, Litoral Leste, Fortaleza, Litoral Extremo Oeste e Litoral Médio Oeste⁸⁹. Sobre a justificativa da escolha destes a SETUR afirma

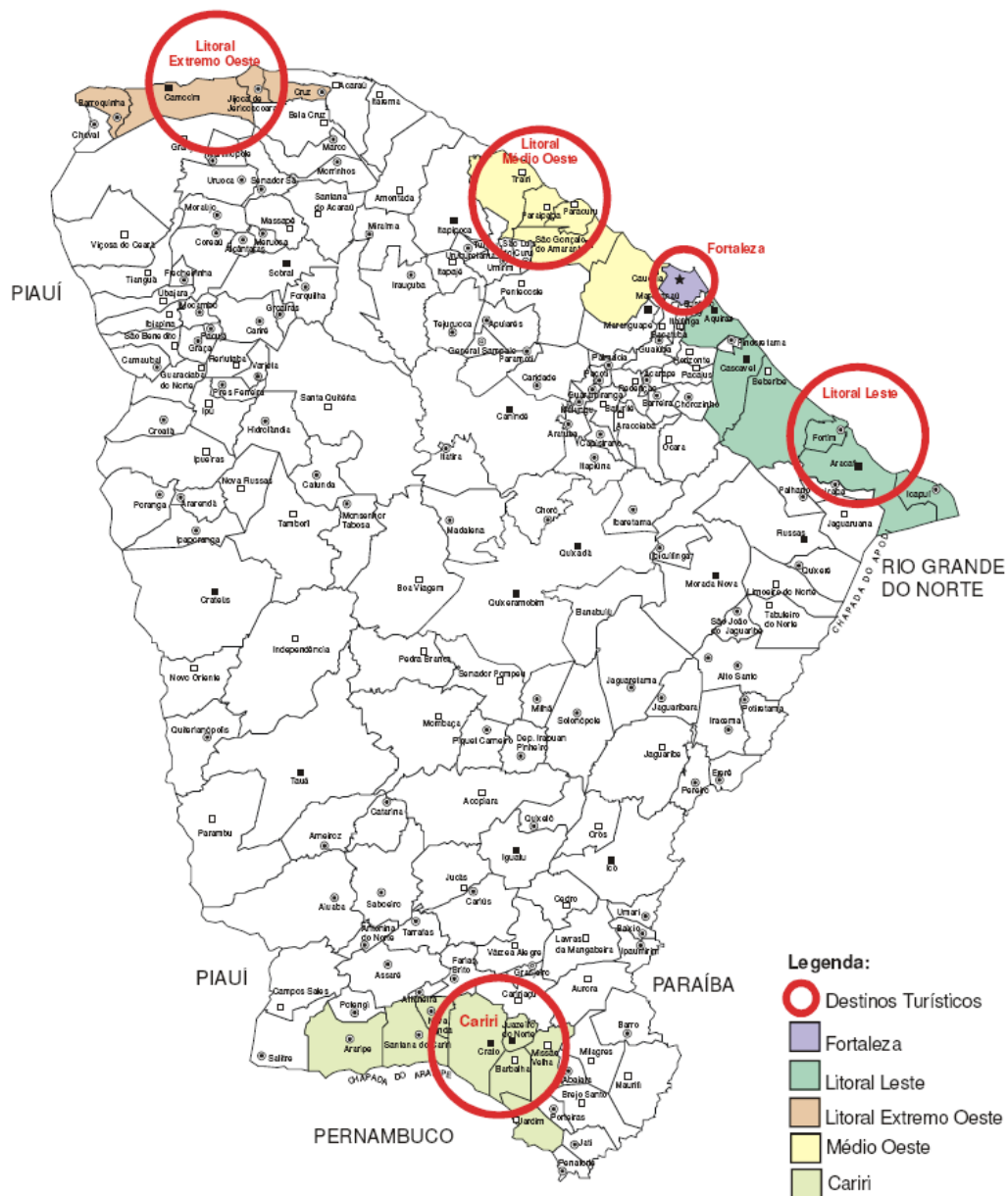
O objetivo da regionalização é incentivar o desenvolvimento sustentável do turismo nas unidades da federação, de forma regionalizada, no sentido de ampliar a oferta turística, estruturar produtos mais competitivos, integrar o planejamento e a gestão da atividade turística e fortalecer a identidade das regiões priorizadas. Faz parte da estratégia da SETUR a regionalização do Estado do Ceará a partir das vertentes do litoral, das serras e do sertão, na perspectiva da geração de oportunidades de empregos e negócios, ao tempo que resgata e preserva o patrimônio histórico, cultural e ambiental. A priorização das regiões foi baseada nos critérios de (Figura 20):

- Nível de investimento governamental;
- Recursos do PRODETUR;
- Oferta turística;
- Atrativos naturais e culturais;
- Demanda turística;
- Acesso aéreo e rodoviário;
- Nível de conscientização da comunidade (SETUR, 2003, p.05).

⁸⁹ Os pólos priorizados e respectivas cidades são: Cariri – Araripe, Assaré, Barbalha, Brejo Santo, Campos Sales, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri; Litoral Leste – Aquiraz, Pindoretama, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí; Pólo Fortaleza – Fortaleza; Litoral Extremo Oeste - Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Cruz, Barroquinha e Litoral Médio Oeste – Caucaia, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Paraipaba, Trairi (SETUR, 2003).

Ceará

Regiões Turísticas Prioritárias



Escala: 1:500.000

Figura 20 – Mapa das regiões turísticas prioritárias

FONTE: SETUR/2003

Analisando os critérios adotados para a escolha, podemos verificar que a região do Maciço de Baturité não se enquadra em dois como: recursos do PRODETUR – priorizados para Fortaleza e litoral do Estado, acesso aéreo – o acesso rodoviário como vimos tem suas dificuldades, mas não chega a ser uma séria limitação como julgado. Os demais critérios, a região possui, apresentando suas debilidades, mas não tão diferentes das que as regiões

escolhidas têm. Guaramiranga no período de 2002/2005 recebeu em média 13.562 turistas, ficando na 16ª posição no ranking dos principais municípios visitados pelos turistas neste período, o referido município ficou a frente de muitos dos municípios que figuram na lista dos priorizados (SETUR). Desta forma, apesar de a região apresentar boas características para o turismo e ser tomada nos documentos do governo e PDR como uma região que possui todas as qualidades necessárias para a referida atividade esta não vem sendo apoiada como anunciado em vários fóruns e documentos.

Quanto ao papel da atividade turística como redentora da região os números indicam que apesar de seu crescimento, nos últimos anos, este não foi tão preponderante para a mudança do quadro social de pauperidade da região. Sabemos que o turismo e o veraneio são uma das principais práticas sociais responsáveis por esta “retomada do crescimento” em alguns lugares. Cabe assim a análise do cenário urbano especificamente gerado por estas atividades, abrangendo aspectos relevantes como formas de valorização fundiária e exclusão social, emprego, moradia, conflitos locais e funções urbanas. Segundo dados da Secretaria de Turismo do Estado o número de turistas que visitaram a cidade de Guaramiranga, nosso destaque, via Fortaleza aumentou de 9.532 para 16.206, no período de 2000 a 2003, representando um aumento de mais de 70%. Comparando-se com o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) do Governo para a cidade de Guaramiranga no tocante aos indicadores sociais em 1999, esta cidade estava posicionada no ranking das cidades na posição de número 51ª, com percentual de abastecimento d’água adequado de 21,09. Em 2004, a cidade ocupava a colocação de 119ª com a taxa de abastecimento d’água no percentual de 18,86. Todavia no mesmo índice, tratando-se dos indicadores demográficos e econômicos a cidade saiu da posição 47ª em 1999 para a de 23ª em 2004. Pode-se destacar sua taxa de urbanização (%) e receita orçamentária per capita (R\$), que representavam respectivamente em 1999 as cotas de 30,18 e 327,73, e passaram a para 45,85 e 828,67, em 2004. Convém, também, destacar o PIB per capita (R\$) que passou no mesmo período de 1.534,00 para 2.019,53. Com esses números podemos observar que as melhorias econômicas e urbanas não estão representando, necessariamente, melhorias e ganhos no tocante às demandas sociais por serviços urbanos básicos e redução das desigualdades históricas oriundas da própria dinâmica e característica do sistema capitalista onde a produção é socializada, mas os lucros são apropriados de forma privada (ver Anexo C)⁹⁰.

⁹⁰ Relatório da Conferência Regional do Maciço de Baturité: 09 de novembro de 2007 Baturité – Ceará

Relacionando essas demandas com a questão do consumo como forma de reprodução das relações capitalistas, temos um quadro em que as diversas formas de consumo, segundo Marx, podem ser encontradas. Sobre essa relação e seu papel na produção do espaço, Lencioni (2007) afirma

Ao discutir o consumo Marx enfatiza que segundo as relações estabelecidas no ato de consumo podemos distinguir três tipos de consumo: o primeiro, denominado de consumo produtivo está relacionado à reprodução dos meios de produção, a exemplo do consumo de estradas ou do consumo de energia, que são indispensáveis para propulsar as máquinas no processo de produção, ou mesmo do consumo de escolas e hospitais que são fundamentais para a reprodução da força de trabalho. O segundo, chamado de consumo individual é relacionado à reprodução da força de trabalho, como o consumo de alimentos. O terceiro, denominado consumo de luxo, embora se constitua, também, num tipo de consumo individual, extrapola as necessidades básicas. (...) O consumo produtivo em relação aos demais se situa no âmbito do consumo coletivo. Uma estrada ou o fornecimento de energia, tanto quanto uma escola ou um hospital, são concebidos para serem consumidos coletivamente. Mais precisamente, seu valor de uso é coletivo e responde a uma necessidade social que só pode ser satisfeita coletivamente (LENCIONI, 2007, p.04).

Na análise das políticas públicas envolvidas com a produção do espaço na região do Maciço em comparação com as demais regiões, percebe-se com a análise dos Planos Plurianuais dos últimos anos (PPAs) do Estado, como também de programas como o “Cidades do Ceará I e II” que estas vêm deixando de cumprir as diretrizes e projetos propostos para a região estudada. Apesar de dizerem que estão em conformidade com as orientações do governo federal - Ministério das Cidades, que procura subsidiar a construção de uma nova política de desenvolvimento urbano para o país⁹¹.

Em nível regional, com a adoção de uma política de descentralização das atividades econômicas e a potencialização das atividades das diversas regiões do Estado, o Governo do Ceará obteve junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)/Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN), aprovação para o financiamento do Programa Cidades do Ceará, cujo financiamento se encontra em negociação junto ao Banco Mundial (BIRD). Esse Programa, como exposto anteriormente, prevê ações no fortalecimento das regiões estratégicas do Estado, transformando-as em centros regionais, visando dinamizar a economia do interior e exercer atratividade para uma maior concentração populacional, promovendo a redução das disparidades regionais, com um melhor ordenamento do espaço

⁹¹ Para discutir esta política foi realizada, em setembro de 2005, a II Conferência Estadual das Cidades. O relatório final com as propostas relacionadas aos temas estabelecidos: participação e controle social, questão federativa, política urbana regional e metropolitana e financiamento do desenvolvimento urbano, resultantes das Conferências Municipais e consolidadas em nível estadual foi encaminhado à 2ª Conferência Nacional das Cidades.

cearense. Todavia, na prática não foi executado em todas as macrorregiões de planejamento, e a região do Maciço de Baturité, mesmo apresentando um nível de adiantamento do processo de políticas voltadas para a descentralização da gestão, desenvolvimento endógeno – Escritório Regional, PDR, Agência de Desenvolvimento - não foi incluída no programa cidades do Ceará, ficando para a segunda parte deste, sendo escolhida primeiramente a região denominada CRAJUBAR (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha) por seu elevado crescimento nos últimos anos.

Para explicitar o relativo esquecimento da região do Maciço de Baturité podemos analisar a distribuição espacial de algumas ações da SDLR no ano de 2005 (SEPLAN, 2005) nas regiões do estado podemos destacar os resultados do Programa de Desenvolvimento e Gestão Territorial. Primeiramente analisemos as políticas realizadas com contratos de co-gestão para o desenvolvimento regional: construção de 7 (sete) sites na internet das regiões: Cariri, Centro Sul, Baixo Jaguaribe, Vale do Coreaú, Ibiapaba e Vale do Acaraú; realização de diagnósticos em todas estas regiões, considerando os aspectos institucionais, econômicos e sociais; acompanhamento e articulação na implantação do Programa de Inovação Tecnológica nas regiões do Cariri, Baixo Jaguaribe e Vale do Acaraú, com objetivo de aproximar os setores produtivos relevantes aos centros de apoio a tecnologia e pesquisas da região; participação no comitê gestor local e definição de grupos de produtores para o programa Consultoria Empresarial Rural nas regiões do Cariri e Baixo Jaguaribe – parceria SEBRAE e EMATERCE; coordenação e mobilização dos Encontros Regionais para discutir o ensino superior no interior – parceria SECITECE; fortalecimento econômico das regiões por meio do apoio aos núcleos e Arranjos Produtivos Locais – 38 (trinta e oito APLs).

Quanto às políticas de Desenvolvimento e Integração Regional de relevante para a região somente a implantação, com posse da diretoria efetiva, da primeira Agência de Desenvolvimento Regional (OSCIP) no Ceará na região do Maciço de Baturité com objetivo de apoiar as potencialidades, fortalecer a economia e a cultura e estimular o capital social da região. A ADR tem ainda a atribuição de elaborar projetos, captar recursos e promover parcerias para o desenvolvimento. Todavia, depois de criada passou por sérios problemas financeiros pela falta de recursos e apoio, mesmo considerando-se seu caráter de certa autonomia. Nas demais regiões, destacamos: contrato de cooperação técnica com o Instituto Euvaldo Lodi IEL/CE, com o suporte da Rede de Tecnologia do Ceará - RETEC/CE, que tem como objetivo a prestação de serviços de informação tecnológica (banco de dados) destinados aos clientes da SDLR; apoio às ações e as atividades de promoção dos produtos e serviços que

fortalecem a identidade regional. Participação na Feira internacional em Bolonha /Itália (participação no 17º Salão Internacional da Alimentação Natural, Saúde e Ambiente – SANA: Exposição de produtos naturais, artesanato e experiências bem-sucedidas, no Seminário Internacional de comércio ético, justo e solidário); no Seminário Internacional de Combate a Pobreza; no evento Irriga Ceará. Apoio à realização no Ceará da ExpoBrasil de Desenvolvimento Local (Expodelis); participação na equipe de coordenação para a implantação e o fortalecimento dos Fóruns de Cultura e Turismo; elaboração da Matriz de identificação do projeto CEPIMA, envolvendo os estados do Ceará, Piauí e Maranhão no apoio à organização do turismo integrado; realização da missão técnica para participar do I Encontro Nacional das Agências de Desenvolvimento, com o objetivo de conhecer o processo de criação e captação de recursos; visita ao consórcio intermunicipal do Vale do Paranapanema, em São Paulo, para verificar a viabilidade de implantação deste modelo nos Pólos de Desenvolvimento do Ceará; captação de recursos junto ao Ministério da Integração Nacional com a apresentação de três projetos com foco no apoio aos Arranjos Produtivos Locais - a região do Baixo Jaguaribe, como a primeira região contemplada, com os projetos de apoio aos APLs de Artesanato de Palha de Carnaúba, nos municípios de Itaiçaba e Palhano, e do Leite, em 12 municípios da região, com recursos da ordem de R\$ 280.000,00 e R\$ 612.000,00, respectivamente; a segunda região beneficiada, a do Cariri cearense com o projeto voltado para o fortalecimento do APL de Artesanato e para o apoio ao desenvolvimento regional baseado na articulação institucional, totalizando recursos de R\$ 471.000,00, já em fase de execução (SEPLAN, 2005).

Em documento do Governo de avaliação das ações realizadas até 2005 do PPA 2004-2007 este afirma que

A estratégia da SDLR de fortalecer regiões do interior estadual produziu efeitos esperados no fortalecimento da gestão integrada e autonomia local no Ceará. Entre os principais resultados que confirmam o alcance dos objetivos propostos, ressalta-se a concretização da estratégia de implementação do PDR do Maciço de Baturité, indicada no próprio Plano, com a instalação definitiva da ADR Maciço que se deu com a posse da Diretoria eleita pela Assembléia Geral e a realização de um trabalho inicial, conforme descrito, de ações visando o desenvolvimento dos setores econômicos estratégicos numa visão regional. [...] Esse trabalho vem trazendo como um dos resultados, a atração de parcerias com instituições que atuam numa visão territorial. Nesse aspecto, ressalte-se a captação de recursos junto ao Ministério da Integração Nacional para apoiar o desenvolvimento da economia local de regiões incluídas como prioritárias nos Programas do referido ministério, Cariri e Baixo Jaguaribe (SEPLAN, 2005, p. 172).

Podemos observar que grande parte dos projetos se destina às regiões tidas como prioritárias para o governo na sua política de desenvolvimento sustentável, mostrando o quanto a ação do Estado está mais atrelada aos interesses de grupos hegemônicos de

empresários que buscam uma maior acumulação do capital, que mudar o quadro de desigualdade regional. Sobre essa maneira de atuação do Governo do Estado e de seu poder de reestruturação, como também das novas exigências do atual período, Harvey nos fala (2003)

A produção do espaço, a organização de divisões territoriais totalmente novas do trabalho, a criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (como regras de contrato e formas de gerenciamento da propriedade privada) proporcionam importantes maneiras de absorção de excedentes de capital e de trabalho. Essas expansões, reorganizações e reconstruções com frequência ameaçam, contudo, os valores já fixados no lugar (incorporados à terra) mas ainda não realizados. Trata-se de contradição incontornável e aberta a uma interminável repetição, porque novas regiões também requerem capital fixo e infra-estruturas físicas e ambientes construídos para funcionar com eficácia (HARVEY, 2003, p. 99).

As palavras de Harvey explicam com propriedade o processo que vem se desenrolando na política territorial do Estado, com a produção de um espaço contraditório e desigual. Harvey (2003) afirma que as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos políticos- econômicos, e sócio-ecológicos e culturais - que ocorrem no momento presente. E continua “(...) Tem tanta importância considerar de que modo as diferenças geográficas estão sendo produzidas, no aqui agora, quanto tem recorrer a matérias-primas histórico-geográficas que nos vieram de outros ciclos de atividade” (HARVEY, 2003, p. 111). Entendemos com o autor que tão importante quanto, a muitas vezes comentada, formação sócio-espacial de um determinado espaço é também a forma como o mesmo continua a ser produzido. Passemos a analisar a produção do espaço regional do Maciço via planejamento estatal em busca de um suposto desenvolvimento sustentável e suas conquistas e perdas.

4.3. Planejamento e desenvolvimento e a busca da sustentabilidade

Sobre a política de desenvolvimento incentivada pelo Governo do Ceará, baseada em agências de desenvolvimento endógeno e arranjos de produção locais, podemos encaixá-la na seguinte afirmação de Coutinho "Exige, também, uma reflexão nova sobre a questão dos pólos ou dos clusters, das redes horizontais ou dos núcleos horizontais de atividade. Para lidar com essa dimensão exige-se uma engenharia institucional nova, na qual entram estados, municípios e União” (COUTINHO, 2006, p.46). Desta forma podemos encontrar essa (re) engenharia institucional no Ceará, nas regiões com a criação de Agências de

Desenvolvimento nas principais regiões do Estado, e a nível municipal podemos localizar algumas diretrizes e princípios do empreendedorismo urbano em cidades do Maciço de Baturité. Desta forma, é importante reconhecer o papel mediador fundamental das estruturas e dos poderes financeiros e institucionais, dando destaque ao papel do Estado nos processos de acumulação do capital (HARVEY, 2005).

Tomando-se como base a elaboração e execução dos Planos de Desenvolvimento Sustentável (1995-98/1999-2002) como pontos de partida de uma tentativa de modernização e integração econômica mais efetiva, onde o primeiro reconhece as mudanças tanto do Estado em si como da economia global e propõe uma visão mais prospectiva de suas metas para o ano 2020. Para isto o citado plano afirma que o crescimento econômico não é primordial, e sim um instrumento para alcançar o desenvolvimento no prazo de uma geração, sendo este apoiado em uma melhoria da qualidade de vida de todos os cearenses em curto prazo. Tinha como objetivos gerais: proteção do meio ambiente; reordenamento do espaço – interiorizar o desenvolvimento do estado; capacitação da população; crescimento da economia, geração de empregos e redução de desigualdades; desenvolvimento da cultura, ciência, tecnologia e inovação – promoção das mudanças culturais necessárias ao desenvolvimento sustentável e melhoria da gestão pública. Ainda podemos destacar as iniciativas do Estado em seu “novo” papel de agente indutor do desenvolvimento econômico, como aponta Rigotto (2001)

O programa destaca o papel do Estado como agente indutor para que a iniciativa privada não só obtenha retorno econômico satisfatório como contribua para o equilíbrio sócio-econômico e ambiental do estado, através da divulgação, por meio de feiras, exposições e um escritório nos EUA [para a venda externa do estado], de oportunidades de investimentos industriais, incentivos fiscais e financeiros, apoio tecnológico, de mercado e de infra-estrutura. Quanto ao perfil industrial propõem a seleção de gêneros e subgêneros em função do aspecto espacial da atividade industrial, do uso intensivo da mão-de-obra e de alternativas de investimentos em projetos sustentáveis em face da vulnerabilidade climática. (...) Na definição dos princípios e práticas do desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade é compreendida como “a possibilidade de obtenção de resultados permanentes no processo de desenvolvimento, preservando a capacidade produtiva dos recursos naturais, maximizando seus efeitos sobre a criação de renda e de emprego e assegurando o apoio político necessário para garantir a continuidade das políticas (RIGOTTO, 2001, p.47).

Quanto ao Plano de Desenvolvimento Sustentável 1999-2002 que representa a continuidade propalada da política de desenvolvimento sustentável do estado, este mantém os mesmos princípios. O mesmo considera que a indústria de transformação, juntamente com o turismo e a agricultura de valor agregado – lê-se agroindústria - são setores em que o estado tem as chamadas vantagens competitivas. Neste período, o estado alcança uma imagem positiva perante os investidores. Quanto ao meio ambiente, a política se concentra em

proteger e preservar a biodiversidade, através da implantação de unidades de conservação ambiental – APA de Baturité/2000, gerenciamento costeiro, zoneamento econômico-ecológico entre outros.

Com desenvolvimento em 2002 do Plano de Desenvolvimento Regional do Maciço - e dos seus posteriores em outras regiões do estado, que tinham como premissas serem uns dos principais instrumentos de planejamento do Estado, financiados pelo Banco Mundial, através do Programa de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – PROURB-CE coordenado pela SDLR. Estes planos foram concebidos visando à formulação de diretrizes estratégicas para o desenvolvimento econômico e social das regiões. Estes são estruturados em quatro componentes: caracterização regional; plano estratégico; proposta de estruturação do espaço regional e estratégia de execução.

Destaquemos a primeira parte dos planos quando fazem a caracterização regional, buscando a compreensão do espaço regional como forma de domínio deste – pode usar instrumentos como zoneamento econômico-ecológico – e sua inserção no contexto estadual, usando para isto de dados em nível municipal. Esta fase vai desembocar em um dos componentes, que aqui faremos destaque, o do planejamento estratégico em suas seguintes diretrizes: visão integrada das vantagens e potencialidades da região; identificação de obstáculos e ameaças a serem movidos para potencializar as oportunidades de desenvolvimento; levantamento da hierarquia e funções dos núcleos urbanos e elaboração de cenários prospectivos para a região – lêem-se empresários – com dimensões demográfica, socioeconômica e ambiental.

Todavia, cabe-se perguntar a quem este levantamento - tão minucioso do espaço regional pelo planejamento - tem realmente servido. O planejamento é propagado como “única” forma de alcançar o desenvolvimento, tendo o nosso estado que também reduzir a pobreza aguda. Santos, analisando o papel do planejamento para o desenvolvimento e expansão do capital, afirma

Existem muitos exemplos da contribuição da ciência regional, da geografia e do planejamento regional para a difusão do capital; é o caso da popularização de teorias tais como a dos lugares centrais, a dos pólos de crescimento, a da descentralização e desconcentração industrial das grandes cidades, a da industrialização deliberada e descentralização concentrada. Não é de se admirar que o tema da urbanização se tenha tornado muito controverso durante o período em que a idéia da “matriz locacional”, de Schultz (1953), ganhava terreno graças a categorias econômico-espaciais tais como as de economias externas, economias e deseconomias de escala, cujo papel é justificar cientificamente arranjos espaciais [regiões especializadas competitivas, arranjos produtivos locais] que promovem a expansão capitalista (SANTOS, 2007, pp.21-22).

Cabe lembrar o papel da mobilidade da classe trabalhadora que o planejamento estatal também se preocupa, pois passamos por um momento de reestruturação espacial da distribuição demográfica no Ceará, como resultado de sua reestruturação produtiva. Com uma diminuição do peso da agricultura – em algumas regiões – e desenvolvimento de outras atividades mais complexas que envolvem vários setores da economia. Destaca-se a necessidade propalada pelo governo de uma urbanização completa da sociedade. Como também não podemos deixar de relembrar da questão da sustentabilidade ambiental que vai de encontro com o desenvolvimento das forças produtivas e a política econômica de desenvolvimento do Estado. Santos aborda, de forma muito interessante essas vertentes do planejamento, quando diz

Com o desenvolvimento da forças produtivas, a desigualdade regional cessa de ser o resultado das aptidões naturais e está se tornando ao mesmo tempo mais profunda e mais especulativa: existe uma maior necessidade de capitais crescentemente volumosos; os recursos sociais também tendem a se concentrar em certos locais onde a produtividade do capital é cada vez mais alta. Tudo está ligado. A atração da força de trabalho é um corolário dos investimentos e os salários mais baixos são um fator adicional para aumentar os lucros e inflar a mais-valia do grande capital. É por isto que se depara com uma concentração cumulativa de investimentos e de população nas mesmas cidades. A tendência à especialização agrícola se acompanha da expansão do número de salarizados, da extrema divisão social do trabalho e da concentração econômica e espacial. A urbanização e a primazia se apresentam como necessidade do sistema (Id, Ibid., p.22).

Findamos como esta citação de Santos, que descreve muito bem grande parte dos processos que ora se dão no nosso Estado e região estudada, e o que os mesmos representam.

5. PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL NO MACIÇO DE BATURITÉ ALGUNS RESULTADOS: VITÓRIA OU PERDAS?

O planejamento regional no estado tem como objetivo propiciar o reordenamento espacial com ações que buscam na interiorização o melhor aproveitamento das potencialidades do estado. Nesse sentido, a política urbana do estado é orientada para promover cidades que, estrategicamente, garantam a sustentabilidade do desenvolvimento, isto é, que sejam áreas de concentração de investimentos ou de dinamização econômica (CEARÁ, 2004).

Essas cidades deveriam contribuir para desconcentrar o processo de urbanização do estado, hoje fortemente polarizado pela Região Metropolitana de Fortaleza, e melhor equilibrar espacialmente a distribuição da riqueza e da população no território estadual. Dentro desse processo, os municípios deveriam atuar em blocos regionais que os permitam obter diferenciais - ou rendas de monopólio - que os posicionassem como locais com possibilidade de desenvolvimento econômico sustentável com justiça social e equilíbrio ambiental.

Portanto, era tarefa do planejamento regional dotar a região do Maciço de Baturité - incluindo todos os seus municípios integrantes - dessas características e instrumentos como o PDR, parte do Projeto de Desenvolvimento Urbano do Ceará, PROURB-CE. Analisando os objetivos do referido plano faz-se uma comparação de suas demandas apontadas como necessárias para o desenvolvimento da região e de suas propostas analisadas no PDR no período de sua consecução final da década de 90, com as demandas apontadas em dois eventos (posteriores a consecução do plano) onde foram analisadas as possibilidades e vulnerabilidades para o desenvolvimento da região. Estes foram a Conferência Regional do Maciço de Baturité, realizada em 09 de novembro de 2007, como parte da III Conferência Estadual do Meio Ambiente, e a Oficina do Plano Plurianual Participativo 2008-2011 da Macro Região do Maciço de Baturité, realizada em 18 de maio de 2007 (Anexos C e D). Ambas com a participação de membros do Estado (nas diversas escalas), sociedade civil organizada, empresários e empreendedores.

Começamos com a definição da estratégia e objetivos presentes no PDR Maciço de Baturité, que é composta de um quarteto de linhas estratégicas, estabelecidas a partir da compreensão do ambiente competitivo e das características intrínsecas do Maciço. Essas linhas

estratégicas são divididas em componentes, e apontam os principais meios de se alcançar o objetivo de desenvolvimento (CEARÁ, 2004). Passemos a elas:

Linha Estratégica 1 – o Maciço de Baturité será um pólo regional de turismo em ambiente serrano.

Componente 1.1 - Expansão do fluxo de turistas nas modalidades e segmentos atualmente praticados de turismo em ambiente serrano (ex. eventos culturais estaduais, ecoturismo);

Componente 1.2 - Redução da sazonalidade com introdução de novas modalidades e segmentos de turismo em ambiente serrano (ex. recomposição para a terceira idade, eventos empresariais, esportes radicais e de concentração, histórico cultural, agroturismo).

Linha Estratégica 2 – O Maciço de Baturité terá uma economia primária competitiva, integrada aos mercados regionais e nacional.

Componente 2.1 - Recuperação da competitividade de culturas tradicionais (café, banana, caju, cana-de-açúcar, alho) para atuação em segmentos específicos de mercado;

Componente 2.2 - Expansão de culturas competitivas consolidadas (repolho, couve e chuchu), de culturas em desenvolvimento (flores, outras folhagens, sorgo, caprinos/ovinos), e de culturas consorciadas (mel e peixes em cativeiro).

Linha Estratégica 3 – O Maciço de Baturité terá uma economia industrial intensiva em mão-de-obra, harmonizada com o ambiente natural.

Componente 3.1 - Reativação do pólo confeccionista, intensivo em mão-de-obra;

Componente 3.2 - Expansão da agroindústria de produtos regionais;

Componente 3.3 - Profissionalização da mineração de pedras semipreciosas e da industrialização de jóias.

Componente 3.4 - Profissionalização do artesanato local, com integração aos roteiros turísticos.

Linha Estratégica 4 – O Maciço de Baturité será uma região com atrativos infra-estruturais, físicos, sociais e ambientais.

Componente 4.1 - Promoção do equilíbrio físico (serviços de utilidade pública e rede de transporte) na escala regional;

Componente 4.2 - Promoção do equilíbrio social (saúde, educação, lazer e segurança) e institucional na escala regional;

Componente 4.3 - Promoção do equilíbrio ambiental (fauna, flora, ar, água, solo/subsolo) na escala regional.

Componente 4.4 - Promoção do gerenciamento institucional eficaz na escala regional, incluindo patrimônio histórico (CEARÁ, 2004, s/p).

Com estas medidas objetivava-se que o Maciço de Baturité deveria obter seu desenvolvimento econômico sustentável com justiça social, através da oferta de serviços de turismo em ambiente serrano, de produtos primários diferenciados e de qualidade, e de produtos intensivos em mão-de-obra e agroindustrializados, fornecendo aos moradores e visitantes uma Região integrada ao meio ambiente, atraente e equilibrada física, social e ambientalmente (Id, Ibidem). Mas como se afirmou mais a frente nem sempre os planos saem como planejados, e o que encontramos nos dias de hoje são problemas antigos que ganharam apenas novos contornos, alguns com aumento de magnitude como o caso apontado da segregação socioespacial.

Analisando-se os problemas apontados nos dois eventos supracitados encontraremos muitas semelhanças com o ambiente regional da época de consecução do PDR.

Vejamos os problemas citados como temas críticos na Oficina do Plano Plurianual Participativo 2008-2011 da Macro Região do Maciço de Baturité. Cabe destacar a metodologia de trabalho e os participantes do referido evento. Quanto à metodologia de trabalho era composta de palestras, discussões em plenárias e trabalhos em grupos. Os participantes foram em número de 115 lideranças da região das esferas governamentais em nível municipal, estadual e federal, empresários e representantes de entidades patronais, representantes de entidades de trabalhadores, ONGs, institutos de pesquisa, escolas técnicas, universidades públicas e privadas, representantes do poder legislativo e judiciários e estudantes.

Para o andamento dos trabalhos foram divididas as temáticas nas seguintes áreas: Educação e Ciência e Tecnologia; Cultura, Turismo, Esporte; Assistência Social; Saúde; Segurança pública e justiça; Agricultura Familiar, Agronegócios, Indústria e Serviços; Infra-Estrutura/Recursos Hídricos; Habitação, Saneamento e Meio Ambiente e Dimensão Político – Institucional (SEPLAN/2007). Para melhor dimensionamento e respeitando os limites deste trabalho apresentaremos somente alguns pontos, ficando o quadro geral no documento oficial que consta nos anexos.

Começamos pela temática da educação de fundamental importância para o desenvolvimento de qualquer lugar. Escolhemos entre as áreas consideradas críticas as: - Baixo índice de aprovação; Analfabetismo escolar; Professor não qualificado (Educação Infantil e Ensino Fundamental); Insatisfação dos profissionais da educação (baixo salário falta concurso público, ausência de benefícios equiparados: capital e interior); Salas numerosas (Ensino Fundamental I e II); Material didático insuficiente; Evasão escolar; Distorção (idade/série) ensino fundamental/médio; Falta de uma Instituição de ensino profissionalizante (CEFET, SENAI etc); Escolas despreparadas para receber alunos com necessidades especiais; Transporte escolar – estradas e Inexistência de um currículo que atenda as exigências do mercado de trabalho. Estes são somente alguns dos problemas apontados nesta área, agora cabe a pergunta para uma população que no censo do ano 2000 era predominantemente de jovens 49% (CEARÁ, 2004), como analisar as potencialidades de desenvolvimento com uma educação ofertada com estas debilidades?

Passando para o ponto seguinte que trata sobre os problemas no tocante a cultura, atividade turística, esporte e lazer, os problemas citados foram: Turismo: Falta de infraestrutura: vias de acesso, sinalização urbana e rural; Identificação de trilhas ecológicas e

demais recursos naturais; Falta receptivo ao turista; Falta de mão de obra especializada: hotelaria, gastronomia, ecoturismo, turismo rural, cultural, religioso; Falta de comunicação viária na região; Falta de conhecimento das potencialidades turísticas da região por parte da população. Cultura: Falta de recurso para área da cultura; Desvalorização da Cultura Popular Tradicional e Degradação do patrimônio histórico edificado. Esporte e Lazer: Falta de espaços para prática de esporte e lazer; - Falta de profissionais qualificados. Desta forma, como cidades com todas essas carências de infra-estrutura que foram apontadas desde a criação do PDR - e continuam existentes - quando não agravadas, conseguem realizar e desenvolver uma atividade turística promissora. E o que foi realmente feito? Pois a principal estratégia de desenvolvimento da região se daria pela atividade turística, mas com essa configuração de problemas fica difícil esta despontar na região como região turística de peso, no contexto estadual.

Como dissemos pela dimensão deste trabalho, vamos suprimir algumas das áreas citadas e analisaremos as que representam mais concretamente demandas de produção do espaço urbano. Portanto, passemos a analisar as atividades econômicas e suas infra-estruturas: agricultura, infra-estrutura, indústria e comércio que apresentam os seguintes problemas, segundo os membros da oficina: O INCRA não permite que a EMATERCE faça assistência técnica nos assentamentos; Falta de estrada de interligação dos municípios do Maciço; Estrada CE – 060 sem acostamento e curvas acentuadas no trecho Baturité / Guaiúba; e sem faixa de pedestre nas áreas urbanas; Falta de política pública para geração de emprego e renda; Falta de incentivo ao aproveitamento do potencial da cana-de-açúcar, mamona, gergelim, pinhão manso; Condições precárias das estradas do Maciço; Inclusão Digital; Inexistência de estrutura do SENAC, SENAI e SENAR; Insuficiência de recursos do FECOP na região do Maciço; Ausência de políticas de incentivo de implantação de indústria na região; Falta de estrutura nas estradas (entrada e saída) dos municípios para atender aos turistas e degradação ambiental: quebradas e pé de serra. Neste ponto, encontramos uma verdadeira barreira ao desenvolvimento de qualquer sociedade, pois o espaço físico construído é de vital importância para qualquer destas atividades, como também o apoio das mesmas com maior incentivo. Lembrando que este incentivo vem sendo dado em outras regiões, às localizadas e nucleadas pelas cidades médias (Sobral, Juazeiro do Norte e Crato, e Baixo Jaguaribe). Assim, questiona-se onde está a chamada busca de integração regional com tamanha seletividade espacial no uso dos recursos?

Quanto aos problemas envolvendo as questões da habitação, saneamento e meio ambiente, básicas em uma região localizada, em parte, em uma área de preservação ambiental e com um crescente processo de especulação imobiliária e subsequente processo de segregação socioespacial temos os seguintes problemas apontados: Construção de casas de forma desordenada e irregular; Número elevado de moradias inadequadas na zona rural e urbana; Intensiva especulação imobiliária contribuindo para o êxodo rural e a degradação ambiental (desmatamento, ocupação irregular do solo e das APP's); Número reduzido de ligações de esgotamento sanitário nos municípios, gerando problemas de saúde e ambientais; Falta de instalações sanitárias (banheiros) nas moradias da zona rural; Número reduzido de casas ligadas ao Sistema de Abastecimento de Água na zona urbana; Incidência de doenças provocadas pela má qualidade da água; Falta de reservatórios de água para o consumo humano. Quanto ao meio ambiente temos: Falta de sensibilização e conscientização da população de como lidar com a produção e destino do lixo; Falta de tratamento adequado dos resíduos sólidos – em execução, mas sem datas para finalização; Uso exagerado de agrotóxicos, provocando poluição dos rios, lagoas, degradação do solo, problemas de saúde nos agricultores e consumidores – que as prefeituras dizem estar controlado; Falta de sensibilidade dos gestores públicos em não coibir o uso de agrotóxicos e não apresentar alternativas tecnológicas adequadas aos agricultores – como verificamos em entrevistas.

Com tudo que foi apontado fica difícil com os problemas citados localizarmos uma atuação positiva ou consistente com resultados concretos do planejamento, pois todas as áreas citadas como prioritárias nos programas e projetos de desenvolvimento para a região passam por problemas estruturais. Destaca-se a falta de uma maior atuação em políticas públicas como as que trabalham com o oferecimento de serviços e equipamentos de consumo coletivos, que em uma região turística antes de servirem a turistas são imprescindíveis para a população local. Sobre esta forma de agir do Estado e sua ligação com o desenvolvimento das forças produtivas a serviço do capital nos fala Icasuriaga (2002)

Desde a primeira fase da era monopolista, os equipamentos e serviços coletivos – em especial aqueles diretamente vinculados à reprodução da força de trabalho, como por exemplo as atividades de ensino e saúde, servindo à formação ampliada das forças produtivas humanas -, além de representarem importantes conquistas sociais da classe trabalhadora, significam fundamental reforço para a classe capitalista no que concerne o aumento do grau de acumulação de capital necessário à estabilização da queda da taxa de lucro. Tais equipamentos e serviços coletivos diferenciam-se das formas de consumo individual que podem ser consideradas como gastos de renda na compra de mercadorias necessárias à reprodução individual da força de trabalho. [E continua] Inseridas nos ciclos do processo de produção, essas atividades são socialmente necessárias, mas improdutivas do ponto de vista capitalista, mesmo quando o modo de produção capitalista necessita aumentar sua produtividade para o desenvolvimento da acumulação (...) Portanto, essas condições constituem um fator

improdutivo , mas que não se pode ser obviado porque torna possível tanto a produção quanto o consumo (ICASURIAGA, 2002, p. 228).

Assim temos uma incongruência na ação do Estado, pois o mesmo fala de uma necessidade em desenvolver os fatores de produção regionais, mas não investe nestes. Caracterizando assim a forma de agir baseada na agenda neoliberal, que cobra resultados através de políticas de descentralização, mas não dar condições para que sejam alcançados. Daí a tentativa de fomento de gestões intermunicipais, descentralizadas com “autonomia” e planejamentos de cunho urbano-regional como forma de contornar esta falta de ação do chamado e defendido Estado mínimo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU PARA NÃO CONCLUIR

Entendendo o papel de uma dissertação como resultado de um estudo científico retrospectivo, que tem como objetivo reunir, analisar e interpretar informações, com isto apresentar-se-á aqui uma avaliação geral e sucinta do trabalho, por acreditarmos que no corpo deste já se apresentam os objetivos pretensos de um trabalho deste porte, não tendo este a pretensão de esgotar as reflexões sobre o tema estudado, e sim possibilitar que estas sejam visualizadas e pensadas por mais pessoas que se estudem o tema.

O mundo globalizado insere precariamente todos os espaços. Esse é o modo de inserção possível numa sociedade crítica como a moderna sociedade capitalista. E neste ponto temos a atual produção do espaço da região estudada como uma tentativa por parte de seus produtores espaciais hegemônicos de inseri-la neste contexto do mundo globalizado. Deve-se deter no fato de que essa produção se faz por meio de uma apropriação deste espaço como mercadoria, como podemos perceber em alguns espaços de cidades como Pacoti e Guaramiranga, por exemplo. Tendo assim territórios dominados indicando as relações de poder, com um espaço concretamente e simbologicamente apropriado. Daí termos uma saída de moradores da região, como também uma falta de pertencimento destes ao seu espaço vivido, pois o mesmo cada vez mais se reproduz na forma de um espaço homogêneo produzido para a atividade turística e de lazer.

Com efeito, viu-se toda uma complexidade que recai sobre a intensa transformação geoambiental, pois o Maciço como pudemos ver é limitado e cercado pela caatinga, mas essa acompanha o processo de modernização, pois a mesma subia junto com o fazendeiro no lombo dos animais, que desciam com a madeira arbórea da floresta atlântica.

Mostrou-se ou tentou-se mostrar que o paradigma do desenvolvimento sustentável ou da sustentabilidade não se consolida na região estudada, pois a mesma passa por um grande processo de degradação ambiental – agressão a áreas protegidas - e de piora na qualidade de vida de seus moradores tradicionais. Este paradigma se mostra mais como um instrumento para legitimar uma apropriação mercantilizada materializada no processo de especulação imobiliária, que se desenvolve fortemente na região. Desta forma, temos a (re)produção do espaço como uma realidade concreta na região – que possui várias obras, tanto privadas como públicas em andamento, e o desenvolvimento de forma sustentável como um discurso ideológico, com fins de eliminar os conflitos e contradições advindos da produção desigual do espaço, que leva a um desenvolvimento geograficamente desigual. Basta lembrar-se, do que nos diz Rigotto (2004) sobre o caráter deste discurso “(...) difunde a

ilusão de uma prosperidade material generalizada e prometida a todos. A utopia desenvolvimentista prometeu que o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão da esfera econômica libertariam a humanidade da escassez, da injustiça e do mal estar. Dominando a natureza, a humanidade teria poderes soberanos sobre si própria” (RIGOTTO, op. cit., p. 07).

Na realidade, o que se mostra nessa possibilidade de sustentabilidade para o desenvolvimento da região, são transformações nos métodos de produção dos espaços (novas tecnologias), como se a técnica, por si só, pudesse dar respostas únicas a sustentabilidade e aos problemas por que passam seus cidadãos. Ver-se sim, nas formas de apropriação do espaço pelos diversos segmentos sociais, as diferentes formas de intervenção do Estado na produção deste na busca de viabilizar o “desenvolvimento”. Como também os mecanismos de exploração e expropriação das classes desfavorecidas, pois este facilita o processo de apropriação do território pelas classes dominantes.

Também se pôde encontrar conseqüentes formas de organização e resistência dos trabalhadores; camponeses; índios e outros agentes produtores e consumidores daquele espaço, como também de parlamentares do estado, ministério público e ONGs.

Destacamos neste estudo como o Estado, principal agente deste processo, atua de forma contraditória para muitos, mas na verdade da forma ideal para que o sistema possa se reproduzir continuamente, como vem fazendo há séculos. Lembra-se que a produção do espaço caminha – ou deveria caminhar - junto com o planejamento urbano-regional na região, e ambos se ligariam em busca de um pretenso desenvolvimento sustentável para a área estudada, sendo este discurso puxado, como tentou-se mostrar, pelas várias escalas do Estado e por diferentes atores que atuam na região e estado. Tem-se assim o discurso como base das coisas e não a ação objetiva e concreta. Lembrando que o processo de produção do espaço tem vários níveis como os político e econômico que representam a (re)produção do espaço de dominação e realização da acumulação, no caso dominado pelos agentes hegemônicos empreendedores e especuladores, que produzem o espaço com forma de obter lucro. Como também o nível social que representa, no caso, a apropriação desigual no cotidiano do espaço, e as diferentes práticas espaciais que se dão no uso do espaço das cidades da região, sendo este usado enquanto valor de uso e condição de sobrevivência para a maioria da população, e usado como mercadoria ou reserva de valor para turistas, veranistas e especuladores.

O modelo de desenvolvimento do estado capitalista se faz representar no modelo pregado e em parte executado pelos últimos governos do Estado do Ceará e algumas prefeituras da região, destacando-se as ações na região estudada. Um modelo que reflete o

modelo de desenvolvimento brasileiro que possui como características principais: concentração de renda, desigualdade social e aumento da pobreza: crescimento das elites; degradação ambiental e social: terra arrasada na cidade e no campo; dívida externa e subordinação aos credores internacionais; nova divisão internacional da produção: o fosso entre ricos e pobres se aprofunda, como entre os lugares, e erosão da democracia e mercantilização da política.

Temos então o projeto de reestruturação espaço-regional realizado pelo Governo do Estado, que se deu tanto através de uma produção de um espaço que possibilitasse uma maior integração entre as regiões do estado, com a instalação de um capital fixo que serviu de suporte para a planejada articulação. Como também por meio das diversas regionalizações promovidas. Essas regionalizações funcionam como uma forma de hierarquização dos espaços, para se produzir um espaço homogêneo, hierarquizado e articulado.

Com o uso de dados provenientes de órgãos do governo, nas diversas escalas, como por dados obtidos em entrevistas com gestores e membros da sociedade civil organizada, demonstrou-se que grande parte das políticas executadas ou planejadas para a região representam modelos implementados em outros espaços, tanto nacionais como internacionais. E que por isso não representam, nem resolvem os problemas próprios dos espaços concretos onde são implantados, representando sim outras realidades agindo como idéias fora do lugar (MARICATO).

Com base em Santos, e concordando com este sobre o papel do planejamento e de suas nuances findamos com uma citação sua, que fala um pouco do que representa este trabalho

Este trabalho não deve ser tomado por algo que ele não é: uma profissão de fé antiplanejamento. Condenamos simplesmente aquele planejamento que é o do capital. Desejamos vê-lo substituído por outro basicamente preocupado com a sociedade como um todo e não com aqueles já privilegiados. Neste momento crítico a batalha de idéias é essencial. Um escárnio terrível, agora que as idéias são manufaturadas e impostas. A perda de sentido para a vida profissional não está restrita à profissão. Ela atingiu o próprio coração da universidade. Torna-se claro, disse Norbert Wiener, o inventor da cibernética, quando rompeu com os militares em 1947, que a degradação da posição do cientista, de trabalhador e pensador independente a laciao moralmente irresponsável de uma fábrica-manufatureira-deciência, ocorreu de forma rápida e devastadora do que se esperava (...). Em nome do pragmatismo – palavra obscena – os cientistas esqueceram seu dever para com a sociedade. “Para muitos economistas”, diz Boulding, “o próprio termo ‘ciência moral’ parecerá uma contradição”. O mesmo válido para muitos geógrafos. Quando Boulding fala da urgente necessidade de uma “economia heróica”, baseada numa “ética heróica”, poder-se-ia acrescentar que se torna igualmente urgente encontrar homens de boa fé para uma “geografia heróica”, baseada numa “ética heróica”. Essa ética nos permitirá conhecer o espaço como reino de todos os homens e não como o campo de exercício do capitalismo. Isto significa que se deve estar preocupado, com o espaço social, o espaço de todos, e não como espaço de empresas, o espaço de alguns, erroneamente chamado de “espaço econômico” (SANTOS, 2007, p.34)

Cabe-se pensar como e para quem estão se construindo nossas cidades? Esta pergunta já é vista como um clichê, mas, a cada vez que é feita ajuda a se refletir sobre o assunto, dando assim uma dose de ânimo aos que lutam por uma construção de cidades e territórios mais justos e realmente igualitários. Desta forma voltamos à pergunta feita no início deste trabalho. Pois o que são cidades, construídas sem a sabedoria do povo? (Brecht).

Enfim, sendo as políticas de reestruturação espacial resultantes de determinados projetos políticos, em “alguns” casos conflitantes (Estado e sociedade privada), e que trazem consigo uma noção de espaço e desenvolvimento implícitos em suas ações, que obedecem a uma intencionalidade hegemônica, quais são neste caso as necessidades que os atuais projetos políticos (Cidades do Ceará, PROURB e Plano de Desenvolvimento Regional) atendem? E, por fim, uma questão básica, o planejamento urbano-regional é solução de problemas da vida cotidiana ou é a proposta de solução para o capital?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro, DP&A Editora e CREA-RJ, 2001, 240 p.

ALFREDO, Anselmo. **A cidade capitalista: uma centralidade que impõe a descentralização**. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de Lima (org). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

AMARAL FILHO, Jair. **Capital social, cooperação e alianças entre os setores público e privado no Ceará**. Fortaleza, 2006.

_____. **Ajustes estruturais, novas formas de intervenção pública e novo regime de crescimento econômico no Ceará**. In: BRANDÃO, C. A.; GONÇALVES, M. F.; GALVÃO, A. C. *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução a economia regional**. São Paulo: Atlas, 1987.

ARANTES, Otília B. F. **Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas**. In: ARANTES, O., VAINER, C. B. & MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. São Paulo: Vozes, 2002.

ARANTES, O., VAINER, C. B. & MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. São Paulo: Vozes, 2002.

ARROYO, M. M. **Dinâmica territorial, circulação e cidades médias**. In: SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ASSIS, L. Francisco de. **Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica**. In: *Revista Território*, Rio de Janeiro, Ano VII, nº. 11, 12 e 13. set./out., 2003. p. 107-122.

BAR – EL, Raphael (org.). **Desenvolvimento com equidade e redução da pobreza: o caso do Ceará**. Fortaleza: Premium, 2006.

BASTOS, F. H. **Guaramiranga: propostas de zoneamento e manejo ambiental**. 2005. 200f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UFC, Fortaleza, 2005.

BRANDÃO, C. A.; GONÇALVES, M. F.; GALVÃO, A. C. **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

_____. **Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda de desenvolvimento territorializado**. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.107, jul./dez. 2004, p.57-76.

BOISIER, Sergio. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político**. *Revista Planejamento e Políticas Públicas* nº 13/junho de 1996, p. 111-143.

CARLOS, Ana F. Alessandri. **O Espaço Urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____ **Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”**. São Paulo, 2002.

_____ **Espaço-tempo na Metrópole**. A fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001(a);

_____ **“Novas” contradições do espaço**. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de Lima (org). O espaço no fim do século: a nova raridade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001 (b).

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARVALHO, Otamar de. **Nordeste: a falta que o planejamento faz**. In: BRANDÃO, C. A.; GONÇALVES, M. F.; GALVÃO, A. C. Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

CARVALHO FILHO, J.. **Redes interorganizacionais para gestão ambiental**: uma aplicação para o Maciço de Baturité – CE. 2001. 129 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CASTRO, José Liberal de. **Urbanização Pombalina no Ceará**: a paisagem da vila de Montemor-o-Novo d’América. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 1999.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**. Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CAVALCANTE, A. M. B.; GIRAO, J. B. C.. **História da Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité**. In: Pinheiro, D.R.C.. (Org.). Desenvolvimento Sustentável: desafios e discussões. Fortaleza: ABC, 2006, v., p. 365-382.

CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional. **Maciço de Baturité. Plano de Desenvolvimento Regional**. Fortaleza, 2004. 108p.

COCCO, G.; SILVA, G.(org.). **Territórios produtivos**: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: SEBRAE, 2006.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano**: entre o discurso e a prática. São Paulo: Unesp, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª Ed.. São Paulo: Ática, 2003.

_____ **Região: a tradição geográfica**. In Trajetória geográficas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 183-196.

_____ **Região e organização espacial**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, M. do R. C. **Redes intermunicipais: uma nova dimensão econômica no quadro da CPLP.** 2005. 304 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2005.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997;

COUTINHO, Luciano. **O desafio urbano-regional na construção de um projeto de nação.** In: BRANDÃO, C. A.; GONÇALVES, M. F.; GALVÃO, A. C. Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios.** São Paulo: Cortez, 1996.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização.** Apontamentos bibliográficos. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos; Mónica Arroyo; María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

_____ **O urbano no mundo da mercadoria.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et al. Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de lima (Orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade.** São Paulo: Contexto, 2001.

DANIEL, Celso. **Governo local e reforma urbana num quadro de crise estrutural.** In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos (Org.). Globalização fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 291-309.

_____ **Ação política e diversidade de atores no universo social urbano.** In: BRANDÃO, C. A.; GONÇALVES, M. F.; GALVÃO, A. C. Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

ENDLICH, A. M.. **Perspectivas sobre o urbano e o rural.** In: Maria Encarnação Beltrão Sposito; Arthur M. Whitacker. (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. , p. 11-31.

FARAH, M. F. S. **Gestão pública local, novos arranjos institucionais e articulação urbano-regional.** In: BRANDÃO, C. A.; GONÇALVES, M. F.; GALVÃO, A. C. Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

FELDMAN, Sarah. **Política urbana e regional em cidades não-metropolitanas.** In: BRANDÃO, C. A.; GONÇALVES, M. F.; GALVÃO, A. C. Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. 208p.

FROTA, Silvana. **Guia Municipal 2007/2008.** Fortaleza, 2007.

GOMES, Paulo C. da C. **O conceito de região e sua discussão.** In: CASTRO, Iná Elias de et al. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998;
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- _____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- _____. **A Justiça social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- IBAMA. **Planejamento Biorregional do Maciço de Baturité**. Fortaleza: BNB, 2002.
- IBGE. **Regiões de influências das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- ICASURIAGA, Gabriela Lema. **Gestão social dos equipamentos e serviços coletivos**. In: *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Ramos, M. H. R. (org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- IPLANCE. **A Reestruturação espacial como componente da estratégia de combate à pobreza rural**. Fortaleza: IPLANCE, 2002.
- INPLANCE. **Anuário estatístico do Ceará**. 1995/96.
- IPECE. **A regionalização do estado do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2007.
- IPECE. **A regionalização do estado do ceará: uma proposta de reformulação**. Fortaleza: IPECE, 2006.
- LARA, D. ; SIMÕES, R. **Agências regionais de desenvolvimento: formulações conceituais e apontamentos para a SUDENE**. Belém: 2007.
- LEFÉBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991 (1969).
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- _____. **O espaço e o estado**. In: *L'état – Vol. IV, s/d*, pp. 259 – 324 (Tradução).
- LENCIONI, Sandra. **Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional**. Scripta Nova, Barcelona, Vol. XI, núm. 245 (07), 1 de agosto de 2007.
- LEROY, Jean-Pierre (ET al.). **Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?** Petrópolis: Vozes, 2002.
- LIMA, Luiz Cruz. **Regionalização do estado do Ceará**. In: LIMA, Luiz Cruz, SOUZA, Marcos J. N. de MORAIS, Jader Onofre de. *Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará*. Fortaleza: FUNECE, 2000.
- LIMA, Luiz Cruz, SOUZA, Marcos J. N. de MORAIS, Jader Onofre de. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará**. Fortaleza: FUNECE, 2000.

LUCHIARI, M. Tereza. "**Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo**". In: LIMA, Luiz C. (org.). *Da cidade ao Campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: UECE, 1998, p.15-29.

MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, O., VAINER, C. B. & MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. São Paulo: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MASSEY, Doreen. **La conceptualización del espacio y la cuestión de la política en un mundo globalizado**. In: SILVA, J. B. da, Org.; LIMA, L. C., Org.; DANTAS, E. W. C., Org. *Panorama da Geografia Brasileira II*. São Paulo: Annablume, 2006;

MORAES, A C. R. & COSTA, W. M. da. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

PERROUX, F. **A economia do Século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

PIRES, E. L. S. **Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos**. In: SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). 09/11/2005

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis, Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

OLIVEIRA JR., João Alencar. **Planejamento, política de transportes e desenvolvimento regional**. Fortaleza: IPLANCE, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **O território e o poder**, In: *Por uma geografia do poder*. Trad. de M. Cecília França. São Paulo: Ática, 1993, p. 143 – 220.

REDESIST. **Critérios para a identificação e análise de APLs**. Seminário para a discussão de conceitos e metodologias para APLs, 2003

REIS, N. G.(org.). **Brasil: estudos sobre dispersão urbana**. São Paulo: FAU – USP, 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Sentidos da urbanização: desafios do presente**. In: *Cidades médias: produção do espaço*. Spósito, E. S. *et al.* 1.ed.. São Paulo: Expressão Popular, 2006. pp. 17-29.

RIGOTTO, R. **O progresso chegou e agora?** As tramas da (in)sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento. 2004. 566 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

_____. (Org.). **As tramas da (in)sustentabilidade: Trabalho, meio ambiente e saúde no Ceará.** Fortaleza, INESP, 2001. p. 145-159.

ROCHA, Adriana Marques. **O turismo e a reconstrução de territórios do espetáculo na metrópole.** 2006. 143 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo; Modernidade; Globalização.** São Paulo: Hucitec, 2002;

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção do e no espaço: problemática ambiental urbana.** São Paulo: Hucitec, 1998.

ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nádia. **Governar as metrópoles: dilemas da recentralização.** In: BRANDÃO, C. A.; GONÇALVES, M. F.; GALVÃO, A. C. Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

SAMPAIO, Joaquim. **Considerações sobre a residência secundária em Esposende.** Revista da Faculdade de Letras – Geografia I, série, vol. XV/XVI. Porto, 1999-2000, pp. 131-143

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas.** 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **A urbanização brasileira.** 2ª Ed.. São Paulo: Hucitec, 1994 a.

_____. **Técnica, espaço, tempo.** Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994 b.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988;

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SHACHAR, Arie. **Reestruturação do espaço urbano.** In: BAR-EL, Raphael (org.). Reduzindo a pobreza através do desenvolvimento econômico do interior do Ceará. Fortaleza: IPLANCE, 2002.

SEBRAE/CE. **Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município de Guaramiranga.** Fortaleza: Ed. SEBRAE/CE, 1998.

SEPLAN. **Avaliação 2005 – Plano Plurianual 2004-2007.** Fortaleza: SEPLAN, 2006.

SETUR, **Plano integrado de desenvolvimento turístico para o Ceará 2004/2007.** Fortaleza: SETUR, 2003.

SILVA, J. B. da, Org.; LIMA, L. C., Org.; DANTAS, E. W. C., Org. **Panorama da Geografia Brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006;

SILVA, José Borzacchiello da & SANTOS, V. C. C. **O Estado e o desenvolvimento desigual**. Mercator, ano 1, n. 1. Fortaleza: UFC, 2002

SILVA, José Borzacchiello da. **O papel de Fortaleza na rede urbana cearense**. In: Capítulos de Geografia do Nordeste. Recife, 1982.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-modernas** – a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SORIANO, Raúl R. **Manual de pesquisa social**. Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SOUZA, M. Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Geografia conceitos e temas. Iná E. de Castro (Org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 77 – 116.

SOUZA, Marcelo L. de. **O Desafio Metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Marcos Nogueira. **Bases naturais e esboço do zoneamento geoambiental do estado do Ceará**. In: LIMA, Luiz Cruz, SOUZA, Marcos J. N. de MORAIS, Jader Onofre de. Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará. Fortaleza: FUNECE, 2000.

SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPÓSITO, M. E. B. **Reestruturação da cidade**. IN: MELO, Jairo Gonçalves (Org.). Região, cidade e poder. Presidente Prudente. São Paulo: GASPERR, 1996.

SUDEC/IPE/UFC. **Diagnóstico sócio-econômico do Ceará**. Fortaleza: SUDEC/IPE/UFC, 1964, 2 vol.

SUDENE/IBGE. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. **Subsídios ao Planejamento da área Nordeste: A Região de Baturité**. Rio de Janeiro, 1969.

SUDENE, **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste-GTDN**. 2ª Ed.. Recife: SUDENE, 1967.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Fortaleza (des)encantada trajetos de uma cidade**. Fortaleza, 2006.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs – Principais Funções Gerenciais** –. 5ª Edição – Ed. Fundação Getulio Vargas, 1997.

VAINER, Carlos. **Utopias urbanas e o desafio democrático**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 105, p. 25-31, jul./dez. 2003.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.

ZAPATA, Tânia. **Desenvolvimento territorial à distância**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2007.

[http://www.apl.ce.gov.br/Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional](http://www.apl.ce.gov.br/Secretaria_de_Developmento_Local_e_Regional), acessado em 15/06/07.

[http://www.ipece.ce.gov.br/Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará](http://www.ipece.ce.gov.br/Instituto_de_Pesquisa_e_Estrategia_Economica_do_Ceara), acessado em 20/06/07.

[http://www.cidades.ce.gov.br/ DESENVOLVIMENTO URBANO - Programa de Estruturação Urbana](http://www.cidades.ce.gov.br/DESENVOLVIMENTO_URBANO_-_Programa_de_Estruturação_Urbana), acessado em 04/07/2008.

http://www.sdlr.ce.gov.br/PDR_Macico_Baturite.pdf, acessado em 25/03/07.

http://www.cearaagora.com/materias/pg_mostra_materias_dias.php?cod=6496&dia=01&mes=10, acessado em 05/12/2007.

ANEXOS

ANEXO A – Documento da AMAB para pedido de empréstimo junto a FUNASA, comprovando as ações em forma de consórcio intermunicipal (com destaque em azul)

AMAB***CARTA DE INTENÇÃO******ATERRO SANITÁRIO******DE GESTÃO CONSORCIADA******DO MACIÇO DE BATURITÉ***

Ofício ___/05

Carta de Intenção da AMAB que versa sobre a construção e implantação de aterros sanitários na região e da gestão integrada de resíduos sólidos regional.

Requerente: Associação dos Municípios do Maciço de Baturité – AMAB

Att: Fundação Nacional de Saúde – Funasa

JUSTIFICATIVA

Os Municípios de Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Caridade, Guaiúba, Guaramiranga, Itapuína, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção vem mui respeitosamente através da Associação dos Municípios do Maciço de Baturité – AMAB apresentare esta CARTA DE INTENÇÃO, expondo seus motivos e justificativas a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA para obtenção de recusus objetivando a, construção de um aterro sanitário reginal, implantação de sistema consorciado de gerenciamento de resíduos sólidos e execução de políticas de Educação Ambiental.

As municipalidades envolvidas neste projeto tem como objetivo maior a melhoria da qualidade de vida da população local, a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações através de ação consorciada, que prevêm uma adiminitração conjunta os recursos financeiros, transparência de ações e melhoria dos resultados esperados.

A AMAB

Associação dos Municípios do Maciço de Baturité, articulada informalmente desde a década de 80, a instituição tem sua fundação oficial em 1997. Em sua formação, agrega todos os 15 municípios do Maciço de Baturité, tendo sua ação voltada para uma população de mais de 230 mil pessoas. Compõem a AMAB, as cidades de Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Caridade, Guaiúba, Guaramiranga, Itapuína, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.

Os municípios não só dialogam em suas origens, como também compartilham dificuldades atuais. Todo o desenvolvimento regional tem sido articulado pela AMAB, antes mesmo de sua criação oficial, no sentido de potencializar e preservar a diversidade do Maciço de Baturité. A região, hoje, tem o turismo religioso, ecológico e, principalmente, cultural, como uma de suas principais FONTES de renda. No entanto, acredita que deva estar preparada, acima de tudo, para atender às demandas das populações locais, sem se esquecer dos seus visitantes.

Dentre as suas ações a mais relevante foi a criação do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), documento base que serve como referência gerencial para que a região possa atingir seus objetivos de desenvolvimento ao longo de 20 (vinte) anos.

Considerando a Área – Programa 5 do PDR, que trata da infra-estruturas regionais de Suporte Humano, do Plano de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité é prioridade local a construção e manutenção de Aterro Sanitário regionalizado assim como a realização de coleta e disposição final dos resíduos locais, considerando-se a fragilidade do ecossistema local e a sua correta manutenção entendemos a importância da realização deste investimento tendo como **contra-partida principal a efetivação positiva da utilização e desempenho do recurso financeiro.**

MACIÇO DE BATURITÉ - AMBIENTE NATURAL

“O Maciço de Baturité, que engloba a serra, os pés de serra e os sertões ao seu redor, abriga um contingente demográfico elevado. AS CONCENTRAÇÕES POPULACIONAIS SERRANAS CONCORREM, pela fragilidade do ecossistema, para aumentar a utilização, na maioria das vezes nada racional, dos recursos naturais ali disponíveis. Essa degradação vem assumindo proporções preocupantes.

A devastação do ambiente natural realizada, às vezes até de forma inconsciente, para garantir a sobrevivência, ou mesmo no intuito de auferir lucros cada vez maiores, é resultante da adoção de práticas agrícolas rudimentares, ultrapassadas, ou de técnicas não apropriadas à sensibilidade do ambiente serrano.

A tecnologia inadequada e as práticas culturais antiquadas, ainda hoje bastante arraigadas no homem do campo, também se refletem nos desastres ecológicos que já se avolumam, como o empobrecimento do solo e a conseqüente evolução para o quadro irreversível da desertificação nas áreas sertanejas.

Na serra, toda a riqueza da biodiversidade ainda existente corre riscos de ser comprometida devido aos desmatamentos desordenados, que provocam também os graves problemas de erosão e, como conseqüência, os deslizamentos de terra na época das chuvas.”
(texto extraído do PDR)

Vale salientar que os municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti estão inseridos dentro de Área de Proteção Ambiental do Maciço de Baturité, que foi criada pela Lei Estadual

Clima.

“Embora a precipitação média da Região seja alta, o que faz do Maciço de Baturité uma “ilha úmida” dentro do quadro climático nordestino, existem pronunciadas diferenças de precipitação, conforme a orientação geográfica das suas vertentes em relação aos ventos alísios, que trazem para o continente a umidade da Convergência Intertropical.

Assim, o relevo controla a temperatura e a precipitação. O efeito orográfico sobre a distribuição das precipitações provoca diferenças no desenvolvimento dos solos e da vegetação. A Vertente Oriental é úmida, enquanto a Vertente Ocidental é semi-árida.

Tanto no maciço quanto na depressão, a repartição das chuvas apresenta irregularidades intra-anuais e interanuais, o que, historicamente, tem causado frustração de safras e severo rareamento dos recursos hídricos.” (texto extraído do PDR, grifos nossos)

PRIORIDADE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

“O desenvolvimento da atividade turística no Maciço, notadamente nos municípios serranos, vem comprovando o caráter predador intrínseco do homem, no seu papel de descobridor e na busca do seu lazer. Ele não vê limites. Hoje o homem ainda não consegue chegar e usufruir do ambiente, sem deixar o seu rastro de destruição e de detritos por onde passa.

As cidades têm que estar preparadas para isso, com infra-estrutura suficiente e eficiente, e com todo um aparato legal que lhe respalde a imposição de limites para a preservação e conservação do seu meio ambiente.

As comunidades locais, por habitarem uma Região de ecossistemas sensíveis, devem ser alvo de um processo maciço de educação ambiental, tanto formal como não-formal. E nesse sentido já se nota a abertura e atenção das Prefeituras do Maciço à criação de um Programa de Educação Ambiental formal, com âmbito regional.

A população deve lutar e fazer por onde melhorar sua qualidade de vida. Para tanto, o primeiro passo é saber como conservar o meio ambiente, de onde lhe vem o sustento, e que hoje já se encontra com sérios problemas, alguns, como falado anteriormente, assumindo proporções alarmantes e irreversíveis. A inobservância da preservação das encostas para o cultivo de culturas que não têm capacidade de fixar o solo, resulta em graves situações de erosão, que por sua vez contribuem para o assoreamento dos recursos hídricos, já escassos na Região, e a conseqüente dificuldade de se prover o abastecimento d'água para as populações, tanto urbanas, principalmente, como as rurais.

O saneamento básico nos municípios que formam o Maciço de Baturité, hoje, não está a merecer elogios e muito menos a proporcionar qualidade de vida para a população. Se a maior parte das cidades já conta com abastecimento público de água, o mesmo não se dá com o esgotamento sanitário, sendo comum em todas as cidades, o uso do sistema fossa-sumidouro. Nas poucas cidades que podem contar com algum tipo de rede coletora de esgoto,

todo esse efluente é lançado, sem qualquer tratamento, nos recursos hídricos próximos a elas, muitas vezes, o mesmo recurso hídrico que provê o abastecimento de outra cidade.

Quanto ao problema do lixo, não existe em todo o Maciço de Baturité, um único aterro sanitário. Todos os resíduos sólidos produzidos nas sedes dos 13 municípios são dispostos em “lixões”, a céu aberto, sem que haja sequer a separação e o tratamento diferenciado do lixo perigoso. Existem projetos de aterros consorciados entre alguns municípios, mas ainda só na fase de projetos.

Quanto à coleta seletiva, a AMAB dispõe do Projeto Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos para o Maciço, aguardando análise para os devidos encaminhamentos.”(texto extraído do pdr – grifo nosso)

Urge o tempo a respeito das problemáticas ambientais e sanitárias do maciço, considerando a sua delicadeza ambiental e falta de infra-estrutura, fica óbvia a necessidade da realização de tal investimento para a sobrevivência regional.

O GERENCIAMENTO CONSÓRCIADO

A modalidade de Consórcios Intermunicipais referentes a demandas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de competência Municipal é uma inovação na gestão urbana nacional. A ação conjunta de municípios para resolver problemas comuns amplia a capacidade de atendimento aos cidadãos e o poder de diálogo das prefeituras junto aos governos estadual e federal.

Os problemas a cargo do governo municipal muitas vezes exigem soluções que extrapolam o alcance da capacidade de ação da prefeitura em termos de investimentos, recursos humanos e financeiros para custeio e a atuação política. Além disto, grande parte destas soluções exigem ações conjuntas, pois dizem respeito a problemas que afetam, simultaneamente, mais de um município.

Em outros casos, mesmo sendo possível ao município atuar isoladamente, pode ser muito mais econômico buscar a parceria com outros municípios, possibilitando soluções que satisfaçam todas as partes com um desembolso menor e com melhores resultados finais.

Os governos estaduais e federal, tradicionais canais de solicitação de recursos utilizados pelos municípios, apresentam, em geral, baixa capacidade de intervenção. E também deixar simplesmente que o governo estadual ou federal assumam ou realize atividades de âmbito local ou regional, que poderiam ser realizados pelos municípios, pode significar

uma renúncia à autonomia municipal, retirando dos cidadãos a possibilidade de intervir diretamente nas ações públicas que lhes dizem respeito.

Os consórcios intermunicipais, estabelecendo a parceria entre as várias prefeituras, aumentam a capacidade de um grupo de municípios solucionar problemas comuns sem lhes retirar a autonomia. Trata-se, portanto, de um recurso administrativo e, ao mesmo tempo, ao mesmo tempo político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

01 – Considerando a existência da AMAB e sua capacidade de gerir em conjunto os recursos financeiros a serem empregados no projeto;

02 - Considerando a fragilidade e relevância do ambiente natural da região;

03 – Considerando a existência do PDR e a priorização da construção de aterros sanitário e do gerenciamento de resíduos sólidos da região

04 – Considerando a criação de consórcio para o gerenciamento compartilhado de resíduos sólidos

A AMAB, através de seu presidente e representante legal o Prefeito Municipal de Guaramiranga o Sr. Francisco Ilton Cambé Barrozo, vem requerer a disponibilização de recursos financeiros á esta fundação, no montante de R\$ 1.400.000,00 (Hum milhão e quatrocentos mil reais) que serão aplicados da seguinte forma:

- a) Construção de Aterros Sanitários;
- b) Estações de transbordo;
- c) Implantação de coleta seletiva e centros de triagem de resíduos sólidos;
- d) Implantação do Programa Estadual de Educação Ambiental – PEACE;
- e) Elaboração do Plano de gerenciamento de Resíduo Sólidos do Maçico de Baturité;
- f) Criação do consórcio gestor das atividades de manutenção e funcionamento dos itens a serem executados.

E por estar certo do acato de nosso pedido;

Aguardamos deferimento.

Fortaleza, 10 de novembro de 2005.

Francisco Ilton Cambé Barrozo

Prefeito Municipal de Guaramiranga

Presidente da AMAB

Anexo B

Favelização, violência e exclusão

por [João Bosco Carbogim](#) — Última modificação 28/12/2006 15:18 Jornal O Povo/Caderno Ceará - edição 28/12/2006

O surgimento de favelas, o aumento da violência e a exclusão das famílias nativas são problemas que apareceram com a ocupação desenfreada do município de Guaramiranga, no Maciço de Baturité

Falência da agricultura, desmatamento e ameaça das FONTES de água, principalmente do rio Pacoti. São os problemas atuais da Área de Proteção Ambiental (APA) do Maciço de Baturité apontados pelo presidente da Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente (Fundação Cepema) Adalberto Alencar que, há quase dez anos, trabalha no Maciço de Baturité com práticas voltadas à educação ambiental e projeto de cultivo do café ecológico. Ele diz que a especulação imobiliária, principalmente em Guaramiranga, não é recente.

"Agricultores, no município, estão ficando cada vez mais escassos. Um hectare de terra é vendido a R\$ 60 mil e, neste período da economia do País, ninguém resiste. É muito dinheiro. Há muitos agricultores que estão virando corretores de imóveis". Adalberto preocupa-se não só com o impacto ambiental, mas também cultural. Lembra que os grandes eventos como os festivais de jazz e blues (carnaval), de teatro (setembro) e do vinho (outubro) mexem com a vida das famílias nativas. Além de que o grande número de novos empreendimentos e programas culturais que reúnem grande número de pessoas, estão causando problemas nos recursos hídricos.

Adalberto lembra que cada condomínio, pousada ou hotel construído, cava um poço profundo, há também os que têm lagos artificiais e isso prejudica o nível do lençol freático. Tem ainda, acrescenta, a capacidade de suporte populacional. "São 20 mil, 30 mil e até 40 mil pessoas só no período de carnaval em Guaramiranga!" (a população do município é calculada em seis mil habitantes). Na sua opinião, deveria existir uma legislação para controlar a ocupação e o turismo na área. "Impedir ou limitar o uso, discutir, por exemplo, o pagamento de um imposto ambiental", sugere.

O presidente da Cepema diz ser necessário criar alternativas para o Maciço de Baturité porque começaram a surgir as favelas, os seqüestros relâmpagos, os assaltos, por causa da presença de muitos visitantes com poder aquisitivo alto. "É preciso haver a junção dos governos, assumir um compromisso e buscar alternativas principalmente para a população nativa que está excluída. E também discutir a questão hídrica".

O secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Guaramiranga, Carlos Fernando Ramos Barbosa, que a população chama de "Gás", confirma o surgimento de favelas, pessoas vivendo em casas de taipa, feitas de barro e alvenaria, ou mesmo sem ter um viver porque decidiram vender seus terrenos para a construção de empreendimentos imobiliários. "A questão da moradia é séria. Agricultores vendem suas casas e depois ficam atrás do prefeito para solicitar uma unidade habitacional ou vão embora. É lamentável".

Carlos Fernando diz que a Prefeitura de Guaramiranga faz a sua parte com relação às

construções de empreendimentos imobiliários. "Temos a lei ambiental que protege as nossas matas e fauna e o Conselho Municipal de Meio Ambiente (formado por membros da prefeitura, da Câmara Municipal e da Sociedade Civil) que dá o parecer prévio. Os técnicos avaliam a área de preservação". Segundo ele, numa área da serra, 5% são para a construção e 1% para a via de acesso. Mas, depois desse parecer do Conselho, a decisão final é da Semace.

A LEGISLAÇÃO ATUAL E AS MODIFICAÇÕES

Projeto de Lei Modificativo Modifica o Artigo terceiro da Lei 13.688 de 24.11.05 em seus incisos I, II, III e acrescenta o inciso IV, dando a seguinte redação:

Estabelece diretrizes e condicionantes ambientais para a constituição de condomínios de qualquer natureza e edificações para serviços de hospedagem, hotelaria e lazer, na área de proteção ambiental da Serra de Baturité, e dá outras providências.

Art. 3º Para garantir a capacidade de escoamento das águas pluviais, a contenção dos processos erosivos, o impedimento do assoreamento de recursos hídricos e a garantia da absorção de água para a recarga dos lençóis subterrâneos, para fins de constituição de condomínios de qualquer natureza e/ou edificações para serviços de hospedagem, hotelaria e lazer, a taxa de ocupação das áreas sob intervenção deverá atender aos seguintes requisitos, salvo exigências urbanísticas municipais mais restritivas:

I - nas áreas urbanas e rurais a taxa de ocupação do lote e/ou fração ideal, conforme se trate de edificações para serviços de hospedagem, hotelaria e lazer, não poderá exceder a 5% (cinco por cento) da área total do lote, sendo destinada 95% (noventa e cinco por cento) da área total da propriedade para a preservação da cobertura vegetal ou reflorestamento;
 II - nas áreas urbanas e rurais, conforme se trate de condomínio de qualquer natureza, a ocupação do lote ou fração ideal não poderá exceder a 1% (um por cento) da área total do lote, sendo destinado 99% (noventa e nove por cento) para preservação permanente;
 III - as licenças concedidas até 120 (cento e vinte) dias anteriores a data da publicação dessa Lei, deverão ser novamente objeto de análise por parte do COEMA sobre o ponto de vista do impacto ambiental que causarão a APA e, conseqüentemente, revisadas;
 IV - o lote mínimo da Zona Rural é de 40 mil metros quadrados;
 Art. segundo: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

FONTE: Deputado João Jaime (PSDB)

Mudanças na lei restringem construções

"Normatizar novos parâmetros legais que venham a proteger a Mata Atlântica existente no Maciço de Baturité, evitando-se a instalação definitiva de processo devastador daquela reserva ecológica regional". A justificativa é do deputado estadual João Jaime (PSDB), autor do projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa, na semana passada, que torna mais restrita a área de construções na Serra de Baturité. As modificações incluem um item que exige a reavaliação das licenças concedidas nos últimos 120 dias para os empreendimentos imobiliários.

Segundo o projeto de lei modificativo, "nas áreas urbanas e rurais, conforme se trate de condomínio de qualquer natureza, a ocupação do lote ou fração ideal não poderá exceder a 1% da área total do lote, sendo destinados 99% para preservação permanente" (ver quadro).

Diz o deputado João Jaime que a intenção é mesmo tornar mais restritivos os projetos imobiliários individuais ou coletivos planejados para a área, já que a lei estadual 13.688 aprovada pela Assembléia Legislativa e promulgada pelo governador Lúcio Alcântara em novembro do ano passado, "vem sendo afrontada".

O gerente da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de Baturité, Átila Peixoto, disse que o projeto de lei modificativo e o Plano de Manejo elaborado com a participação das comunidades e entidades serão temas das próximas reuniões do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema), colegiado que normatiza e controla os recursos ambientais. O POVO tentou falar, desde a semana passada, com responsáveis pela Construtora Elite Engenharia que realiza empreendimentos em Guaramiranga. Mas os engenheiros Luiz Régis Bonfim e Antonio Henrique Barbosa não foram encontrados na empresa. Seus telefones particulares não atenderam às chamadas.

DICIONÁRIO

Mata Atlântica - formação vegetal brasileira. Acompanhava o litoral do País nas regiões meridional e nordeste. Nas regiões Sul e Sudeste chegava até a Argentina e Paraguai. Em função do desmatamento, encontra-se hoje extremamente reduzida, sendo uma das florestas tropicais mais ameaçadas do planeta. A área de domínio abrangia total ou parcialmente 17 estados: Alagoas (52%) da área do estado; Bahia (31%); Ceará (3%); Espírito Santo (100%); Goiás (3%); Mato Grosso do Sul (14%); Minas Gerais (45%); Paraíba (12%); Paraná (97%); Pernambuco (18%); Piauí (9%); Rio de Janeiro (99%); Rio Grande do Norte (6%); Santa Catarina (99%); São Paulo (80%); Sergipe (32%). O remanescente é, de 95 mil quilômetros quadrados, 7,3% de uma área original que era de 1.290.692,46 quilômetros quadrados, 15% do território nacional.

FONTE:

pt.wikipedia.org

Plano de Manejo - é um projeto dinâmico que determina o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades. Estabelece, desta forma, diretrizes básicas para o manejo da Unidade Conservação Ambiental.

FONTE: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

Promotor reclama de descaso

O desmatamento na APA da Serra de Baturité e o descuido com a preservação da área também chama atenção do procurador federal aposentado Ivan Casimiro Coelho. Ele mora numa região que também está sendo esquecida, segundo sua avaliação: o Porto das Dunas, em Aquiraz. Mas vai sempre à Serra de Baturité para visitar amigos e nota crescimento das construções de imóveis. "São pessoas com boas condições financeiras e creio que está sendo difícil fiscalizar".

O procurador aposentado diz que, felizmente, as construções diminuíram no Porto das Dunas, mas vêm crescendo no Maciço de Baturité. Ele compara dizendo que, nas duas áreas, a população sofre com dificuldades relacionadas à infra-estrutura. "Para nós, falta saneamento e as vias de acesso, além de estarem em precárias condições, não têm denominação e numeração, o que impossibilita que recebamos nossa correspondência.

ANEXO - C

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA REGIONAL DO MACIÇO DE BATURITÉ

09 DE NOVEMBRO DE 2007

BATURITÉ – CEARÁ

A Conferência Regional do Maciço de Baturité foi realizada no dia 09 de novembro do corrente ano na Câmara Municipal de Ocara – centro de Ocara, com a participação de 11 dos 13 municípios que compõe a região do Maciço de Baturité.

Participaram do evento representantes dos municípios: Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaiúba, Guaramiranga, Itapiúna, Ocara, Pacoti e Redenção

Contando com a presença de autoridades dos municípios da região, do Superintendente Adjunto do IBAMA sr. Francisco João Moreira Juvêncio, do presidente do CONPAM sr. André Barreto Esmeraldo e dos secretários municipais de Ocara: José Adairton de Sousa Freitas – presidente da Câmara Municipal de Ocara, José Clementino – secretário de Obras e Meio Ambiente, do secretário de Agricultura Josafá Martins de Oliveira que em nome do sr. Prefeito do município de Ocara Leônidas Cristiano proferiu a abertura da Conferência Regional do Maciço de Baturité.

A organização do evento ficou a cargo da Prefeitura Municipal de Ocara e do CONDEMA local.

O acompanhamento da Conferência ficou sob a responsabilidade da Comissão Organizadora Estadual da III Conferência Estadual de Meio Ambiente (COE) composta pelos seguintes membros: Rita Bezerra - CONPAM, Rebeca Raso - representando o Ministério do Meio Ambiente na III CEMA, Rosane – Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU, Raulene Gonçalves Oliveira – representando o IBAMA na III CEMA.

A programação foi aberta com a palavra do sr. Josafá Martins de Oliveira secretário de Agricultura e presidente do CONDEMA e posteriormente do Superintendente Adjunto do IBAMA sr. Francisco João Moreira Juvêncio que fez um prevê histórico das duas

Conferencias Estaduais e Nacionais de Meio Ambiente, ressaltando a relevância da III CEMA como instrumento democrático e participativo da sociedade, mas como espaço de debates e decisões a respeito das Mudanças Climáticas, tema central da III CNMA, sobretudo quando o Ceará mais especificamente encontra-se dentro de uma realidade tão próxima do tema.

Após a apresentação da banda do municipal deu-se inicio a palestra proferida pelo técnico ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Fortaleza sr. Raimundo José Reis Félix. Ao abordar a diminuição da água a nível global, os impactos ambientais negativos como poluição urbana, degradação do solo, o uso de substancias tóxicas e seus reflexos a curto prazo para o planeta, a queima de combustíveis fósseis para a elevação dos problemas ambientais no Brasil e o número crescente de queimadas no Estado do Ceará.

Segundo o palestrante a construção de grandes reservatórios é uma das poucas alternativas para estados atingidos por longas estiagens como no caso do Ceará. Ainda segundo ele, a energia eólica é uma das alternativas para minimizar a problemática energética no estado.

Ainda segundo ele, a análise deve ser feita levando em consideração aspectos globais, regionais e locais.

Tal preocupação provém pelo fato do Brasil ser o quarto país emissor de gases poluentes.

Após a apresentação foi aberto debate com a platéia, onde a participação do público presente motivou ainda mais a discussão nos grupos.

Em seguida foi feita a distribuição nos grupos dos participantes que ao se inscreverem optaram pelos sub-temas: Atividades produtivas, Cidades, Macro-Estruturas, Terra e Água e Agenda 21.

Número de participantes por grupos:

SUB-TEMA 01 ATIVIDADES PRODUTIVAS	SUB-TEMA 02 CIDADES	SUB-TEMA 03 MACRO ESTRUTURAS	SUB-TEMA 04 TERRA E ÁGUA	SUB-TEMA 05 AGENDA 21
19 participantes	10 participantes	15 participantes	35 participantes	23 participantes

* TOTAL DE PARTICIPANTES NOS GRUPOS: 102

As discussões nos grupos teve 45 minutos e posteriormente foram apresentadas para a plenária as propostas, não sendo submetida a aprovação apenas dado ciência do que foi produzido nos grupos, uma vez que o regimento da III CEMA afirma que as regionais poderão sugerir 05 (cinco) propostas por sub-tema, totalizando 25 propostas por Conferência Regional.

As propostas apresentadas nos grupos tiveram a seguinte metodologia: apresentação do problema, suas causas e possíveis soluções.

A seguir a produção a partir das discussões dos grupos.

SUB-TEMA 01: ATIVIDADES PRODUTIVAS

Nº de pessoas na sala:

Facilitador: Edilene e Evaneida

Redator(a): Josafá

Problema	Causas	Solução
1. Deficiência do agronegócio – cajucultura – comercialização da produção	* Falta de processamento	* Instalação de mini indústrias, capacitação de produtores, incentivos financeiros, associativismo e cooperativismo
2. Industrialização	* Falta de compromisso com meio ambiente, respeito, responsabilidade, senso de cidadania e ética.	* Respeito as potencialidades locais
3. Política de incentivo as grandes agroindústrias e omissão dos órgãos competentes	* Desagregação de comunidades locais, perda de identidade, falta de acompanhamento, agressão ao meio ambiente, falta de estrutura, compromisso e desrespeito a legislação.	* Prioridade á agricultura familiar e buscar parcerias

SUB-TEMA 02: CIDADES

Nº de pessoas na sala: 32

Facilitador: Raulene Gonçalves Oliveira

Redator(a):

Problema	Causas	Solução
-----------------	---------------	----------------

1. Falta de saneamento nos municípios de pequeno e médio porte	* falta de financiamento por parte do governo federal	* Implementação do projeto sanear
2. Lixo	* falta de aterro sanitário	* Acelerar o processo de implantação do aterro sanitário consorciado no Maciço de Baturité e a instalação de um centro de triagem dos resíduos sólidos. Educação ambiental ser uma disciplina na grade comum.
2. Ocupação desordenada do solo	* falta de orientação, de fiscalização e descumprimento de leis.	* Execução efetiva do PDP's nos municípios e a criação de núcleos de fiscalização da execução, com acompanhamento da promotoria (ministério público) na elaboração dos PDP's

SUB-TEMA 03: MACRO - ESTRUTURAS

Problema	Causas	Solução
1. Resíduos sólidos	* aumento da produção de lixo descartáveis * crescimento industrial e consumo desnecessário. * facilidade de crédito * coleta inadequada de lixo	* Saneamento das cidades e da área rural * Unidade de reciclagem *Indústrias com responsabilidade sócio-ambiental

	* falta de conscientização	* Construção de aterros sanitários (consórcios) * Educação ambiental * Coleta seletiva
--	----------------------------	--

2. Consumo de combustíveis fósseis	* Aumento da frota * Mecanização agrícola * facilidade de crédito	* Incentivo aos biodigestores * reaproveitamento da biomassa * produção de energia limpa * catalizador em veículos * transportes alternativos * ferrovias *
3. Falta de comunicação	* falta de sinal	* instalação de serviços de comunicação e telefonia móvel * Inclusão digital

SUB-TEMA 04: TERRA E ÁGUA

Nº de pessoas na sala: 35

Facilitador: Ana Cecy Braga Pontes

Redator(a): Nemélio de Paula Sousa

Problema	Causas	Solução
1. desertificação	Queimadas e desmatamentos e o uso de agrotóxicos	* Apicultura e agrosilvopastoril
2. poluição hídrica	Lançamento de lixo próximo aos recursos hídricos	Incineração do lixo hospitalar
3. descaso das políticas públicas	Descumprimento das leis e falta de cumprimento por	Educação ambiental e envolvimento do

ambientais	parte dos gestores públicos	ministério público e desenvolvimento de sensibilização
4. Turismo desordenado	Falta planejamento Favorecimento no ato do licenciamento	Planejamento adequado e rigor no cumprimento da legislação e mapeamento da área
5. escassez da água	Retirada indiscriminada das nascentes e desmatamento da mata ciliar	Manejo correto de água e reflorestamento, assim como a preservação da mata ciliar

SUBTEMA 05:AGENDA 21

PROPOSTAS

- APROVEITAMENTO DOS ESPAÇOS EXISTENTES EM NÍVEL LOCAL E REGIONAL PARA DISCUSSÃO E DIFUSÃO DA AGENDA 21
- CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE AGENDA 21 LOCAL / MUNICIPAL
- FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CAMPO E NAS ESCOLAS
- LIBERAÇÃO DOS RECURSOS PARA IMPLANTAÇÃO DA AGENDA 21 NOS MUNICÍPIOS
- DIFUSÃO DA REDE BRASILEIRA DE AGENDA 21

DELEGADOS ELEITOS:

SETOR EMPRESARIAL: 02 DELEGADOS
VAGAS NÃO PREENCHIDAS: 12

SETOR DA SOCIEDADE CIVIL: 18 DELEGADOS
VAGAS NÃO PREENCHIDAS: 01

SETOR GOVERNAMENTAL: 08 DELEGADOS
SUPLENTE DO SETOR GOVERNAMENTAL: 06

ANEXO D



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Célula de Desenvolvimento Regional e Planejamento Participativo

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2008 – 2011
1^{as} OFICINAS REGIONAIS
“O CEARÁ QUE QUEREMOS – RESPEITANDO A DIVERSIDADE REGIONAL”

MACRORREGIÃO DE BATURITÉ

RELATÓRIO DAS OFICINAS
Município sede do evento: Fortaleza

MAIO / 2007

**OFICINA DO PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2008 - 2011
MACRO REGIÃO MACIÇO DE BATURITÉ**

DADOS DA OFICINA

Data: 18 de Maio de 2007, Sexta - feira

Local: Sede Baturité– Auditório do CRIA

Horário: 08:00 – 18:00

OBJETIVO:

“Discutir os temas críticos e as propostas de solução da região“

METODOLOGIA DE TRABALHO:

Palestras, discussões em plenárias e trabalhos em grupos

PARTICIPANTES:

Estiveram presentes 115 lideranças da região das esferas governamentais em nível municipal, estadual e federal, empresários e representantes de entidades patronais, representantes de entidades de trabalhadores, ONGs, institutos de pesquisa, escolas técnicas, universidades públicas e privadas, representantes do poder legislativo e judiciários e estudantes.

RESULTADOS:

Os principais resultados da Oficina, poderão ser vistos e estão abaixo elencados por tema:

- ✓ Educação e Ciência e Tecnologia
- ✓ Cultura, Turismo, Esporte .
- ✓ Assistência Social,

- ✓ Saúde
- ✓ Segurança pública e justiça
- ✓ Agricultura Familiar, Agronegócios, Indústria e Serviços
- ✓ Infra-Estrutura/Recursos Hídricos
- ✓ Habitação, Saneamento e Meio Ambiente .
- ✓ Dimensão Político - Institucional.

RESULTADOS DA OFICINA

Sede: Baturité

MUNICÍPIOS PRESENTES: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, **Baturité**, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti e Redenção.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2008 – 2011

1^{as} OFICINAS REGIONAIS – “O CEARÁ QUE QUEREMOS – Respeitando a Diversidade Regional”

MATRIZ ANALÍTICA DOS TEMAS CRÍTICOS

REGIÃO: Baturité

DATA: 18/05/07

LOCAL: Baturité (CRIA)

RELATOR: Marta Caetano

IDÉIA – FORÇA: Sociedade Justa e Solidária

ÁREA TEMÁTICA: Educação

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
- Baixo índice de aprovação	- Escola tempo integral
- Professor não qualificado (Educação Infantil e Ensino Fundamental)	- Promover e viabilizar cursos de licenciatura e especialização
	- Acabar com a figura do professor temporário e promover concurso público
- Analfabetismo escolar	- Composição de quadro de professores da educação infantil e ensino fundamental com profissionais de nível superior de formação
- Merenda escolar (armazenamento, insuficiente, inadequado, péssima qualidade)	- Controle externo das ações do Conselho da Merenda
- Salas multiseriadas	- Acabar com salas multiseriadas, promovendo a nucleação
- Ausência de capacitação de profissionais da educação	- Adesão ao Projeto Pró-Funcionário do MEC
- Insatisfação dos profissionais da educação (baixo salário, falta concurso público, ausência de benefícios equiparados: capital e interior)	- Aperfeiçoar o PCCS e PCC
	- Adotar benefícios que elevem a auto-estima do profissional (Plano de Saúde, Vale refeição e transporte, etc.)
- Salas numerosas (Ensino Fundamental I e II)	- Ampliar o número de salas de aulas e reduzir o número de alunos por sala
	- Rever a L.D.B no que se refere ao número de alunos/sala
- Material didático insuficiente.	- Mais recursos financeiros; capacitação em reciclagem, criar

	bibliotecas e equipá-las.
- Evasão escolar	- Rever a proposta pedagógica; tornar a escola mais atraente (quadras de esporte, sala de computação etc...) – tempo integral
- Falta de carteiras escolar.	- Dimensionar a capacidade de ocupação das salas de aula e viabilizar recursos
- Distorção (idade/série) ensino. fundamental/médio	- Rever uma política de aceleração primando pela qualidade
- Inseguranças nas escolas (roubos, gangues etc..)	- Instalar segurança eletrônica, vigilantes
- Falta de uma extensão da universidade	- Extensão das universidades federal e estadual nas diversas áreas
- Falta de uma Inst. de ensino profissionalizante (CEFET, SENAI etc).	- Trazer cursos profissionalizantes
	- Construção de um Liceu de Artes e ofícios
- Falta de espaço para prática esportiva	- Construção de parque olímpico
- Falta centro especializado para educação infantil	- Construção e aparelhamento de um centro especializado para atender educação infantil
- Falta centro especializado e equipado para pessoas com necessidades especiais	- Construir e equipar centro especializado para atender pessoas com necessidades especiais
- Escolas despreparadas para receber alunos com necessidades especiais	- Adotar as escolas para receber alunos com necessidades especiais
- Falta laboratórios (ciências, informática, artes)	- Construir e manter laboratórios nas escolas públicas
- Faltam profissionais para laboratórios	- Capacitar profissionais para laboratórios
- Transporte escolar – estradas	- Regulamentar, através de Lei específica, a utilização do transporte escolar
	- Manutenção da via de acesso às escolas
- Carência de psicopedagogo	- Promover concurso na área
- Inexistência de um currículo que atenda as exigências do mercado de trabalho	- Construção de um Liceu de Artes e ofícios.
	- Adequar o currículo conforme a realidade da região /mercado

RELATOR: Martha Verônica Magalhães Castro

IDÉIA- FORÇA:

ÁREA TEMÁTICA: Cultura, Turismo, esporte e lazer

I

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
Turismo	
- Falta de infra-estrutura: vias de acesso, sinalização urbana e rural	- Construção, conservação, sinalização das estradas
- Identificação de trilhas ecológicas e demais recursos naturais.	- Mapeamento, sinalização e mobilização
	- Criar estrutura para atender ao turista
- Falta receptivo ao turista	- Construir e estruturar o receptivo para o turista
- Falta de mão de obra especializada: hotelaria, gastronomia, ecoturismo,	- Capacitação de profissionais da área e população local nos diversos segmentos com qualidade e boa seleção.
	- Certificar os empresários que estimulem o seu profissional a se

turismo rural, cultural, religioso	especializar
- Falta de comunicação viária na região	- Abrir licitações para criação de redes internas de transporte
- Falta de conhecimento das potencialidades turísticas da região por parte da população	- Incluir no calendário escolar as temáticas turismo e cultura regional
Cultura	
- Falta de recurso para área da cultura	- Aplicação de 1,5% do orçamento estadual (Fundo de Cultura) - Aplicação de 1% por parte do município
- Desvalorização da Cultura Popular Tradicional	- Apoio aos grupos culturais tradicionais - Divulgação da Cultura Popular através da inserção no Calendário Escolar
- Degradação do patrimônio histórico edificado	- Mapeamento – tombamento e restauração dos monumentos
Esporte e Lazer	
- Falta de espaços para prática de esporte e lazer	- Construção de quadras poliesportivas
	- Falta de área de lazer
	- Salão de jogos
	- Academias públicas tendo como forma de pagamento parte do seu tempo com trabalho social
- Falta de material para prática do esporte	- Viabilizar recursos e projetos destinados ao esporte
- Falta de profissionais qualificados	- Capacitar profissionais

RELATOR: Aparecida

IDÉIA – FORÇA: Sociedade Justa e Solidária

ÁREA TEMÁTICA: Assistência Social,
Segurança Pública e Justiça

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
Criança, Adolescência e Juventude	
- Fragilidade das ações voltadas para o desenvolvimento infantil (saúde, nutrição, educação)	- Implantar e implementar Centro de Educação Infantil e Nutricional
- Exploração do trabalho infanto-juvenil	- Fortalecer as ações do PETI - Implantar programas estaduais de combate ao trabalho infantil
- Fragilidade na estrutura familiar	- Implementar os trabalhos do CRAS
- Fragilidade dos sistemas de garantia do direito	- Implantar e implementar o Juizado da Infância e Adolescência - Implantar e implementar programas de enfrentamento à violência e exploração sexual
- Centralização e pouca transferência na utilização dos recursos dos fundos estaduais de políticas públicas	- Intensificar as ações para arrecadação de fundos - Promover a descentralização dos fundos, priorizando as áreas mais críticas
- Migração da juventude para	- Implantação de escolas técnicas (rurais e outras)

os grandes centros urbanos, pela falta de oportunidade nas áreas de profissionalização e geração de renda	- Realização de projeto de incentivo da contratação da mão-de-obra local - Criar espaços adequados de cultura para a sociedade em geral
- Desestruturação e fragilidade das entidades de organização juvenil (UEMBA – GRÊMIO) - Consumo de drogas lícitas e ilícitas.	- Realizar programas com ações dos jovens para fortalecer a cidadania
- Segurança Alimentar	
- Desperdício de alimentos (frutas da época) por falta de condições de beneficiamento, armazenamento e comercialização Descrença dos produtores de alimentos nas políticas governamentais de incentivo à comercialização da produção A não construção dos hábitos alimentares locais, em função do não investimento em uma educação alimentar	- Implementar no projeto São José e/ou outros projetos similares a capacitação, tecnologia, estrutura física e equipamentos para produção - Armazenamento de produtos regionais, garantindo a segurança alimentar
Idosos e Deficientes	
	- Realizar um projeto de capacitação das entidades públicas que possa implementar ações direcionadas à pessoa idosa e pessoa deficiente, de acordo com o que rege a Lei

RELATOR: Nira Marques

IDÉIA – FORÇA:

ÁREA TEMÁTICA: Saúde

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
- Enorme demanda reprimida para a assistência hospitalar e ambulatorial	- Atualizar e efetivar a PPI ambulatorial e hospitalar, com ampliação da oferta e de teto financeiro - Ampliar a oferta das especialidades: otorrino, neurologia, cardiologia, proctologia e apoio diagnóstico: mamografia, tomografia, etc.
- Falta de capacitação permanente e sensibilização dos profissionais	- Implantar pólo de capacitação permanente
- Falta de assistência psicossocial para infanto-juvenil, alcoolistas e drogadistas	- Implantar CAPS Infanto-juvenil e AD (Álcool e Drogas)
- Insuficiência de medicamentos no CAPS para atendimento da demanda	- Revisar o elenco e quantidade dos medicamentos dos CAPS - Definir a implementar a Política Estadual de Saúde Mental
- Carência de profissionais médicos	- Divulgar e disponibilizar o cadastro de reserva do concurso público de base local PSF - Criar mais faculdades de medicina pelo Estado na região do Maciço do Baturité

	- Ampliar e flexibilizar a aplicação dos recursos de convênios (HPP e Saúde mais Perto de Você) para pagamento de profissionais efetivos
- Insuficiência na oferta de medicamentos pelo NUASF e de medicamentos de alto custo não financiados pelo Estado	- Revisar o elenco de medicamentos fornecidos pelo NUASF - Financiamento do Estado para medicamentos de alto custo
- Dificuldade de manter os hospitais Pólo (equipamentos médico hospitalares, infraestrutura e transporte - ambulância, Vans's, etc.)	- Ampliar as especialidades e recursos financeiros - Aumentar os investimentos em equipamentos, veículos e infraestrutura - Aquisição de gerador de energia - Desburocratizar/revisar a Instrução Normativa do convênio Saúde Mais Perto de Você
- Dificuldade de funcionamento dos HPP e HMP.	- Aumentar os investimentos - Investir em equipamentos, veículos e infra-estrutura. - Aquisição de gerador de energia. - Desvinculação do repasse dos recursos à prestação de contas de outras secretarias como: Educação, Cultura e outros (Repasse Fundo a Fundo).
- Falta de CEO de referência, Centro de Zoonoses e Laboratório de Saúde Pública (Regional)	- Maior investimento do Estado em Saúde Bucal - Implantar um CEO de referência regional - Implantar um centro de zoonoses regional - Implantar um laboratório de saúde pública regional - Implantar laboratório para identificação de vetores de referência regional
- Falta de um aterro sanitário microrregional	- Implantar um aterro sanitário para tratamento adequado de lixo hospitalar da região
- Falta de laboratório de análise clínicas para biópsia, HIV, PSA, outras	- Implantar Laboratório de Análises Clínicas de referência regional
- Falta de medicamentos fototerápicos	- Criar laboratório microrregional de fototerapia
- Transferência das responsabilidades das perícias judiciais para as Secretarias Municipais de Saúde	- Realizar concurso público para o cargo de perito pelo Tribunal de Justiça do Estado
- Insuficiência de leitos de UTI neo-natal e adulto	- Aumentar a oferta de leitos de UTI neo-natal e adulto
- Pouco ou nenhum investimento do Estado ações preventivas promocionais	- Investimento do Estado em ações preventivas e promocionais de atenção ao idoso, criança/adolescente, mulher e Dengue
- Necessidade de regionalizar o Hospital de Redenção-Ce	- Regionalizar o Hospital de Redenção-Ce para atender as demandas do Baixo Macilço: Acarape, Guaiuba, Barreira e Redenção

RELATOR: JOSAFÁ

IDÉIA – FORÇA: Economia para uma Vida Melhor

ÁREA TEMÁTICA: Agricultura, Infra-Estrutura, Indústria e Comércio

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
- Desperdício do pendúnculo do caju e demais frutas	- Implantar micro empreendimentos de processamento de frutas nos municípios produtores

- O INCRA não permite que a EMATERCE faça assistência técnica nos assentamentos	- Articular Estado / INCRA para dar assistência técnica aos assentados
- Falta de estrada de interligação dos municípios do Maciço	- Construção das estradas: Pindanga (Guaramiranga) / Brozo; Mulungu / Caridade; Pacoti / Redenção via Distrito Santana
- Estrada CE – 060 sem acostamento e curvas acentuadas no trecho Baturité / Guaiúba; e sem faixa de pedestre nas áreas urbanas	- Duplicação da CE – 060 Baturité / Guaiúba
- Falta de política pública para geração de emprego e renda	- Aproveitamento de infraestrutura existente na região, tais como: armazéns, galpões, prédios públicos para atender empreendedores interessados a se instalar na região
- Falta de incentivo ao aproveitamento do potencial da cana-de-açúcar, mamona, gergelim, pinhão manso	- Implanta programa regional de revitalização da cana-de-açúcar, e incentivo ao plantio de mamona, gergelim e pinhão manso
- Condições precárias das estradas do Maciço	- Recuperação das estradas: Redenção / Chorozinho via Barreira, Baturité / Jesuíta via monumento, Aratuba / Ladeira Grande, Redenção / Gurgusé, Ocara / Baturité
- Inclusão Digital	- Implantar e expandir centrais de inclusão digital, centros de informática em toda a região, com internet
- Inexistência de estrutura do SENAC, SENAI e SENAR	- Articular viabilidade de implantação do sistema na região
- Insuficiência de recursos do FECOP na região do Maciço	- Alocação de pelo menos 15% dos recursos para a região
- Ausência de políticas de incentivo de implantação de indústria na região	- Parceria Estado/Município /Confederações/Fórum dos Assentados para garantir a implantação de indústrias na região
- Falta de estrutura nas estradas (entrada e saída) dos municípios para atender aos turistas	- Construir quiosques ou barracas padronizadas nas entradas e saídas das cidades com estacionamento para comercializar e divulgar produtos regionais/ locais
- Degradação ambiental: quebradas e pé de serra	- Criar plano de manejo sustentável da floresta de Baturité, inclusive nos assentamentos

RELATOR: Vânia Clementino (Ocara)

IDÉIA – FORÇA:

ÁREA TEMÁTICA: Habitação, Saneamento, Meio Ambiente

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
Habitação	
- Construção de casas de forma desordenada e irregular	- Apoio aos municípios para elaboração, conclusão e atualização dos PDP – Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano
- Número elevado de moradias inadequadas na zona rural e urbana	- Elaborar programas habitacionais que atendam as necessidades de cada família da zona urbana, incluindo a substituição das casas de taipa por casas de alvenaria, envolvendo a população beneficiada
- Intensiva especulação imobiliária contribuindo para o êxodo rural e a degradação	- Elaborar um cadastro dos beneficiários e fiscalização para evitar a comercialização do imóvel - Cumprir a Lei das áreas de proteção ambiental, através da

ambiental (desmatamento, ocupação irregular do solo e das APP's)	fiscalização e da emissão de licença ambiental pela SEMACE - Ampliar o número de agentes ambientais do órgão ambiental (SEMACE) que atua na região
Saneamento Básico	
- Número reduzido de ligações de esgotamento sanitário nos municípios, gerando problemas de saúde e ambientais	- Implantar e ampliar o SES (Sistema de Esgotamento Sanitário) - Instalar kits sanitários e um programa de educação sanitária na zona rural
- Falta de instalações sanitárias (banheiros) nas moradias da zona rural	- Ampliar o Sistema de Abastecimento de Água e melhorar o Sistema de Tratamento
- Número reduzido de casas ligadas ao Sistema de Abastecimento de Água na zona urbana	- Construir cisternas para abastecimento de água na zona rural
- Incidência de doenças provocadas pela má qualidade da água	- Concluir as obras de recursos hídricos que estão paradas (Ocara-Barragem-Batente)
- Falta de reservatórios de água para o consumo humano	- Construir adutora (vazante açude ideal)
Meio Ambiente	
- Falta de sensibilização e conscientização da população de como lidar com a produção e destino do lixo	- Programa de Educação Ambiental - Incentivar a criação de rede de gestores ambientais do Maciço de Baturité, para que possam compartilhar suas dificuldades e progressos
- Falta de tratamento adequado dos resíduos sólidos	- Construir aterros sanitários consorciados - Criar e implantar programas de reflorestamento na região
- Uso exagerado de agrotóxicos, provocando poluição dos rios, lagoas, degradação do solo, problemas de saúde nos agricultores e consumidores	- Destinar recursos para elaboração e execução de programas e projetos de educação ambiental para capacitação dos professores (palestras, seminários, visitas in loco, programas de rádio), envolvendo toda sociedade civil
- Falta de sensibilidade dos gestores públicos em não coibir o uso de agrotóxicos e não apresentar alternativas tecnológicas adequadas aos agricultores	- Fortalecimento dos órgãos ambientais para efetivar a fiscalização da venda e consumo dos agrotóxicos, evitando a prática das queimadas, dos desmatamentos, fiscalizando também, as áreas de preservação e conservação ambiental, fauna e flora, e a criação de animais na zona urbana - Incentivar a criação de RPPM nas regiões, fortalecendo a preservação ambiental e o turismo ecológico. - Fortalecer os órgãos ambientais municipais, capacitando os gestores ambientais e demais instituições que atuam na área

RELATOR: Aldemira Correia

IDÉIA – FORÇA: Gestão, Ética transparente e participativa

ÁREA TEMÁTICA: Dimensão político institucional

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
- Tratar as ONGs com igualdade (Governo)	- Publicidade dos editais na mídia (televisiva, radiofusão) - Publicidade dos editais para contratação de ONG para articulação regional
- Carência de intervenção nas periferias que promova a inclusão	- Criar um programa estadual de emprego e renda massivo, acessível às associações de base
- A não integração das organizações existentes	- Constituir fóruns regionais para integração das esferas governamentais e não governamentais
- Falta de uma política pedagógica da participação	
- Falta de integração dos órgãos governamentais	
- Consideração governamental de quem é quem	
- Falta Sinergia entre os atores locais/regional	
- A não interação regional	
- Não existência de fórum regional	
- Política de governo diferente para problemas iguais na área ambiental	
- Confusão em conceitos chaves do atual governo	
- Falta de política de trabalho e renda para área rural/urbana	- Programas de geração de emprego e renda com aproveitamento das potencialidades locais
- Falta de política de indústrias para o interior, respeitando as potencialidades locais	- Fomentar políticas de turismo rural sustentável
- Falta de informação do que é desenvolvimento sustentável	- Realizar seminários de nivelamento
- Remodelação e reflexão na Lei da APA (Área de Proteção Ambiental)	
- Multiplicidade de ações em várias instituições com o mesmo objetivo	- Capacitação e formação de técnicos em desenvolvimento sustentável, em nível local e regional - Fomentar políticas de turismo rural sustentável
- Falta de técnicos com conhecimento sobre desenvolvimento sustentável	
- Insuficiência de instrumentos para continuidade dos projetos	

Portal de notícias: Ceará Agora

http://www.cearaagora.com/materias/pg_mostra_materias_dias.php?cod=6496&dia=01&mes=10 (acessado em 05/12/2007)

MPE propõe zoneamento para Maciço de Baturité

01/10/2007 -18:58 POR: Beto Almeida

A procuradora de Justiça, Sheila Pitombeira, do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, órgão da Procuradoria Geral de Justiça, propôs o zoneamento ecológico-econômico da Serra de Guaramiranga como medida de disciplinamento legal da Área de Proteção Ambiental do Maciço de Baturité.

Outra recomendação do Ministério Público é para que sejam cassadas as licenças concedidas pela Semace para a construção de empreendimentos imobiliários em Guaramiranga, que contrariam a legislação vigente. Essas foram algumas das propostas apresentadas durante audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Semi-Árido, realizada nesta terça-feira, no Teatro Rachel de Queiroz, em Guaramiranga, que debateu os problemas gerados pela especulação imobiliária na APA de Baturité.

O deputado estadual Luiz Pontes (PSDB), autor do requerimento, também propôs uma revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Guaramiranga – município mais visado pela especulação imobiliária – para que haja adequação à recente lei sancionada em janeiro deste ano, que reduz o percentual de ocupação de área construída na região do Maciço.

APA de Baturité - Luiz Pontes também considera essencial a retomada do Conselho da APA de Baturité, órgão consultivo constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e de moradores, conforme está previsto na legislação estadual. Outra medida considerada prioritária é cobrar dos cartórios de registro de imóveis para que exijam licença prévia da Semace sempre que for lavrar registros de novos loteamentos.

As atividades da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa se estenderam durante todo o dia no município de Guaramiranga. Pela manhã, foram realizadas visitas aos locais em que há construções irregulares na serra, além de uma manifestação de moradores que culminou com um abraço ao riacho da Nancy, que corta o centro de Guaramiranga e é alvo de polêmica desde que foi parcialmente aterrado para dar lugar à construção de 15 chalés. A obra é uma das que foram embargadas pela Justiça.

Para o promotor de justiça, Evilázio Alexandre, autor das denúncias sobre irregularidades em construções na serra, a APA de Baturité

está degradada; “É preciso dar um tempo para recompor a cobertura vegetal e depois saber a capacidade que o Maciço de Baturité comporta em novos investimentos. O problema é como amarrar bem a legislação para evitar que ela seja burlada”, reiterou o promotor.

A audiência pública lotou o Teatro Rachel de Queiroz não só com representantes de ONGs e população, como também de corretores de imóveis e proprietários de empreendimentos imobiliários com projetos em andamento na serra.

As propostas apresentadas serão reunidas depois em um documento pela Comissão de Meio Ambiente e encaminhadas para as Prefeituras que compõem a APA, para a Semace e Ministério Público Estadual para que seja reavaliadas e discutidas sua efetivação. Segundo o presidente da Comissão, deputado Cirilo Pimenta (PSDB), é preciso bom senso e admitir que do jeito que está, Guaramiranga e seu entorno caminha para uma devastação sem retorno e com prejuízos ambientais incalculáveis, com reflexos sócio-econômicos sobre as populações da serra.

Governo lança site do Maciço de Baturité

O Site oficial do Maciço de Baturité será lançado nesta terça-feira (21/02/2006), em Pacoti

O Site oficial do Maciço de Baturité será lançado nesta terça-feira (21), em Pacoti, pelo governador Lúcio Alcântara. Durante a solenidade, que acontecerá no Teatro Pacoti, às 9h30, também serão entregues os Inventários Turísticos aos prefeitos dos municípios de Acarape, Redenção, Aracoiaba, Ocara, Capistrano, Itapiúna, Mulungu, Aratuba, Guaramiranga e Pacoti. As cerimônias contarão com a presença do secretário dos secretários do Desenvolvimento Local e Regional, Alex Araújo, e do Turismo, Alan Aguiar, prefeitos e representantes da região do Maciço de Baturité.

As duas novas ferramentas, elaboradas pelas secretarias do Desenvolvimento Local e Regional (SDLR) e do Turismo (Setur), proporcionarão a logística adequada para que empresários, prefeituras e o setor turístico canalizem suas ações no incremento das economias locais.

Sob o domínio www.macicodebaturite.org.br, o site do Maciço do Baturité foi desenvolvido por meio do Programa de Desenvolvimento e Gestão Território, sendo o primeiro de uma série de sete sites contendo informações para prover as regiões cearenses de instrumentos de tecnologia que permitam a divulgação e o acompanhamento de suas ações e potencialidades. Além do Maciço, as regiões do Baixo Jaguaribe, Centro Sul, Cariri, Ibiapaba, Vale do Coreau e Vale do Acaraú também deverão ter suas páginas na web lançadas em 2006.

O Inventário Turístico é um projeto contemplado dentro das diretrizes do Plano de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité, e tem por objetivo levantar as potencialidades e equipamentos turísticos dos municípios da região. A realização dos inventários contou com a colaboração financeira da Agência de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité (ADR), além da SDLR, Setur e prefeituras. O projeto foi executado pela Empresa Júnior de Turismo da Universidade de Fortaleza (Unifor).

FONTE: Governo do Ceará

Anexo E - [Casa na serra: o sonho está próximo](#) - Diário do Nordeste

[Egídio Serpa](#) • Publicado às: 10:24 • 14/02/2008

Os que alimentam o sonho de possuir casa ou apartamento na Serra de Guaramiranga têm agora uma chance: a Construtora Colméia construirá ali, no Sítio Abreu, o Condomínio Reserva da Serra, que terá 49 casas, 33 apartamentos e um 'club house' com um restaurante e uma loja de conveniência. A Licença de Instalação do empreendimento, emitida pela SEMACE no dia 19 de novembro de 2006, no final do Governo Lúcio Alcântara, venceu em dezembro passado, mas deverá ser renovada pela Câmara Técnica criada pela Semace, exclusivamente, para examinar os projetos imobiliários naquela bela região. A área do projeto da Colméia é de 70,8 hectares, dos quais apenas 2% serão ocupados pelas edificações. A propósito: porque feriam a legislação ambiental, vários projetos imobiliários na Serra de Guaramiranga foram rejeitados pela Semace, em nome do verde.

[Crime ambiental em Guaramiranga](#)

[Egídio Serpa](#) • Publicado às: 6:32 • 07/02/2008



Está na minha coluna de hoje, 7, no Caderno Negócios do *Diário do Nordeste*. “O melhor dos negócios é o autosustentável — ou ambientalmente correto. Na Serra de Guaramiranga, um pedaço de mata atlântica que resiste à ação predadora do homem, os maus negócios invadiram o verde e estão derrubando a floresta. Constroem-se, ao arrepio da Lei e sem qualquer ação inibidora da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), vários condomínios residenciais, um dos quais, entre Guaramiranga e Forquilha, está a levantar um muro de pedra — que esconderá o empreendimento da visão de curiosos e de amantes da natureza — e uma estrada de acesso. Entre Guaramiranga e Baturité, outro acinte: com trator, derrubaram-se várias árvores para a abertura de um acesso rodoviário que ziguezagueia a montanha até chegar, centenas de metros acima, ao local onde se erguerá mais uma residência de um novo rico fortalezense. No carnaval, a Semace, que exibiu em Guaramiranga sua frota de novas caminhonetes, nada fez para impedir que desordeiros oriundos de Fortaleza, ricos ou não, agredissem a natureza com dezenas de colunas de som móveis. Esses equipamentos, ligados a todo volume e tocando o pior dos trios elétricos e das falsas bandas de forró, espantaram pássaros e assustaram animais domésticos. Um crime ambiental! Por clara omissão, pelo menos o diretor da SEMACE em Guaramiranga deveria ser demitido.

[Egídio Serpa](#) • Publicado às: 15:36 • 05/02/2008

UM DEPOIMENTO SOBRE GUARAMIRANGA



Leiam o comentário que Waldemar Barroso, leitor deste blog, postou a respeito do que se passa na Serra de Guaramiranga: “Finalmente um jornalista que é ouvido e respeitado por toda a imprensa cearense manifestou-se contra o crime ambiental de que está sendo vítima a Serra de Baturité, mais especificamente na área do Município de Guaramiranga. A devastação é preocupante e criminoso, já que a SEMACE existe sim e funciona, mas somente para quem quer construir unidades unifamiliares, quando o número de exigências chega a exaurir a vontade de construir do proprietário. Quando se parte para grandes e médios condomínios (de 04 até 88 unidades), aí a coisa muda. As

facilidades, inicialmente apresentadas como dificuldades, são superadas por métodos que nem a razão nem nossa vã filosofia conhecem. E, caro colunista e blogueiro, não se diga que os Srs. Tasso e Lúcio, nada fizeram por nossa Serra. Como possuidores de propriedades na mesma, eles fizeram sua parte melhorando acessos, hotéis, áreas verdes etc. A Assembléia também criou leis mais rígidas para a liberação de licenças para construção, mais nada disso adiantou. Há condomínios que falam terão entre casas e apartamentos 88 unidades, bem como casas (04) recém construídas em que a localização é absurdamente agressiva ao meio ambiente, bem como a área construída, após a conclusão dos deck's e apartamentos para os convidados, chega a 4 ou 5 vezes a área original liberada. Aliás o deputado Luiz Pontes, do saudoso PSDB, já se manifestou sobre este tipo de irregularidade. No mais, vai prevalecendo o jeitinho brasileiro (\$\$\$\$\$) e a máxima dos crápulas, que diz que onde o dinheiro vai e não resolve é porque foi pouco.”

3 Comentários para “Um depoimento sobre Guaramiranga”

1. *AMAURY* *FEITOSA* disse:
[06/02/2008 as 8:18](#)

Guaramiranga é a Jericoacoara da vez. Não duvidem. Onde falta governo, sobra destruição.

2. *F* *J* *T* *de* *Santana* disse:
[06/02/2008 as 10:25](#)

Mas a Natureza devastada cobra caro dos abusos contra ela cometidos. Melhor exemplo do que as repetidas catástrofes ocorridas a cada ano na região serrana do Rio de Janeiro.

Com todo respeito à opinião alheia, não consigo ver que espécie de contribuição um governante da a uma região quando melhora o acesso a ela. É uma visão, pessoal, sob um ponto de vista essencialmente pessoal. Não existe nem uma única lei que obrigue o estado a facilitar o acesso às áreas preservadas. Turismo e área de proteção ambiental não conseguem conviver em parte alguma do mundo.

A Serra é um patrimônio natural. Não pertence ao Sr. Lúcio ou Tasso so porque estes tenham poder, dinheiro ou olhos azuis. Não passa de equívoco imaginar que esses lugares devam por algum motivo pertencer aos reis feudais. É exatamente esse sentimento que gera a especulação e destruição.

Por mim, decretaria a demolição de todas as mansões de Guaramiranga.

Mas quem sou eu? A Natureza fará isso em outro tempo, entretanto.

Quem viver verá!

[Egídio Serpa](#) • Publicado às: 9:40 • 04/02/2008

GUARAMIRANGA: VISITE-A ANTES QUE SE ACABE



É um sucesso de público o Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga. Ontem à noite, sob uma temperatura de 20 graus, a rua principal da cidade estava linda. Toda iluminada, mostrava dezenas de lojinhas bem arrumadas e restaurantes cheios de gente tomando vinho e comendo “fondue” - poucos nativos nas mesas, lotadas de visitantes, entre os quais alemães e italianos. Jovens casais trocando carícias e beijos iam e vinham, aproveitando o ambiente. Alguém chegou a dizer: “Está parecendo Gramado”. Acertou. Alguns restaurantes foram decorados à semelhança daquela cidade gaúcha. Mas a Prefeitura de Guaramiranga poderia ser mais competente. No ano passado, as ruas e avenidas da cidade tinham os mesmos buracos de hoje, acrescidos dos que se abriram nos últimos meses. A impressão que se tem é de que, se não fosse a iniciativa privada, não haveria nem o Festival de Jazz e Blues - que é algo maravilhoso - nem o Festival de Vinho, eventos que tornaram mais famosa a Guaramiranga. Mas é preciso tomar cuidado. A serra de Guaramiranga está sendo invadida por condomínios residenciais. Como a SEMACE não existe, e se existe não funciona, todo mundo vai agredindo a natureza, destruindo a mata virgem para construir mansões, algumas de muito bom gosto. Assim, visite Guaramiranga, antes que a serra acabe!

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)